

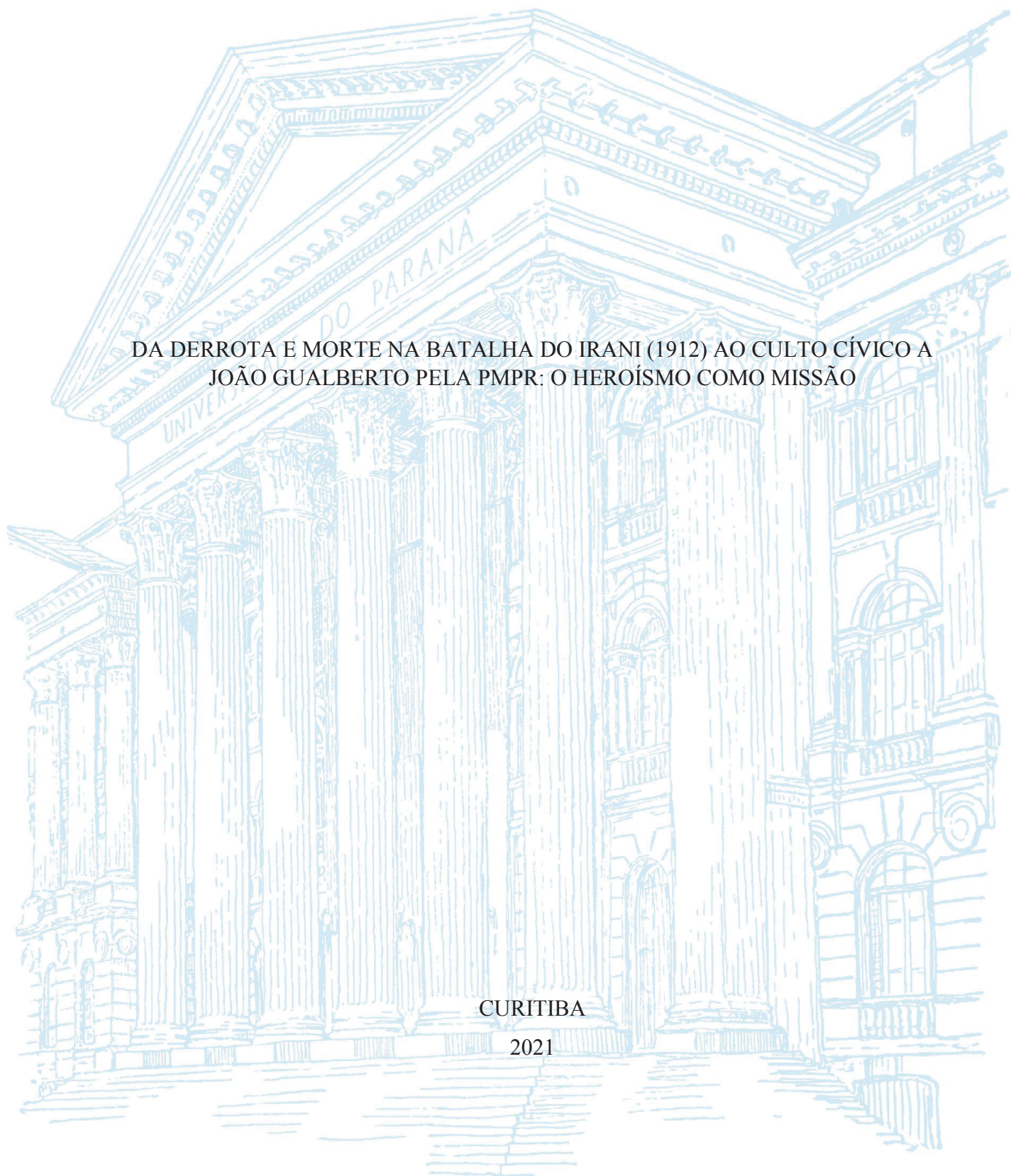
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA FERREIRA MOTTA

DA DERROTA E MORTE NA BATALHA DO IRANI (1912) AO CULTO CÍVICO A
JOÃO GUALBERTO PELA PMPR: O HEROÍSMO COMO MISSÃO

CURITIBA

2021



ANA PAULA FERREIRA MOTTA

DA DERROTA E MORTE NA BATALHA DO IRANI (1912) AO CULTO CÍVICO A
JOÃO GUALBERTO PELA PMPR: O HEROÍSMO COMO MISSÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira.

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Motta, Ana Paula Ferreira

Da derrota e morte na batalha do Irani (1912) ao culto cívico a João Gualberto, pela PMPR : o heroísmo como missão. / Ana Paula Ferreira Motta. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

1. Sá Filho, João Gualberto Gomes de, 1874-1912. 2. Paraná. Polícia Militar - Historiografia. 3. Memória. 4. Heróis na literatura. 5. Policiais militares – Paraná. I. Oliveira, Dennison de, 1964-. II. Título.

CDD – 923.5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANA PAULA FERREIRA MOTTA** intitulada: **Da derrota e morte na batalha do Irani (1912) ao culto cívico a João Gualberto, pela PMPR: o heroísmo como Missão**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Setembro de 2021.

Assinatura Eletrônica

30/09/2021 17:49:10.0

FATIMA REGINA FERNANDES FRIGHETTO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/09/2021 17:37:29.0

ADRIANE PIOVEZAN

Avaliador Externo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS)

Assinatura Eletrônica

30/09/2021 18:37:02.0

NILSON CESAR FRAGA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)

Dedico esta dissertação a Vicente Telles (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento especial ao Professor Doutor Dennison de Oliveira, que não foi apenas o orientador da dissertação, mas também o historiador especialista que me permitiu perceber ser possível trabalhar o Contestado por meio de apropriações do passado, em memórias, de uma instituição militar. Esse trabalho jamais existiria sem sua paciência de me situar diante do objeto, através de indicações de leitura e questionamentos.

Aos membros da banca de qualificação, Professora Doutora Adriane Piovezan e Professor Doutor Nilson César Fraga, meu eterno reconhecimento pelas valiosas contribuições teóricas, metodológicas e bibliográficas. A perspectiva da História da Morte não teria se materializado sem referências extraídas da pesquisa da historiadora, bem como olhares mais atentos e críticos, em diálogos com possíveis enfoques da Geografia Humana, dependeram das observações desse pesquisador do Contestado.

Às Professoras Doutoradas Fátima Regina Fernandes e Marcella Lopes Guimarães, agradeço pelos reforços, aportes e sugestões disponibilizados em suas respectivas disciplinas, que oportunizaram a discussão do projeto de pesquisa, tornando-o mais robusto.

Ao sempre colega de profissão e formação, Major Marcelo Toniolo, por “abrir a caserna” e indicar caminhos de chegada aos lugares de memória.

À eterna e grande amiga Luciana Podlasek, pelas múltiplas funções que exerceu durante a concepção e escrita dessa produção, sendo ouvinte, leitora, debatedora e até revisora do formato da pesquisa.

Aos meus colegas Andréia Luder e Emerson Prado, pelos laços de companheirismo solidificados em momentos de compartilhamento de angústias, crises e receios.

Aos meus irmãos Paulo Roberto Motta e Carlos Eduardo Motta, por me conhecerem mais do que imaginam e nunca terem desistido de me cobrar viver essa experiência acadêmica.

À minha filha Lana Motta, para que sempre busque questionar figuras heroicizadas.

RESUMO

Usos do passado são iniciativas comuns e frequentes em organizações militares que cultuam personagens, heroicizando seus feitos em homenagens póstumas, cujas apropriações evidenciam, por meio de narrativas mitificadas, interesses e projetos da própria instituição. Esta pesquisa tem como finalidade abordar a persistência da Polícia Militar do Paraná em mitificar a memória da morte de um dos seus comandantes históricos, o oficial João Gualberto Gomes de Sá Filho, tombado no Combate do Irani (1912), re(inventando) uma tradição do heroísmo como missão. Através de uma memória herdada e militarizada, desde a atuação do Regimento de Segurança do Paraná, nos cultos cívicos, presentes em rituais e cerimônias fúnebres de veneração a essa morte que foi monumentalizada no Paraná, no contexto da disputa por divisas com Santa Catarina, a corporação foi capaz de, sem diálogos com a historiografia da guerra, reelaborar lembranças e esquecimentos e redefinir sua identidade, atualizando certas crenças idealizadas sobre João Gualberto e a tropa comandada, em busca de maior autonomia política, em diferentes contextos históricos, com diferentes necessidades. Essas dinâmicas organizacionais foram desveladas a partir da análise qualitativa e textual dos lugares de memória institucionais, por meio de um trabalho que envolveu o exame de fontes de imprensa, documentação institucional e ainda documentos “incapazes” de contrariar versões oficiais.

Palavras-chave: culto aos mortos, memória, heroicização, usos.

ABSTRACT

Uses of the past are common and frequent initiatives in military organizations that worship characters, heroicizing their deeds in posthumous tributes, whose appropriations show, through mythical narratives, the institution's own interests and projects. This research is intended to address the persistence of the Military Police of Paraná in mythologizing the memory of the death of one of its historical commanders, officer João Gualberto Gomes de Sá Filho, listed in Combat of Irani (1912), re(inventing) a tradition of heroism as a mission. Through an inherited and militarized memory, from the performance of the Paraná Security Regiment, in civic cults, present in rituals and funeral ceremonies of veneration to this death that was monumentalized in Paraná, in the context of the dispute over borders with Santa Catarina, the corporation was able, without dialogues with the historiography of the war, to rework memories and forgetfulness and redefine its identity, updating certain idealized beliefs about João Gualberto and the commanded troops, in search of greater political autonomy, in different historical contexts, with different needs. These organizational dynamics sought to be unveiled from the qualitative and textual analysis of institutional memory places, through a work that involved the examination of press sources, institutional documentation and even documents “incapable” of contradicting official versions.

Keywords: cult of the dead, memory, heroicization, uses, appropriations.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	JOÃO GUALBERTO EM 1911.....	54
FIGURA 2 –	JOÃO GUALBERTO, ESPOSA E FILHOS.....	57
FIGURA 3 –	PALÁCIO MONROE.....	71
FIGURA 4 –	TIRO RIO BRANCO.....	72
FIGURA 5 –	DESFILÉ DO TIRO DE GUERRA RIO BRANCO NA RUA DR. MURICY.....	75
FIGURA 6 –	BATALHÃO DE CAÇADORES TIRO DE GUERRA RIO BRANCO DESFILANDO NA RUA RIACHUELO.....	75
FIGURA 7 –	TROPAS DO REGIMENTO DE SEGURANÇA PARTINDO PARA UNIÃO DA VITÓRIA.....	78
FIGURA 8 –	JOÃO GUALBERTO E TROPA SAINDO DE UNIÃO DA VITÓRIA RUMO A PALMAS	89
FIGURA 9 –	METRALHADORA MAXIM NORDENFELD-LONDON MODELO 1895	93
FIGURA 10 –	VAGÃO DO TREM ESPECIAL QUE TRANSLADOU OS DESPOJOS MORTAIS DO CORONEL.....	110
FIGURA 11 –	CORTEJO FÚNEBRE OCUPANDO A RUA XV DE NOVEMBRO.....	112
FIGURA 12 –	TÚMULO DO CORONEL JOÃO GUALBERTO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL.....	117
FIGURA 13 –	JOÃO GUALBERTO SÁ FILHO.....	124
FIGURA 14 –	SOLENIIDADE ORGANIZADA PELO 12º BPM, AO PATRONO CORONEL JOÃO GUALBERTO.....	132
FIGURA 15 –	FACHADA DO 12º BPM, SANTA QUITÉRIA, CURITIBA, PARANÁ.....	134
FIGURA 16 –	DO MUSEU HISTÓRICO DA PMPR AO 12º BPM, A ESPADA QUE PERTENCEU A JOÃO GUALBERTO.....	135
FIGURA 17 –	BUSTO DO PATRONO JOÃO GUALBERTO – 12º BPM.....	137
FIGURA 18 –	CORONEL CÂNDIDO DULCÍDIO PEREIRA.....	142
FIGURA 19 –	JOÃO GUALBERTO.....	143

FIGURA 20 –	RESGATE DO SUPOSTO CORPO DO CORONEL JOÃO GUALBERTO.....	147
FIGURA 21 –	FAIXA DO REGIMENTO DE SEGURANÇA E BANDEIRA NACIONAL.....	148
FIGURA 22 –	COMBATE DO IRANI – DANIEL FREIRE. ÓLEO SOBRE TELA.....	149
FIGURA 23 –	VALA DOS 21 – HOMENAGEM AOS MORTOS NO COMBATE DO IRANI.....	151
FIGURA 24 –	SOLENIIDADE AOS MORTOS DO COMBATE DO IRANI NO SÍTIO HISTÓRICO DO CONTESTADO.....	152

LISTA DE SIGLAS

AI -5	– Ato Institucional Número 5
AMAI	– Associação dos Policiais Militares
AMAN	– Academia Militar das Agulhas Negras
ANL	– Aliança Nacional Libertadora
APMG	– Academia Policial Militar do Guatupê
AVM	– Associação da Vila Militar
BPM	– Batalhão de Polícia Militar
CPDOC	– Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DSN	– Doutrina de Segurança Nacional
EB	– Exército Brasileiro
ESG	– Escola Superior de Guerra
FA	– Força Armada
FGV	– Fundação Getúlio Vargas
IGPM	– Inspetoria Geral das Polícias Militares
IHGP	– Instituto Histórico e Geográfico Paranaense
LSN	– Lei de Segurança Nacional
PMPR	– Polícia Militar do Paraná
PR	– Estado do Paraná
QCG PMPR	– Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Paraná
SC	– Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
2. A POLÍCIA ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO.....	25
2.1 – A POLÍCIA E A HISTORIOGRAFIA.....	25
2.2 – INSTITUIÇÕES MILITARES ENQUANTO DE INSTITUIÇÕES TOTAIS E O IMPACTO NA IDENTIDADE MILITAR	27
2.3 – POLÍCIAS MILITARES – DO PERÍODO IMPERIAL À DITADURA MILITAR: O CARÁTER REPRESSIVO DAS FORÇAS DE POLICIAMENTO E SUAS RELAÇÕES COM O EXÉRCITO BRASILEIRO.....	34
2.4 – AS POLÍCIAS MILITARES E A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL..	44
2.5 – O PERCURSO MILITARIZADO E BELICISTA DA PMPR NO ESFORÇO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA GLORIOSA	48
3 – O PERNAMBUCANO JOÃO GUALBERTO: A RÁPIDA E CURTA, PORÉM INTENSA, TRAJETÓRIA NA CAPITAL DO PARANÁ NO SÉCULO XX	54
3.1 – O HOMEM E O MILITAR REPUBLICANO	54
3.2 – DA MISSÃO EM IRANI AO CULTO CÍVICO DA MORTE EM COMBATE: O FORJAR DO HERÓI JOÃO GUALBERTO	85
3.3 – A FABRICAÇÃO DO MITO DO HERÓI SACRIFICADO EM BATALHA DE PROPORÇÕES ÉPICAS.....	102
4 – REVERENCIAR O HERÓI: A EDIFICAÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA INSTITUCIONAIS.....	118
4.1 – E O CORONEL VIRA PATRONO	133
4.2 – A ORIGEM DA MEDALHA JOÃO GUALBERTO NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR	140
4.3 – OBJETOS PESSOAIS, ARMAMENTOS USADOS NO COMBATE E REPRESENTAÇÕES ICONOGRÁFICAS DO HERÓI: RELÍQUIAS DO MUSEU HISTÓRICO DA PMPR	144
4.4 – QUANDO O HERÓI QUASE SAIU DA CASERNA E DO PARANÁ: O ACORDO DE PAZ E A INTERVENÇÃO DA PMPR EM IRANI, SANTA CATARINA	149

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
REFERÊNCIAS	165
FONTES DE IMPRENSA	165
FONTES IMAGÉTICAS.....	170
FONTES INSTITUCIONAIS.....	172
OUTRAS FONTES INSTITUCIONAIS	172
PODER LEGISLATIVO	172
OUTRAS FONTES	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Podemos afirmar que esta pesquisa tardia é fruto de muitas inquietações originadas por meio de um percurso pessoal, que, a partir de 2005, começou a unir o Contestado a uma vivência docente em colégio militar estadual. Uma descoberta significativa do movimento sertanejo, através de pesquisa de campo, se deu inicialmente pelos olhares da Geografia, especificamente pelas lentes de um geógrafo, também fotógrafo, que oportunizou uma experiência inesquecível em Irani: o berço do conflito e reduto das representações artísticas de Vicente Telles. A partir de tal experiência, foi ganhando vida, nos “intervalos das aulas de História” ministradas no CPM, um primeiro esforço de construir um estudo acadêmico sobre o Contestado, concretizado pela análise da construção de imagens da guerra, encontradas no folclore catarinense, produzido pelo compositor e músico Vicente Telles. Anos depois, num cenário que já sinalizava, infelizmente, para a remilitarização da política brasileira, com impactos sobre corporações militares estaduais, um novo projeto, nascido do espanto, em relação ao intervencionismo da PMPR no lugar de memória da resistência sertaneja, surgiu com claras intenções de também intervir para questionar, academicamente, os projetos de memória da corporação estadual. Essa produção, ao analisar o uso passado como projeto conservador, relaciona a (re)construção da imagem da morte mítica de João Gualberto com a dificuldade que a instituição estadual tem de desmilitarizar sua memória histórica.

O militar do Exército Brasileiro, João Gualberto Gomes de Sá Filho, então comissionado ao posto de Coronel justamente para comandar o Regimento de Segurança do Paraná, tombou de modo violento, falecendo nos Campos do Irani, no dia 22 de outubro de 1912, especificamente na batalha que posteriormente ficaria conhecida como o marco inicial da Guerra do Contestado (1912-1916). Destroçado a facção pela resistência sertaneja durante a investida da corporação estadual ao acampamento caboclo, erguido em terras de dupla jurisdição, a figura morta do pernambucano Gualberto foi elevada à condição de primeiro herói sacrificado pelo Paraná e pelos interesses dos paranaenses, no contexto da polêmica disputa pelos limites territoriais com Santa Catarina¹.

O monge José Maria, líder dos sertanejos errantes, também morreu no mesmo conflito de Irani. E embora essa perda tenha repercutido intensamente no meio sertanejo,

¹ A Questão dos Limites foi um conjunto de disputas políticas e judiciais intensificadas, entre os dois estados sulinos, regionalmente durante os anos de 1853 a 1904 e na justiça no período de 1904 a 1916.

fontes primárias e secundárias fornecem elementos evidentes do contraste existente entre as formas de vivenciar e representar a morte, em diferentes universos culturais, com extremas desigualdades materiais, no que diz respeito ao tratamento dado aos seus respectivos mortos. Enquanto João Gualberto recebeu homenagens de um número considerável de celebridades, autoridades e instituições regionais e nacionais, em solenidades póstumas, sendo enterrado com investimentos onerosos, em espaço socialmente aceito como adequado, o corpo do monge sertanejo foi depositado em um buraco raso e improvisado, próximo da localidade onde tombou, coberto apenas com tábuas soltas para facilitar a ressurreição².

Ainda que pesem todas essas dessemelhanças no tratamento dado as duas lideranças mortas, é inegável que o destino de ambas, no episódio do Irani, teve relevantes desdobramentos em seus respectivos ambientes sociais, norteados as maneiras de agir e pensar tanto dos sertanejos quanto dos policiais paranaenses, que continuaram lutando ao longo da Guerra do Contestado (1912-1916), sem falar na opinião pública, dos dois estados sulistas, que teve sua interpretação dos acontecimentos não isenta das diretrizes elaboradas pelas estratégias discursivas dos veículos de imprensa. Na ausência do componente messiânico, de que o monge voltaria com o Exército Sagrado de São Sebastião, explorado por lideranças caboclas, difícil imaginarmos a mesma coesão em torno do movimento sertanejo. Do mesmo modo, projetos delineados como tentativas de construção de uma identidade regional não teriam os mesmos contornos sem a nada natural e nada espontânea mitificação da morte de João Gualberto.

O processo da heroicização da figura do oficial morto, em combate, teve origem a partir de um fervoroso culto cívico. Práticas de veneração atingiram o ápice durante as cerimônias fúnebres, muitas das quais realizadas na capital paranaense, mais de quinze dias depois do óbito em campo de batalha. Homenagens dramatizadas nunca vistas pelos padrões urbanos da época, tamanha a exaltação das qualidades do morto, a aglutinação e comoção social, nos momentos do velório e sepultamento, sem contar a opulência desses ritos, que também consistiram em cortejos luxuosos e inumação dispendiosa no Cemitério Municipal, cujo esquife e túmulo foram pagos pelo Estado do Paraná, por meio de recursos públicos. Diferentes agentes, movidos por intenções e projetos próprios, porém convergentes, assumiram a tarefa de monumentalizar a morte de João Gualberto,

² Queiroz (1977) foi um dos primeiros estudiosos a relacionar o tipo de “sepultura” arranjada para Jose Maria com a crença sertaneja de que ele retornaria, liderando um exército sagrado para redimir seu povo.

idealizando e materializando condições que oportunizaram um verdadeiro espetáculo, cuja teatralização evidencia diversas apropriações de uma mesma morte eleita para ser mitificada. Entre setores da imprensa curitibana, que acomodavam as vozes de escritores, intelectuais e historiadores, autoridades governamentais e militares estaduais, priorizamos os últimos, enquanto objeto de estudo. Tal opção foi de encontro à finalidade da presente pesquisa, que passou a entender os usos que a corporação estadual fez e continua fazendo da morte de um oficial influente no meio curitibano do início do século XX.

Para homenagear a memória idealizada do seu efêmero comandante, finado em campo de batalha, a força estadual realizou esforços significativos ao delimitar seu espaço e papel nas encenações dos ritos funéreos, ocorridos, dentro e fora de Curitiba, entre outubro e novembro de 1912. Posteriormente, em diferentes contextos históricos, a PMPR continuou edificando lugares de memória em homenagem ao Coronel João Gualberto, sem a companhia e/ou cumplicidade dos mesmos atores de antes. Movida por novos interesses e projetos, a corporação protagonizou episódios de rememoração, tanto do combate como do seu herói comandante, nas décadas de 1960, 1970, 1980, 1990³, chegando a ultrapassar o século XX, com supostas intenções de celebrar a figura histórica do militar João Gualberto, no memorial aos mortos, erguido no Sítio Histórico de Irani, em 2017.

Uma delimitação dos recortes temporais, para investigação e abordagem, procurou abranger as mencionadas iniciativas, incidindo inevitavelmente no que consideramos dois extremos da mitificação: a participação institucional no culto cívico, ocorrido durante homenagens póstumas a João Gualberto, de 1912/1913, e a gestão interna da memória do morto, no período das quatro últimas décadas do século XX e, ainda, especificamente no ano de 2017. Nesse ano, representações contidas nos discursos oficiais sobre a intervenção militar no Irani conseguiram finalmente sair da caserna e do Paraná. E militares mortos em 1912, exceto João Gualberto, foram evocados em território catarinense símbolo do início da guerra e da resistência sertaneja.

³ Novos lugares de memória ao militar foram edificados pela Polícia Militar do Paraná, nas quatro últimas décadas do século XX, como: a criação da medalha Coronel João Gualberto, no contexto da ditadura militar; a elevação do oficial à condição de patrono de uma unidade de policiamento, isto é, o 12º Batalhão de Polícia Militar, que também recebeu a denominação histórica de Batalhão Coronel João Gualberto; a reestruturação do Museu Histórico da PMPR, com predomínio de narrativas sobre o Combate do Irani, por meio da idealização da figura de seu comandante histórico; e os dois volumes escritos por Rosa Filho, dedicados ao Contestado.

Uma opção por balizas temporais tão distantes tem relação com nossa percepção acerca de uma série de permanências idealizadas das narrativas dos agentes/atores da mitificação de 1912/1913 para narrativas contidas nos lugares de memória, construídos a partir de mais de 50 anos após o episódio bélico. Entendemos essas continuidades, principalmente, por meio das contribuições teóricas de Michael Pollak, importante autor que explica a existência de elementos invariáveis e imutáveis, na memória individual e coletiva, garantidos por meio de um processo de socialização competente, no qual várias gerações, fora do espaço temporal de um conjunto de acontecimentos, são capazes de sentir identificação com imagens e representações sociais, elaboradas sobre um determinado passado, ao ponto de herdá-las e reproduzi-las. Associadas à questão da memória herdada, concebemos tais permanências no sentido entendido por Celso Castro, na obra *A Invenção do Exército Brasileiro*. Produção em que o estudioso alicerçou seu recorte conceitual a partir da noção de tradição inventada, inaugurada por Eric Hobsbawm.

O mito do herói Gualberto foi usado na socialização da Polícia Militar, ao longo de décadas, conforme demandas da própria corporação estadual, a qual acabou por (re)inventar uma tradição de que o glorioso comandante e sua leal tropa sacrificaram suas vidas, em guerra, pelo dever militar, pela ordem, pela segurança e pelo Paraná. Ao realizar rituais de culto, que promoveram uma continuidade de determinadas imagens formadas por traços e pontos cristalizadas do passado, a PMPR reelaborou e atualizou suas memórias, (re)definiu sua identidade e, ainda, foi capaz de proporcionar a seus militares noções de continuidade histórica, cultuando versões do conflito e do oficial morto, a partir de seus estoques de lembranças selecionadas, incapazes de contrariar discursos heroicizados.

Existe toda uma historiografia acerca do papel e das funções do herói na mitologia política de povos e nações. Enquanto revelador ideológico e instrumento simbólico capaz de desvelar camadas do imaginário social, o mito do personagem heroico é sempre uma construção intencional condizente com objetivos por parte de quem o cria. Sendo assim, um instrumento relevante para análise dos usos que regimes políticos, movimentos sociais e outras coletividades fazem do objeto mitificado (CARVALHO 1990), cada qual buscando componentes como legitimidade, coesão, autonomia política e/ou protagonismo. Tais apropriações, que se dão através da gestão da memória, dependem, para uma maior eficácia, do fortalecimento de laços identitários e sentimentos de

pertencimento. Condições que podem ser potencializadas a partir da própria combinação mito/herói, visto que narrativas míticas são eficientes para reunir, de modo emocional, indivíduos em grupos e instituições, promovendo o compartilhamento de ideias, noções, valores e aspirações. Enquanto a figura do herói é sempre um tipo ideal apto a fornecer modelos e padrões de comportamento convergentes com as representações que uma dada coletividade elabora de si mesmo e/ou procura projetar no seu meio social.

Operações de memória, como as realizadas pela corporação estadual, em diferentes episódios, não ocorrem sem seleções propositais no sentido de não contradizer os feitos e realizações atribuídos à figura mitificada, no contexto em que a mesma viveu. Momentos de maior vivificação do culto ao herói morto, nos quais o mito é reelaborado e atualizado, compõem o que chamamos de tradição re(inventada) do heroísmo como missão institucional, perceptível em lugares de memória, de maior ou menor acesso aos civis, que nem sempre relacionam o personagem heroico ao combate sangüinário do Irani.

Dois autores que abordam a relação morte/memória e cultos institucionais militares, cada qual a partir de um estudo, foram decisivos em termos de inspiração para a elaboração dos componentes do projeto que resultou no presente texto, influenciando diretamente para a definição do recorte temático, objetivos e hipótese central de pesquisa, mas também para a perspectiva teórica metodológica de seleção, separação e problematização das fontes. A primeira leitura realizada que descortinou, ao nosso olhar, possibilidades abertas pela historiografia da morte, foi o livro *Morrer na guerra: a sociedade diante da morte em combate*, publicado em 2017, de autoria da historiadora Adriana Piovezan. Nele, a pesquisadora prioriza monumentos fúnebres militares e a documentação do Pelotão de Sepultamento da FEB para analisar, respectivamente, as motivações dos vivos em rememorar seus mortos, a partir de investidas em cultos cívicos, bem como reações e comportamentos dos soldados diante dos riscos de suas próprias mortes. Outra produção que aponta para apropriações institucionais da morte de um militar, cuja leitura tornou-se bastante sugestiva, foi *50 anos de morte do Tenente Camargo (1965-2015): impasses e conflitos da memória institucional do Exército Brasileiro*, uma tese do historiador militar Ronaldo Zatta (2016), que também parte de rituais fúnebres para compreender como o militar da contraguerrilha de 1965, Carlos Argemiro de Camargo, falecido em combate contra o grupo de Jefferson Cardim, tornou-se herói símbolo da luta contra o comunismo no contexto da ditadura militar.

Anseios, motivações e interesses institucionais, por trás da reelaboração da memória épica de Gualberto e da batalha, em diferentes contextos, através de novos lugares e novos formatos de cultos, puderam ser visualizados, com mais nitidez, por meio do trânsito que estabelecemos entre a visão organizacional⁴, enquanto enfoque oferecido pela historiografia militar, e a História da Morte⁵. Duas perspectivas cujos ângulos de interpretação nos fizeram partir de características e interesses da própria corporação militar, para compreender suas atitudes e comportamentos diante da morte, de um dos seus comandantes combatentes, problematizando usos de caráter político ideológico, sem excluir a autoimagem dos policiais enquanto heróis, isto é, uma representação presente na própria identidade militar.

O longo caminho percorrido não foi apenas teórico. Para entendermos como, passados mais de cem anos do Combate do Irani, a Polícia Militar do Paraná ainda consegue mitificar a figura controversa de João Gualberto, não foi suficiente levar em conta apenas seus interesses particulares, perceptíveis em apropriações com silenciamentos, do que não devia ser lembrado, e realces do que considerou ser memorável. Também não bastou apenas concebê-la enquanto uma instituição de caráter totalizante, com tendências a operar políticas de memória “fechadas”, ou seja, sem diálogos com a produção acadêmica, sem interlocuções com a historiografia “mais recente” do Contestado. Em termos empíricos, achamos necessário recuar no tempo, enveredando por um processo histórico mais amplo, em busca de respostas para várias indagações, como: quem foi o homem e o militar João Gualberto, como se deu sua aceitação e ascensão na capital do Paraná, que projeto comum foi capaz de reunir indivíduos, grupos e instituições diversos em torno da sua morte para dramatizá-la e, finalmente, como atuou o Regimento de Segurança nos ritos póstumos à memória desse oficial. Essas questões exigiram uma redefinição na localização, seleção e problematização do conjunto das fontes, visto que a documentação institucional acessada,

⁴ Essa perspectiva parte prioritariamente das características e elementos constituintes de uma determinada instituição militar para analisar suas atitudes e comportamentos, sem, contudo, ignorar as interações da força militar em questão, com seu ambiente político e social. A denominação organizacional pode ter surgido da intenção de demarcar uma ruptura com a visão instrumentalista, a qual sempre reduziu organizações militares a papéis de meros braços armados ou aparelhos reprodutores dos interesses do Estado ou interesses classistas, excluindo, de qualquer análise, possibilidades de autonomia institucional por meio de projetos e interesses próprios e independentes.

⁵ Relevante complemento do enfoque organizacional acaba sendo a possibilidade aberta pela historiografia da morte, uma vez que, a partir da análise de comportamentos da corporação estadual, em práticas de culto e liturgias cívicas, podem ser problematizados interesses de celebração da figura de João Gualberto, compondo projetos políticos institucionais, mas também crenças que os militares envolvidos acabam evidenciando, em relação às próprias imagens mitificadas que são capazes de elaborar.

reunida e pensada, anteriormente como predominante, seria insuficiente para todos os questionamentos relativos aos aspectos biográficos do militar e aos comportamentos sociais, diante de sua morte, e priorizando atitudes da corporação.

Por meio de uma análise textual qualitativa dos discursos contidos em conjunto documental diversificado – que inclui fontes institucionais e, ao mesmo tempo, fontes que acreditamos não contrariam as vozes da oficialidade – buscamos entender o caráter utilitário que a história mito, expressão usada por Keegan (1976), pode acabar tendo dentro da corporação estadual, estabelecendo a seguinte questão problema: que interesses e objetivos teve e continua tendo a Polícia Militar do Paraná em usar a morte de João Gualberto, idealizando sua figura enquanto heroica, em diferentes contextos? Levando em consideração os dois extremos temporais, enunciaremos também a seguinte hipótese principal: imagens heroicizadas contidas nos lugares institucionais de rememoração da morte de João Gualberto, “mais recentes”, foram reelaboradas a partir de discursos herdados dos agentes/atores que monumentalizaram e teatralizaram tal perda, principalmente nos anos de 1912/1913. Ao enunciarmos essa hipótese, supomos que, por meio da socialização na corporação, várias gerações de policiais introjetaram certas crenças, não problematizadas (em relação ao oficial e ao passado desse personagem no Regimento de Segurança e na expedição de extermínio) e ao reformatarem os cultos de veneração, tornando-os ora mais abertos ora mais fechados aos civis, acabaram por reatualizar a própria memória, conforme interesses e objetivos.

Para tanto, empregamos documentos escritos institucionais, em sua maioria localizados no acervo do Museu Histórico da PMPR, como Ordens do Dia, Boletins Históricos, Processo Militar 806 de 1913, narrativas editadas do Capitão Rosa Filho, e fontes visuais, como: reproduções fotográficas e quadro pintado a óleo, além de site da corporação. Entre a documentação convergente com discursos da oficialidade, as fontes de imprensa, especificamente os jornais A República e o Diário da Tarde, principalmente edições de 1909 a 1912, encontradas no Acervo da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital), apresentaram grande potencial para investigação, permitindo, mesmo que de modo indireto, que ouvíssemos as falas de João Gualberto, compreendêssemos quais das suas realizações e interações sociais mais favoreceram a construção de toda uma imagem para ser mitificada após sua morte, e ainda, percebêssemos como tais veículos de comunicação sempre atuaram no sentido de forjar imagens enaltecidas dos militares

em contraposição à desqualificação dos sertanejos, divulgando iniciativas de outros atores da heroização.

Foram ainda examinados Decretos e Leis do Poder Estadual, Processo Crime de Palmas, de 1913, documento originado do Fórum da Comarca de Palmas, e uma Coletânea de documentos referentes à conduta do Regimento de Segurança no Combate do Irani, encontrada num boletim do Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Somente após Exame de Qualificação, conseguimos uma edição de 1939, de uma obra do historiador David Carneiro, que contém a melhor biografia de João Gualberto até hoje escrita. Tal fonte, que passou a ocupar praticamente todo o espaço e atenção antes concedido à voz do filho de Gualberto, o então homônimo General do EB⁶, foi de extrema relevância para cruzamentos com informações extraídas de outras narrativas, como, por exemplo, as de Rosa Filho.

Ao trabalharmos com documentação institucional, jornais, processos, decretos, biografia, entre outros documentos, levamos em consideração o processo de produção desses discursos, em diferentes passados orientados por diferentes necessidades e interesses. Desse modo, passamos a atentar para indagações como: quem fala, de que espaço social e ideológico fala, o que é autorizado a falar, em nome de quem fala, que intenções tem com tal fala. Para a análise das fontes de imprensa, por exemplo, seguimos as reflexões de Zicman (1985), autor que destaca a importância de se historicizar os jornais, buscando entender sua linha editorial a partir de toda uma atenção com títulos, recursos narrativos e posições políticas dos seus redatores e colaboradores, nas suas intenções de noticiar elementos do cotidiano. Woitowicz (2014) foi outra estudiosa que, em sua análise sobre o empenho do Diário da Tarde, nos fez refletir sobre o modo como o “dizer” jornalístico acabou construindo imagens da realidade relativas ao Irani e a toda Guerra do Contestado, dando visibilidade a certos fatos e versões e apagando outros, conforme os diferentes posicionamentos que foi assumindo, em distintas fases do conflito.

Uma contextualização da produção e da própria vida multifacetada do biógrafo de João Gualberto, o então historiador regional Davi Carneiro, dependeu de outras leituras que situassem o pesquisador nas possibilidades de seu tempo, isto é, que elucidassem sua

⁶ Por ocasião do 75º Aniversário de Fundação do IHGP, quando ainda era denominado Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, foi publicada a palestra, em boletim, do mencionado General, com o título No Centenário de João Gualberto.

filiação positivista como norteadora de sua própria concepção de história, assim como suas relações com a família de João Gualberto⁷. Esses elementos foram fundamentais para não esquecermos que, embora a biografia mencionada seja uma fonte rica, capaz de fornecer referências cronológicas e informações de outros acontecimentos, relacionados ao personagem que outras fontes emudeceram, jamais pode ser vista como “expressão da verdade”, mas sim como uma narrativa permeada pelo que o autor julgou ser memorável, conforme suas orientações e filiações.

Não tivemos acesso aos Livros de Ordem do Dia dos anos de 1912, 1913, 1914, 1915 e 1916, justo os livros que desapareceram do acervo do Museu da PMPR, com registros institucionais do período da guerra. Fontes cruciais para investigarmos tanto elementos do comportamento do coronel no Irani quanto posteriores ações de veneração ao morto pela corporação em diferentes contextos. Em virtude de quase dois anos de pandemia, também foi impossível um acesso mais completo às edições dos jornais empregados, como sabemos existir no acervo da Biblioteca Pública do Paraná, desde o ano passado não disponibilizado. Na Hemeroteca, muitas cópias disponibilizadas apresentam páginas mutiladas e ilegíveis, além da ausência de muitas edições.

Também consultamos outras fontes, consideradas importantes, da seguinte forma: a partir da Coletânea de Documentos referentes à conduta do Regimento de Segurança no Combate do Irani, buscamos entender o empenho da corporação, tentando esclarecer as atitudes dos seus oficiais em guerra, para tentar preservar seu próprio nome diante do massacre sofrido que ceifou a vida de policiais militares. Os Decretos serviram para demonstrarmos tanto a substituição de um herói (Dulcídio) por outros dois (Sarmiento e Gualberto), no contexto do regime militar, como a atualização do culto cívico ao oficial

⁷ O pesquisador David Carneiro (1904-1990) era filho do Coronel da Guarda Nacional e ervateiro David Antonio da Silva Carneiro (1879-1928), o mesmo que foi secretário do Tiro Rio Branco e amigo íntimo de João Gualberto (CARNEIRO, 1939). Coincidentemente, Carneiro, o biógrafo, também foi colega do filho homônimo do oficial militar, estreitando ainda mais os laços com os Sás, o que favoreceu seu acesso aos documentos do acervo familiar, que ele tanto menciona na obra. Segundo Daiane Machado (2012), o autor foi um dos remanescentes da “intelectualidade paranaense” das primeiras décadas do século XX, tendo experiências intelectuais, profissionais e sociais bastante diversificadas. Formado em engenharia, foi também empresário do mate, professor acadêmico, positivista, museólogo, historiador sem formação universitária, autor de uma vasta produção bibliográfica e, ainda, simpatizante do Paranismo, por influência da admiração que nutria pelo articulador do movimento, Romário Martins. A correlação entre sua filiação e devoção vitalícia ao catecismo positivista de Augusto Comte e seus diálogos com paranistas acaba elucidando sua idealização da figura do biografado, concebido, pelo autor, enquanto um dos símbolos para legitimação de uma identidade regional. A defesa do regionalismo esteve entre os posicionamentos políticos e ideológicos do David pesquisador, até seu envelhecimento, ao ponto de ter afirmado em entrevista, nos anos de 1980, que o povo paranaense necessitava conhecer suas raízes históricas por meio da divulgação dos nomes dos “heróis” da sua terra. (MACHADO, 2012, p. 17).

morto no Irani, além da participação do Estado e das elites paranaenses nas cerimônias de rememoração desse personagem. Já os processos (Processo Militar 806 e Processo Crime e Palmas) foram documentos que, através da fala dos depoentes, contribuíram para a compreensão da postura intolerante, preconceituosa, incompetente e inconsequente de João Gualberto nos Campos do Irani, bem como as reações da corporação após o combate.

Ao longo da dissertação, articulam-se partes mais descritivas e partes mais analíticas, na tentativa de compor um diálogo, mais coerente possível, entre conceitos, fontes e historiografia, disposto e organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo, iniciado com uma breve constatação da tardia incorporação da Polícia enquanto tema de estudos acadêmicos, foi elaborado na tentativa de elucidar como uma força de policiamento militarizada ainda heroiciza e usa a morte de um oficial ocorrida no início da Guerra do Contestado. Com esse objetivo, e, na ausência de uma historiografia específica sobre Polícias Militares que coloque em debate tendências totalizantes dessas forças, dialogamos com autores cujos enunciados identificam o Exército Brasileiro enquanto uma instituição total. Tomar de empréstimo reflexões desses estudiosos, que também analisam os impactos que uma organização total acaba tendo na construção de uma identidade militar, foi o recurso usado na abordagem do restante do capítulo, a qual ainda procurou demonstrar o caráter repressor, conservador e belicista das polícias, desde suas origens, em função das interações com o Exército, destacando o percurso não diferenciado da PMPR, bem como apropriações institucionais, e, portanto seletivas, de suas próprias experiências em guerras, como recurso para (re)construção da própria identidade policial, amparada na reelaboração de uma memória que objetiva introjetar a ideia do heroísmo como missão.

No segundo capítulo, com a finalidade de procurar responder quem foi o personagem mitificado, como a formação militar recebida modelou sua visão de mundo e, ainda, como se deu a construção de sua imagem no mesmo ambiente político, econômico, social e cultural, que converteu sua morte em um acontecimento heroico, elaboramos um itinerário linear de caráter biográfico, enfatizando as instituições, os eventos e os vínculos sociais que acreditamos terem proporcionado maior projeção da imagem do oficial, dentro e fora da capital do Paraná. Sem deixar de procurar problematizar as ações, posturas e comportamentos, tanto em Curitiba quanto em Irani, do oficial idealizado, dentro de um quadro de referências que incluíram a Praia Vermelha

e sua convivência no meio curitibano, encerramos o mesmo capítulo demarcando papéis assumidos na fabricação do mito do herói morto, em batalha figurada intencionalmente a partir de dimensões épicas, pelas ações dos agentes/atores que contracenaram com o Regimento de Segurança na teatralização dessa morte.

Já o terceiro capítulo foi iniciado com articulações teórico-metodológicas, em torno da tríade morte/mito do herói/memória – entendida, como possível e coerente, em função principalmente do diálogo estabelecido entre as contribuições de Maurice Halbwachs/Michael Pollak (em torno da memória coletiva) e a noção de invenção de tradições, usada por Celso Castro, mas apropriada das categorias de análise elaboradas por Eric Hobsbawm. Tal diálogo norteou a investigação dos usos e apropriações institucionais, nos dois extremos temporais da mitificação. Comparando os dois extremos, partimos de elementos da própria organização estadual, para demonstrar que as imagens mitificadas acerca do morto, da tropa e da batalha, encontradas nos lugares de rememoração, construídos nas últimas décadas do século XX, são decorrentes de uma memória herdada e, ao mesmo tempo “fechada”. Herdada do depósito de lembranças seletivas, isto é, incapazes de contrariar o mito criado, nos anos de 1912/1913, pelas práticas de culto do Regimento de Segurança, no ato de contracenar com outros agentes heroizantes. E “fechada”, devido às características totalizantes da PMPR, que acabaram “protegendo” a (re)construção de sua própria memória institucional de maiores questionamentos, originados de outros discursos, como por exemplo, o historiográfico. Perseguindo essas características, herança, militarização das lembranças e “fechamento” de memórias, assim como, constatando permanências em relação ao que deve ser rememorado e do que deve ser silenciado, também procuramos identificar diferenças entre os formatos de culto e seus possíveis alcances sociais entre os dois extremos da heroização institucional.

2. A POLÍCIA ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO

2.1 – A POLÍCIA E A HISTORIOGRAFIA

Para Bretas e Rosenberg (2013), em termos de historiografia internacional, só a partir da década de 1960, a polícia começou a virar objeto de pesquisas acadêmicas. Sendo que, no Brasil, o interesse por tal recorte temático surgiu ainda mais tarde. Nas palavras dos autores, muitos foram os entraves para que a polícia atraísse a atenção dos historiadores, principalmente em nosso país,

Da mesma forma, o tema era bastante raro nas ciências sociais. Diversos elementos da década de 1960, agitações raciais, estudantis, etc., contribuíram para dar maior visibilidade à polícia e começaram a transformá-la em um foco de interesse acadêmico. Ainda assim, o desenvolvimento do objeto — especialmente no campo da história — se fez lentamente, tendo de enfrentar uma série de obstáculos. Do ponto de vista acadêmico, a polícia era subsumida em grandes esquemas explicativos, onde se fazia instrumento dócil. Numa perspectiva liberal, ela fazia parte das instituições do progresso moderno, parte pouco significativa da história de um Estado que se fazia melhor, mais racional e democrático. Numa perspectiva marxista, fazia parte do arsenal repressivo, agindo sob as ordens de um Estado ou de uma burguesia opressora. A crise destes grandes modelos explicativos permite uma aproximação maior do objeto policial, mas ainda limitada pela visão profundamente negativa que o mundo universitário tinha (ou tem?) do mundo policial. As conjunturas conflituosas dos anos 1960 não ajudavam a imagem da polícia, e isto talvez de forma mais radical num país como o Brasil, sob o controle de uma ditadura militar. Meio século passado, parece possível afirmar que esse estigma policial permanece e contamina os estudiosos do tema, dedicados a um universo socialmente “baixo”, talvez socialmente relevante, mas externo às discussões culturalmente mais relevantes (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 163).

Claudia Mauch (2007) também afirma que uma historiografia da polícia começou a despontar ao longo dos anos de 1960, impactada por uma nova perspectiva sociológica que passava a problematizar a relação entre a instituição policial e a sociedade estadunidense, as especificidades do trabalho policial, ou ainda, o monopólio legítimo do uso da força pela polícia associado a sua tarefa no combate ao crime. Segundo essa autora, no final da década de 1960, surgiram trabalhos inovadores, centrados no cotidiano dos policiais, que promoveram uma ruptura com visões cristalizadas de que a polícia era um mero braço armado do Estado ou que atuava como aparelho ideológico das classes dominantes. Essas novas pesquisas começavam a demonstrar uma certa autonomia por parte da instituição policial, por meio da análise das ações dos seus sujeitos. Contudo, sem negar a interferência dos objetivos de classe, as novas abordagens atentavam para o

fato de que as ações dos policiais não podiam ser entendidas como simples reflexo da execução dos interesses do Estado ou das elites políticas e econômicas, uma vez que o policial nem sempre agia conforme regulamentos e ordens internas, usando da sua capacidade de avaliar os acontecimentos nem sempre em total conformidade com leis e regulamentos, pois, no ato de reproduzir a ordem, a polícia também a interpreta, tendo o poder de arbítrio para influenciá-la em termos de aplicação ou não das leis.

Entendemos esse “novo” enfoque articulado ao contexto de surgimento de uma “nova” concepção para análise das Forças Armadas, em especial para análise do Exército. Conforme Edmundo Campos Coelho (2000), predomina ainda nas ciências sociais e na tradição historiográfica uma visão das forças militares como comandadas e usadas pelas classes dominantes ou pelos setores médios, do qual o Exército, por exemplo, seria seu agente político. Essa visão, chamada por Coelho de instrumental, estaria dividida em três versões: a oligárquica, a das classes médias e a moderadora. Em nenhuma delas, o sentido comportamental da organização militar focada é interpretado dentro do quadro de elementos da própria organização, sendo o poder militar visto como diretamente derivado do poder civil, decorrente das relações de classe, ou ainda, em consonância com as correntes de opinião pública⁸.

Após apresentar três processos complementares que teriam marcado a trajetória do Exército, como a importância dos interesses e necessidades internos, motivando a postura política da instituição; a crescente autonomia da organização frente aos conflitos de classe e, ainda, o progressivo “fechamento” do meio militar aos influxos da sociedade civil, o autor defende a teoria organizacional cuja principal diferença, em relação ao instrumentalismo, apesar das suas diversas orientações teórico-metodológicas, é justamente partir da própria organização como a unidade de análise. “Esta ênfase na organização não exclui a questão das relações entre a organização, por um lado, e seu contexto ambiental, por outro” (COELHO, 2000, p. 41), uma vez que o núcleo da análise está direcionado, justamente, para as influências mútuas entre organização e ambiente.

⁸ COELHO, E. C. **Em Busca de Identidade**: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 32-33. Neste livro, o autor afirma que, segundo a versão oligárquica, o exército enquanto aparelho do Estado seria comandado e usado pelas classes dominantes, principalmente em momentos de crise do sistema de dominação. Já a versão dos setores médios relaciona a origem social dos oficiais como predominantemente recrutados entre as classes médias para justificar o papel do exército como representante dos interesses dessas classes. E, por último, a versão moderadora, na qual o exército exerce uma espécie de função de árbitro nos conflitos entre grupos e classes, atuando conforme pressões externas a si próprio, incluindo às da opinião pública.

Partiremos da visão organizacional para analisarmos tanto a influência da formação militar no comportamento do oficial João Gualberto no Irani quanto a heroicização de sua morte em guerra, pela PMPR. Acreditamos ser essa orientação a mais adequada, justamente por não conceber o poder militar como um desdobramento do poder civil e por oferecer um conjunto mais amplo, porém, também mais complexo, para investigarmos a relativa autonomia policial (no caso, tanto individual como coletiva), em seus interesses, anseios e representações próprios, relacionada às pressões do ambiente, ou seja, levando em conta os interesses classistas do Estado.

Antes do capítulo que aborda o personagem heroicizado, achamos relevante enfatizar parte significativa da discussão historiográfica que articula características de organizações militares com a produção da identidade militar, relação constatada nos dois extremos temporais da mitificação da morte de João Gualberto, realizada pela força estadual. Igualmente, consideramos pertinente abordar as aproximações históricas entre as Polícias Militares e o Exército Brasileiro, interações que reverberaram no processo de atuação belicista das forças estaduais, o qual não pode ser menosprezado quando se trata de tentar compreender a opção da corporação em eleger como herói um oficial falecido em operação de guerra.

2.2 – INSTITUIÇÕES MILITARES ENQUANTO DE INSTITUIÇÕES TOTAIS E O IMPACTO NA IDENTIDADE MILITAR

Não é de hoje que especialistas em História Militar ou pesquisadores da área militar nas Ciências Sociais debatem as características das instituições militares dentro do quadro conceitual de Instituição Social Total ou de instituições com essência totalizante.

Por concebermos as Polícias Militares como organizações com características totalizantes, que foram sendo adquiridas através de todo um processo marcado por vínculos e relações estabelecidas com o Exército Brasileiro, realizaremos uma revisão bibliográfica de autores que pensaram tanto a força terrestre enquanto uma instituição total, ou com essência totalizante, bem como de estudiosos que apontaram as repercussões dessas tendências na formação de uma identidade militar.

McCann (2007, p. 16) é um dos estudiosos que diferencia a natureza do Exército em relação a outras instituições sociais, porém admite que, “como principal agente de

violência do Estado, destaca-se e possui características especiais como organização social”, sendo uma instituição total.

Santos (2004) é outra autora que entende o Exército como uma instituição total e, ao dialogar com parte da historiografia, no que tange o “espírito de corpo” dos militares, destaca o posicionamento de Hélio Silva (1984), que compreende as Forças Armadas não como uma casta, mas sim como uma corporação fechada, desde sua constituição até suas tradições e finalidades. Uma corporação tão fechada que até o ensino e a doutrina seriam próprios, assim como sua mística específica e inconfundível. O destaque para esse caráter fechado pode ser percebido igualmente nas análises de Oliveira Viana (1949) e Sérgio Buarque de Hollanda (1977), autores igualmente citados por Santos, quando inicia o esboço do que, a seus olhos, faria parte da identidade militar e de como essa identidade foi sendo constituída no interior das academias militares. O primeiro afirma que, desde o Império, havia uma oposição generalizada entre os “homens de farda” (concebidos como puros, sãos e patriotas) e os “civis” (vistos como corruptos, podres e desprovidos de sentimentos patrióticos) (VIANNA⁹, 1949 apud SANTOS, 2004). Já o historiador enfatiza que o que desencadeou a Crise Militar foi justamente uma tomada de consciência de classe, por parte dos militares, acompanhada de uma noção de seus inimigos de classe (HOLLANDA¹⁰, 1977 apud SANTOS, 2004).

O próprio Celso Castro (1990), em sua pesquisa sobre a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)¹¹, nota que desde o primeiro momento, desde a entrada de um jovem em uma instituição militar, o mesmo vivencia uma série de rituais repetitivos que visam transformar sua identidade, estabelecendo fronteiras simbólicas para modificar o seu “eu”, forjando um “novo ser”, diferente do “paisano”, do “civil”.

A construção desse “novo ser” depende diretamente do desenvolvimento de um sentimento de pertencer ao “mundo de dentro” (instituição), em oposição ao mundo externo, ou seja, o “mundo civil”, resultando em um contraste entre o “nós militares” e “eles civis”. Ao longo da carreira, essa construção passa a ser naturalizada de modo tão intenso que realmente os militares passam a crer na veracidade de uma polarização entre “civil” e “militar”, quando o que de fato ocorre é um processo de invenção de uma identidade “civil”, a qual opõe-se a “militar”, conforme responde Castro ao ser

⁹ VIANNA, O. **O acaso do império**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

¹⁰ HOLLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira**, 2.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, v.5, 1977.

¹¹ CASTRO, C. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1990.

entrevistado. Tal polarização é uma das características produzidas pelas Instituições Totais (CASTRO, 2017).

Esse conceito teve entre seus precursores internacionais o trabalho do sociólogo canadense Erving Goffman, publicado nos anos de 1960 com o título *Asylums- Essays on the social situation of mental patients and other inmates*, obra que foi traduzida, posteriormente, no Brasil como *Manicômios, prisões e conventos*. Logo na introdução do livro, Goffman deixa claro o que entende por instituição total, isto é, “um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1974, p. 11). Nessas instituições, a rotina dos internos, não voluntários, torna-se muito diferenciada, quando comparada ao dia a dia dos indivíduos que vivem fora do ambiente institucional, na medida em que ações humanas, como dormir, comer, trabalhar, higienizar espaços e se divertir, se dão coletivamente conforme a racionalidade da instituição em seu modo de exercer controle social.

Na tipologia criada por Goffman, organizações militares estariam dentro do que ele chama de instituições voltadas a realização mais adequada de uma tarefa ou missão, como os quartéis e os internatos (GOFFMAN, 1974). Embora não seja diretamente seu objeto de análise, as instituições militares são mencionadas pelo autor em várias passagens da obra, devido a seu caráter fechado em relação à sociedade como um todo, mas também em função do que Goffman chama de mortificação do “eu”, processo fundamental de desconstrução, da identidade anterior, para dar lugar a elementos que possam compor a identidade almejada pela instituição.

Em artigo para seminário, Castro tece uma série de ponderações sobre o uso do conceito de Goffman na caracterização das instituições militares enquanto instituições totais, ressaltando uma série de diferenças entre estabelecimentos militares e as instituições que Goffman escolheu para compor seu tipo ideal. Nesse sentido, o antropólogo brasileiro inicia seu texto destacando a relativa autonomia dos estabelecimentos onde ocorrem a socialização militar, bem como alega que em quartéis e academias inexiste uma rígida separação entre “equipe dirigente” e “internos” e, que, apesar das barreiras intransponíveis entre oficiais e praças, no interior desses dois grupos existem chances de mobilidade social a partir de critérios de valorização do mérito individual. Destaca, também, a presença de relações afetivas entre cadetes e oficiais e a existência de comunicação informal entre eles, ambas estimuladas pela própria instituição

desde que não coloquem em risco noções de respeito à hierarquia. E, por último, enfatiza que a academia funciona como um estágio a ser superado por seus membros que ingressaram por vontade própria. Sendo assim, não aconteceria no interior da mesma iguais estratégias de controle com a permanente tensão entre mundo interno e externo (CASTRO, 2007).

A partir dessas diferenciações, mas também considerando o fato de que a profissão de militar é algo que transcende a jornada de trabalho – tornando a individualidade dos integrantes das instituições militares menos indiferenciada em diferentes momentos e aspectos de sua vida – o antropólogo opta pelo termo totalizante em substituição à expressão instituição total.

Sobre a carreira militar, Castro ainda salienta que

Pelo artigo 13, parágrafo 3º do Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980), a disciplina e o respeito à hierarquia — vistos como a base institucional das Forças Armadas — “devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.” Chamo atenção para o fato de que a obrigação se estende para além do serviço ativo, incluindo os aposentados, e também para a expressão “em todas as circunstâncias da vida”. Mesmo fora dos quartéis, os militares estão formalmente sujeitos, por exemplo, a padrões prescritos de comportamento e aos limites impostos pelos “círculos hierárquicos”, definidos no artigo 15º do Estatuto dos Militares como “âmbitos de convivência entre militares de uma mesma categoria”, com a finalidade expressa de “desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo”. Esses círculos hierárquicos regulam, por exemplo, regras de comensalidade — sargentos e oficiais não podem sentar-se à mesma mesa. Não respeitar esses círculos levaria a uma das situações mais temidas pela instituição: a “promiscuidade hierárquica”. Ao longo da vida militar, há também uma grande concentração de interações dentro de um mesmo “círculo social”, seguindo uma imagem da sociologia simmeliana. Com isso, o “mundo militar” torna-se mais diferenciado, enquanto a individualidade de seus integrantes torna-se mais indiferenciada. Na vida militar, para além do ambiente de trabalho, os locais de moradia, de lazer e de estudo são também, em grande medida compartilhados. Essa característica estende-se para cônjuges e filhos, englobando toda a “família militar”. A interação social endógena é estimulada, tanto formalmente, através eventos de confraternização organizados pela instituição, quanto informalmente, através de encontros sociais organizados por colegas de “família militar”. O papel das esposas (e, em certa medida, dos filhos) é fundamental. Há, inclusive, uma reprodução informal — porém óbvia — da hierarquia dos maridos entre as mulheres de militares (CASTRO, 2007, p. 4).

Pertinente destacar ainda a visão de José Murilo de Carvalho — autor que, ao questionar a pouca importância dada às organizações militares por parte de pesquisadores que sustentaram e ainda sustentam a visão das Forças Armadas como simples representante dos interesses de determinados grupos sociais — acaba classificando as mesmas dentro da expressão instituições totais. Segundo Carvalho (2005),

A sociologia tem mostrado exaustivamente, no entanto, que organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Isso vale particularmente para as organizações militares que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que E. Goffman chama de instituições totais. Essas instituições pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros, desenvolvem identidades mais fortes. Quando plenamente desenvolvidas, requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade. São exemplos desse fenômeno as antinomias entre homem velho e homem novo, nas ordens religiosas, e entre militar e paisano, nas organizações militares. Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente (CARVALHO, 2005, p. 29).

Levando em consideração que existem elementos fundamentais de organização da Polícia Militar do Paraná para perseguir seus interesses no uso da morte do oficial comandante, podemos indagar como são apreendidos pelos voluntários, “internos”, alguns dos valores militares mais caros, como hierarquia de postos e níveis, obediência, disciplina, cooperação, meritocracia, noções de abnegação, sacrifício e patriotismo e como se constrói a interiorização da noção da carreira militar como algo visto e sentido muito além de uma mera profissão, mais próximo de um verdadeiro estilo de vida. Estilo capaz de ultrapassar as fronteiras da caserna, invadindo outros setores da vida de seus membros. Acreditamos que as introjeções e/ou incorporações ocorrem no dia a dia, no processo de socialização e educação, por meio das atividades intelectuais e/ou físicas, regulamentos, ordens internas, sanções, decretos, mas também através da gestão interna da memória da corporação. Pois, através da gestão institucional da memória, de usos do passado, da construção de mitos heroicos, é possível inculcar no indivíduo/membro a ideia de que, na condição de integrante do corpo, ele passa a ter o privilégio de herdar uma tradição gloriosa, cujos componentes simbólicos permitem identificar a essência da instituição e sua própria identidade.

Por isso, tão relevante a leitura que Celso Castro fez de Eric Hobsbawm e Ranger, especificamente da obra *A Invenção das Tradições* (HOBSBAWM; RANGER, 1984), para seu próprio livro, *A Invenção do Exército* (CASTRO, 2019), no qual aborda a questão da invenção cultural das tradições, partindo do estudo sobre rituais, memória e identidade no interior de uma instituição voltada à valorização do tradicional, como é o caso do Exército Brasileiro. A leitura permite entender como diferentes contextos históricos, com diferentes necessidades, fizeram com que elementos simbólicos do passado fossem constantemente reinventados e atualizados, podendo, como Castro afirma, se falar de uma tradição da invenção. O título origina-se da constatação de que ao institucionalizar três tradições (Culto a Caxias, Dia do Exército e Comemorações da

vitória sobre a Intentona Comunista), o Exército, a partir de usos do passado, contidos em cerimônias e símbolos, construiu sua própria identidade social. O modo como Castro entende o termo invenção, não como falsidade ou mentira em contraposição à ideia de autêntico ou verdadeiro, comporta os dois sentidos (o de manipulação e o de crença nas próprias representações) levados em consideração para análise da(s) função(ões) da memória, enquanto elemento relevante para se refletir sobre a identidade da Polícia Militar do Paraná.

Tanto o conceito de tradição inventada quanto as três categorias de análise elaboradas por Hobsbawm e Ranger, como as que visam coesão social, as que buscam legitimar instituições e as que procuram inculcar valores e padrões de comportamentos, convergem com os papéis e funções que podem ser assumidos pelo mito do herói e pelo culto cívico na constituição de uma memória instrumento para construir e/ou consolidar identidade.

Por tradições inventadas entendemos vários componentes presentes no culto à morte, em guerra, de João Gualberto. Componentes que, reinventados e atualizados, dão significado e permitem identificação com os lugares de memória edificados com a finalidade de celebrar a figura do herói militar. Mito imprescindível para a reelaboração e manutenção de uma identidade forte que permita maior autonomia da organização, no sentido afirmado por José Murilo de Carvalho (2005), anteriormente aqui citado. Nesse sentido, destacam-se: a elevação do personagem histórico à condição de patrono de uma unidade de policiamento; a medalha João Gualberto; cerimônias anuais para rememorar o aniversário da morte do coronel; a narrativa do próprio museu da PMPR acerca do comandante; competições esportivas (corrida João Gualberto); publicações laudatórias; entre outras práticas que favoreçam a ritualização de normas, padrões de comportamento, valores e posturas almejados para identificação da corporação.

O conjunto da obra de Castro dedica um espaço privilegiado para a questão da identidade militar. Santos (2004) utiliza dois elementos desvendados por Celso Castro (1995) para compor, em sua pesquisa, o conjunto constituinte da identidade militar. Do antropólogo, com experiência em ambiente militarizado¹², a autora toma de empréstimo a valorização do princípio do mérito e a mentalidade cientificista para somar a outros dois elementos, que ela procura demonstrar a partir de sua própria pesquisa, a saber: a visão ou espírito romântico e a ideia de virilidade. Uma visão de mundo romântica, conforme

¹² Celso Castro, filho de militar, estudou em colégio militar (CASTRO, 1997).

a autora, teria chegado tardiamente, da França ao Brasil, via literatura, influenciando o imaginário social, inclusive dos oficiais, em seus duelos, pactos de sangue e na disposição de morrer pela Pátria, caso fosse necessário¹³. Sobre a questão da virilidade, a autora percebe as organizações militares, principalmente as voltadas a educação privativa, como espaços de validação da masculinidade, apesar do ingresso das mulheres nas Forças Armadas, nas últimas décadas. O que mais chamou nossa atenção, na discussão de gênero levantada pela autora, foi que os papéis de heróis no meio militar são sempre atribuídos a figuras masculinas. Isso se aplica aos vultos heroicos institucionalizados pela memória da Polícia Militar do Paraná, organização que só passou a permitir a entrada de mulheres no seu efetivo a partir de 1977¹⁴.

O sacrifício da própria vida, em nome da defesa da Pátria, fez parte do discurso do próprio João Gualberto em cerimônia de aceitação do comando do Regimento de Segurança do Paraná. E o destaque dado à importância da honra igualmente esteve presente em sua fala no Irani, pois, quando informado sobre as condições vantajosas dos seus adversários, declarou que mesmo assim os atacaria, dando a entender que tinha todo um nome a zelar. Discursos de época, até hoje explorados intensamente pela memória institucional, na tentativa de gerar identificação entre o mito do herói e os policiais, como demonstraremos em capítulo específico.

Guardadas as devidas proporções, em relação ao conceito de Goffman, concebemos a Polícia Militar do Paraná como uma instituição totalizante, principalmente, em seus vínculos com outra instituição militar que apresenta características de instituições totais, isto é, o Exército Brasileiro. E nessa linha conceitual, não acreditamos ser prudente perseguir a visão dos agentes (grupo de policiais militares) que heroizaram a morte do coronel João Gualberto, em diferentes momentos, fora do contexto da formação totalizante que tais oficiais receberam, via organização da corporação estadual e sua instituição privativa educacional, isto é, a Academia de Polícia Militar do Guatupê. Não se trata, nos limites impostos pela atual pesquisa, de procurar investigar todo o processo dinâmico de construção de identidade da polícia estadual, mas sim o de tentar compreender a(s) função(ões) dos usos institucionais do passado, especificamente, da

¹³ Santos (2004) elenca o episódio dos 18 do Forte de Copacabana e outras fases do tenentismo enquanto exemplos de uma postura romântica por parte de seus protagonistas.

¹⁴ Em sua tese de doutorado, Andréa Mazurok Schatae demonstra que a presença feminina em instituições armadas é um fato do século XX, como no caso da PMPR, que só criou o primeiro pelotão de mulheres em 1977 (SCHATAE, 2011).

elaboração e reelaboração da memória heroica da morte de João Gualberto, para a identidade da força estadual.

Sobre as proximidades entre as polícias e a força terrestre, Muniz (2001) acrescenta que

(...) Até hoje, o modelo militar de organização profissional tem servido como inspiração para maior parte das Polícias Militares. Assim como no Exército Brasileiro, as PMs possuem Estado Maior, cadeia de comando, Batalhões, Regimentos, Companhias, Destacamentos, Tropas, etc. Seus profissionais não fazem uso de uniformes como agentes ostensivos das recém-criadas Guardas Municipais; eles utilizam “fardas” bastante assemelhadas aos trajes de combate dos militares regulares. Nestas fardas estão fixados diversos apetrechos, como uma tarja com o “nome de guerra”, as divisas correspondentes aos graus hierárquicos e outras insígnias referentes à trajetória institucional do policial (MUNIZ, 2001, p. 180).

O relacionamento Polícia/Exército será tratado a seguir, por meio de um histórico das Polícias no Brasil, focalizando a própria corporação paranaense, com o intuito de enfatizar toda uma trajetória autoritária e repressiva, articulada ao Exército Brasileiro, em diferentes contextos, marcados por sucessivas relações de “dependência”, “subordinação”, “rivalidade/competição” e “sujeição”, que vão desde o Brasil Colônia até o período da ditadura militar, inaugurado pelo Golpe de 1964.

2.3 – POLÍCIAS MILITARES – DO PERÍODO IMPERIAL À DITADURA MILITAR: O CARÁTER REPRESSIVO DAS FORÇAS DE POLICIAMENTO E SUAS RELAÇÕES COM O EXÉRCITO BRASILEIRO

A aproximação das Polícias Militares, no Brasil, com as Forças Armadas remonta à origem das primeiras, ainda no Período Colonial¹⁵. Criadas antes mesmo do surgimento da Guarda Nacional (1831), essas forças têm seu nascimento, bem como a trajetória de sua atuação, interligadas à própria história da força terrestre brasileira, embora nem sempre tenham sido harmônicas e colaborativas as relações entre as polícias e o Exército.

Existem divergências sobre qual teria sido o marco inicial de uma atividade verdadeiramente policial na colônia. Alguns estudiosos entendem que, com a implantação do sistema de capitanias hereditárias, já existia um aparato com funções de policiamento na figura dos donatários, que antes do Governo Geral, atuavam como capitães detendo toda autoridade e poder militar, controlando inclusive a entrada de armamentos; ou ainda, dos sesmeiros, que tinham entre outros deveres, a missão de proteger as terras de

¹⁵ Tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar surgiram antes da concretização da independência do Brasil. (SOUZA; MORAIS, 2011).

invasores estrangeiros, na ausência de mecanismos criados pela metrópole na defesa de seu imenso território colonial (BORGES FILHO, 1989). Contudo, a maioria dos autores relaciona a transferência da Corte portuguesa e da família real para o Brasil, em 1808, com o início da criação de uma estrutura policial mais ostensiva. Holloway é um deles, ao contextualizar a relevância da criação das forças policiais dentro do quadro de uma sociedade conservadora de base escravista, atendendo aos interesses de uma segurança mais adequada ao modo de vida das elites (HOLLOWAY, 1997).

Por ordem de D. João VI, na condição de Príncipe regente, foi desenvolvido um serviço policial no Rio de Janeiro aos moldes do serviço lisboeta. Ainda em 1808, por meio de dois Alvarás, com poucos dias de diferença, no mês de abril, era criada a Intendência Geral de Polícia da Corte e o cargo de Intendente Geral de Polícia. Responsável pela manutenção da ordem e por zelar pelo abastecimento da cidade, a Intendência ainda tinha outras atribuições, como a de investigar crimes e capturar escravos fugitivos. Para tanto, o cargo de intendente reunia poderes para prender, julgar e punir indivíduos, atuando como um juiz com funções policiais (BORGES FILHO, 1989). Se a Intendência Geral de Polícia deu origem às Polícias Cíveis, as Polícias Militares surgiram da Guarda Real de Polícia, criada em 1809.

Tal instituição já nasceu militarizada, seguindo o modelo português de policiamento, tendo entre seus membros, em posição de comando, uma maioria proveniente do Exército. Fruto de uma aprovação do primeiro intendente geral, Paulo Fernandes Viana, a Guarda Real de Polícia, posteriormente, transformou-se no que atualmente é a Polícia Militar do Rio de Janeiro. Subordinada à autoridade do intendente, na missão de defender a ordem e a segurança na capital, essa força não possuía orçamento próprio. Sendo assim, o juiz atuava como responsável direto por todos os gastos com Guarda Real da Polícia, incluindo despesas com compras de uniformes e equipamentos, por meio de verbas que eram adquiridas inclusive através de taxas públicas, empréstimos privados e subvenções feitas por indivíduos abastados, na época¹⁶.

Bordin (2012) aborda o caráter repressivo dessa unidade:

Durante o período de existência da Guarda Real de Polícia ficou evidenciada a sua função, ou seja, o controle social das classes consideradas na época perigosas. Escravos fugitivos, vadios e outros que importunavam as classes dominantes da corte, fossem eles homens, mulheres ou crianças, eram tratados de forma violenta e desrespeitosamente, mesmo porque não eram vistos como portadores de direitos, quando da abordagem das patrulhas policiais da época. As práticas policiais não mudaram muito com a independência do país que

¹⁶ Maiores detalhes sobre a Guarda Real de Polícia ver HOLLOWAY (1997) e BORDIN (2012).

manteve por muitos anos ainda os velhos métodos de controle da população escrava. Os espancamentos com chicote eram práticas comuns no ato da captura, chegando até “300 açoites” (Holloway, 1997). Nesse primeiro momento da história da polícia no Brasil verificamos que existia uma subordinação muito grande ao Exército Nacional, usada como forma de controle, sendo que seus membros podiam ocupar cargos nas unidades policiais, e mesmo com a criação da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, em 1831, não houve uma separação da instituição militar, sendo necessário que os candidatos ao cargo da guarda fossem preferencialmente oriundos da arma terrestre da época, mesmo que essa nova instituição ficasse subordinada ao poder de uma autoridade civil. Com a criação da Guarda Municipal da capital do Império, a Guarda Real de Polícia foi abolida (BORDIN, 2012, p. 325).

O que Bordin trata como Guarda Municipal do Rio teve seu surgimento após a abdicação de D. Pedro I, portanto na já fase regencial do Império, e deve-se à ação “descentralizadora”¹⁷ do padre Diogo Feijó, que substituiu todos os corpos policiais existentes por um único corpo: a Guarda de Voluntários por Províncias, também conhecida por Corpo de Guardas Municipais Permanentes, que legava todas as funções da Guarda Real. Essas Guardas Municipais surgiam num contexto de muita insatisfação social, que posteriormente iria desencadear a eclosão de uma série de revoltas separatistas pelas províncias, como por exemplo: a Cabanagem (1835-1840) no Pará; a Sabinada (1837 a 1838) na Bahia; a Balaiada (1838 a 1841) no Maranhão; e a Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul, isso sem falar na Revolta dos Malês, que eclodiu em Salvador.

Também em 1831, era criada a Guarda Nacional, peça civil fundamental do sistema repressivo do Império, com uma composição social mais diferenciada, em relação às Guardas Municipais Permanentes, ao menos no que diz respeito aos comandantes dessa força, que eram recrutados, pelo Estado, dentro do quadro das elites locais ou regionais. Segundo Holloway (1997), os critérios de alistamento da Guarda Nacional não diferiam muito dos usados para a Guarda Municipal, porém era muito melhor armada que as Municipais. Todo cidadão do sexo masculino, fisicamente capaz, entre 16 a 60 anos e que atendesse às exigências de renda mínima para o exercício do voto (100 \$000 por ano) era obrigado a ser membro da guarda. Essa renda mínima não era igual em todo país. Em Salvador, Rio de Janeiro, Recife e São Luís do Maranhão, era de 200 \$000 por ano (HOLLOWAY, 1997, p. 89). Os serviços da guarda não eram remunerados, e seus membros tinham que arcar com os custos dos uniformes, sendo as armas e outros

¹⁷ As Guardas Municipais surgem antes do Ato Adicional de 1834, conhecido por seu caráter descentralizador com o intuito de dar mais autonomia às províncias. Direcionamento que se altera no sentido oposto, ou seja, de nova centralização assim que Feijó renuncia. Informações adicionais sobre o caráter descentralizador do Ato podem ser consultadas na página do Arquivo Nacional (CABRAL, 2014).

equipamentos fornecidos pelo governo. A inexistência de pagamento, associada à falta de tempo livre ou ausência de capital, acabava inviabilizando o ingresso de muitos elementos das camadas urbanas populares e desfavorecidas, que não possuíam renda, como pobres, mendigos, vadios e outros tipos marginalizados que eram justamente o alvo de perseguição da repressão policial das Guardas Municipais. A tais excluídos, restava a possibilidade de preencher vagas das fileiras do Exército (HOLLOWAY, 1997).

Saldanha (2015, p. 674) justifica a criação da Guarda Nacional como uma alternativa, em função da ojeriza e desconfiança que os regentes sentiam em relação ao Exército, devido à “presença portuguesa no quadro de oficiais e a composição social da tropa como possíveis elementos de perturbação da ordem social”. Em outras palavras, o autor sugere o quanto a força terrestre era temida e desprezada, em função tanto do risco de fidelidade dos oficiais ao ex-imperador quanto em virtude do desprestígio social dos soldados, visto como um fator passível de desencadear revoltas internas.

Edmundo Campos Coelho (2000), ao refletir sobre as relações entre militares e civis, elaborou a tese da erradicação que mostra como o Exército foi sendo afastado da cena política, durante todo o período monárquico. “A política da erradicação, que se nutre de atitudes hostis à existência de uma força armada permanente e profissional, consiste em aplicar à organização militar a máxima de conformar-se ou perecer” (COELHO, 2000, p. 49). Analisando a dinâmica das relações, permeadas de tensões e embates, entre a corporação e as autoridades políticas do Império, o autor interpretou a intervenção militar de 1889 como decorrente tanto do alijamento, sofrido anteriormente, quanto em função do caráter fechado e de autoisolamento que a força foi adquirindo no esforço para sobreviver e manter-se, em condições adversas, que iam muito além do desprezo das elites políticas, uma vez que a imagem dos militares entre a população também era negativa.

Desde os tempos do domínio colonial, atenta Coelho, que as tropas, predominantemente compostas por portugueses, eram vistas com temor e repulsa pela violência com que tratavam aqueles que transgrediam as leis do fisco e praticavam contrabando. Posteriormente, o modo autoritário como se fazia o recrutamento, a prática dos castigos físicos, o longo tempo de serviço militar e o ínfimo soldo, muitas vezes pago com atrasos (COELHO, 2000), foram fatores que não colaboraram para mudar a visão das camadas populares acerca da organização militar¹⁸.

¹⁸ Importante destacar que Coelho (2000) analisa a própria intervenção militar de 1964 na política como consequência do processo de erradicação.

As Guardas Municipais Permanentes e a Guarda Nacional atuaram violentamente, por vezes somando esforços, para sufocar as revoltas e movimentos insurrecionais, em diversas províncias, em nome da ordem, da tranquilidade pública e da integridade territorial. Por determinação do ministro Feijó, “em caso de agitação ou rebelião que justificasse sua mobilização, toda a corporação da Polícia Militar¹⁹ deveria ficar sob as ordens do comandante da guarda” (HOLLOWAY, 1997, p, 89), e não subordinadas à autoridade do exército. Nessas ocasiões, os policiais do Rio de Janeiro vivenciavam a mesma experiência repressora de uma força civil paramilitar, que pouco antes de ser extinta, passou a ser subalterna ao Exército Brasileiro²⁰.

Ainda durante o período regencial, promulgado em 1832, o Código de Processo Criminal trazia a criação do cargo de Chefe de Polícia²¹, uma exclusividade do juiz de direito, o qual, por meio da lei nº. 261, criada em 1841, passava a deter toda a autoridade para prender ébrios, meretrizes, desocupados e mendigos, bem como mandar invadir quilombos (BORGES FILHO, 1989).

A experiência da Guerra do Paraguai (1865-1870) foi fundamental para a intensificação de uma estrutura militar dentro da organização policial. Durante o confronto, os policiais passaram a servir nas unidades de infantaria, formando uma força aquartelada voltada menos à proteção da sociedade do que para a defesa do Estado (MEZZOMO, 2005). Ao serem transformadas em forças auxiliares do exército regular, as polícias começaram a adotar o mesmo modelo organizacional militar, atuando tanto na guerra e operações para controle de regiões de fronteira quanto na repressão interna de novas rebeliões, motins e revoltas populares. Essa experiência bélica, em outro país, foi vivenciada por elementos de uma tropa enviada ao Paraguai, pela Polícia Militar do Paraná²², como veremos mais adiante. E tal participação tem papel de destaque na memória e na imagem que a corporação pretende passar de si própria interna e externamente.

¹⁹ Holloway, apesar de citar as diferentes denominações que a Guarda do Rio de Janeiro teve, atenta pela preferência do uso do termo Polícia Militar do Rio de Janeiro, para diferentes fases, ao longo do seu livro.

²⁰ A extinção da Guarda Nacional se deu em 1918 (CARDIA, 2017).

²¹ A figura do chefe de polícia, como veremos em capítulo específico sobre a expedição policial comandada por João Gualberto aos Campos do Irani, teve um papel muito decisivo no que diz respeito ao enfraquecimento da tropa paranaense em sua investida sobre o séquito de José Maria.

²² De acordo com o site institucional da PMPR, o nome da corporação, por ocasião da Guerra do Paraguai, era Companhia da Força Policial, com apenas onze anos de existência e com um efetivo de 71 homens (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2020).

Em relação ao Exército Brasileiro, a vitória da Tríplice Aliança contra o país de Solano Lopes, na concepção de Coelho (2000) não alteraria a visão que se tinha da força terrestre, ao contrário, pois

mesmo após a vitoriosa guerra contra o Paraguai o Exército era visto como uma organização sem função específica, ou instituição dispensável. Provavelmente a própria guerra, devido à participação considerável de corpos de voluntários, tenha despertado em muitos a certeza da inutilidade de um Exército numeroso e permanente, tanto quanto da inutilidade do serviço militar temporário para o cidadão, pois a guerra havia demonstrado, no entender de um deputado da época, que ‘são desnecessárias a teoria e a prática para que o cidadão possa ser soldado’. Mesmo aos mais sensibilizados para o problema da defesa nacional parecia mais adequada a conservação de um Exército reduzido, apenas a um ‘núcleo para a emergência de uma guerra inesperada’, o argumento sendo o de que, dadas a índole cordial do povo brasileiro e a ausência de divisões e rivalidades de classe, o Exército poderia ser, se não dispensado, pelo menos ‘reduzido a sua expressão mais simples’. (COELHO, 2000, p. 58).

Com o regime republicano, principalmente a partir da Constituição de 1891, que garantiu maior autonomia dos estados, as polícias começaram a atuar como representantes da segurança estadual, subordinadas aos governos estaduais, podendo ser acionadas até mesmo contra possíveis arbitrariedades da União. Assim, foram transformadas em forças militares aquarteladas dos estados, funcionando como pequenos exércitos na autoafirmação do poder desses mesmos estados, como se deu com o Regimento de Segurança do Paraná, que atuou no Combate do Irani em defesa dos interesses do Paraná no contexto da disputa por limites. A rearticulação militarizada das forças policiais parece ter ocorrido num cenário político de tensões e conflitos entre União e estados federados (SANTOS, 2019).

Tanto Carone (1978) quanto Carvalho (2006) sustentam que, com a Constituição Republicana, os Estados reorganizaram suas forças públicas como pequenos exércitos, com o intuito de garantir a manutenção da autonomia estadual. Para tanto, os governantes concentraram esforços no desenvolvimento das polícias, investindo em potencial bélico, ampliando efetivos e adotando modelos europeus para disciplinar e hierarquizar as tropas, as quais começaram a ser remuneradas pelos cofres públicos estaduais, na sua função principal de garantir a ordem pública.

Em alguns estados²³, essas corporações acabaram servindo como um entrave ao poder do Exército no período republicano, muito mais do que a Guarda Nacional teria

²³ Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia aparecem na historiografia como exemplos de estados com fortes aparatos policiais, capazes, caso necessário, de enfrentar a União e competir

prejudicado o desenvolvimento da força terrestre no período regencial. Pois, nas palavras de Carvalho (2006),

Finalmente, o maior obstáculo à expansão do poder do Exército durante a Primeira República foram as polícias militares estaduais. Se os efetivos do Exército eram reduzidos durante o Império, a ausência de autonomia provincial impedia também o desenvolvimento das polícias. As províncias não tinham uma “política exterior” em relação à união e as outras províncias, não necessitando por isso de forças militares para apoiar esta política. A tarefa de policiamento da população era mais local (municipal) e em grande parte exercida pela Guarda Nacional. Esta, por sua vez, apesar de seus imensos efetivos, era de escassa eficácia bélica e constituía um obstáculo ao crescimento do Exército apenas enquanto impedia que este recrutasse mais e melhor. Outra era a situação das Polícias republicanas. Logo após a Proclamação da República, os Presidentes dos estados, principalmente os dos mais poderosos, trataram de proteger-se com pequenos exércitos, em alguns casos mais aguerridos que o próprio Exército nacional. A Polícia de São Paulo contratou missão francesa antes que o Exército o fizesse e dispunha de aviação militar (CARVALHO, 2006, p. 251).

Especificamente sobre a força estadual paulista, existe o estudo, de orientação marxista, realizado por Heloísa Fernandes, intitulado *A Força Pública do Estado de São Paulo*, no qual a polícia aparece como o instrumento armado a serviço dos interesses da burguesia paulista. Conforme Fernandes, parte da historiografia que pensou a atuação da atual Polícia Militar de São Paulo, durante o período da República Velha, considerou a organização estadual como um “exército particular” de sucessivos governos paulistas. Sobre a origem da mesma, enquanto Guarda Municipal, ainda no Império, essa autora argumenta que sua criação estaria relacionada a dois temores que permeavam o projeto de hegemonia política da elite latifundiária civil, isto é, a emergência da abolição da escravatura e a presença de tropas do Exército, na região, que fugiam ao controle dessa elite enquanto autoridade provincial. Em síntese, de acordo com Fernandes, em dois períodos históricos distintos, a corporação paulista teria servido aos interesses classistas (FERNANDES, 2006).

Acerca da profissionalização e militarização acentuada da polícia estadual, no contexto republicano após a ascensão dos civis ao poder, Fernandes ressalta o episódio ocorrido no governo de Jorge Tibiriça, ou seja, a contratação da Missão Francesa, com oficiais estrangeiros para treinar os policiais paulistas no que existia de mais moderno sobre arte militar no exército francês. “Esta Missão chegou a São Paulo em 1906, sendo precursora das missões militares estrangeiras no Brasil, o Exército só passaria a receber esse tipo de missão, também da França, em 1918” (FERNANDES, 2006, p. 271).

com o Exército Brasileiro. Mesmo considerando que nem sempre os interesses da União fossem os mesmos interesses da força terrestre (SANTOS, 2019).

Defendendo a ideia de que os militares franceses chegam na conjuntura de um federalismo, que se transformava em regionalismo, a autora, ainda, enfatiza o aperfeiçoamento da Força Pública: “Até 1930, esta terá melhoramentos contínuos desde prédios, armamentos, meios de locomoção, assistência médico hospitalar, canil, pombal, telégrafo, artilharia e, inclusive, uma esquadrilha de aviação” (FERNANDES, 2006, p. 273).

Cabe ressaltar que a própria polícia como conhecemos atualmente surgiu na Europa em decorrência das necessidades do Estado Nacional Moderno. E enquanto força pública, franceses e ingleses criaram modelos de policiamento que, por muito tempo, influenciaram as orientações das polícias modernas. Conforme Bretas (1998),

As duas fontes tradicionais das modernas forças policiais refletem dois modelos de policiamento, trazendo consequências para o papel destas forças nas sociedades contemporâneas. A polícia francesa foi supostamente o modelo para uma polícia autoritária, preocupada com a segurança das instituições do estado, e sujeita a um rígido controle central. O modelo inglês, corporificado pela figura do Bobby, sugere uma polícia sob maior controle dos cidadãos, preocupada principalmente com a segurança individual (BRETAS, 1998, p. 39).

Para Ferreira e Reis (2011), a polícia no Brasil já surgiu com essa orientação da polícia francesa, introduzida na colônia por meio dos moldes portugueses de policiamento. Esses autores defendem que, ao se disseminar pela Europa, no século XVIII, o sistema francês foi consolidado em Portugal, no contexto das reformas pombalinas, através do surgimento da Intendência de Polícia da Corte, em 1760. E no início do século XIX, por iniciativa de D. João, era criada a Guarda Real de Polícia de Lisboa, totalmente inspirada na *Gendarmerie Nationale*, uma polícia, de status militarizado, que existe até hoje²⁴.

A abolição da escravidão, a intensificação da imigração, a implantação do federalismo e o crescimento urbano, em algumas regiões, foram questões que também influíram nas modificações do aparato repressivo, uma vez que tornavam necessários instrumentos de controle social mais eficazes para vigiar e conter excessos relativos ao comportamento das populações urbanas, tanto no nível individual quanto coletivo. Nesse contexto, houve reformulações no próprio Código Penal em 1890. De forte inspiração no Direito Positivo, o código passou a atentar para práticas cotidianas ocorridas,

²⁴ Os dois pesquisadores que trabalham com o tema da origem da duplicidade das Polícias Estaduais (Militar e Civil) no Brasil defendem que o surgimento da *Gendarmerie Nationale* remonta à França Medieval (FERREIRA; REIS, 2011).

principalmente, entre as camadas populares, como prostituição, vadiagem, embriaguez e até mesmo a capoeira, criminalizando tais ocorrências (SOUZA; MORAIS, 2011).

Objetivando ainda controlar, de algum modo, as forças públicas estaduais, a União criava, em 1909, a Lei n.º 1860, que ordenava o serviço militar obrigatório para integrantes das tropas policiais e obrigava as mesmas a auxiliarem a Guarda Nacional, naquele momento, à disposição das necessidades da própria União. Posteriormente, com o mesmo intuito, foi criada a Lei federal n.º 3216, que ampliava o vínculo das polícias militares com o Exército, transformando-as em auxiliares da força terrestre.

Polícias e Forças Armadas, principalmente o Exército, atuaram isoladamente, ou ainda, somando esforços, na repressão, com planos de ação centrados em operações militares, de muitos movimentos sociais rurais e urbanos do período republicano, como: Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916), Cangaço (décadas de 1920 a 1940)²⁵, Revolta da Vacina (1904) (NOGUEIRA JÚNIOR, 1993), e a Revolta da Chibata (1910)²⁶.

A partir do movimento civil militar que levou Vargas ao poder, em 1930, a situação privilegiada que algumas polícias desfrutavam frente ao Exército começava a sofrer significativas alterações. O gradativo centralismo, de 1930 a 1945, cujo ápice foi o Estado Novo, não combinava com a autonomia dos estados, que foi fundamental para a formação dos pequenos exércitos estaduais. O estopim para o desmantelamento do aparato bélico das forças estaduais, promovido sob ordens do próprio presidente, foi a participação da Força Pública de São Paulo na Revolta Constitucionalista de 1932 (RIBEIRO, 2013, p. 2). Episódio que deu início à forte intervenção federal no sentido de desmobilização das polícias e na centralização das mesmas enquanto forças auxiliares e de reserva do Exército, como aparecem na Constituição que inaugurava o Estado Novo.

A Constituição de 1937 delegava um novo papel às polícias, alterando suas relações com o Estado, uma vez que passava a ser atribuição da União legislar e organizar as forças estaduais. Segundo Cancelli (1991, p. 63), “a polícia passou a ser controlada pelo governo e não por poderes judiciários independentes que seguissem a tradição clássica republicana”. Alteração crucial, uma vez que “estas forças policiais passaram a trabalhar tanto com delitos penais quanto com delitos políticos”, exercendo vigilância

²⁵ Vilela (1999, p. 95) enfatiza a atuação das polícias estaduais nordestinas no combate aos cangaceiros e repressão aos coiteiros, classificação usada pelos policiais a todos que forneciam algum apoio logístico aos integrantes do movimento, como fornecimento de alimentos, acesso à armas e munições e, principalmente, informações.

²⁶ Durante o governo de Hermes da Fonseca, o exército bombardeou violentamente a Ilha das Cobras, localidade onde ocorreu o motim de dezembro na Revolta da Chibata (MEDINA, 2008).

constante, sob municípios com maiores contingentes populacionais, como São Paulo e Rio de Janeiro, mantendo práticas terroristas e castigos violentos nas prisões, em conformidade com o projeto político federal que não demonstrava receios em aprisionar, torturar e até liquidar segmentos populacionais vistos como antagonistas, como no caso de estrangeiros, descendentes de estrangeiros, os considerados vadios, trabalhadores organizados e/ou delatados como meros simpatizantes ou perigosos agentes da política do Komintern.

Alguns autores entendem as iniciativas de desmobilização/centralização das polícias no contexto do processo de relações que Vargas começou a tecer com a força terrestre, as quais incluíam desde o próprio reordenamento do aparelho militar, por meio da renovação do quadro de oficiais, até mudanças ideológicas que inseriam o Exército frente às questões políticas (RIBEIRO, 2011).

Nesse processo, cabe destaque para a figura político-militar controversa de Pedro Aurélio de Góes Monteiro, liderança militar da Revolução de 1930, diante da recusa de Luís Carlos Prestes em exercer tal comando. Após alcançar o generalato, esse oficial participou da repressão ao movimento paulista de 1932 e foi nomeado ministro de Guerra, por Getúlio, em 1934, mantendo com o presidente um diálogo frequente, marcado por uma relação contraditória capaz de envolver apoio, convergência de ideias, mas também disputa política²⁷. Mesmo após sair do ministério, Góes foi elemento atuante no governo, sendo um dos idealizadores da cassação da ANL e da repressão à Intentona Comunista, contribuindo diretamente para o fechamento do regime com a implantação da Ditadura do Estado Novo. Sendo um árduo defensor da participação dos militares na política, é de Monteiro a máxima: “Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de fazer a política do Exército, e não a política no Exército”. (McCANN, 2007, p. 384).

Góes foi um dos homens que Vargas mandou aos Estados Unidos como um dos articuladores da política de aproximação entre os dois países, fundamental para entrada definitiva do Brasil na guerra contra o Eixo. Toda essa participação não impediu Góes Monteiro, novamente na condição de ministro de Guerra, de participar do grupo de

²⁷ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/goes_monteiro>. Acesso em: 6 set. 2020.

militares que afastou Vargas do poder em dezembro de 1945, permanecendo com a pasta de guerra até setembro de 1946, quando o novo governo o substituiu²⁸.

Voltando à condição das Polícias Militares, do governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra em diante, atesta Ribeiro (2011) que as polícias permaneceram como forças auxiliares e reservas do Exército, sendo atribuições da União, a partir da Constituição de 1946, o direito de: continuar legislando, organizar efetivos, instruir, convocar, mobilizar e até estabelecer justiça e garantias aos policiais militares.

Diante do exposto, cabe indagar o que teria mudado nas relações entre as Polícias Militares, a União e o EB a partir da Ditadura Civil Militar. As próximas linhas e páginas tratam exatamente do impacto da Doutrina de Segurança Nacional na concepção de militarização das forças policiais que foi consolidada durante o regime militar.

2.4 – AS POLÍCIAS MILITARES E A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Nos últimos anos, uma parcela significativa da sociedade organizada vem debatendo a questão da desmilitarização das Polícias Militares. Indicadores de alta violência policial, por parte das corporações, são usados para embasar críticas de especialistas, em Segurança Pública, sobre práticas repressivas das polícias associadas ao fenômeno da militarização. Vários estudiosos da estrutura organizacional das forças estaduais sustentam que as mesmas funcionam como verdadeiros exércitos urbanos, usando táticas de guerra oriundas de um modelo fortemente inspirado no das Forças Armadas. Esse modelo, aos olhos dos pesquisadores, seria altamente inadequado, inapropriado, uma vez que não estaria a serviço da defesa do cidadão.

Souza (2012), em matéria para o *Le Monde Diplomatique Brasil*, diferencia as funções da polícia e das Forças Armadas. Conforme o autor, seria competência da primeira manter a ordem pública e a paz social, gerindo permanentemente conflitos por meio da vigilância na sua atuação contra o crime. Enquanto que caberia ao Exército, por exemplo, lutar pela soberania de um país contra intervenções externas de um país inimigo. Esse autor ainda acrescenta que embora a autorização para o uso da força esteja presente na atuação de ambas as organizações, no caso da polícia, o uso da força não é

²⁸ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/goes_monteiro>. Acesso em: 6 set. 2020.

necessariamente sistemático, enquanto que o Exército faz da arma seu principal instrumento (SOUZA, 2012).

Sob a ótica de Souza e muitos outros autores, o modelo de policiamento adotado, de modo geral, pelas forças estaduais, continua atrelado à ideia de segurança nacional, um legado da ditadura militar, episódio da nossa história que desencadeou um grau considerável de militarização violenta na atuação das polícias nos estados. Antes de correlacionarmos militarização, intensificação da repressão policial e Doutrina de Segurança Nacional (DSN), é importante registrar que o conceito de militarização aponta para uma maior complexidade. Cerqueira (1998), por exemplo, percebe a militarização como “um processo de adoção e emprego de modelos, métodos, conceitos, doutrinas, procedimentos e pessoal militares em atividades de natureza policial, dando assim uma feição militar às questões de segurança pública” (CERQUEIRA, 1998, p. 145).

Como ressaltamos anteriormente, as polícias já nascem, no Brasil Colônia, subordinadas ao Ministério de Guerra e à Justiça Portuguesa, isto é, desde seus primórdios foram sendo estruturadas aos moldes de um exército. Com a independência, em 1822, essa orientação militarizada não desapareceu. Contudo, apesar de, em nenhum período da nossa história, apresentarem-se desvinculadas e/ou em posição de total autonomia frente ao Exército e à própria União, foi a partir do golpe de 1964 e da consolidação da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), que os policiais militares passaram a seguir semelhantes componentes da organização interna das FA, como: valores (noções de disciplina e hierarquia, ideia de missão), plano de carreira, regulamentos internos, critérios de aperfeiçoamento profissional, treinamento, equipamentos, doutrina, símbolos (uniformes, cumprimentos, tradições) e discurso legitimador típico de aparelho militar. Parcialmente, nesse sentido, desenvolveu-se a tese de doutorado em Direito, já referenciada, de Borges Filho (1989), autor que demonstra como as polícias militares, ao se burocratizarem e se aperfeiçoarem, foram abandonando seu papel tipicamente policial, para adotar elementos de um modelo militar das Forças Armadas voltado à defesa da ordem interna, objetivando principalmente a repressão dos movimentos políticos e sociais questionadores dessa mesma ordem²⁹.

²⁹ Relativiza Borges Filho (1989) que, apesar de um processo intenso de militarização das corporações estaduais ter ocorrido em paralelo ao processo desenvolvimentista do país, desencadeado pela industrialização – que gerou maior concentração urbana de operários e empobrecidos – foi a partir do Golpe de 1964, especificamente durante a consolidação do regime, que a visão de segurança adotada pelas Polícias Militares, de modo geral, muda. Tal alteração legitimaria todo um conjunto de práticas de violência militarizada.

Durante o período de ditadura militar, como atesta o autor, as instituições de policiamento teriam ficado diretamente subordinadas à Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão do Estado Maior do Exército, responsável pela padronização de condutas, manuais técnicos, legislação e armamentos, podendo ser mobilizadas para operar por ordem da força terrestre, sem necessária autorização dos governos estaduais. Mesmo antes dessa subordinação, as forças estaduais teriam tido importante participação na articulação e execução do próprio golpe, por meio do envolvimento em manobras militares, com a conivência dos respectivos governos estaduais.

Porém, à medida que o contato foi se intensificando, inclusive pelo treinamento recebido por militares do Exército, as polícias foram adotando uma outra visão sobre o papel da segurança interna, visão convergente com a apreçada pela Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, a do combate ao inimigo interno, entendido como aquele que, influenciado pela ideologia do comunismo internacional, teria como objetivo desagregar a sociedade brasileira, impedir a consecução de objetivos nacionais, ferindo violentamente a soberania nacional. Exatamente nesse ponto, Borges Filho identifica uma confusão entre segurança pública e segurança interna. A noção de segurança interna engloba o conceito de segurança nacional, mas ambas não são a mesma coisa que segurança pública. Segundo o autor, a ESG entendia existir toda uma pressão externa, dos comunistas estrangeiros, via infiltração ideológica, colocando em risco a segurança nacional. Em outras palavras, do ponto de vista desses oficiais era necessário combater movimentos, que cooptados por ideologias externas, agissem dentro do país, como uma ameaça à integridade nacional. Conforme as polícias foram sendo integradas nessa noção de segurança nacional – treinadas e convocadas para combater brasileiros, vistos como representantes dos interesses dos inimigos externos – foram deixando suas funções de garantir a segurança pública em segundo plano. Simultaneamente, foram aumentando seu grau de repressão militarizada e diminuindo sua eficiência em termos de proteção ao cidadão, até mesmo pela adoção de métodos e procedimentos ineficazes para garantir a segurança da coletividade.

Ainda de acordo com Borges Filho, para a Doutrina da Segurança Nacional os Estados poderiam ter autonomia para planejar a segurança pública somente em casos em que tivessem pleno controle sobre a situação. No momento em que a ordem passasse a ser colocada em risco, com ameaças tanto aos poderes instituídos pela União quanto à soberania nacional, as forças policiais deveriam ser imediatamente postas a serviço de um controle federal, tornando-se, por exemplo, forças auxiliares do Exército.

Em outra perspectiva de análise, a socióloga Moema Freire publicou um artigo, na Revista Brasileira de Segurança Pública, em que se propôs discutir o histórico das políticas de segurança no país a partir de três paradigmas, os quais inspiraram o desenvolvimento dessas mesmas políticas desde o período ditatorial até, praticamente, o momento em que ela escreve. Seriam eles: o da Segurança Nacional, o da Segurança Pública e o da Segurança Cidadã (FREIRE, 2009). Concebendo paradigma, no sentido atribuído por Thomas Kuhn, ou seja, conceito adotado em relação a “visões de mundo compartilhadas, que influenciam a forma de pensar de determinado grupo, em determinada época” (FREIRE, 2009, p. 100), a autora obviamente ambienta o paradigma, que nos interessa aqui, o da Segurança Nacional, no período da Ditadura Militar. Durante tal período, caracterizado pela censura, perseguição violenta e supressão dos direitos constitucionais, as Forças Armadas, em seu projeto de poder, passaram a priorizar a defesa do Estado e a manutenção da ordem política e social a qualquer custo, incluindo o uso da força contra possíveis manifestações vistas como subversivas aos interesses e projetos nacionais, definidos pelas elites que ocupavam o poder. De grande peso para o esboçar da Doutrina de Segurança Nacional, pela ESG, foi o treinamento de oficiais das Forças Armadas pelo *National War College*³⁰, um órgão do Exército norte-americano voltado a barrar a expansão do comunismo em todo o Cone Sul. De acordo com a autora, crenças, valores e conceitos da corporação militar estadunidense teriam influenciado a forma pela qual as Forças Armadas pensaram a questão da segurança nacional.

Tanto a força estadual quanto os oficiais que reelaboraram e continuam reelaborando a memória heroicizada da morte de João Gualberto, nos dois extremos temporais que delimitamos, não estiveram alheios às influências do processo de militarização violento, em suas diferentes fases. Portanto, esses militares não podem ser pensados dissociados do contexto da formação autoritária que receberam dentro da corporação, incluindo a educação profissional que tiveram nos centros próprios de capacitação, isto é, nas escolas de preparação do oficialato embrionárias da Academia de Polícia Militar do Guatupê, inaugurada oficialmente somente em março de 1971 (APMG, 2021).

³⁰ A autora mencionou apenas uma das escolas militares, que foi fundada com o objetivo de aprimorar a Doutrina de Segurança Nacional norte-americana, deixando de abordar a Escola das Américas (*School of the Americas*), enquanto um instituto do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, criado em 1946, no contexto da Guerra Fria, para o treinamento de soldados latino-americanos em táticas de guerra. A partir de 1961, ocorre uma reorientação no treinamento desses militares, tendo como foco principal o combate ao comunismo. Maiores informações, ver LOPES, H. S. G. Escola das Américas: treinamento militar e ideológico no Canal do Panamá. Revista Hydra, vol. 1, n.2. ago de 2016.

Santos (2004), ao trabalhar com a construção de identidade, formação do *ethos* militar e visão de mundo, resgata noções de *habitus*, formuladas tanto por Bourdieu quanto por Stephen Mennel, autores que enunciam que “as diversas camadas de *habitus* que são encontradas hoje em dia nos indivíduos podem talvez provir de inúmeras épocas diferentes” (SANTOS, 2004, p. 57). Nesse sentido, a autora propõe demonstrar que os comportamentos dos oficiais do exército (modos de sentir, pensar e se posicionar) originam-se dos *habitus* apreendidos nas Escolas Militares, as quais remontam ao início do século XX. Como já afirmado, toda pesquisa dessa autora está voltada para reflexão do papel que as academias militares tiveram na construção da imagem dos militares enquanto heróis e “Salvadores da Pátria”. Representação que, guardadas as devidas reelaborações e atualizações, acreditamos permear desde o romantismo de João Gualberto (que será demonstrado em capítulo específico sobre sua trajetória de homem e militar republicano), passando pelas ações e atuações do Regimento de Segurança no culto cívico a sua morte, até chegar nos lugares de memória construídos pela PMPR nas quatro últimas décadas do século XX, sem contar na tentativa frustrada, de um grupo da corporação, de rememorar a figura de João Gualberto no sítio histórico de Irani, onde foi travado o combate.

2.5 – O PERCURSO MILITARIZADO E BELICISTA DA PMPR NO ESFORÇO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA GLORIOSA

São raros os estudos acadêmicos sobre a Polícia Militar do Paraná e praticamente inexistentes pesquisas, de caráter científico, que abordem episódios históricos ou mesmo a história da instituição. Na caserna, predomina o que Keegan chama de História Mito, isto é, descrições tradicionais com uma função inspiradora, na qual sobressai a veneração do herói e total identificação do autor com o objeto construído enquanto heroico (KEEGAN, 1976). Dentro dessa definição, entre outras narrativas oficiais, entendemos a coleção escrita pelo pesquisador institucional João Alves da Rosa Filho, composta de nove volumes – intitulados Epopeia da Lapa, Guerra do Paraguai, Combate do Irani, Campanha do Contestado, O Avião Sargento e outros, Revolução de 1924, Revolução de 1930, Revolução de 1932 e Porecatu, Sudoeste e outros episódios – editados pela Associação da Vila Militar (AVM), enfatizando uma participação épica da corporação na história do Paraná e do Brasil.

Na ausência de material científico sobre o passado da Polícia Militar do Paraná, optamos pela análise das narrativas contidas nos discursos dos lugares de memória, acerca dos episódios de caráter bélico em que a instituição participou, com o objetivo de compreender a autoimagem que a corporação vem até hoje fazendo do seu passado e a dimensão que as campanhas, combates, batalhas e mitos heroicos possuem na apropriação/reelaboração interessada dessa trajetória.

A Polícia Militar do Paraná, que atualmente ainda permanece como força auxiliar e reserva militar do Exército Brasileiro, nasceu por iniciativa do primeiro presidente da Província, o baiano Zacarias de Goés e Vasconcellos, que em agosto de 1854 sancionou uma lei que autorizava o desenvolvimento da chamada Companhia da Força Policial, primeiro nome da corporação (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2020a). Inicialmente contando com um efetivo de 67 homens e armamentos tomados de empréstimo da Guarda Nacional (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2020a), a instituição surgia em uma conjuntura separatista capaz de desencadear novas demandas no campo político e socioeconômico, como por exemplo: necessidade de legitimar a nova província, necessidade de um maior desenvolvimento econômico a partir da produção erva-teira e necessidade de uma maior controle em relação ao crescimento demográfico na capital, como resultado das políticas de imigração.

Conforme versão oficial, o Paraná não podia depender – para manutenção da ordem e tranquilidade pública e muito menos para a defesa do território nacional ameaçado por supostas investidas estrangeiras – de forças herdadas dos tempos de subordinação à Província de São Paulo (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2020a). Nessa afirmação, o discurso institucional já evidencia uma preocupação de afirmar a necessidade de maior autonomia política, até mesmo para operar em funções que caberiam ao Exército.

Sobre a organização da Companhia da Força Policial³¹, o site institucional é enfático ao afirmar que a mesma foi totalmente moldada conforme orientação militar, sendo seu primeiro comandante um oficial do Exército, o então capitão Joaquim Moreira de Mendonça, trazido do Rio de Janeiro a convite do Presidente Zacarias. A narrativa

³¹ Segundo a AVM, a PMPR teve várias denominações: 1854- Companhia da Força Policial da Província do Paraná; 1874- Corpo Policial da Província do Paraná; 1891- Corpo Militar de Polícia do Estado do Paraná; 1892- Regimento de Segurança do Estado do Paraná; 1917- Força Militar do Estado do Paraná; 1932- Força Pública do Estado do Paraná; 1939- Força Policial do Estado do Paraná; 1946- Polícia Militar do Estado do Paraná. Adotaremos o nome atual, Polícia Militar do Paraná, exceto no tratamento dado à Campanha do Irani. (ASSOCIAÇÃO DA VILA MILITAR, 2019).

contida nesse veículo promove uma ideia de missão desbravadora, civilizadora e “protetora” da concentração fundiária, por parte dos primeiros policiais militares, junto ao desenvolvimento do Estado do Paraná, afirmando que, sob a vigilância desses homens,

surgiram as primeiras fazendas; diante de sua proteção ergueram-se as primeiras chaminés de nossas fábricas e se estenderam os trilhos das primeiras ferrovias rumo ao sertão desconhecido; seus homens acompanharam os fundadores de numerosas cidades, assistindo o seu crescimento e garantindo a segurança da população (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2020a, não p.).

Sustentando orgulhosamente o argumento de uma origem militarizada e de uma trajetória que sempre conservou o caráter militar, o texto, obviamente sem autoria definida, ressalta não ser verdadeira a afirmação de que a instituição teria se militarizado com a Revolução de 1964 (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2020a).

Ainda estruturada de forma incipiente, com uma série de carências no que diz respeito a profissionalização, treinamento, armamento e logística, a maior parte do efetivo, não significativamente ampliado desde a sua fundação, foi convocado para lutar, ao lado do Exército Brasileiro, na Guerra do Paraguai³², caracterizada pela narrativa institucional como o conflito épico internacional mais violento ocorrido na América Latina, no século XIX. Como grande feito da força estadual, em solo paraguaio, o site institucional destaca o resgate de importante símbolo nacional de dentro do gabinete ocupado por Solano Lopes na sede do governo paraguaio, isto é, menciona o resgate da bandeira do Brasil, mesmo que nada seja dito sobre o papel que os policiais militares tiveram na tomada da capital do Paraguai, enquanto integrantes do enorme grupo denominado Voluntários da Pátria.

Nos combates travados pelo Sul do Brasil, durante a Revolução Federalista³³, a força estadual atuou junto ao Batalhão Patriótico, criado por Vicente Machado, que mobilizava também tropas de civis. O batalhão, formando uma Brigada Provisória, colocada a serviço do governo de Floriano Peixoto, teve destaque na resistência ao Cerco da Lapa. Esse episódio, com duração de 26 dias, no qual faleceu o coronel Cândido

³² A força contava com um efetivo de 71 homens quando iniciou a Guerra do Paraguai. E mobilizou 64 homens para o batalhão, composto de três oficiais, três sargentos, quatro músicos, três corneteiros e 51 cabos e soldados (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2020b).

³³ Guerra Civil que conflagrou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre os anos de 1883 a 1895. O conflito teve início entre o grupo heterogêneo (maragatos), liderado por Silveira Martins, defensor de uma república parlamentarista, que englobava republicanos insatisfeitos e até monarquistas, e o grupo opositor (pica paus), liderado por Júlio de Castilhos. Transcendendo os limites das disputas políticas no Rio Grande do Sul, o confronto envolveu forças militares e ainda membros da Revolta da Armada. Maiores informações, ver ABREU, A. A. de. Revolução Federalista. CPDOC, FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20FEDERALISTA.pdf>>. Acesso em 02 set. 2020.

Dulcídio Pereira (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2020), é ressaltado pela memória institucional como um feito de grande teor cívico-militar, devido a sua relevância para que as tropas federais ganhassem tempo para organizar a repressão da revolta maragata, que ameaçava o governo de Floriano Peixoto, ainda que essa memória silencie, não especifique, os verdadeiros beneficiados com o que designa como vultoso feito cívico-militar.

Além da mobilização do Regimento de Segurança do Paraná no Combate do Irani, marco inicial da Guerra do Contestado (1912-1916), a corporação também foi convocada durante a revolta tenentista de 1924, a Revolução de 1930, o movimento constitucionalista de 1932 e Golpe de 1964.

As narrativas oficiais acerca do segundo tenentismo³⁴ elevam o nome do comandante da tropa paranaense, que atuou de modo diferenciado da força estadual de São Paulo³⁵, o então capitão cearense Joaquim Antônio de Moraes Sarmento. O mesmo militar que foi ferido na Batalha do Irani, ficando misteriosamente desaparecido por dias, ao ponto de até ser dado como possível morto, desde 1968 patrono da PMPR, é enaltecido duplamente como modelo de bravura, abnegação, determinação, uma verdadeira personificação dos valores cívicos. Nesse conflito, divisor do Exército Brasileiro, desencadeado por jovens oficiais de média e baixa patente do Exército que desejavam destituir Arthur Bernardes da presidência, entre outras reivindicações, os policiais paranaenses agiram em defesa do presidente e somaram esforços às tropas que compunham a parte do Exército legalista (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2020c), tanto nos confrontos na cidade de São Paulo quanto em algumas cidades do Paraná, visto que o movimento disseminou-se para o Sul do país até alcançar a Coluna liderada por Luís Carlos Prestes.

Conforme narrativa de Rosa Filho (2002), na denominada Revolução de 1930, a participação da PMPR definiu-se para o lado das chamadas forças revolucionárias, cujo levante se deu simultaneamente em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Levante contrário à vitória do paulista Júlio Prestes nas eleições de marco de 1930. O pesquisador

³⁴ Expressão usada por José Murilo de Carvalho em *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. Tal autor defende que, ao falarmos de intervenções militares, principalmente em relação ao Exército, durante o período da República Velha, não podemos pensar na corporação como um todo. Ao mencionar a parcela rebelde do tenentismo, divide o movimento em dois grandes ciclos: o primeiro, entre 1889 e 1904 e, o segundo, de 1922 a 1930 (CARVALHO, 2006, p. 235).

³⁵ Fernandes (2006, p. 278) menciona um levante no interior da Força pública de São Paulo, em 1924, repercutindo negativamente no seu desenvolvimento posterior, apesar do aumento nos efetivos dessa corporação nos anos de 1925 e 1926, como resposta às necessidades desencadeadas pela Revolução de 1924.

da caserna faz um enorme esforço para esboçar uma imagem, que acaba sendo contraditória, da corporação como tradicionalmente apolítica, no sentido de neutralidade, mas, no caso citado abaixo, sempre buscando ser fiel ao poder constituído, tendo que lidar com o impasse, com a dúvida entre aderir ou reprimir o movimento. Nas palavras do autor,

Em Curitiba, o ímpeto revolucionário colocou a guarnição militar, no início, no dilema entre combater ou aderir. Mas a sublevação se irradiava. A Polícia Militar Paranaense mantinha-se dentro da mais sólida disciplina obediente “às leis emanadas pelo poder público, esperando, confiante, que a situação melindrosa se resolvesse de forma pacífica. Seus oficiais, em sua maioria, estavam em comissão de governo, ocupando cargos públicos no interior do Estado e na Capital, e procuravam manter-se alheios à política reinante, de modo a não comprometer o conceito da Corporação. No entanto, já na noite de quatro de outubro, tinha-se como acordada a adesão à revolução, que se processaria no solo do Paraná. Segundo o pensamento dos conspiradores, somente quando os revolucionários do Sul apontassem às nossas terras, far-se-ia a necessária ligação que confraternizaria revolucionários gaúchos com os revolucionários paranaenses. (ROSA FILHO, 2000, p. 14).

O site institucional ainda procura justificar o exato momento em que a corporação foi obrigada a tomar posicionamento, bem como suas motivações e o alinhamento com a parte do Exército conflagrado.

O Governo do Estado antes de abandonar o poder, telefonou ao comando da Força para que não houvesse derramamento de sangue, pois iria sair do Estado e para que a Força Policial não oferecesse resistência à revolução. Diante de tão delicada situação, o comandante José Cândido da Silva Muricy resolveu deixar o cargo e passou o comando ao seu substituto imediato, o Cap. Gaspar Peixoto da Costa. A Força Policial, que até então se acha fiel e pronta para defender as autoridades constituídas de nosso Estado, não vacilou diante da situação imprevista, procurando seu Comandante, entrar em entendimento com as altas autoridades do Exército, do qual resolveu aderir ao movimento revolucionário (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2020d, não p.).

O alinhamento da Polícia Militar do Paraná ao Exército e ao futuro presidente do país permaneceria em 1932. Com a conhecida Coluna Plaisant, denominação oriunda do comando pelo coronel Airton Plaisant, tropas paranaenses marcharam até a divisa com o estado de São Paulo (região da Ribeira), objetivando combater o movimento paulista que tinha por intuito derrubar Getúlio e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Houve confronto bélico com mortes de praças e ferimentos de oficiais (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2020e).

Exceto no movimento que levou Getúlio Vargas ao poder, a força policial sempre esteve em consonância com os posicionamentos do governo estadual e de acordo com os interesses do governo federal. Investigar quais seriam as demandas e interesses próprios da corporação, no contexto de tais posturas legalistas, extrapola os limites da presente

pesquisa. Entretanto, vale ressaltar, que embora o pesquisador da caserna Rosa Filho tenha publicações sobre cada um desses episódios – menos sobre o Golpe de 1964, que ainda hoje recebe internamente a denominação de Revolução de 1964³⁶ – a Revolução Federalista (Cerco da Lapa) e a Guerra do Contestado (Batalha do Irani) são os conflitos predominantes nos lugares da memória institucional.

Demonstraremos no capítulo sobre edificação desses lugares de memória como o predomínio da Federalista e do Contestado tem relação direta com a apropriação de dois componentes essenciais para a identidade desejada pela corporação: a construção da ideia de grande batalha ou o combate de proporções épicas e a heroicização da morte, em guerra, de oficiais militares.

Antecedendo o tratamento a respeito da gestão da memória institucional da Batalha do Irani, por meio da mitificação da figura de João Gualberto, optamos pela elaboração de um capítulo de caráter biográfico, na intenção de buscar explicar como a imagem do oficial pernambucano foi construída e consolidada na capital do Paraná, ao ponto de sua morte ter sido heroicizada em um projeto comum, constituído por diferentes agentes/atores, entre eles o Regimento de Segurança do Paraná.

³⁶ A coleção Episódios da história da PMPR não contempla um volume dedicado à “Revolução” de 1964.

3 – O PERNAMBUCANO JOÃO GUALBERTO: A RÁPIDA E CURTA, PORÉM INTENSA, TRAJETÓRIA NA CAPITAL DO PARANÁ NO SÉCULO XX

3.1 – O HOMEM E O MILITAR REPUBLICANO

FIGURA 1 – JOÃO GUALBERTO EM 1911



FONTE: ANTIGAMENTE EM CURITIBA (2019).

João Gualberto Gomes de Sá Filho foi um militar que pertenceu ao efetivo do Exército Brasileiro e que chegou a Coronel do Regimento de Segurança do Paraná, denominação da Polícia Militar do Paraná, no início do século XX. Filho do paraibano, juiz de Direito, João Gualberto Gomes de Sá e Júlia Bezerra Cavalcanti de Sá (SÁ FILHO, 1975, p. 12), nascida em Pernambuco, foi o segundo comandante-geral da corporação paranaense a tombar em campo de batalha³⁷. Seu falecimento ocorreu no dia 22 de outubro de 1912 – data do Combate do Irani, o primeiro conflito da Guerra do Contestado (1912-1916) – que opôs a milícia paranaense em ataque ao séquito sertanejo em torno do monge José Maria, no contexto da indefinição dos limites entre Paraná e Santa Catarina.

³⁷ O primeiro foi Cândido Dulcídio Pereira, morto em 1894, no Cerco da Lapa durante a Revolução Federalista, quando comandava o Batalhão Patriótico, que foi posto à disposição do Ministério de Guerra. (ROSA FILHO, 2005).

O primeiro herói do governo do Paraná, do movimento paranista (PEREIRA, 1996)³⁸, da imprensa curitibana de 1912, o grande vulto da Polícia Militar do Paraná, ironicamente, nada tinha de curitibano, e nem mesmo era paranaense. Mesmo assim, sua morte em combate foi usada e heroicizada por diferentes agentes, organizados em grupos e instituições, com demandas próprias, porém complementares e convergentes no sentido de eleger a mesma figura heroica, visando a construção de uma identidade paranaense. Perseguir quem foi o homem e o militar, João Gualberto, e seu percurso na capital do início do século XX, para a compreensão da heroização da sua morte, na ótica utilitária dos agentes da mitificação, passa a ser o objetivo desse capítulo.

Natural de Recife, Pernambuco, Gualberto nasceu no dia 11 de outubro de 1874 e teve uma vida bem instável, principalmente durante a infância. Aos cinco anos, residindo em Alagoas, perdeu seus únicos dois irmãos, chamados Custódia e José e, em fevereiro de 1880, ficou órfão de mãe, voltando para Recife, onde morou com os avós maternos. Anos depois, voltou a viver com o pai e com a madrastra na Paraíba. Mal tinha completado treze anos, retornou para a casa dos avós para estudar e foi criado pelos mesmos até o casamento de seu tio, Sebastião de Barros Bezerra Cavalcanti, com quem morava antes de ingressar no Curso de Preparatório da Escola Militar do Rio de Janeiro, com apenas 16 anos, em 1890 (SÁ FILHO, 1975)³⁹.

Após quatro anos de estudos, graduou-se como alferes. Em 1895, um incidente interrompeu, por três anos, seus planos de carreira militar na capital do país. Entusiasta do florianismo, chegou a Curitiba, pouco depois, por ocasião de uma punição disciplinar, isto é, de um castigo. Durante um ato público, em março do mesmo ano, em plena vigência do governo Prudente de Moraes, na Escola Militar da Praia Vermelha, exprimiu seu posicionamento político ao gritar: “Viva Floriano Peixoto”. Foi o suficiente para ser expulso (GRASSI, 2014, p. 98), justamente no momento em que se apresentava com o objetivo de se matricular no primeiro ano do curso superior.

Conforme o historiador Davi Carneiro (1939), o episódio do “Vivas” a Floriano, considerado uma provocação ou indisciplina pelo comando da escola militar, mas, na

³⁸ Embora o Paranismo, enquanto movimento, tenha se firmado a partir das décadas de 1920 e 1930, Pereira identifica as cerimônias fúnebres a João Gualberto, em Curitiba de 1912, como a primeira “festa” tipicamente paranista. Para o autor, foram os paranistas, com um discurso histórico de cunho anticlerical e positivista, que forjaram os primeiros heróis do Estado, no intuito de reinventar o Paraná para a construção de uma identidade regional, num contexto de imigração, surto econômico do mate e indefinição dos limites (PEREIRA, 1996).

³⁹ A naturalidade de João Gualberto já foi confundida por muitos autores. Gualberto já foi chamado de paraibano, alagoano e até curitibano. Mas o fato é que nasceu em Recife, apenas tendo morado em Alagoas e Paraíba, quando criança (SÁ FILHO, 1975, p. 12-13).

verdade, um posicionamento solidário de João Gualberto ao sentimento de revolta de seus companheiros de farda frente ao reacionário governo de Prudente de Moraes, foi criticado pelo próprio pai do aspirante a oficial. Por meio de correspondências recebidas por Gualberto, componentes do acervo familiar a que teve acesso, Carneiro enfatizou as divergências políticas entre pai e filho. Discordâncias que foram motivo de maior distanciamento entre ambos, principalmente depois que o jovem constituiu a própria família (CARNEIRO, 1939, p. 191).

Já respondi a tua carta de 15 de Abril passado, na qual me comunicas o procedimento da brioza Escola Militar da Capital Federal em Março deste ano, dando vivas ao sanguinário Marechal Floriano que com seu despotismo infelicitou nossa Patria. Admiro e lamento que a brioza escola, tão cheia de patriotismo assim procedesse, sentindo mais ainda que tivesses entrado na questão, solidarizando-se com os teus companheiros quando estavas fôra de tudo, recém chegado de Pernambuco. Vais perder tempo por vivas dados ao despotismo e á tirania, vivas pelos quais por fraqueza te responsabilizaste. ... Salvador da República! Tu devias ter-te justificado, por amor à disciplina. Não te ficavas feio porque não deste os vivas a não tomastes parte nos atos impensados da Escola, que julga erradamente a respeito do déspota. (CARNEIRO, 1939, p. 188).

Ao contrário do juiz de Direito, o avô materno de Gualberto teria sempre apoiado as escolhas e posicionamentos políticos do neto, pois “comungavam em ideias, participando juntos dos mesmos ardores patrióticos e republicanos”. (CARNEIRO, 1939, p. 186). Para o pesquisador, a influência ideológica exercida pelo principal responsável pela criação de João Gualberto, isto é, o Dr. Jozé Benevides Paes de Bezerra, parece ter sido decisiva para as convicções políticas do jovem na sua opção pelo ingresso em academia militar.

Com a expulsão da Praia Vermelha, restou a alternativa de mudança para Curitiba, onde conheceu a filha de um renomado militar republicano. E, em menos de um ano, no dia 5 de fevereiro de 1896, contraiu matrimônio com Leonor de Moura Brito, de família considerada tradicional.

No dia 5 do corrente realizou-se nesta capital o enlace matrimonial do 2º tenente João Gualberto Gomes de Sá Filho, com a exma. Sra. d. Leonor Pedroza de Brito, gentilissima filha do nosso co-religionario Francisco de Paula Moura Brito. Desejamos ao jovem par risonho porvir e enviamos ao nosso amigo Francisco Brito e á sua exma. familia, nossas felicitações. (CONSORCIO, 1986, p. 1).

Com Leonor, sua única esposa, teve sete filhos: Júlia, Julieta, João Gualberto, Xaguana, Cecília, Rosa e Floriano Peixoto. Contudo, não foi apenas o casamento que proporcionou o ingresso e o reconhecimento do jovem Gualberto no meio curitibano.

FIGURA 2 – JOÃO GUALBERTO, ESPOSA E FILHOS



FONTE: ANTIGAMENTE EM CURITIBA (2019).

João Gualberto entrou no 13º Regimento de Cavalaria, em Curitiba, servindo na unidade por poucos meses. Praticamente seu primeiro ano de casamento foi vivido no Rio Grande do Sul, onde cursou, por um curto período, a Escola Militar de Porto Alegre. (CARNEIRO, 1939, p. 193). Em coluna sobre serviço militar, o jornal A República publicou:

Por portaria de 18 de Janeiro findo, referida em telegrama do Ajudante General, foi transferida para a Escola Militar de Porto Alegre a licença concedida para matricular-se no corrente anno, na Escola Militar da Capital Federal, ao alferes do 14º regimento de cavalaria, adido ao 13º da mesma arma João Gualberto Gomes de Sá Filho. (SERVIÇO, 1896, p. 1).

No ano de 1898, retornou ao Rio de Janeiro, após ter sido anistiado e readmitido para concluir o curso superior na Escola Militar da Praia Vermelha. Na mesma instituição, formou-se como engenheiro militar (GRASSI, 2014, p. 98). A própria anistia pós-morte do Marechal Floriano e a ascensão hierárquica de João Gualberto, dentro do Exército, podem ser componentes indicativos de um outro contexto político no qual ele não seria mais prejudicado por questões de cunho político-ideológico. “Praça de março de 1890, foi promovido a 2º Tenente em 1904 e a 1º Tenente em 1908. Capitão em 1910” (CAPITÃO, 1910, p. 1). Quando assumiu o comando do Regimento de Segurança do Paraná, em agosto de 1912, foi comissionado ao cargo de Coronel (CARNEIRO, 1939, p. 242).

De volta ao Paraná, trabalhou de 1902 a 1906 na linha telegráfica de Curitiba a Foz do Iguaçu, bem como na construção da estrada Guarapuava a Foz (ROSA FILHO, 2005, p. 84). Com a finalização desses trabalhos de engenharia, já na condição de Segundo Tenente, desde 1905, regressou a Curitiba, cidade na qual começou a ficar conhecido e soube explorar esse reconhecimento. Com extrema habilidade e capacidade para perceber as tendências políticas e ideológicas presentes no meio curitibano, as quais iam de encontro a seus próprios anseios, ambições, perspectivas e ideias, João Gualberto ajudou a idealizar, fundar e divulgar instituições que foram fundamentais para sua autopromoção, como foi o caso da Associação Cívica 7 de Setembro, que será abordada no decorrer das próximas páginas.

Antes mesmo de fixar-se definitivamente no Paraná e em Curitiba, no período de 1900 a 1905, seu nome já era noticiado por parte da imprensa estadual. Na capital, os jornais A República, órgão do Partido Republicano, e o Diário da Tarde, que destinavam significativo espaço para notícias sobre o Exército e sobre os militares, já mantinham seus leitores informados, especialmente a respeito de acontecimentos da vida pessoal e familiar de Gualberto. Felicitações em datas que correspondiam ao aniversário do oficial, aniversário de casamento e/ou até pelo nascimento de seus filhos eram frequentes nos dois veículos de comunicação. Feitos específicos de sua carreira militar, como suas promoções, repercussão pública de suas qualidades como engenheiro e até reproduções de seus telegramas para autoridades técnicas e políticas sobre o estado das obras da linha telegráfica também eram noticiados por tais periódicos.

À medida em que o pernambucano foi diversificando suas realizações, que não foram poucas e nem tão efêmeras em sua maioria, proporcionalmente ao período em que viveu em Curitiba, principalmente o Diário da Tarde passou a explorar mais a imagem do militar como a de um homem incansável, um verdadeiro patriota, ao ponto de, em 1912, já chamar Gualberto de “um dos mais belos ornamentos do exército nacional” (O TIRO, 1912, p. 1).

Em 1906, Gualberto foi classificado no 2º Regimento de Cavalaria e, embora, atuando na Delegacia de Engenharia do Distrito Militar, envolveu-se com a construção e direção da Linha de Tiro para Guarnição de Curitiba, situada no bairro do Ahú, cuja inauguração ocorreu em maio de 1907, por iniciativas de oficiais do Exército (A FESTA, 1907, p. 1). No mesmo ano, João Gualberto já era presença constante na cena noturna curitibana, participando de jantares e bailes em salões de hotéis e até mesmo na organização de evento carnavalesco no Cassino Coritibano, associação que contava com

um grupo de florianistas na organização de seus eventos, e que, nos dias 10 a 12 de fevereiro, realizou um festival de fantasias contando com seu nome na comissão de recepção (CASSINO, 1907, p. 2). Até em momentos dedicados ao lazer, João Gualberto procurava conciliar diversão com orientação político-ideológica, indo festejar em meio a seus pares.

No período de 1908 a 1910, dedicou-se a escrever colunas de exaltação cívica no *Diário da Tarde*. Anteriormente, graduou-se como bacharel em Ciências Físicas e Matemática. Tal formação favoreceu que o militar ministrasse aulas de Física e Química, no curso secundário, ofertado pelo Colégio Paranaense⁴⁰, instituição criada em 1896, como informado pelo próprio *Diário da Tarde* em colunas de anúncios (COLLÉGIO, 1907, p. 4). Essa experiência como professor teve início poucos dias antes da presença do oficial em bancas para Exames Gerais Preparatórios, realizados no dia 16 de janeiro de 1907, ao lado de nomes como o do poeta Emiliano Pernetta e do escritor Dario Vellozo, respectivamente examinadores da prova de Português e provas de História Universal e do Brasil (EXAMES, 1907, p. 2).

Não conseguimos precisar por quanto tempo João Gualberto permaneceu como professor da mencionada instituição. No ano de 1908, não encontramos no *Diário da Tarde* e nem no jornal *A República* registros na forma de anúncios com descrição do corpo docente. Teria o colégio parado de investir em propaganda ou o militar teria decidido enveredar por outros projetos, considerados por ele mais compensadores? Breve ou não, a passagem do militar pelo meio educacional não deve ser desprezada enquanto componente de um conjunto de fatores associados que serviram para a projeção de sua imagem. Carneiro (1939) afirma ter sido curta a experiência do magistério na vida do oficial e a relaciona com uma suposta busca por outras alternativas de vida. Uma busca decorrente da reação às injustiças sofridas no Exército, por ter assumido uma postura civilista, defendendo ardorosamente a candidatura de Rui Barbosa, na disputa eleitoral com o Marechal Hermes da Fonseca. Esse autor, ao ressaltar o trabalho do militar em outra instituição de ensino, a Escola Republicana, acabou enfatizando o cientificismo de vertente positivista do professor, “sempre empregou o método positivo e jamais falou em deus. Ensinou matemática e ciencias físicas. Improvizava aparelhos para demonstrar os

⁴⁰ Localizado na rua Aquidaban, nº 16, no prédio do antigo Colégio Cupertino, o Paranaense oferecia regime de internato, semi-internato e externato, tendo no seu currículo as seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Universal e do Brasil, Geografia e Cosmografia, Física e Química, História Natural, Desenho, Música e Escrituração Mercantil. No ano de 1907, o colégio iniciou o ano letivo no dia 7 de janeiro (COLLEGIO, 1907, p. 3).

fenômenos, e só depois de tel-os explicado e verificado os que o ouviam, deduzia formulas e deduzia leis”. (CARNEIRO, 1939, p. 284).

Voltando à formação militar de Gualberto, seu filho, também chamado João Gualberto Gomes de Sá Filho, então General do Exército, usou em palestra, por ocasião do 75º aniversário de fundação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, as seguintes palavras:

(...) foi adquirida, na sua juventude, nos Cursos da Escola Militar da Praia Vermelha, onde seus antigos professores construíram os alicerces de nossa República. Foi naquele tradicional estabelecimento de Ensino Militar Superior, que possuindo em anexo o Curso de preparatórios, se fazia uma verdadeira preparação republicana da mocidade Brasileira, àquela época ainda não bem orientada para a nova forma de Governo já implantada em nosso país. Os estudos de nossa história e de nossas tradições sempre eram tratados com um zelo todo especial e os vultos nacionais eram sempre estudados e lembrados em todas as oportunidades, pelos professores da velha Escola Militar. Todos os elementos que passaram por aquela Escola, se tornaram ardorosos republicanos e verdadeiros patriotas, como foi o caso do Cel. João Gualberto e de muitos Oficiais que serviram ao Marechal de Ferro, por ocasião da Revolução de 1893/1894, nos trabalhos de consolidação da República, por ele realizados (SÁ FILHO, 1975, p. 13).

Apesar da supervalorização da figura paterna – dando margem para a interpretação de que Gualberto teve uma participação importante ao lado das forças legalistas na Revolução Federalista (1893-1895)⁴¹ – o sentido produzido pelo discurso do General Sá Filho, ao articular a educação militar, patriotismo, republicanismo e ênfase em uma concepção de história voltada aos vultos da Nação, evidencia duas questões abordadas por parte da historiografia acerca das organizações militares. Primeiro, essas organizações como instituições que forjaram o espírito patriótico a serviço da causa republicana. E segundo, a noção dos militares como “Salvadores da Pátria”.

Nesse ponto, cabe mais de um parêntese, pois, de acordo com Santos (2004), as escolas militares, principalmente durante a Primeira República, tiveram um relevante papel na construção de uma imagem das forças armadas como forças incorruptíveis e como guardiãs da Pátria, bem como na constituição de um *ethos* militar, favorável à noção dos militares como heróis. Tendo como objeto, principalmente, os oficiais de patentes

⁴¹ Narra Davi Carneiro que, enquanto aluno da Praia Vermelha, o já exaltado republicano e convicto florianista João Gualberto teria sido convocado para um dos mais tristes casos da Revolução Federalista: o episódio da Baía de Sepetiba, no qual uma diligência, formada por aspirantes do EB, após ordem de um oficial, fuzilou sumariamente líderes políticos e marinheiros prisioneiros que teriam desembarcado na baía. Essa execução coletiva, sem direito a julgamentos, teria chocado o pai de Gualberto, que na condição de juiz de Direito, lamentava a participação do filho. O historiador não especifica se Gualberto teria manejado um fuzil, apenas menciona que os alunos envolvidos ficaram insatisfeitos, uma vez que desejavam ter combatido, ter encontrado resistência. (CARNEIRO, 1939, p. 181-182).

inferiores (capitães e tenentes) e os alunos das escolas, a autora investiga a ideologia transmitida pelas principais instituições militares do país e sua influência na imagem que os militares tinham de si próprios como civilizadores e mantenedores da ordem.

Especialista no tema identidade, a cientista social, como anteriormente afirmado, em diálogo com o antropólogo Celso Castro, elenca quatro componentes da identidade militar construídos e valorizados dentro das academias militares: a valorização do mérito individual, a noção de virilidade, a visão cientificista (predominantemente de cunho positivista) e o espírito romântico.

João Gualberto cursou a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, por 11 anos não consecutivos (SÁ FILHO, 1975, p. 22). Em que medida tais componentes teriam influenciado as ações e posturas de Gualberto ao investir contra os sertanejos no Irani? Perseguiremos, quando problematizarmos o comportamento do oficial, tanto a presença de uma orientação positivista – adquirida na Praia Vermelha e reforçada no meio curitibano – quanto sua crença no princípio do mérito pessoal e o seu espírito romântico.

Referindo-se à Escola Militar da Praia Vermelha⁴², Celso Castro afirma que o positivismo era perceptível mais no interior dos grêmios e associações, visto que no currículo predominava uma ênfase na Matemática, em detrimento da Sociologia, praticamente não abordada (SANTOS, 2004). Tal argumento de Castro é questionado por Santos, uma vez que

Sabemos, no entanto, através de vários depoimentos, que Benjamin Constant utilizava as ideias de Comte nas aulas de cálculo, e ao contrário de Celso Castro, acreditamos que o ensino de matemática, pode ser subversivo sim. No caso, mais do que a matéria ensinada, o que é transmitido é a meritocracia, o cientificismo, a sensação de superioridade em relação aos civis. (SANTOS, 2004, p. 75).

Contudo, em outra publicação, Celso Castro não destoa de Santos, ao afirmar que

O clima intelectual entre os alunos era marcado, de um lado, pelo predomínio de um conjunto eclético de ideias científicas – do positivismo ao evolucionismo –, evidente no apelido que os alunos davam à escola: “Tabernáculo da Ciência”. Também era muito valorizado o ideal meritocrático concretizado no título de “alferezes alunos”, que era recebido pelos alunos aprovados plenamente ao final dos anos iniciais do curso e que representava, além do prêmio pela performance escolar, um aumento substancial nos vencimentos. Esses elementos, associados à origem social relativamente modesta de muitos de seus alunos, fizeram com que a Escola Militar da Praia

⁴² Conforme Santos, ainda durante o período colonial, existia somente a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Posteriormente, essa instituição foi transformada em Academia Real Militar, sendo renomeada, várias vezes, até virar Escola Central, formando, a partir de 1858, tanto oficiais do exército imperial quanto engenheiros militares e civis. Em 1874, essa instituição desligou-se da educação militar e foi incorporada a uma secretaria do Império dedicada à engenharia civil. A partir desse ano até 1904, oficiais militares passaram a cursar a Escola Militar da Praia Vermelha (SANTOS, 2004, p. 73-74).

Vermelha se tornasse local de desenvolvimento de uma contra-elite, em sua maioria ideologicamente republicana, que se opunha à política dos bacharéis em direito – apesar de seus alunos também receberem, ao final do curso, além da patente de oficial do Exército, o diploma de “bacharel em matemáticas e ciências físicas” (CASTRO, [20-?], p. 1).

O antropólogo ainda enfatiza a mobilização política dos alunos, jovens oficiais recém calouros, veteranos ou egressos da Praia Vermelha, na conspiração que derrubou a monarquia. Para Castro ([20-?]), nos quinze anos anteriores à República, a escola já era o local de formação dessa contra-elite, em sua maioria republicana, em contraposição à política defendida pelos bacharéis em direito. E, sendo assim, destaca a participação dinâmica dos recém-formados no Clube Militar, criado em 1887, cujo vice-presidente do mesmo, o então professor de matemática, da Praia Vermelha, Benjamin Constant, exercera tanta influência sobre a “mocidade” da escola, ao ponto de receber inúmeros “pactos de sangue”, de oficiais e futuros oficiais dispostos a morrer pela República, como prova de fidelidade aos ideais do mestre. Após a Proclamação da República, “a Escola Militar da Praia Vermelha tornou-se um bastião de defesa dos ideais republicanos no interior do Exército, apoiando as posições políticas de Benjamin Constant” (CASTRO, [20-?], p. 2).

Santos (2004), ao mencionar que o pensamento de Auguste Comte influenciou a elite brasileira a partir do final do século XIX, afirma que as forças armadas fizeram uma apropriação seletiva do positivismo, uma vez que somente algumas ideias foram valorizadas no meio militar. E como exemplo dessa apropriação parcial, cita a questão da ordem. Um dos alicerces da hierarquia militar – enquanto subordinação inflexível e rígida do inferior ao superior, do indivíduo a algo maior (corpo) – a noção de ordem relacionada à ideia de progresso seria facilmente reproduzida pelo discurso dos militares, devido a sua formação cientificista e tecnicista.

Tal autora também destacou a orientação positivista da Praia Vermelha, sintetizando em linhas gerais o regulamento criado, logo após a Proclamação da República, por Benjamin Constant, cuja morte precoce dificultou a total implementação do mesmo. Esse regulamento foi tachado de bacharelesco por dispor mais tempo para as ciências do que propriamente para o preparo do ofício de guerra. Em resumo, incluía cursos preparatórios de mais de dois anos para Geografia (com ênfase na América do Sul) e para História do Brasil. As ciências gerais, da classificação de Auguste Comte, deveriam ocupar quatro anos, enquanto a formação das três armas, apenas um ano, com encaminhamentos para Arte Militar, Balística, Engenharia, mas também Direito e

Economia Política. E mais três cursos destinados às especialidades: Artilharia, Estado-Maior e de Engenharia, com dois anos cada. (SANTOS, 2004, p. 76).

Carvalho (2005) também enfatiza o predomínio da erudição de base cientificista, em detrimento de tecnicismo necessário ao preparo para guerra, na formação oferecida pela mesma escola. Consultando revistas publicadas por alunos e depoimentos de ex-alunos, o autor constata uma ausência de temas, interesses e objetivos especificamente militares, concluindo que “não se poderia esperar que profissionais competentes saíssem dessas escolas, com exceção talvez dos engenheiros militares” (CARVALHO, 2005, p. 45). Mais adiante, sobre a formação recebida pelos alunos, dentro do que ele próprio chamou de “bastião do republicanismo”, referindo-se à instituição da Praia Vermelha, alega que “o que na verdade produzia a Escola eram bacharéis fardados, a competir com os bacharéis sem farda das escolas de direito e medicina”, (CARVALHO, 2005, p. 46).

Engenheiro militar e Bacharel em Ciências Físicas e Matemática também era o herói do Paraná e da força estadual, como já afirmamos. Mas como o militar pernambucano João Gualberto, praticamente desprovido de um acúmulo de experiências na arte da guerra, despontou no meio social local? Teria essa formação, predominantemente republicana e cientificista, de vertente positivista, recebida na academia, contribuído para a ascensão de Gualberto na capital do Paraná?

No início do século XX, o florianismo positivista em Curitiba ganhava uma atuante instituição: a Associação Cívica Marechal Floriano Peixoto, criada em agosto de 1901. Composta por uma maioria proveniente do meio militar, essa associação foi responsável por intensa campanha, junto à Prefeitura Municipal, ao Governo do Estado e aos cidadãos contribuintes, para a edificação da estátua de Floriano Peixoto na Praça Tiradentes. Além do empenho na concretização e inauguração do monumento, sócios e presidentes assumiram a missão de organizar, todos os anos, no dia 29 de junho, grandiosos atos com o intuito de celebrar a memória do Marechal, justo na data de sua morte, ocorrida no ano de 1895. Discursos de membros e convidados realizados na sacada da sede, na rua Pedro Ivo, número 50, desfiles e passeatas cívicas, seguidas de jantares e bailes para associados, compunham um verdadeiro culto à morte do Marechal de Ferro.

Aos moldes da Associação Cívica Floriano Peixoto, que contou com o poeta Emiliano Pernetta entre um dos seus presidentes, João Gualberto foi um dos secretários da Associação Cívica Sete de Setembro, fundada em 1907. Como o próprio nome indica, essa associação teria a missão de difundir noções de civismo junto à população curitibana.

Fragmentos do regimento⁴³ da Associação Cívica chegaram a ser noticiados pelo Diário da Tarde:

Consignam os estatutos que os sócios podem ser de ambos os sexos e de qualquer nacionalidade, uma vez que rendam culto às nossas datas e aos nossos vultos sem, no entanto, poderem ser votados. Além dos nomes dos perfis contemplados no projecto ficou resolvido figurarem os seguintes: Marcel Pinheiro, Ernesto Alves, Venancio Ayres, em torno de Benjamin Constant e coronel Dulcídio Pereira, em torno de Floriano. Também ficou deliberado ser eliminado do “quadro de honra” o nome de Mauricio de Nassau. Foi aprovado por unanimidade de votos o nome 7 de Setembro proposto para a Associação. Pelos estatutos é obrigatória a organização de prestitos civicos nos dias: 21 de Abril, 29 de Junho, 7 de Setembro e 15 de Novembro (...). Só poderão fazer parte do quadro de honra os nomes de figuras patrias que, tendo 10 annos de extinctos forem propostos por 25 socios e aprovados por mais de 2/3 do numero total de associados (ASSOCIAÇÃO, 1907, p. 1).

Por meio de coluna que a instituição passou a ter nesse mesmo jornal, Gualberto divulgava toda a sua programação, ou seja, o calendário cívico era antecipadamente apresentado, na forma de convite, aos leitores, no intuito de garantir o êxito dos eventos. A aceitação de mulheres e estrangeiros entre os sócios, desde que prestassem culto aos vultos da história da Nação, é o mais forte indício de que a agremiação tinha um projeto que articulava a identidade nacional à regional. Entre várias edições, no período de 1907 a 1910, notícias veiculadas pelo Diário da Tarde sobre celebrações ao vulto que nomeou a associação cívica mais antiga evidenciaram uma intervenção bastante ativa da parte de João Gualberto.

Associação Cívica Sete de Setembro

De ordem do presidente convido aos srs. Sócios para sessão solene de assembleia geral que terá logar domingo 7 do corrente á uma hora da tarde na sede social, afim de tratar se das festividades que deverão logar a 29 de junho dia em que se venera a memoria dos consolidadores da Republica Synthethisados no Marechal Floriano.

O 1º Secretario

João Gualberto Gomes de Sá (ASSOCIAÇÃO, 1908, p. 2).

Para comemorar a data de 29 de Junho, nesse mesmo ano, ou seja, o aniversário de falecimento de Floriano Peixoto, as duas associações somaram esforços e organizaram uma solenidade pública iniciada pela manhã, bem cedo, junto da estátua, ornamentada com flores, na Praça Tiradentes. “Commissões das Associações Cívicas Marechal Floriano e Sete de Setembro empenharam-se neste culto de adoração ao soldado glorioso, com desmedida dedicação”. (MARECHAL, 1908, p. 1). No turno da tarde, a comemoração se

⁴³ Os estatutos, de tendência inclusiva, devido ao projeto de construção de uma identidade nacional, foram redigidos por uma comissão na qual o escritor Ermelino de Leão pode ter participado, uma vez que foi um dos fundadores e vice-presidente da Associação Cívica. (DATA, 1908).

deu na forma de marcha cívica, iniciada e finalizada na Praça Tiradentes. Dirigido por João Gualberto, o préstito, carregando andor do busto de Floriano, contou com a participação de oficiais do Exército e do Regimento de Segurança, autoridades políticas, como o presidente do Estado, Xavier da Silva, celebridades, como o Dr. Lamenha Lins, diretoria dos clubes Curitibano e Thalia, representantes de colégios, banda de música militar e populares. De noite, o cerimonial aconteceu no Teatro Guaíra, lotado para o espetáculo, como descrito pelo Diário da Tarde, ao informar também sobre a decoração pensada pela Associação Cívica, instituição responsável pelo evento teatral,

Na platea e ladeando os camarotes figuravam os retratos de Cabral, Colombo, Ozorio, Caxias, Rio Branco, Floriano, Deodoro, Silva Jardim, Benjamin Constant, José Bonifácio, Maciel Pinheiro, Dulcídio, Carneiro, Gustavo Sampaio, Saldanha Marinho, Barroso e Tiradentes. Era a historia pátria circundada de bandeiras nacionais que encimavam escudos com os nomes de todos os Estados do Brazil, Patria, Republica e tantos outros. A concurrencia foi numerosa estando a casa completamente cheia. (MARECHAL, 1908, p. 1).

Esses retratos e demais símbolos cívicos, ornamentando o interior do teatro, bem como a obrigatoriedade dos préstitos de culto aos personagens históricos, são sinais da própria orientação positivista e nacionalista norteadora das realizações da associação. O uso paradigmático dos feitos dos considerados grandes homens mortos, para a disseminação de noções de civismo entre a população, ia de encontro à essência da doutrina da Religião da Humanidade, elaborada por Auguste Comte⁴⁴. Essa doutrina, que concebe a religião não em sentido teológico, que tem como Ser Supremo não Deus, mas sim a Humanidade, confere às práticas de culto em reverência aos antepassados toda uma importância.

Estudiosa do conjunto da obra de Comte, Amorim (2007) argumenta que o pensador acreditava que os fenômenos sociais evidenciavam questões de ordem moral e, que, portanto, qualquer reforma social pressupunha uma reforma moral da sociedade. Situando a moral como a última ciência do saber enciclopédico, e concebendo o altruísmo, isto é, o predomínio dos sentimentos sociais sobre as inclinações pessoais, como a base para uma moral positivista, fundada num idealismo ético, Comte defendia o Catecismo como “o meio mais adequado de ministrar o ensino enciclopédico das ciências” (AMORIM, 2007, p. 1), acumulado pela história da humanidade.

Para os mentores e muitos dos sócios das duas instituições envolvidas, seria a seleção dos vultos republicanos e o culto as suas realizações, em datas memoráveis, a

⁴⁴ COMTE, Auguste (1798-1857) – Vida e Obra. Tradução de José Arthur Gianotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 14.

melhor maneira de pregar e ensinar os verdadeiros valores cívicos. Embora Gualberto fosse apenas o primeiro secretário da Associação, e não o presidente, foram suas palavras, em tom de discurso cientificista, enaltecidas dos heróis da República e baseadas numa concepção de história positivista, que abriram a programação noturna no Teatro Guaíra.

Senhores!

A historia da humanidade e principalmente em momentos como estes em dias como os de hoje para nós brasileiros, a historia da Pátria e da Republica não se faria rediviva clara e nítida como nos apparece se o tempo podesse apagar da memoria dos vivos a sombra indelével e gratíssima dos mortos. Sim, porque a indestructibilidade da matéria é o fundamento da chimica moderna, segundo a lei sublime de Lavoisier que estende a sua acção até os domínios da biologia. Como pode a morte aniquilando o homem, reduzindo as forças vivas da natureza, as apagar ainda do espírito humano sobrevivente a memoria de seus maiores quando estes dominam as multidões pelas suas ideias alevantadas e grandiosas e pelos seus feitos de dedicação e heroísmo em prol da grandeza da Pátria? (MARECHAL, 1908, p. 1).

O panteão da Associação Cívica acabou sendo ampliado, em relação aos estatutos originais. Outros “maiores”, reconhecidos por seus feitos e/ou suas ideias, figuraram ao lado de Tiradentes, Floriano Peixoto, Benjamin Constant, assim como outras datas mereceram celebrações que, em geral, seguiam a mesma formatação: passeatas cívicas de dia e sessões solenes noturnas no Teatro Guaíra. Em 1908, no dia 3 de maio, data que Gualberto e outros membros da associação não podiam deixar de comemorar a Descoberta do Brasil, celebrar a memória de Cabral e de navegadores como Vasco da Gama, o préstito cívico foi substituído por duas conferências públicas. A primeira, organizada de dia, no Ginásio Paranaense, com orador oficial seguido de falas de estudantes da própria instituição e da Escola Normal. Já a outra conferência, idealizada pela Associação Cívica, foi mais uma vez realizada no Guaíra, cuja ornamentação destacava uma representação iconográfica de Cabral, colocada bem no palco. Também foram usadas flores, bandeiras e galeria de retratos emoldurados, com praticamente os mesmos heróis prestigiados no 29 de Junho do mesmo ano, exceto pela ausência da figura de Colombo, talvez por tratar-se de uma homenagem acrítica a um feito exclusivo da relação Portugal-Brasil.

O vice-presidente, Ermelino de Leão, abriu a sessão magna e, logo após, passou a palavra ao conferencista convidado, Victor de Sá Barreto, que fez um discurso apologético aos empreendimentos náuticos dos portugueses, destacando: as ações do rei Dom Manuel, a influência de Vasco da Gama e a audácia de Cabral, “sub cujo commando o Tejo vio partir a 9 de março de 1500 a frota victoriosa por sobre mares nunca dantes navegados” (DATA, 1908, p. 1-2) e, ainda, discorrendo sobre o desaparecimento de uma

das 13 naus da esquadra cabralina, “antes da chegada às novas terras, para terminar com minúcia a sua fiel descrição, pintando a chegada dos heroes portugueses a terra de Vera-Cruz” (DATA, 1908, p. 1-2). Após essa exposição, que o periódico considerou estar baseada em vasta pesquisa histórica, o orador findou com o que o redator chamou de aprofundado estudo da nossa evolução social, ressaltando os exemplos dos republicanos históricos, para acabar seu discurso com um apelo patriótico em prol do Brasil República.

Em seguida, foi a vez de João Gualberto finalizar o evento. O militar agradeceu a oportunidade da festividade patriótica e, em concordância com a visão de seu antecedente, teria, conforme o jornal, feito referência “a Historia que com justiça rende a Cabral as homenagens da Descoberta do Brazil (...). Recorda a bravura e o valor dos navegadores portugueses conseguindo arrancar das entranhas do Oceano este solo Patrio abençoado, precioso legado de nossos antepassados” (DATA, 1908, p. 1-2). Relacionando a construção da Pátria exclusivamente ao legado dos heroicos portugueses, João Gualberto, que excluía outros antepassados, evidenciando sua identidade eurocêntrica, jamais poderia nutrir algum tipo de consideração pela figura dos caboclos do Irani.

Embora quase todo acesso às falas de Gualberto sejam possíveis por meio das vozes de intermediários da imprensa, os recortes criados pelos redatores não evidenciam qualquer tipo de questionamento, por parte do oficial, já com estigma de homem instruído em seu meio social, às relações abusivas do pacto colonial entre Portugal e Brasil. Diferentemente do cônego Evangelista Braga, palestrante que dissertou na mesma data para estudantes do colégio mencionado, sobre o fato histórico comemorado como Descobrimento do Brasil, salientando “a exploração degradante dos portugueses no Brazil colonial” (DATA, 1908, p. 1-2), ao representante militar da agremiação cívica contestações dessa natureza não deviam fazer o menor sentido, até mesmo pela abordagem eurocêntrica do evento que ajudou a organizar.

No ano de 1911, um dia após comemoração cívica do Sete de Setembro, novamente no Teatro Guaíra, com participação da banda do Regimento de Segurança executando O Guarani e o Hino Nacional, o Diário da Tarde comenta parte da conferência de João Gualberto, “Referindo-se à Associação Cívica, disse que essa sociedade, fundada há seis anos, tem por fim exclusivo fazer a propaganda do patriotismo, cousa que, embora pareça absurda, ainda é necessária no Brasil. É do desejo do orador que sociedades congêneres se formem em todo o território brasileiro”. (ASSOCIAÇÃO, 1911, p. 1).

Embora a imprensa de época tenha vinculado constantemente o nome de Gualberto ao Tiro Ahú e à Associação Cívica, sua memória mitificada confere um

capítulo todo especial ao militar enquanto idealizador da Sociedade Tiro de Guerra 19 Rio Branco, criada em 6 de junho de 1909 (CARNEIRO, 1939, p. 213). Acreditamos que isso se deve ao precoce reconhecimento nacional obtido por essa agremiação, que passou a integrar a Confederação de Tiro Brasileiro, com apenas dois meses de existência. “Teve a sua festividade simples, porém expressiva, em a sociedade de Tiro Rio Branco, hoje sob n.º 19 da Confederação de Tiro Federal, a auspiciosa notícia de seu reconhecimento oficial” (TIRO, 1909, p. 1). Aprovação que dificilmente teria existido sem as habilidades esportivas⁴⁵ e sem a capacidade de articulação política por parte de João Gualberto, a começar pela escolha do patrono: o Barão do Rio Branco.

Fundador e primeiro presidente, escolhido em assembleia realizada no Cinema e Teatro Coliseu (ROSA FILHO, 1998, p. 5), o oficial esteve presente na organização de quase todos os eventos da agremiação, que atraiu rapidamente adultos, jovens e até crianças. Com pouco mais de dois meses de vida, o Tiro Rio Branco já era capaz de contar com uma frequência noturna de 144 sócios, dispostos a receber treinamento militarizado. (TIRO, 1909, p. 1). Evidência de um projeto de educação militarizada mais pretencioso, um batalhão infantil foi formado, ainda em 1909. E o ingresso dos menores dependia de alistamento. Os meninos treinavam mais cedo que os adultos. Em geral, começavam a receber instruções às 18 horas, finalizando os exercícios uma hora depois. Usavam uniformes e podiam participar dos desfiles cívicos realizados nas datas comemorativas de 7 de Setembro e, ainda, podiam ser agraciados com promoções:

O 2. Tenente Andrade, instrutor do Batalhão Infantil Paranaense promoveu ao posto de anseçada diversos meninos do mesmo Batalhão, após rigoroso exame a que foram submetidos. O incansável instrutor desse Batalhão, que ora conta mais de 100 menores fará segunda feira próxima mais algumas promoções. (TIRO, 1909, p. 1) .

A respeito da relevância de tiros de guerra no contexto local e nacional, podemos afirmar que associações esportivas de tiro proliferaram pelo Brasil, do final do século XIX ao início do século XX, fazendo parte da construção de um projeto de nação para a sociedade brasileira, que tinha entre suas pautas: amor à pátria, defesa nacional interna e externa, civismo, ênfase à ordem e à hierarquia, controle do corpo e regulamentação do serviço militar obrigatório. Conforme Witoslawski (1996), a capital do Paraná não ficou

⁴⁵ João Gualberto já era visto como competente atirador por sua atuação na Linha de Tiro Ahú. Nessa linha, e ainda no bairro Santa Quitéria, o futuro batalhão de caçadores do Tiro Rio Branco fundado e treinado pelo oficial chegaria a simular combates e realizar manobras militares entre os anos de 1909 e 1910 (O TIRO, 1912, p. 1).

fora desse projeto. Para o autor, no mesmo período, as atividades esportivas tornaram-se importantes símbolos de modernidade e, em Curitiba, as elites não queriam ver o controle dos esportes nas mãos dos imigrantes e seus descendentes. Desse modo, a agremiação Rio Branco surgia com a intenção de disseminar um sentimento de nação por meio de uma disciplina militar, capaz de despertar uma espécie de catecismo cívico, fundamental para a construção da identidade do curitibano, paranaense e brasileiro que deveria eclipsar toda a diversidade étnica, até então, perceptível em termos municipais e regionais.

Instalada numa área nobre e central da cidade, na rua Aquidaban (atual Emiliano Perneta), a sociedade de tiro projetou ainda mais a imagem de seu criador, que passou a ser exaltada com maior frequência nos jornais curitibanos. Até mesmo a promoção de Tenente a Capitão do Exército Brasileiro foi justificada pelo Diário da Tarde, interpretando os agradecimentos de João Gualberto, com o decorrente do seu mérito pessoal, isto é, de seus esforços militares e intelectuais.

No despacho colectivo de hontem foi promovido a capitão o 1º tenente cavalaria João Gualberto de SÁ Filho. A notícia dessa promoção foi recebida com grande alegria pelos numerosos amigos e admiradores do ilustre oficial, tão estimado das classes sociais de Curitiba. Na Sociedade de Tiro Rio Branco que é esforçado presidente o capitão Gualberto, a notícia repercutiu com entusiasmo, enchendo de contentamento a garbosa mocidade que com justiça reconhece a abnegação e os talentos do distinto militar. O edifício social a noite esteve em gala, todo iluminado, acorrendo para ali todos os sócios, mal iam tendo a ciência da promoção. As 9 horas da noite, precedidos da respectiva banda de música, os caçadores se dirigiram à Rua Garibaldi, onde reside o capitão Gualberto. Em nome dos manifestantes numerosíssimos, falou o Sr. Roberto Glasser que terminou oferecendo ao recém promovido, o 2º uniforme de capitão, em sinal do extraordinário apreço, da estima e da simpatia que o Tiro Rio Branco tem pelo seu dedicado e correto presidente. Profundamente emocionado com a prova de amizade da mocidade patricia, o capitão Gualberto agradeceu em palavras eloquentes. A manifestação, disse, era-lhe de inestimável valor por partir de corações sinceros, com os quais se afinava e dos quais admirava os belos sentimentos. A promoção que lhe era devida por a ter conquistado pelos estudos, enchia-o de maior jubilo a vista da alegria de seus bons amigos.[...] Ontem, logo que circundou a notícia da promoção, o capitão João Gualberto começou a receber cumprimentos, pessoalmente e por escrito. O ilustre oficial, que aos 36 anos de idade traz aos punhos os galões de capitão, é um dos legítimos ornamentos de nosso exército, quer pela correção de soldado, quer pelo cultivo intelectual. (CAPITÃO, 1910, p. 1).

Um dos maiores triunfos de João Gualberto, antes de comandar a força estadual, foi o de ter elevado e promovido o nome da Sociedade Rio Branco em eventos, de caráter nacional, iniciados no Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro de 1910. Por ocasião das comemorações pela Independência do Brasil, foi realizado um desfile militar, na capital do país, contando também com a presença dos tiros de guerra que, nos dias 8,9,10,11 e 12 de setembro, participaram do campeonato de tiro promovido pela Confederação

Federal. (BATALHÃO, 1910, p. 1). Membros curitibanos e paranaenses se sobressaíram nos dois eventos, recebendo o Batalhão de Caçadores Rio Branco o prêmio da imprensa⁴⁶ pelo destaque na parada (BATALHÃO, 1910, p. 1), e atiradores conquistando posições vantajosas no concurso.

Notável o esforço do Diário da Tarde para engrandecer a ida do batalhão para o Rio, sua recepção pela elite política, militar e intelectual envolvida com o desfile cívico-militar⁴⁷ e o concurso de tiro, bem como com o retorno vitorioso e louvável da “mocidade” ao Paraná. Matérias da coluna Tiro Rio Branco, no jornal, afirmaram que os caçadores, em número de 305, partiram rumo à capital federal no dia 3 de setembro. A primeira etapa do percurso teria consistido numa viagem de trem, em comboio exclusivo, até Paranaguá, (BATALHÃO, 1910, p. 1), em cujo Porto D’água teriam embarcado no vapor Júpiter, chegando ao Rio na madrugada do dia 5 de setembro (BATALHÃO, 1910, p. 1). Entre as edições do período de 1 a 10 de setembro, o periódico procurou proporcionar uma cobertura completa do episódio, veiculando em suas primeiras páginas inúmeras notícias, mais direcionadas à construção de uma imagem carismática do batalhão e seu mentor, do que propriamente competências e qualidades técnicas dos atiradores. Nesse sentido, foi intuito do Diário destacar os nomes dos mais de trezentos participantes paranaenses⁴⁸; a presença da oficialidade do Tiro no Itamaraty ao lado do Barão do Rio Branco e do ministro de guerra; a formatura do batalhão no Quartel General, com discurso de João Gualberto⁴⁹; a aclamação popular à tropa na Avenida Central; os elogios da imprensa fluminense e a composição dos jurados que favoreceram o Tiro 19; a festividade organizada pelo Centro Paranaense, para os caçadores no Palácio Monroe; a visita dos oficiais a jornais locais, para entrevistas e fotografias; a recepção dos sócios

⁴⁶ Uma estatueta de bronze, representando os caçadores, foi o prêmio de primeiro lugar concedido aos paranaenses no concurso promovido pelos jornais fluminenses. Essa competição foi constituída de duas provas. Uma, denominada de militar, na qual avaliou-se: manejo da armas, precisão nas evoluções e marchas, compostura e garbo dos atiradores, uniformidade de movimento dos pelotões, cadência e obediência aos toques de comando. E a outra, com relação ao uniforme, armamento e estética (BATALHÃO, 1910, p. 1).

⁴⁷ A Parada foi composta por três brigadas do Exército, uma brigada da Marinha, uma divisão da força policial do RJ, um efetivo de 1400 homens da Guarda Nacional, um grupo de alunos do Colégio Militar e mais uma numerosa divisão de atiradores de vários Estados brasileiros (BATALHÃO, 1910, p. 1).

⁴⁸ De Curitiba para o Rio de Janeiro, seguiram 16 oficiais, entre eles um farmacêutico e o 1º tenente, parente de Gualberto, o médico Moura Brito; o Estado Menor, com quatro sargentos; dois ciclistas; cinco atiradores; banda de música, com 34 integrantes; banda de cornetas, com 21 corneteiros; e três companhias formadas por 1º e 2º sargentos, outros atiradores, cabos, anspeçadas e praças (BATALHÃO, 1910, p. 1).

⁴⁹ Em resposta aos elogios do General Bormann, Gualberto, segundo o redator, teria dito que “a mocidade ia à capital da República afirmar ao exército que com ele misturará seu sangue quando a pátria o precisar, acrescentando que a nação, unida ao exército e á armada, será respeitada pelo mundo, assegurando a manutenção do paiz” (FORMATURA, 1910, p. 1).

atiradores no Ministério de Guerra; assim como, os preparativos organizados pela Associação Cívica e pelo vice-presidente do Tiro Rio Branco, David Carneiro, para o retorno do batalhão e, por fim, a homenagem de consagração do numeroso grupo em seu retorno.

A publicação semanal *Careta*⁵⁰, de tom humorístico e ricamente ilustrada, também recebeu membros do Tiro Rio Branco em sua redação. Em edições diferentes, a revista registrou tanto um ângulo da movimentação durante a festividade organizada para homenagear membros da agremiação, em espaço suntuoso e símbolo da hegemonia estadunidense, quanto uma imagem intencional de elegância e distinção por parte de Gualberto e do batalhão.

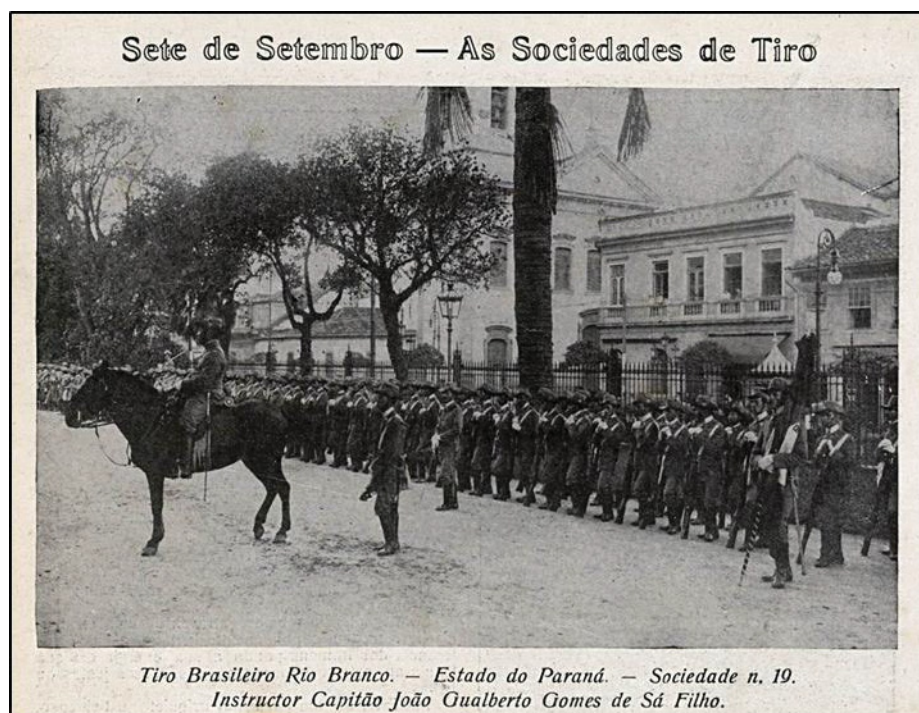
FIGURA 3 – PALÁCIO MONROE – RJ – 1910



FONTE: TIRO (1910).

⁵⁰ Tal revista foi criada no Rio de Janeiro em 1908 e circulou até 1960. Maiores informações ver DANTAS, C.V. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARETA.pdf>>.

FIGURA 4 – TIRO RIO BRANCO – 1910



FONTE: SETE (1910).

Sobre os custos de ida, permanência até o dia 12 no Rio e volta do efetivo, muito pouco foi dito pelo jornal, que afirmou apenas que “os campeões do Tiro Rio Branco foram hospedados no Hotel Victoria por conta da Confederação de Tiro”, (OS CAÇADORES, 1910, p. 1-2)⁵¹, sem especificar se Gualberto estaria no meio deles ou teria ficado aquartelado no Júpiter, com a maioria dos caçadores. Em outra edição, o Diário teria elogiado comerciantes curitibanos que liberaram seus empregados atiradores para a viagem e ainda fizeram um requerimento para angariar um fundo, entre eles mesmos e demais admiradores do Tiro Rio Branco, isto é uma verba destinada para compra de fardamento completo a ser oferecido ao batalhão, em seu uso na parada cívico-militar (CAÇADORES, 1910, p. 1).

De acordo com SILVA e CAPRARO, (2015, p. 230), o Tiro Rio Branco era diferente das demais associações esportivas locais, uma vez que contava com um forte aparato governamental no âmbito federal, propício à construção da nacionalidade brasileira, alicerçada na disseminação da educação militarizada. Esse forte aparato do Executivo contribuiu para o êxito das estratégias de Gualberto, visando seus interesses políticos particulares. Dito de outro modo, o militar do Exército Brasileiro foi favorecido

⁵¹ Por campeões, o periódico fazia referência aos atiradores premiados em concursos de tiro realizados em anos anteriores.

em seus objetivos locais pela política implementada pelo Marechal Hermes da Fonseca, que presidiu a República durante o quadriênio de 1910-1914. Hermes, sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca e um dos responsáveis pela modernização do Exército, foi também quem buscou regulamentar a prestação do serviço militar obrigatório, quando ainda era ministro de guerra no governo Afonso Pena (1906-1909), e o principal nome envolvido com o surgimento das instituições de tiro por todo o Brasil.

Frank D. McCann (2007) coloca o nome de Hermes da Fonseca entre os três ministros de guerra com esforços no sentido de transformar o Exército Brasileiro, reformando-o para que ficasse mais próximo dos modernos exércitos. Segundo o historiador, Hermes, responsável por idealizar uma carreira de tiro na guarnição do Rio de Janeiro, acabou por influenciar um número maior de atiradores civis do que militares, que em 1906 obtiveram do Congresso Nacional a permissão para criar uma Confederação de Tiro. Nascia o Tiro 7, no Rio de Janeiro, que mais tarde uniu-se a outros grupos de outras regiões da cidade, formando um batalhão que foi transformado em um corpo de atiradores da elite, constituindo a primeira reserva organizada do país, disponível para necessidades de defesa nacional. (McCANN, 2007, p. 137-138).

Espalhados pelo país, devemos entender também os tiros de guerra no contexto da morosidade pela efetivação da lei do serviço militar obrigatório. Após inúmeras vezes engavetado ou retardado por mudanças no conteúdo do texto, porém, com forte apoio de segmentos da classe média, e devido à pressão governamental, o projeto foi aprovado em 1908⁵². As agremiações de tiro, além de objetivarem a capacitação de uma elite de atiradores pronta para atuar em caso de necessidade de defesa do país, também contribuíram ativamente para a aprovação da lei de obrigatoriedade do serviço militar. Tenentes instrutores e atiradores, civis e militares, participaram em peso da campanha em prol da aprovação do projeto de lei⁵³, em nome da necessidade de defesa da Pátria. (McCANN, 2007, p. 141).

De acordo com os comentários dos redatores do Diário da Tarde, é perceptível que João Gualberto utilizava a questão da deficiência de uma defesa nacional para

⁵² O fato de ter sido aprovado não significou implementação imediata. Seria necessário mais que uma lei, seria necessária uma verdadeira campanha patriótica, que se baseasse em uma ideologia de defesa nacional, para que a população brasileira e curitibana deixasse de olhar com descaso e desinteresse para questões ligadas às Forças Armadas. No dizer de McCann (2007, p. 141), seria necessário mais oito anos e a experiência da Primeira Guerra Mundial para que o serviço militar obrigatório se tornasse uma realidade.

⁵³ McCann (2007, p. 141) ainda ressalta que não havia consenso em torno da obrigatoriedade. Entre os grupos divergentes, cita operários organizados que chegaram a criar a Liga Antimilitarista, parte da imprensa carioca que chamava o projeto de belicoso e os positivistas, que também eram contrários.

legitimar a importância da própria agremiação. Referindo-se aos três anos de aniversário do Rio Branco, o capitão teria dito “que não poderia ser mais elevada aquella festa do que entregando-se nella as cadernetas dos novos reservistas do exército (...)” (TIRO, 1912, p. 1). Pois “o fim dessas cadernetas representa a solução do problema mais alto dos filhos desta grande pátria. A lei do sorteio militar não foi realizada no paiz. Realizou-se, porém, o Tiro Rio Branco” (TIRO, 1912, p. 1).

Patriotismo e nacionalismo são outros dois elementos que permitem voltarmos para os “jovens soldados”, incluindo até menores, e a “mocidade curitibana”, expressões que carregam uma visão idealizada, quando usadas nos discursos de Gualberto e nas narrativas da imprensa sobre os atiradores da sociedade, cujos corpos e mentes deveriam ser educados e disciplinados, desde a infância, de acordo com a rigidez militar de viés nacionalista e republicano. O Diário da Tarde de 13 de janeiro de 1909, sempre com o intuito de enaltecer Gualberto, imprime um tom austero a sua postura e conduta, com relação aos associados,

(...) O presidente da Sociedade estabeleceu como medida de ordem que as formaturas para todos os exercícios se farão as horas certas, com presteza e a última pancada de relógio, sendo os sócios do dia encarregados das chamadas e da completa execução dessa ordem. Os retardatários só poderão entrar com prévia autorização do instrutor (DIÁRIO DA TARDE, 1910 apud MORAES E SILVA; CAPARRO, 2015, p. 233).

A disciplina rígida e o respeito à hierarquia, que aparecem no texto acima, eram igualmente enfatizados por parte da imprensa quando se referia às aparições públicas do Tiro Rio Branco. Constantemente, os periódicos, principalmente o citado acima, cobriam os desfiles da agremiação, mencionando as ruas por onde o grupo passava e as habilidades físicas exibidas durante as marchas.

Houve hontem uma magnifica formatura dos caçadores da sociedade de tiro Rio Branco. O batalhão formou às 9 horas da manhã na sede social e desfilhou sob o comando do distinto capitão João Gualberto para a praça Taunay, local escolhido para o desenvolvimento do thema do exercício. Alli chegados realisaram os caçadores, com presteza e exactidão, numerosas evoluções da escola do batalhão em ordem unida, ora a voz do seu comandante ora a toque de corneta. (...) O batalhão que formou com um effectivo superior a 200 homens percorreu às ruas Dr Muricy, 15 de Novembro, praça Santos Andrade, ruas Marechal Deodoro, Liberdade, 7 de Setembro, praça Taunay, rua Visconde de Guarapuava, até o Bargneto, Batel, rua Comendador Araújo, Avenida Luiz Xavier, rua 15 de Novembro e quartel. (TIRO RIO BRANCO, 1911, p. 1).

FIGURA 5 – DESFILE DO TIRO DE GUERRA RIO BRANCO NA RUA DR. MURICY – 1909



FONTE: ANTIGAMENTE EM CURITIBA (2020).

FIGURA 6 – BATALHÃO DE CAÇADORES TIRO DE GUERRA RIO BRANCO DESFILANDO NA RUA RIACHUELO – 7 DE SETEMBRO DE 1909



FONTE: ANTIGAMENTE EM CURITIBA (2020).

O bom relacionamento entre Gualberto e a imprensa curitibana, especificamente o Diário da Tarde, facilitou que o militar buscasse adentrar em outros círculos de poder, ultrapassando os limites dos círculos curitibanos. E ao mesmo tempo, a projeção de sua

imagem para fora de Curitiba abria grandes oportunidades para sua ascensão na capital que escolheu para viver. Nesse sentido, foi importante o destaque do próprio Tiro no desfile cívico-militar do Sete de Setembro, realizado no Rio de Janeiro⁵⁴, bem como estratégica a visita da agremiação ao Itamaraty.

A última ida da associação de tiro à capital federal ocorreu poucos meses antes de Gualberto tombar nos Campos do Irani. Em fevereiro de 1912, falecia o Barão do Rio Branco, e o pernambucano viajou novamente com um numeroso grupo para prestar as últimas homenagens ao célebre patrono (ROSA FILHO, 1998, p. 6-7). Informou o Diário da Tarde que João Gualberto e mais 257 caçadores partiram da estação de Ponta Grossa com destino ao Rio de Janeiro. Esse periódico ainda publicou, no dia 12 de fevereiro, a Ordem do Dia n.º 45, contendo fala de Gualberto no Tiro Rio Branco. Um verdadeiro discurso com um tom de apelo, de exortação ao patriotismo dos associados, possivelmente também com o intuito de convencer os mesmos a realizar o cansativo percurso de trem até a capital do país para o funeral do patrono.

“Camaradas! O transpasse golpeante que abalou brutalmente a nossa pátria, curvada agora sob o peso de tão vasta magoa, tem para o tiro Rio Branco o travo amaríssimo de uma feroz surpresa. É que o baque formidável do gigante que tombou, fundindo as consciências em tão magna comoção nacional, quase não deixa avaliarmos a imensa grandeza da nossa intensa dor. Mas sentimo-la por todo modo intensa, porque a morte, fechando o curso fulgurante daquela grande vida, nos arrebatará um Patrono que fôra o mais alto symbolo do Patriotismo Brasileiro. Camaradas! Partindo para a capital da Republica em cumprimento ao mobilismo dever cívico de tal preito fúnebre, cumpre dizer-vos que o valor deste vosso patriotismo não será nunca excedido, qualquer que sejam os destinos futuros deste Batalhão”. Capitão João Gualberto. (BARÃO, 1912, p. 1).

O jornal também responsabilizou a companhia da estrada de ferro pela falta de competência em solucionar um acidente que acabou atrasando a viagem, fazendo com que o grupo só chegasse ao cemitério após o enterro do barão, quando o túmulo já havia sido fechado. Na ocasião, um trem descarrilhou, interrompendo a linha férrea por um tempo significativo, o que fez o jornal registrar sua indignação: “O pouco caso da S. Paulo Rio Grande do Sul merece a mais acre censura, fornecendo uma machina arrebatada

⁵⁴ Lançado em 1912, na capital do Paraná, no cine Smart, o documentário, produzido por Anníbal Requião, com duração de 9 minutos e 48 segundos, teve como uma parte do enredo o retorno, em 1910, a Curitiba do Tiro de Guerra 19 Rio Branco, após premiação de 1. lugar entre competição de todos os tiros do Brasil. Porém, apesar de ter sido catalogado como Fatos históricos do Tiro de Guerra 19 Rio Branco, o título e a sinopse posterior da produção acrescentam os funerais do coronel (CINEMATECA BRASILEIRA, [20-?]).

para puxar o comboio e não tratando de, com a necessária urgência, remover como devia, os obstáculos causados” (BARÃO, 1912, p. 1).

Como já afirmado, Gualberto redigia textos para o Diário da Tarde⁵⁵, e o próprio Tiro de Guerra passou a ter uma coluna no periódico: “Colaborador assíduo e ilustre do Diário a que presta o precioso concurso do seu saber e robusta inteligência, o tenente João Gualberto” (CAPITÃO, 1910, p. 1). Os textos do militar, nesse veículo de comunicação, permitiam que sua voz dialogasse com outros militares, autoridades políticas, intelectuais, artistas e populares. Estabelecendo um livre trânsito entre os círculos militares e civis, no que diz respeito à proposta da associação de tiro que criou, João Gualberto soube como ninguém tirar proveito da conjuntura favorável ao projeto de se construir um sentimento de nação, que não excluía intenções locais de construção de uma identidade regional, para ser aceito e admirado no meio curitibano. Construiu e deixou que a imprensa construísse, em torno de si mesmo, uma imagem pública de um homem de personalidade forte, republicano, disseminador de valores patrióticos, abnegado e imprescindível para a sociedade e mocidade curitibanas da época.

Ainda na condição de capitão, Gualberto ingressou na Maçonaria, especificamente na loja Luz Invisível, a mesma escolhida por outras personalidades políticas, intelectuais e artísticas da cidade. Tal loja, que foi criada no dia 19 de junho de 1900, reunia entre seus fundadores e frequentadores nomes como o de Dario Vellozo, Affonso Alves de Camargo, Ermelino Agostinho de Leão, Sebastião Paraná, os irmãos Pernetta (Emiliano e Júlio David), entre outros⁵⁶. Sendo maçom, o militar acabava tendo maior inserção entre celebridades e/ou homens públicos do meio paranaense.

A figura de João Gualberto teria sido projetada e enaltecida por ele mesmo, pela imprensa e por meio dos eventos dentro e fora da capital do Paraná. Uma imagem divulgada o suficiente para que o nome do militar fosse referência também entre os populares, como atesta a participação massiva, tanto no retorno do campeonato do Rio de Janeiro quanto na despedida da tropa, na estação ferroviária rumo ao Irani e,

⁵⁵ Não encontramos outros textos, de autoria de Gualberto, além dos publicados na coluna do Tiro Rio Branco, com o objetivo de divulgar iniciativas voltadas ao público. João Gualberto possivelmente usava um pseudônimo em artigos que publicou tecendo considerações sobre o Exército e questões de defesa nacional, antes mesmo da fundação do Tiro Rio Branco, conforme informações do próprio Diário da Tarde, quando publicou longas homenagens póstuma escritas por intelectuais que conheceram e conviveram com o oficial. Encontrar o pseudônimo de Gualberto, localizar seus textos e analisar suas concepções sobre as condições da força terrestre, antes de 1910, para contrapor aos escritos de outros militares sobre o mesmo tema, seria uma excelente proposta de uma nova pesquisa.

⁵⁶ O nome João Gualberto Gomes de Sá Filho, assim como de outras celebridades locais, consta na imensa lista virtual de participantes da loja Luz Invisível, que vai do ano da sua fundação, isto é, 1900 até 1964 (MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE, 2020).

principalmente, nas cerimônias fúnebres em sua homenagem, por ocasião da chegada dos seus restos mortais, até seu definitivo sepultamento.

FIGURA 7 – TROPAS DO REGIMENTO DE SEGURANÇA PARTINDO PARA PORTO UNIÃO DA VITÓRIA



FONTE: GUERRA DO CONTESTADO (2020).

Do ponto de vista pessoal, Gualberto, através da Associação Cívica, por meio da presidência do Tiro Rio Branco, de seu relacionamento com a imprensa e, ainda, por intermédio da Maçonaria, foi conquistando oportunidades para criação de vínculos com autoridades militares e políticas nacionais e locais que poderiam favorecê-lo. O pedido de entrada da Sociedade de Tiro Rio Branco na Confederação de Tiro Brasileiro é outro exemplo estratégico em termos de vantagens individuais, uma vez que a aceitação “aproximou” Gualberto de Hermes da Fonseca e, ao mesmo tempo, elevou o nome da associação curitibana.

O próprio Carlos Cavalcanti de Albuquerque, governador do Estado do Paraná no quadriênio de 1912-1916, que já era amigo pessoal de Gualberto, também ingressou no Tiro Rio Branco. Ambos tinham vários aspectos de suas vidas em comum: iniciaram suas carreiras militares no Exército, cursaram a Escola Militar da Praia Vermelha, saíram bacharéis em Ciências Físicas e Matemática, eram engenheiros, defendiam o florianismo, e, principalmente, demonstravam a mesma convicção sobre a legitimidade dos direitos do Paraná na Questão dos Limites. Da amizade e proximidade na associação de tiro, surgiu a nomeação para o pernambucano comandar o Regimento de Segurança do Paraná e até mesmo a proposta anterior, logo abortada, de Gualberto ser prefeito de Curitiba⁵⁷,

⁵⁷ Sobre Carlos Cavalcanti de Albuquerque, ver GOULART, Mônica H.H. Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná** (1889-1930). 609f. Tese de doutorado. Sociologia. Universidade Federal do Paraná, 2008.

prevalecendo nas intenções primeiras, do então presidente do Estado, o espírito de corpo tão influenciador do comportamento e condutas entre militares. Afirmar Rosa Filho (1998), pesquisador da Polícia Militar, que a proposta teria sido rejeitada pelo próprio João Gualberto, que preferiu comandar a força estadual. Essa versão não é sustentada por parte significativa da historiografia. Milton Ivan Heller (2012) confirma o fato de que Gualberto

esteve na iminência de ser designado prefeito pelo governador Costa Cavalcanti, mas ao dizer que faria uma administração austera e que todos os cidadãos abastados teriam que parar de sonegar e quitar os tributos devidos, desagradou a Associação Comercial e políticos inescrupulosos. Em vez de prefeito foi nomeado para comandar a Força Pública, comissionado no posto de coronel, cargo que aceitou prazerosamente, porque lhe daria projeção e embalaria os seus devaneios políticos (HELLER, 2012, p. 212).

Esse jornalista, embora endosse uma imagem de idoneidade por parte de Gualberto, explorando a ideia do peso de sua rejeição como prefeito, tanto por comerciantes devedores quanto por políticos desonestos, admite que o capitão tinha pretensão em enveredar no meio político local. Tal afirmação é frequentemente explorada por parte da historiografia, incluindo a historiografia paranaense mais recente.

Nas palavras de Sêga,

Carlos Cavalcanti era carioca de nascimento, mas traçou toda sua trajetória política no Paraná. O posto de oficial do Exército Brasileiro foi acrescido de mandatos como deputado estadual e federal, antes de ter sido eleito presidente do Paraná, pelo Partido Republicano, num pleito conturbado. Assumiu em fevereiro de 1912 e logo de saída teve que se deparar com a controversa nomeação do prefeito de Curitiba. O candidato "natural" da elite local era o capitão engenheiro do Exército Brasileiro (seu colega de farda), João Gualberto Gomes de Sá. Pessoa de muito trânsito nas esferas do poder, este gozava de muita popularidade entre os curitibanos, principalmente por ter sido o mentor da criação do "Tiro Rio Branco", espécie de guarnição da Capital, onde os jovens mais aquinhoados prestavam serviço militar. Contudo, ao contrário de Carlos Cavalcanti, que tão bem soubera conciliar a vida castrense com a lide política, João Gualberto não contava com o fundamental apoio do Partido Republicano, cujo candidato peculiar era o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, que acabou sendo escolhido. João Gualberto teve que se "contentar" com o cargo de comandante do Regimento de Segurança (espécie de Polícia Militar da época), sendo promovido a coronel (SÊGA, 1996, p. 34-35).

Essa visão do autor sobre a predileção das elites locais e até de populares pelo nome de Gualberto para assumir a prefeitura vai de encontro ao modo como o Diário da Tarde procurou abordar a repercussão de um *meeting* noturno. No dia 22 de agosto de 1912, o tenente Roberto Glaser, representando a agremiação Rio Branco, junto com o poeta Emiliano Pernetta, discursaram em reunião, iniciada na Praça Tiradentes e findada em frente à casa de Carlos Cavalcanti. O evento tinha como objetivo “pedir ao exmo sr

presidente do Estado que mantenha a escolha do capitão João Gualberto para o cargo de prefeito desta capital” (O *MEETING*, 1912, p. 1). O jornal que, ao divulgar o convite com o pedido de que a “digna classe comercial feche mais cedo as suas portas no intuito de concorrerem para a reunião todos os empregados no commercio” (O *MEETING*, 1912, p. 1), também fez questão de salientar a presença “de uma grande massa popular aglomerada na Praça Tiradentes, em torno á estatua do Marechal Floriano” (O *MEETING*, 1912, p. 1), a despeito da chuva e dos boatos de que o chefe de polícia poderia dissolver o ato.

Na mesma matéria foram comentadas partes das intervenções dos oradores e a reação verbal do governante. De acordo com o periódico, Glaser relacionou as péssimas condições em que se encontrava o município, com a necessidade de um homem com as qualidades de João Gualberto para administrá-lo. O militar ainda comunicou aos reunidos que todos iriam até o presidente do Estado apelar pela nomeação do capitão. Após aplausos, “á multidão (...) seguiu pela praça Municipal, ruas 15 de Novembro e Marechal Floriano, parando na rua Alegre, em frente a residência do sr. Presidente de Estado” (O *MEETING*, 1912, p. 1). De uma janela, Carlos Cavalcanti observou a aglomeração e escutou as palavras de Emiliano Pernetta, que, em contrapartida ao discurso do membro do Tiro de Guerra, optou por ressaltar o progresso material vivenciado pela cidade “que se observa em tudo, na indústria, no commercio, na edificação diária, que embeleza, e transfigura maravilhosamente, uma pequena cidade, n’uma capital de primeira ordem” (O *MEETING*, 1912, p. 1). Esse progredir, no argumento do escritor, exigiria para o governo municipal inteligência, pulso, valor e sacrifício, isto é, atributos relacionados à figura do valoroso homem que tomou para si a missão de educar a mocidade no ofício das armas, constituindo, em pouco tempo, um batalhão de bravos capaz de conquistar o público fluminense, o governo federal e o próprio Barão do Rio Branco. Ainda teria lembrado o poeta, que fora a partir das conquistas do Tiro Rio Branco, no Rio de Janeiro, que “a causa mais santa do Paraná, porque della depende a nossa vida econômica e o nosso progresso, entrou a despertar sympathias e interesse por parte daquelles que supunham que isto aqui era apenas a Beocia, e nada mais” (O *MEETING*, 1912, p. 1). Carlos Cavalcanti, após alguns rodeios, soube como se isentar parcialmente da mudança na escolha, e ainda justificar a nomeação de João Gualberto para outra missão dignificada em sua resposta.

Até hoje segui o programma inicial do meu governo, mas, concidadãos, na minha administração houve uma solução de continuidade: alguém que ocupava um cargo elevado, do qual dependia a segurança publica do Estado, deixou esse cargo. O governo, senhor da situação, com todos os elementos para agir,

conhecendo as circunstâncias do momento, lembrou-se imediatamente do homem que tantas glórias conquistou para o Paraná. Aonde e como? Ali, – disse s. ex. apontando para o quartel do Tiro Rio Branco (...). Quem, pois, em melhores condições do que o capitão Gualberto para estar à frente da milícia estadual, de todas as forças do Paraná? (...) Escolhendo o capitão João Gualberto, eu dava, portanto uma satisfação ao povo de Curitiba, ao povo do Paraná e à opinião nacional que sagrara esse nome ilustre. Mas em política, concidadãos, é verdade que nem sempre se faz o que se quer, mas sim o que se pode, o que é possível. No momento, para colocar à frente da milícia estadual, eu, o governo, com franqueza, confesso não encontrei outro, senão o meu velho companheiro de armas, o distinto capitão João Gualberto. (...) Lamentando não poder atender o vosso apelo dou um viva ao povo paranaense” (O MEETING, 1912, p. 1).

Após a saudação, e sem contra-argumentos da parte dos oradores, houve a dispersão dos participantes, que abandonaram o local tristes e pensativos, segundo o próprio Diário” (O MEETING, 1912, p. 1). Carneiro (1939) faz referência a esse episódio. O historiador, na sua idealização indisfarçável da figura do militar, de certo modo responsabiliza Carlos Cavalcanti por ter iludido, por um período considerável, aquele cuja amizade remontava à juventude da Praia Vermelha. Aos olhos de Carneiro, o político teria sido ingênuo em acreditar que seus correligionários permitiriam que ele escolhesse alguém alheio ao meio militante partidário para o posto de prefeito (CARNEIRO, 1939, p. 238). Outro problema teria sido Cavalcanti não ter revelado, ao maior interessado, que o seu destino no comando do Regimento de Segurança estava selado desde abril de 1912. Alegação baseada num documento de nomeação para a força estadual, que o pesquisador afirma ter encontrado no acervo da família de Gualberto, datado desse mesmo mês, isto é, quase quatro meses antes do decreto ser publicado. Ainda conforme Carneiro, o governo, com a submissão do presidente do Estado, apenas “esperava um pretexto para dar-lhe outro posto, um desses que em condições normais não aceitaria por certo” (CARNEIRO, 1939, p. 241). E a melhor oportunidade para tornar pública a nova indicação viria com a intriga, armada pelos partidários do mandato, na verdade uma mentira, aceita por Cavalcanti, de “que a polícia pensava em depô-lo, e que o comandante, Cel. Servando de Loiola e Silva, não teria elementos nem capacidade intrínseca para reprimir a intentona” (CARNEIRO, 1939, p. 242-243).

Rosa Filho nega qualquer possibilidade de revolta por parte da corporação. Segundo esse autor, o comandante Servando estava doente e necessitava ser substituído, tendo seu pedido de exoneração aceito (ROSA FILHO, 1998, p. 7). Especificamente sobre as ações do coronel João Gualberto frente aos sertanejos, e ao monge José Maria, existe maior consenso por parte da historiografia do que divergências. Ambições pessoais de cunho político foram associadas ao modo impulsivo, precipitado, intolerante e violento

com o qual o coronel tratou o monge e seus seguidores no Irani, antes da peleja. Sem discordamos de considerações acerca da truculência do oficial, acreditamos que o peso dos valores republicanos, a formação de caráter cientificista e positivista que Gualberto adquiriu na Praia Vermelha, bem como sua vivência no meio curitibano, não excluem seus interesses políticos ao falarmos de suas ações e comportamentos, tanto em Curitiba, quanto na expedição ao Irani. Como imaginar a visão de mundo e a postura do militar apartada da experiência, por mais de uma década, em uma instituição totalizante como uma academia militar? João Gualberto, quando jovem, pagou o preço da expulsão temporária da Praia Vermelha, por seu indisfarçável florianismo. Enquanto nordestino, “assistiu” ao desgaste do Exército Brasileiro na difícil Campanha de Canudos (1896-1897), na condição de um homem que mantinha expectativas, não somente pessoais, em relação ao regime republicano. Enquanto um homem que supervalorizava a herança europeia na construção nacional e acreditava na superioridade militar, que via os militares como verdadeiros salvadores, civilizadores e mantenedores da ordem e do progresso, deveria nutrir um enorme desprezo pelo monge e pelos os sertanejos, compartilhando das mesmas figurações elaboradas pela imprensa de seu tempo, nacional e local, que representavam tais civis como ignorantes, fanáticos, retrógrados, bandidos e perigosos restauradores da monarquia.

Em Curitiba, foi justamente a formação de base cientificista e a imagem de homem erudito e esforçado que facilitou a penetração e aceitação de Gualberto entre as elites locais. A cidade vivia um contexto modernizador e de efervescência cultural, favorecido pelos lucros do comércio de erva mate. Proliferavam na capital revistas, periódicos, eventos e movimentos literários e artísticos de orientação anticlerical e positivista (PEREIRA, 1996), além de uma maçonaria atuante. Nesse meio, a criação da Associação Cívica, o êxito obtido pela agremiação de tiro, o ingresso em loja maçônica e as relações mantidas com o Diário da Tarde, que favoreceram seu intercâmbio com diversos intelectuais, escritores, artistas, políticos e militares, não foram somente estratégias de promoção social. João Gualberto influenciou, mas também foi influenciado por indivíduos e grupos imbuídos da missão de construir uma identidade regional para o Paraná, um Estado que nem mesmo tinha suas fronteiras delimitadas e que convivia com o aumento do fluxo de imigrantes de várias nacionalidades. O próprio surgimento dos tiros de guerra, em vários estados e na capital do país, ia de encontro ao propósito regional de quebrar a hegemonia que os estrangeiros tinham nos esportes e, de, ao mesmo tempo, proporcionar uma educação militarizada desde a infância, capaz de promover sentimentos

de pertencimento por meio de noções de civismo, disciplina e hierarquia. Na construção dessa identidade não havia espaço para o modo de vida caboclo, muito menos para as reivindicações futuras do movimento sertanejo, que tanto João Gualberto quanto seus interlocutores jamais conceberiam como legítimas.

Retomando os componentes da identidade militar elencados por Santos (2004), encontramos, na voz do coronel, traços de uma visão romântica que lembra a percebida pela autora, na postura de membros do Tenentismo, dispostos a oferecer a vida em sacrifício do amor à Pátria. Rosa Filho (1998), nas citações que faz de fragmentos de discursos do oficial, em dois momentos diferentes, ainda que, em ambos, João Gualberto, buscasse impressionar policiais e associados do tiro, acaba desvelando a própria visão romântica do coronel, integrante da representação dos militares como salvadores e dispostos a todo sacrifício pela Pátria. Vejamos o primeiro, parte da transcrição do boletim da posse do novo comandante do Regimento de Segurança do Paraná.

Ordem-do-Dia de 21 de agosto de 1912

Comandados: Nomeado, por decreto de hoje, comandante desse Regimento, para que fui convidado pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Presidente do Estado, assumo-lhe o mando, tendo em mira prestar ao Paraná e ao chefe que dirige, os leais serviços que me impõem por igual meu patriotismo fervente e uma digna amizade. É um cargo que me nobilita, porque são nobres as tradições desta Milícia. Destaque-se, porém, um feito que sobranceia aos anais da história fulgurante do Regimento recordando aquela magnífica impassibilidade no fogo, no momento preciso em que tombava glorioso nas trincheiras da legendária Lapa, ao lado de Gomes Carneiro, o seu extraordinário Comandante Coronel Dulcídio Pereira. E, que a mesma impassibilidade querendo aparentar uma feroz indiferença, deletará antes de tudo, a disciplina que só os grandes chefes sabem imprimir às tropas. Tomá-la-ei assim por rumo no longo ou curto período do meu comando, aqui na forte preocupação de fazer esta Corporação distinguir-se pela instrução e pela disciplina, fatores que mais concorrem para a harmonia e para a ordem. (ROSA FILHO, 1998, p. 7-8).

Falando aos membros da agremiação Tiro Rio Branco, no dia 1º de outubro de 1912, Gualberto parece escolher bem as palavras. Legítima a importância do cargo oferecido na conjuntura da disputa pelos limites e, com o uso do termo “também”, coloca-se na frente de qualquer outro para a missão de morrer em defesa do Paraná, caso necessário. E ainda engrandece a figura do governante que o escolheu, prometendo fidelidade a quem julga ser um grande defensor da integridade territorial do Paraná.

O Presidente do Estado veio á minha casa oferecer um novo posto no seu governo, posto também de confiança incontestada e de responsabilidade – o de comandante do Regimento de Segurança do Estado. E eu que sabia que esse novo posto encerrava para mim, mais que para qualquer outro, a obrigação e o dever supremo de morrer pelo Paraná, aceitei-o sem hesitação e o exercerei

sem desfalecimento, porque sei que o chefe do estado é e será um apaixonado pela causa do Paraná, sendo, ao mesmo tempo, vigilante sentinela de sua integridade e pioneiro abnegado do seu engrandecimento. (ROSA FILHO, 1998, p. 8).

Rosa Filho, interpretando conjuntamente esses dois fragmentos, explora a ideia de que o coronel havia previsto o próprio trágico destino: “Gualberto vaticinava o fim que iria ter no curto período de comando” (ROSA FILHO, 1998, p. 8). Representação até hoje presente na memória institucional sobre o efêmero comando, associada à imagem de que o coronel abnegado cumpriu seu destino histórico, sendo dedicado e fiel aos policiais militares e aos interesses dos paranaenses.

Acreditamos que o traçado de uma possível explicação para a postura belicista, violenta, intolerante e excludente revelada por João Gualberto no Irani ganhe contornos mais nítidos quando esboçada, levando em conta componentes do *ethos* militar, adquirido em sua formação profissional totalizante na Praia Vermelha. Inegável que existiam interesses pessoais, de teor político, por trás da ida de Gualberto ao Faxinal do Irani. Mas tais ambições só o tornaram “prisioneiro” de atitudes irracionais e desesperadoras, à medida em que receios e preocupações de manchar a própria honra predominaram em seus pensamentos, nos momentos de tensão e ansiedade, como os vividos nos dias e horas antes do ataque ao acampamento sertanejo. Questões como a autorrepresentação, do que deveria ser seu dever enquanto um oficial no comando da expedição, assim como a autoimagem romântica e ao mesmo tempo arrogante de civilizador e redentor da Pátria, desencadearam medo e desespero, fazendo com que enxergasse somente duas alternativas: ou os sertanejos se rendiam, se “entregavam” ou deveriam ser exterminados.

Maiores detalhes sobre as reações do militar na expedição ao Irani ainda serão abordados, após a elucidação do contexto político e socioeconômico que levou Carlos Cavalcanti a enviar para os Campos de Palmas uma expedição com o intento de dar fim ao acampamento sertanejo. Pretendemos demonstrar, até agora, como se deu a construção da imagem pública do futuro herói, enfatizando as instituições e os eventos que proporcionaram maior visibilidade social em seu percurso. A trajetória do homem e do militar na capital do Paraná facilitou a elaboração do mito sacrificado em nome da ordem, do progresso e dos interesses dos paranaenses. João Gualberto não foi escolhido pelas elites paranaenses como o herói do Paraná por mero acaso, de modo aleatório. O próprio militar, por meio de suas realizações, seu empenho e interações sociais, acabou fornecendo farto material simbólico para que até hoje sua morte seja usada e mitificada

pela instituição estadual a qual pertenceu. E isso foi fundamental, uma vez que o mito carrega “as marcas” do personagem e do momento histórico em que foi elaborado. (GIRARDET, 1987).

3.2 – DA MISSÃO EM IRANI AO CULTO CÍVICO DA MORTE EM COMBATE: O FORJAR DO HERÓI JOÃO GUALBERTO

O episódio do Irani é até hoje legitimado pela História Oficial do Paraná e pela memória institucional da PMPR como decorrente da necessidade de preservação dos objetivos do governo e da população na Questão dos Limites. Uma visão um tanto anacrônica, permanecendo na contramão tanto das próprias imagens de época, que foram sendo alteradas nos discursos da imprensa e do poder estadual, como da produção historiográfica.

Na disputa divisória, segundo Machado (2017), os catarinenses almejavam que os limites interestaduais fossem traçados entre os rios Iguaçu e Negro, os paranaenses relutavam em aceitar tais barreiras, afirmando que faziam divisa direta com o Rio Grande do Sul, por meio do Rio Uruguai, e que tinham direito sobre as regiões ao sul do Rio Negro. Em 1904, conforme Valentini (2003), o Supremo Tribunal Federal concedeu ganho de causa a Santa Catarina, o Paraná não reconheceu e recorreu frente à decisão. Em 1910, foi confirmada definitivamente sentença favorável a Santa Catarina, restando aos catarinenses somente aguardar sua execução. O governo paranaense continuou resistindo, alegando que, conforme a Constituição Federal, o problema era político e não poderia ser resolvido juridicamente (VALENTINI, 2003).

De 1910 a 1916, ocorreram inúmeros conflitos que resultaram em várias intervenções por parte das duas forças estaduais na enorme região contestada. A investida da tropa paranaense sobre os sertanejos em Irani, que integrava o território em litígio, em 1912, precipitou o combate sangrento na localidade do Banhado Grande, uma vez que a migração do monge e seu séquito para o Faxinal do Irani então, sob dupla jurisdição, foi vista pelo governo do Paraná e pela imprensa como uma invasão dos catarinenses com o intuito de apressar execução de sentença.

Mas quem era esse monge⁵⁸? Como atraía tantos seguidores? E o que foi fazer em uma região de dupla jurisdição sobre a que o Paraná julgava ter direitos? Contribuíram

⁵⁸ Três foram os principais monges que peregrinaram em terras contestadas, muitas vezes confundidos pelo imaginário popular com um só. O primeiro, João Maria de Agostinho, surgiu no final da década de 1840,

para o prestígio de Miguel Lucena Boaventura, nome de batismo, suas habilidades pessoais. Era letrado, possuía conhecimento acerca do poder medicinal das plantas e prescrevia receitas e orações para os mais diferentes males e aflições. Nas palavras de Cabral (1960), o monge “(...) Foi feliz nas suas curas: curou duas senhoras de fazendeiros e por isso logo ganhou fama” (CABRAL, 1960, p. 180). Fixado em Taquaruçu, criou a “farmácia do povo”, na qual era muito requisitado devido à imagem de curandeiro e milagreiro que obteve rapidamente.

Em julho de 1912, José Maria chegou a ser convidado por festeiros para ir a evento religioso: uma festa em Taquaruçu do Bom Sucesso, lugarejo pertencente a Curitibanos. Convite aceito, apareceu na localidade acompanhado de cerca de 300 pessoas. Certamente, tal número não seria fruto apenas da suposta capacidade curativa do monge. O enorme grupo que seguiu José Maria, embora composto por influência da religiosidade local – que oferecia aos sertanejos, desesperados, respostas e alternativas aos problemas individuais e/ou sociais, não teria se formado sem as cruéis transformações que inviabilizaram o tradicional modo de vida caboclo, ao desapropriarem os mesmos de suas terras e modernizarem a região, como veremos no transcorrer do texto.

Terminado o festejo de Bom Jesus, ao invés de se dispersarem, os sertanejos ficaram mais de um mês no local, período suficiente para a ampliação do grupo com a chegada de novos fiéis seguidores. Cabe ressaltar que, além de religioso, o festejo pode ter assumido um caráter político. Disputavam o controle da região dois coronéis: Francisco Ferreira de Albuquerque, superintendente de Curitibanos, ligado à oligarquia mais poderosa de Santa Catarina, e seu opositor, Henrique de Almeida, filho de um velho coronel, que, de modo paternalista, autodenominava-se “pai dos pobres”. O evento, que fora realizado com o consentimento de Henriquinho, pois parte de sua clientela admirava o monge, pode ter sido visto por Albuquerque como uma provocação política de seu adversário, hipótese levantada por Cabral (1979). Temendo a concentração e, supostamente, o crescimento da influência de seu inimigo político, o superintendente tentou falar pessoalmente com o monge. Diante da negativa de José Maria, optou por

supostamente originário do Piemonte, Itália. O segundo apareceu no final do século XIX, ficou conhecido pelo nome de João Maria de Jesus e era simpatizante da causa maragata, pois conviveu com federalistas. Segundo Cabral (1979), ao tomar o nome do primeiro monge, acabou rememorando a fama do primeiro, aumentando sua esfera de influência e “tornou uma só pessoa as que verdadeiramente eram duas” (CABRAL, 1979, p. 163). Foi com a morte do terceiro, José Maria de Jesus, que surgiu a orientação messiânica do Contestado.

telegrafar ao governador de Santa Catarina, informando que um bando de fanáticos havia proclamado a monarquia em Taquaruçu.

Proposta de monarquia em 1912, ainda mais vinda de um grupo sertanejo, soava estranho até mesmo para os conterrâneos de Albuquerque. Nesse ponto, é Machado (2004) quem esclarece o equívoco, ao afirmar que, nas festas religiosas de tradição cabocla, ocorriam desafios de repentistas. E durante a Festa do Bom Jesus, o vencedor havia concluído sua intervenção com uma frase que afirmava ser a monarquia a “lei de Deus”. (MACHADO, 2004, p. 181). O pretexto de restauração monárquica foi usado, e a denúncia repercutiu não apenas nos estados sulinos. Na imprensa fluminense, a suposta implantação da monarquia foi comparada à experiência de Canudos, como no texto satírico, publicado, posteriormente, em outubro de 1912, intitulado “O Império de Campos Novos⁵⁹”, publicado pelo jornal O Século “– Um novo Antonio Conselheiro, senhor! Aquillo vae ser um segundo Canudos. Do monge Zé Maria, que é quem dirige o movimento, dizem coisas do arco da velha. Quem há de abafar a revolta”? (O IMPÉRIO, 1912, p. 2).

A polícia catarinense invadiu o povoado de Taquaruçu. Avisados a tempo, os sertanejos tinham conseguido fugir para o povoado de São João do Irani, onde José Maria já tinha vivido e possuía conhecidos e aliados. Quando chegaram no local, os cerca de 40 sertanejos jamais poderiam imaginar que sofreriam um ataque do Regimento de Segurança do Paraná. Fugindo da perseguição da polícia catarinense e até de tropa enviada pelo governo federal, só desejavam encontrar terras nas quais pudessem tirar seu sustento e viver em paz. Mas paz é que não teriam. A imprensa curitibana, Carlos Cavalcanti e militares estaduais viram a chegada do bando como uma tática invasora catarinense a fim de apressar a execução da sentença. Em nome dos interesses do Paraná, da ordem e da segurança, Cavalcanti ordenou ao pernambucano João Gualberto que partisse com uma tropa para o Irani a fim de dispersar o acampamento. De acordo com Machado (2017), o Presidente do Estado, temendo as consequências de uma intervenção federal na região, que resultasse em execução de sentença pró Santa Catarina, incumbiu o comandante-geral da corporação de energicamente acabar com o ajuntamento sertanejo “catarinense” em domínios do Paraná.

O próprio agrupamento em torno do monge pode ser entendido como decorrente da convulsão social, gerada no território em litígio, a partir do projeto modernizador

⁵⁹ O monge José Maria vivia em Campos Novos antes de ir para a festa do Bom Jesus. (MACHADO, 2004, p. 177).

republicano excludente que beneficiou o grupo estadunidense de Percival Farquhar, em detrimento dos sertanejos. No pagamento pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, por decreto do governo federal, o truste recebeu direitos sobre terras marginais de 15 quilômetros de cada lado da via-férrea, o que provocou uma desapropriação legal das terras em que viviam sertanejos numa área de muitos milhares de quilômetros quadrados.

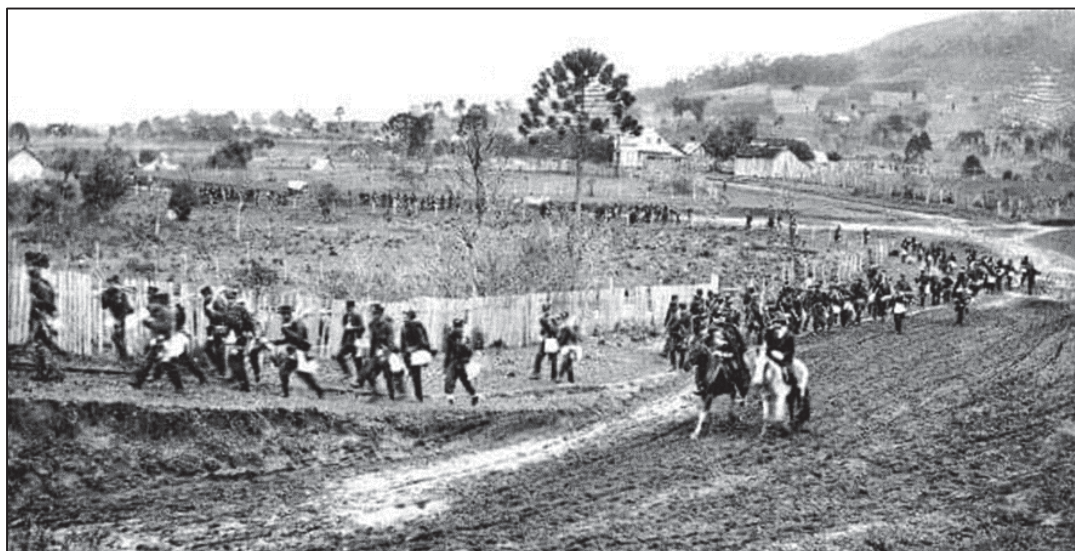
Em 1910, a *Brazil Railway Company* contratou oito mil trabalhadores. Após o término da estrada, tal contingente viu-se desempregado e abandonado à própria sorte nos seus locais de trabalho. Foi criada ainda, a *Southern Brazil Lumber & Colonization*, responsável, tanto pela exploração da madeira em caráter industrial, com introdução das serrarias em Três Barras e Calmon (SC), quanto pela colonização da região. A concessão de terras e a devastação na floresta com araucárias inviabilizou o tradicional modo de vida dos sertanejos, que, sem terem para onde ir e do que sobreviver, assistiram suas terras serem ocupadas por colonos europeus. A desapropriação tornou-se mais intensa com a criação de uma milícia da *Lumber*, formada por estrangeiros, que atacava os sertanejos com o objetivo de expulsá-los para vender seus terrenos (THOMÉ 2005). Assim, surgiram os errantes do Contestado⁶⁰. Porém, todo esse processo foi desconsiderado pelo governo e imprensa paranaense e pelo próprio comandante, que partiu, no dia 13 de outubro, para o Irani, com metralhadora *Maxim*, munições e cordas, achando que voltaria para a capital com José Maria e vários sertanejos amarrados. Conforme coletânea de documentos referentes à conduta do Regimento de Segurança no Combate do Irani, a força estadual, no ano de 1912, dispunha “de carabina *Comblain* para a infantaria e clavina ‘*Winchester*’ para a cavalaria e com esse antiquado armamento tomou parte no referido combate”. (BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE, 1984, p. 190)

João Gualberto, que contava com uma tropa de 158 homens na saída de Curitiba, só conseguiu dispor de 64 em marcha até o acampamento sertanejo, localizado no Faxinal dos Fabrícios, ficando o restante guarnecendo a cidade de Palmas, por exigência do Chefe de Polícia, Vieira Cavalcanti. Esse desmembramento da tropa, ocorrido no dia 20 de

⁶⁰ O termo errantes foi usado pela primeira vez por MONTEIRO (2011). O autor, nessa obra, também menciona uma crise nas relações de compadrio interclasses no Contestado, que iria comprometer as relações entre os sertanejos e os fazendeiros. Contudo, Duglas não a vê como decorrente da nova lógica capitalista, mas sim como uma parte de uma crise mais longa, isto é, a do relacionamento entre catolicismo rústico e catolicismo oficial. Mais longa, uma vez que remonta ao final do século XIX, por ocasião do início dos desentendimentos entre Frei Rogério Neuhaus e o segundo monge João Maria.

outubro, teria acontecido num lugarejo chamado Horizonte, após “azeda discussão entre João Gualberto e o Chefe de Polícia”. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 95).

FIGURA 8 – JOÃO GUALBERTO E TROPA SAINDO DE PORTO UNIÃO DA VITÓRIA RUMO A PALMAS – 15 DE OUTUBRO DE 1912.



FONTE: BLOG CESLAU EX ISTO (2020).

Em Palmas, Gualberto e seus oficiais conheceram o já mencionado Coronel Domingos Soares, político local e membro da Guarda Nacional, e o gerente de sua fazenda, Otavio Marcondes. Ambos tentaram mediar um acordo pacífico entre o monge e o comandante da força estadual. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977). Com o objetivo de evitar um confronto com derramamento de sangue, Soares e Marcondes se prontificaram, junto ao oficial, de ir até o acampamento sertanejo conferenciar com José Maria. Embora tenha aceitado que Domingos Soares fosse ao Faxinal dos Fabrícios falar com o monge, João Gualberto afirmou “(...) que intenciona iniciar o combate no dia seguinte mas como o Coronel [Domingos] Soares desejava conferenciar com José Maria [...] esperaria mais aquele dia para que Soares tivesse tempo de ir” (PROCESSO 806, 1913, p. 111v). Ao que tudo indica, o oficial já havia decidido pela invasão, antes mesmo do grupo de Soares ir ao acampamento do monge, pois, por meio de um telegrama, além de informar onde estava, avisou sobre o ataque “[...] no Irani, a três léguas do monge que tem mais de duzentos homens armados e resiste. Amanhã início ação decisiva contra ele” (PROCESSO 806, 1913, p. 111v). Um dia antes do combate, foi para Octavio Marcondes, integrante da comitiva formada por Soares, que João Gualberto entregou o bilhete de ultimato escrito a José Maria.

Senhor José Maria

Deves comparecer a este acampamento com a maior urgência, a fim de explicardes os motivos da reunião de gente armada em torno da vossa pessoa, alarmando os habitantes desta zona e infringindo as leis do Estado e da República. Caso não atenderes essa intimação, que me ditam o cumprimento do dever e o sentimento de humanidade, comunico que dar-vos-ei, desde logo, franco combate e a todos os que forem solidários convosco, em verdadeira guerra de extermínio, a fim de fazer voltar a esta zona do Estado o regime da ordem e da lei. Avisai a todos que vos acompanham, que os considerarei criminosos se não comparecerdes vós ao meu acampamento a fim de evitar uma terrível desgraça. Comunico-vos ainda, além de forças minhas que vos sítiam por várias estradas, outras expedições vos perseguem também, tornando-se desta forma impossível a vossa fuga ou resistência no território nacional. No caso de vossa resistência às minhas imposições, deveis retirar com urgência as mulheres e crianças que aí estiverem.

(a) João Gualberto Gomes de Sá Filho

Cmt do Regimento de Segurança do Paraná.

(ROSA FILHO, 1998, p. 18).

O narrador da versão oficial, Rosa Filho, não explora as contradições contidas no bilhete de intimidação escrito a lápis, na noite de 20 de outubro, como por exemplo: uma intimação, ditada pelo sentimento de humanidade, seguida da ameaça de guerra de extermínio. Porém, mais adiante, seu texto reconhece que o “falso monge”, mesmo negando-se a comparecer diante do comandante, tinha dado claros sinais de que não queria peleja, que não tinha nenhum problema com o Paraná, e que voltaria passivamente ao estado de Santa Catarina (ROSA FILHO, 1998, p. 19).

O pesquisador militar possivelmente consultou o Processo de Irani, de 1913, da Comarca de Palmas, contra Fabrício das Neves e mais 63 sertanejos acusados de serem os “principaes [responsaveis] e atores dos lamentáveis e graves [accessos] que se desenvolveram no lugar denominado ‘Banhado Grande do Irany’, deste município (...) que abalaram a alma paranaense” (PROCESSO DO IRANI, 1913, fl. 2). Nesse inquérito, encontramos vários depoimentos, com semelhantes discursos no sentido de inocentar as práticas do já morto José Maria, no Faxinal do Irani, como a afirmação de que a “atitude do monge é a unicamente dar remédios a quem o procurava”, segundo o respondente Alípio Ribas, negociante e residente em Palmas (PROCESSO DO IRANI, 1913, fl. 35). Ou ainda, na voz de Domingos Xaleco de Almeida, 70 anos, viúvo, lavrador, que sem saber ler e escrever, quando interrogado, respondeu ter enviado seus filhos e genro para que fossem conhecer o monge para pedir alguns remédios a pessoas de sua família que estavam doentes, e que o genro “conseguiu obter uma receita deste, cuja receita o respondente não fez uso, devido não ter encontrado algumas drogas indicadas”. (PROCESSO DO IRANI, 1913, fl 38).

Nas terras dos Fabrícios, a conversa entre o coronel Domingos Soares, Marcondes e o monge se deu na presença de homens que seguiam José Maria e parece ter durado tempo suficiente para deixar João Gualberto impaciente com o retorno da comitiva, como narra Rosa Filho:

Às quinze horas mais ou menos, o Coronel Gualberto, bastante nervoso com a demora do Coronel Soares, e supondo que este tivesse ficado como refém dos fanáticos, convidou o Tenente Busse para ir até o acampamento do monge com vinte praças de cavalaria, dizendo que pretendia mesmo fazer uma loucura. No entanto, mesmo vendo que o seu subordinado se prontificava a acompanhá-lo, desistiu da idéia, talvez acreditando que isso seria um sacrifício inútil. (ROSA FILHO, 1998, p. 18).

Conforme seu próprio testemunho, Domingos Soares teria pedido ao monge que se apresentasse ao militar, recebendo um não como resposta, uma vez que José Maria “temia maus tratos” (PROCESSO DO IRANI, 1913, fl.55), dando a entender que não sabia o motivo da perseguição, por nada ter contra o Paraná. Soares ainda tentou argumentar que não era um caso de perseguição, pois João Gualberto apenas “cumpria com seu dever, não consentindo reuniões ilícitas em qualquer ponto do Estado”. (PROCESSO DO IRANI, 1913, fl. 55 V). Frente à resistência de José Maria, Otavio Marcondes entregou o bilhete escrito pelo oficial. O monge, após a leitura, percebendo tratar-se de uma intimação, teria indagado: “Que garantias pode oferecer uma carta escrita a lápis?” (ROSA FILHO, 1998, p. 19). E novamente reafirmou seu propósito de não se apresentar ao acampamento militar, apenas pedindo ao Coronel Soares um prazo de um dia para reunir seus seguidores e os cavalos, que pastavam soltos, e garantias para retornar pacificamente para o estado de Santa Catarina, encerrando assim a conversa com os mediadores (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 98). Ainda, em depoimento, o Coronel Soares afirmou que, regressando ao local onde Gualberto estava com a tropa, às cinco horas do mesmo dia, contou ao comandante tudo o que havia presenciado, escutado e acordado com o monge. E que o mesmo não pretendia lutar, solicitando um curto prazo para reunir sua gente, dissolver o acampamento e ir embora. A intransigência de João Gualberto pode ser sentida por meio da voz de Domingos Soares:

tendo nesta ocasião o Coronel João Gualberto declarado ao respondente que na madrugada seguinte atacaria o acampamento do Monge, pois que disto já havia dado comunicação ao Presidente do Estado, que se assim não procedesse elle Gualberto se considerava desmoralizado perante a Nação Brasileira; que o respondente fes ver ao Coronel João Gualberto que com a força que dispunha naquella ocasião não convinha atacar o acampamento do Monge, visto ter força superior a delle Gualberto e mesmo porque o Monge se achava bem localizado; que alem destas ponderações fez-lhe outros muitas, procurando dissuadir Gualberto de seo plano de ataque e que não conseguindo,

o aconselhou que as [ilegível] esperasse [fl. 57 v.] a chegada do reforço que já faria pedido; tendo Octavio Marcondes feito ao Coronel João Gualberto idênticas ponderações as quaes também o Coronel Gualberto não attendeo e as trez horas da madrugada occasião em que o Coronel João Gualberto preparava-se apara marchar em direcção ao acampamento do Monge o respondente tornou a insistir com o Coronel Gualberto à ver si este desistia da idéa, não tendo sido attendido, nesta occasião o respondente declarou-lhe que não o acompanharia como era seo desejo devido suas ideas estarem em desacordo com as delle Gualberto; que nessa occasião o respondente fez a descripção da topographia do terreno a Gualberto por onde este devia transitar e o trexo onde o mesmo devia ter todo o cuidado para evitar qualquer trahição que poderia ser feita pela gente do Monge; posto as pessoas em marcha o respondente acompanhou o Coronel Gualberto ate a encruzilhada que fica distante do lugar onde se deo o combate, légua e meia mais ou menos (...) (PROCESSO DO IRANI, 1913, fl. 57).

Os intermediários fracassaram na tentativa de fazer com que Gualberto respeitasse o prazo pedido por José Maria e não atacasse, mesmo alertando sobre as vantagens numéricas e espaciais dos sertanejos. Rosa Filho reconhece tal fato, mas no lugar de maiores questionamentos sobre a conduta de Gualberto, que pudessem soar como uma crítica à competência do militar ou seus valores morais e éticos, colocando em risco a mitificação, predominam na sua narrativa específica do combate uma série de elementos externos ao controle do coronel, para compor um quadro de justificativas da derrota. Dito de outro modo, o autor elabora uma espécie de diário da campanha, ressaltando um conjunto de adversidades enfrentadas por Gualberto e o efetivo, como: ausência de alojamento adequado nas localidades em que pernoitaram, péssimas condições climáticas (chuva contínua) para armar acampamento, estradas inadequadas, falta de cavalos para piquetes de reconhecimento, inexistência de mapas para avaliar a geografia do terreno, dependência de guias locais que poderiam ser aliados do monge e, principalmente, o acidente com a metralhadora.

Conforme a versão controversa, permeada de elementos duvidosos, elaborada por Queiroz (1977), a *Maxim Nordenfelt* e sua respectiva munição vinham sendo transportadas por três muares durante boa parte do percurso. Porém, na proximidade do acampamento sertanejo, ainda antes do amanhecer, apenas uma mula a puxava. E justo na travessia de um riacho cheio de pedras, “devido a um movimento brusco da mula, que se assustou com uma vela, acessa para verificar o caminho, a metralhadora e a caixa de munição caíram n’água”. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 99).

FIGURA 9 – METRALHADORA MAXIM NORDENFELD-LONDON MODELO 1895 – ACERVO DO MUSEU DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ



FONTE: GUERRA DO CONTESTADO (2020)

João Gualberto, antes de mandar recolher a arma e as bolsas de couro com a munição, culpou asperamente o praça que guiava o animal. Paixão, como era chamado o anspeçada, por sua vez, colocou toda a culpa no tropeiro Roque, dizendo que o mesmo teria assustado o animal. Ao escutar seu nome, o tropeiro retirou-se, abandonando a tropa, que se colocou na operação de resgatar a metralhadora e a fita carregadora. Não houve sequer a preocupação de escorrer a água e retirar detritos das bolsas, o que implicaria no não funcionamento da arma, quando a tropa mais precisaria dela (ROSA FILHO, 1998, p. 21). Após o incidente, o comandante ordenou prosseguir com a marcha. E de manhã bem cedo, quando estavam próximos do acampamento, foram surpreendidos pela reação sertaneja. O combate durou pouco mais de meia hora, vitimando as duas lideranças: José Maria e João Gualberto, entre outros oficiais, soldados e sertanejos.

De acordo com a interpretação fantasiosa e incongruente que o Diário da Tarde difundiu, acerca do relato das praças que sobreviveram ao combate:

A força era composta de 30 praças de infantaria e 20 de cavalaria. Estes, tendo tiroteado, recuaram por ser impossível a acção no terreno, recuaram deixando o campo á infantaria que era commandada pelo coronel João Gualberto. Impossível a descrição da peleja. As massas de caboclos, tomadas de ferocidade incrível, cahiam como avalanche tremenda sobre os resumidos defensores da honra do Paraná. O facão e as clavinhas dos bandidos não esmoreciam ante o heroísmo e bravura daquele punhado de valentes, que, num terreno para eles desconhecido, disputavam corajosamente, palmo a palmo, a posição em que se encontravam. O combate era um turbilhão. E, no meio do grupo sanguinolento, se destacava o vulto másculo do coronel João Gualberto, lutando como um leão. Afinal, ele tombou ao lado de inúmeros camaradas mortos ou feridos. Estava terminada a acção. Dos 30 homens, dos trinta valentes da infantaria, 24 eram mortos ou feridos. O inimigo, porem, com a morte do seu chefe, que tambem era venerado, demandava as mattas, dispersando-se. Todos afirmaram que era de cerca de 300 ou mais o numero dos atacantes. Acreditavam as praças salvas que foi o proprio coronel João Gualberto, já ferido, na cabeça com um golpe de facão, que, com um tiro de pistola, prostou o bandido José Maria. (A TRAJÉDIA, 1912, p. 1).

Rosa Filho, além do possível acesso aos depoimentos contidos no Processo do Irani, leu todo o documento do inquérito sofrido pelos policiais militares e, ainda, *Duas Histórias em Três Vidas*, de David Carneiro. Baseado, principalmente, nesses dois últimos documentos, o pesquisador da PMPR teceu uma narrativa detalhada da peleja, selecionando das suas fontes somente elementos incapazes de refutar sentidos produzidos em sua tentativa de contribuir para a (re)construção de uma memória heroica da tropa no episódio do mencionado combate. Antes de maiores questionamentos sobre a versão do capitão pesquisador, vale citar a descrição elaborada por Carneiro (1939) de como Gualberto teria morrido.

o Cel. João Gualberto, junto á cerca, defendendo-se com o braço esquerdo, com um mosquetão Comblain na mão direita, sem a espada que ficara no seu cavalo, batia-se como podia, com inegualavel bravura, vendo apossimar-se o momento épico de morrer pelo Paraná. Ferido no peito e esgotado de forças com a perda de sangue, foi descendo a crista, em direção á barroca que existia por trás da caza de Bento, sempre á defender-se, até que caiu. A força da cavalaria, já na estrada, continuava perseguida pelos fanáticos. Um soldado foi derrubado a facão; e o cavalo nº 6 do Regimento, foi baleado. Um tiro certo de Busse põe um fanático no chão, e determina os outros a desistirem de perseguir. Mesmo assim, a cavalaria não voltou á carga, nem sequer se pensou em reconstituir os fugitivos, para uma nova tentativa. Miranda desaparecera depois de fraco tiroteio (ou de nenhum, segundo outros) com a ala esquerda do seu comando. O centro constituído pela cavalaria, desapareceu também. Ficou só um pequeno grupo junto da metralhadora em torno do Cel. João Gualberto, a vítima ilustre dos campos traiçoeiros do Iraní. Ele recebeu os últimos golpes junto a um pecegueiro bravo, já sentado e coberto de sangue, a defender-se apenas, sem meios para atacar. É verdadeiramente impressionante e trágica a maneira como teria sido sacrificado: Sentado, coberto de sangue, com os pulsos cortados por vários golpes de facão, viu-se rodeado por um grupo de uma dúzia de caboclos (os que restavam) e que ficaram discutindo si lhe devia ou não, dar a morte. Nessa ocasião um assassino, José Fabrício das Neves, tomou a iniciativa: “Saíam todos que eu dou cabo dele”. João Gualberto

indiferente ao que se passava ao seu derredor, olhava sem ver, os cadáveres de uns e outros, estendidos no chão, e ouvia o ruído, alheiado; o ruído que ia aos poucos cessando. (...) O assassino Fabrício das Neves deu-lhe então um golpe de graça, profundo no frontal, provocando o movimento instintivo do moribundo, de levantar os dois braços para ainda defender a cabeça encanecida e descoberta. (CARNEIRO, 1939, p. 270-271).

Rosa Filho (1998) desvia de certos fatos apresentados pela interpretação jornalística e pela descrição acima, ainda que a última tenha, curiosamente, a proeza de sustentar tanto destemor por parte do Coronel em situação de cerco e diante de tanto sofrimento físico. Para o militar pesquisador, acaba sendo constrangedor lidar com sua própria construção de uma representação heroica por parte da tropa e, ao mesmo tempo, ter que admitir que a cavalaria debandou e que João Gualberto estava isolado entre os sertanejos armados de facão. Ainda que alegue, em seu livro, que alguns oficiais tenham conseguido furar o cerco, seus recursos narrativos parecem evitar uma correlação entre a violenta morte de Gualberto e um total isolamento, diante dos seus, pois nem mesmo menciona que existiam outros mortos e feridos, fossem militares ou sertanejos, no local onde tombou e veio a morrer o denodado herói protagonista de sua narrativa.

Embora incorra em tais desvios, a versão elaborada pelo pesquisador da caserna sobre o fim do herói é capaz de suscitar as mesmas interrogações que podem ser feitas aos discursos de época e à narrativa, não menos heroicizante, sustentada por Carneiro. Convencido, possivelmente, de que zelar pela imagem sublime de Gualberto em campo de batalha seria o mesmo que insistir, até o fim, na existência de seu corpo preservado e reconhecível para ser reverenciado, Rosa Filho nos remete à discussão aberta por Fraga (1998), ou seja, ao autor que defende que o principal alimento do corpo simbólico, o que evita que o herói deixe de ser reconhecido enquanto herói, caindo no ostracismo, é o culto ao corpo físico, a partir da veneração dos mortos e dos seus feitos.

Notável o descuido do pesquisador militar ao reconhecer que cambaleante, devido a um tiro no peito, João Gualberto conseguiu chegar perto de uma árvore, onde “seu corpo foi esfaqueado ao ponto de não ser reconhecido” (ROSA FILHO, 1998, p. 27) e, oito páginas depois, em Notas do Autor, sustentar que, de uma cova rasa, a mesma cova coletiva onde foram depositados os corpos de outros militares, cercada de pau a pique, foi exumado “o corpo do coronel Gualberto, reconhecido pelo anel que ainda conservava no dedo” (ROSA FILHO, 1998, p. 35). Tais incoerências deveriam ser mais facilmente disfarçadas na profusão de vozes jornalísticas que “construíram” os acontecimentos da morte mais épica de todo o combate, cujo principal palco incentivador da

espetacularização foram as páginas da imprensa. Diferentemente do leitor de época, Rosa Filho, afastado temporalmente das emoções do conflito, dispôs de outras fontes de consulta, além da provável leitura desses periódicos, o que torna mais remota a possibilidade de ele realmente acreditar na integridade de um corpo a ser reconhecido como o de Gualberto, em meio ao que restou de outros cadáveres, caídos junto ao comandante. Imaginaria o pesquisador que todos os corpos teriam resistido aos facões sertanejos, ao passar dos dias, sem que condições naturais, como tipo de solo, clima, presença de aves e o próprio processo de decomposição não os desfigurasse? Isso sem contar no modo nada individualizado com que foram sepultados coletivamente, pelos sertanejos, os quais, prestando um favor, também sequer poderiam imaginar que uma comitiva militar viesse para exumar a todos e reconhecesse entre os destroços misturados os restos mortais do comandante para ser transladado.

Existem também indícios nos jornais, de que, exceto membros da comitiva que levaram o “corpo” de Gualberto do Irani para Palmas, bem como os dois médicos que prepararam o caixão, para ser velado primeiramente na Câmara Municipal também de Palmas, ninguém, em momento algum do traslado até Curitiba e nem mesmo durante as cerimônias fúnebres na capital, teria visto os restos mortais apresentados como corpo do coronel⁶¹. Segundo Carneiro (1939, p. 290), uma abertura de caixão para identificação só foi solicitada meses depois do enterramento, pela viúva e seu irmão, o então Dr. João Moura Brito⁶².

Quanto aos demais mortos, a historiografia do Contestado afirma que as baixas militares foram proporcionalmente mais expressivas do que do lado sertanejo, embora a Polícia Militar, até hoje, só reconheça 13 mortos, 10 em combate e três posteriormente, em virtude de ferimentos. Todo o material bélico foi abandonado no Banhado Grande, sendo recolhida, inclusive, a metralhadora dias depois, fato confirmado pela imprensa (O COMBATE, 1912, p. 1). Esse posterior recolhimento dos armamentos intactos, afirmado por várias fontes de imprensa e pelo próprio Carneiro, invalida afirmações de Rosa Filho

⁶¹ Uma matéria do Diário da Tarde, com base nas informações coletadas pelos jornalistas, junto a moradores da região e viajantes que teriam passado pelo campo de batalha, enfatiza o estado de fedentina e putrefação de 40 cadáveres, cujo abandono permitiu que corvos e porcos selvagens os atacassem para comê-los. (O COMBATE, 1912, p. 1).

⁶² Conforme o historiador, Leonor era vítima de pessoas sem escrúpulos que buscavam extorqui-la com a hipótese de não ser de João Gualberto os restos mortais que foram sepultados. Sensibilizada a tal ponto, ela teria participado do exame cadavérico, e, após terem sido retiradas ataduras da cabeça, ela reconheceu o marido pelo formato da dentição. (CARNEIRO, 1939, p. 290).

e de certos jornalistas de que, respectivamente, o séquito do monge já era militarizado e que os sertanejos agiram como verdadeiros saqueadores durante e após o combate.

Três oficiais, que também ocupavam posições de comando e que conseguiram fugir com seus homens, tiveram que depor em Conselhos de Investigação e de Guerra, justificando seus comportamentos em combate. Provavelmente tenham sido os depoimentos desses oficiais que dissuadiram Rosa Filho de evitar, por completo, questionamentos aos equívocos e falhas por parte do comandante em toda a expedição.

Machado (2004) relativiza visões que relacionam o caráter impulsivo de Gualberto com o ataque aos sertanejos, que não desejavam lutar. Lembra o historiador que o comandante saiu de Curitiba com a missão não apenas de dissolver o ajuntamento em Irani, mas também de trazer caboclos amarrados para desfilarem nas ruas de Curitiba. Fato que é interpretado por ele como uma tentativa de “demonstração de força do Estado do Paraná contra os que desejavam planejar uma execução unilateral da sentença de limites, utilizando dos caboclos de José Maria para este fim”. (MACHADO, 2004, p. 185).

Concordamos com esse autor, quando ele afirma, sem meias palavras, que a questão da honra para Gualberto passava pelo extermínio dos sertanejos (MACHADO, 2004, p. 185). E ao tentarmos entender o significado que o termo honra poderia ter para o oficial, isto é, seus referenciais e orientações político-ideológicas possíveis, em seu próprio tempo histórico, não esquecemos do relato único de Carneiro sobre o início da trajetória do militar republicano, isto é, da experiência que vivenciou, ainda jovem, na Baía de Sepetiba, no ano de 1893, durante a repressão legalista aos rebeldes da Armada. Ainda que não tenha participado diretamente da execução dos marinheiros e de outros líderes políticos prisioneiros, que não tiveram chance alguma de resistir, João Gualberto, no mínimo, foi cúmplice da violência ordenada por um oficial do Exército e cometida por seus colegas, contra os insurrectos⁶³. Oposto a seu pai, que associava a figura despótica do Marechal Floriano a esse fuzilamento sumário, ambos interpretados, pelo juiz de Direito, como uma antítese do significado da palavra honra, Gualberto não pareceu ter ficado chocado com o massacre, ao ponto de cogitar o abandono da carreira militar e suas

⁶³ Embora o Diário da Tarde, nas narrativas de homenagens póstumas, tenha publicado textos com referências a uma sublime atuação do oficial durante a Federalista, nenhum esclarecimento mais pormenorizado sobre o tipo de operação foi feito. Muito menos, nas edições que examinamos, existem menções que relacionem Gualberto ao fuzilamento ocorrido nessa baía, durante a Segunda Revolta da Armada. Silêncios que só aumentam, ainda mais, a credibilidade da narrativa de Carneiro (1939, p. 181 e 182).

convicções políticas. Como os demais colegas da Praia Vermelha, que não tiveram oportunidade de lutar, dada a ausência de resistência, talvez tenha até sentido a mesma frustração. Algum desconforto, se existiu, deve ter sido algo muito momentâneo e totalmente superado, pois, anos depois o oficial chegou a batizar um dos filhos com o nome de Floriano e continuou envolvido com a força terrestre até entrar para o Regimento de Segurança.

Se o extermínio de “seus pares” não foi algo capaz de causar perplexidade no jovem Gualberto, o que dizer da hipótese de aniquilação de sertanejos liderados por um monge? A honra para Gualberto era uma noção composta de valores morais e éticos “bem flexíveis” quando se tratava de lidar com seus opositores.

Essa possível participação em Sepetiba, bem como os combates simulados que organizou nos tiros de guerra, linha Ahú e Rio Branco, nada acrescentaram para o que viveria no Irani. A formação de caráter bacharelesco, bem como o *ethos* militar, podem ter se sobressaído na expedição ao sertão sulino, pois, na condição que ocupava e tendo plena consciência das reais condições desvantajosas do seu efetivo para um possível combate, o comandante não soube como lidar com os fatos e partiu de modo prepotente e impensado para a investida. A exaustão da sua tropa já dividida, o acidente com a metralhadora horas antes, e a superioridade numérica dos caboclos não foram fatores suficientes para deter o ansioso e amador comandante de gabinete, visto que nem sequer foi capaz de pedir e aguardar reforços e muito menos seguiu os conselhos do Coronel Soares.

Na ausência do sentimento de superioridade enquanto militar, questões como vergonha perante a opinião nacional e preocupação com a honra provavelmente não teriam a menor importância se ele não se sentisse o mais próximo possível da imagem do “ornamento do Exército Brasileiro”, um redentor do Paraná e da Pátria. Exatamente nesse ponto, estamos falando da noção ilusória de superioridade, introjetada, desde os tempos da formação totalizante, recebida durante sua socialização em academia militar. A mesma noção, que estabelecia rígidas e imaginárias “fronteiras” entre militares e civis, estaria ao nosso ver por trás da principal motivação que levou o coronel a subestimar a capacidade de luta do séquito do monge, ampliado por aliados naturais do Irani, que conheciam bem a região onde se deu o combate. Seres que, de acordo com sua visão republicana, eurocêntrica, intolerante e hierarquizada, ocupariam a posição mais inferior entre os piores civis, não merecendo qualquer consideração feita aos indivíduos portadores de direitos. O oficial foi para Palmas convicto de que o líder e seus seguidores sertanejos

eram retrógrados monarquistas, ignorantes fanatizados, além de criminosos da pior espécie, que viviam sem lei, verdadeiros invasores, “mercenários” em prol da causa catarinense. Com essas convicções, ansiava por trazer para Curitiba todos amarrados e ser glorificado pelo próprio regimento, pelos paranaenses e pela Nação. Como José Maria, com a consciência de nada errado estar fazendo, acampado com sertanejos, em local permitido por um conhecido, não se entregou, não foi até ele, não fez o que ele queria, só pediu um tempo para evacuar com sua gente, o oficial inexperiente e furioso esqueceu de todos os problemas e vulnerabilidades, partindo para um ataque suicida.

João Gualberto era um defensor da ordem e da legalidade, no sentido entendido tanto pelos detentores do poder político e econômico quanto pela concepção e atuação das polícias militares no início do século XX, que também enxergaram os sertanejos como bandoleiros invasores e simplórios fanatizados. Justamente por isso, foi indicado pelo partido de Cavalcanti para comandar o Regimento de Segurança. Aos olhos da elite política, os serviços e as orientações do oficial do Exército seriam mais aproveitados e adequados ao Regimento de Segurança, cuja origem e trajetória militarizadas sempre favoreceram a presença de oficiais do Exército Brasileiro no comando de suas tropas⁶⁴, mantendo-as fiéis aos interesses do poder, em suas variadas esferas. Essa mesma corporação, que já tinha relativa experiência histórica em operações bélicas, auxiliando o Exército em combates contra inimigos internos e externos, não vivia alheia ao contexto das mudanças organizacionais internas, desencadeadas pelo regime republicano e, simultaneamente, como as demais forças policiais, também necessitava aperfeiçoar seus mecanismos de controle populacional para enfrentar os desdobramentos das transformações socioeconômicas, decorrentes da abolição do trabalho escravo, intensificação da imigração e do relativo desenvolvimento urbano, na capital e em outros núcleos do Paraná.

Enquanto polícia, de modo mais ou menos efetivo, já estava sendo pensada para agir como um pequeno exército do poder estadual, demandando, além de armamentos e ampliação de efetivo, hierarquia, disciplina, padronização de condutas e profissionalização. Nesse sentido, as palavras de Carlos Cavalcanti, na ocasião do apelo feito por Roberto Glaser e Emiliano Pernetta, tendo populares como testemunhas, deixam

⁶⁴ O primeiro comandante da história da corporação, quando ainda era chamada de Companhia da Força Policial, era um oficial do Exército. Cândido Dulcídio Pereira, o herói do Cerco da Lapa, aos olhos da PMPR, também era do oriundo da arma terrestre, assim como o Cel. Servando, que antecedeu João Gualberto no comando do Regimento de Segurança, e, conforme ROSA FILHO (1998, p. 36), também o major Fabriciano do Rego Barros, que ingressou no comando da força oito dias após o Combate do Irani.

a impressão de alguma sinceridade. Afinal, acompanhando o raciocínio do político, quem melhor do que o “disciplinador da mocidade” para colocar à frente da milícia estadual? Ainda existia a vantagem do companheirismo de farda, da proximidade entre ambos na maçonaria, no tiro de guerra e nos eventos cívicos, elementos nada desprezíveis para um governante sentir confiança naquele que poderia ser uma das peças fundamentais em defesa da autonomia e integridade do território estadual. Devemos reconsiderar e relembrar que a Questão dos Limites, antes mesmo da nomeação de Gualberto, já apontava concretamente para a derrota do Paraná e permeou toda a Batalha do Irani, dos preparativos da força às representações míticas do modo como pereceram e morreram Gualberto e membros da tropa.

Gualberto dificilmente iria, de modo proposital, contrariar ou questionar ordens claras e significativas do presidente do Estado, tanto por questões disciplinares como por compartilhar semelhantes valores, pensamentos e, ainda, ter as mesmas referências em relação aos direitos do Paraná na questão das disputas por divisas. Contudo, o oficial parece ter ido mais além do que manifestou a autoridade maior, em telegrama para o Chefe de Polícia⁶⁵

Desembargador Chefe de Polícia- Palmas. Coronel João Gualberto não deve agir antes chegada reforço, e quando o fizer bem esclarecido depois de esgotados recursos obter entrega armamento dissolução dos grupos. Seguem mais vinte homens de cavalaria sob comando alferes Benedito- saudações- Carlos Cavalcanti (ROSA FILHO, 1998, p. 19).

Enquanto entusiasta ferrenho da figura centralizadora e autoritária, conhecida como Consolidador da República, e da ideia de progresso, João Gualberto também não deveria desaprovar os acordos entre governo federal e capital estrangeiro. Acordos que deram início aos processos de modernização e colonização dos sertões sulinos, sem prever um destino para os sertanejos. O que era a massa de excluídos e espoliados, pela violência do grupo estrangeiro e das ações do coronelismo, seguindo um monge acusado de ser um embuste e de ter abusado de uma jovem⁶⁶, diante das concepções de João Gualberto? Um

⁶⁵ Rosa Filho argumenta que tal telegrama, endereçado a Palmas no dia 21 de outubro, não chegou ao conhecimento do coronel. (ROSA FILHO, 1998, p. 19). O que pode fazer todo sentido, mas não exclui o fato de Gualberto ter suposto que podia agir radicalmente, que teria licença governamental para tomar medidas extremas, caso julgasse necessárias.

⁶⁶ Vinhas de Queiroz menciona as controvérsias, de época, em torno da figura de José Maria, afirmando não ser nada fácil aclarar o que existe de mito ou realidade nas ações do monge, cujo passado apresenta uma série de pontos obscuros e dúbios. Atenta ainda, para se ter cautela com qualquer fonte, devido à existência de versões tendenciosas, elaboradas por inimigos, que atribuem ao personagem um comportamento sexual depravado, como o da acusação, feita por um jornal de Palmas, de que José Maria teria sido preso e condenado, na mesma localidade, por sequestro de uma mocinha. Ao ser interrogada tempos depois, a jovem teria afirmado que acompanhou o acusado por livre vontade, e que os dois

homem que acreditava na meritocracia, que via a história como consequência dos feitos dos grandes vultos e dos heróis, em detrimento das experiências coletivas. Na visão de mundo eurocêntrica e hierarquizada de João Gualberto, os sertanejos não eram nem reles civis. Concebidos como ignorantes, fanatizados, retrógrados monarquistas e incivilizados, ou cediam às exigências dos representantes das leis ou teriam que desaparecer. Nesse sentido, Gualberto em nada diferia das autoridades políticas e das elites que heroicizaram sua morte.

A respeito das repercussões da batalha na região contestada e em todo o Paraná, não foi somente a morte de João Gualberto que impactou seu meio social. De acordo com Vinhas de Queiroz (1977), a crença na ressurreição do monge, disseminada imediatamente após o desfecho no Irani, teve relação com o estado de profunda exaltação mística em que se encontravam os sertanejos durante o combate. Finda a batalha, nem o corpo de José Maria foi tapado com terra. Cavaram-lhe apenas uma cova que foi coberta com tábuas, a fim de facilitar a ressurreição. Nos futuros redutos seria corrente a afirmação de que o monge não havia morrido, mas apenas “passado”. Assim como o monge, todos os devotos que tombassem em combate não morriam, apenas “passavam” a integrar o exército sagrado, que um dia retornaria para fazer a “Guerra Santa”: a guerra de Dom Sebastião, dos dois monges e mais de São Miguel e São Jorge, contra as injustiças cometidas pelo governo republicano, pelos estrangeiros e pelos coronéis. Uma verdadeira guerra da Luz (Monarquia) contra a Treva (República), uma vez que os caboclos entendiam a monarquia como a “lei de Deus”, em contraposição à “lei do Diabo”, personificada pelo regime republicano e pelas ações dos “peludos”.

Existe todo um debate historiográfico⁶⁷ sobre a relevância dessa crença para a coesão e orientação do movimento caboclo, que começou a se configurar após a batalha do Irani. Do mesmo modo que a ideia de ressurreição de José Maria e de todos os devotos

desejavam casar-se, o que para o autor pode ser indício da possibilidade de que ela fosse maior de idade, até pelo fato de o juiz de direito ter encerrado o processo, por defloramento, e ter mandado libertar José Maria. (QUEIROZ, 1977, p. 79-80).

⁶⁷ Vários pesquisadores interpretaram o significado da morte da liderança sertaneja, sugerindo que a mesma desencadeou uma série de transformações operadas no interior da religiosidade cabocla. É o caso de Machado (2004), que entende que, aos olhos dos sertanejos, morto, José Maria tornou-se um santo que sacrificou a vida em defesa dos pobres e oprimidos, e seu esperado retorno foi visto como possibilidade de fim de todos os problemas. Enquanto para Monteiro (2011), houve um processo de “reencantamento do mundo”, ou seja, um processo de reelaboração mística capaz de acomodar no cotidiano sertanejo a trágica morte do líder e conferir sentido às novas instituições e práticas sociais. Já para Auras (1984), tanto a espera por José Maria quanto a crença de que todos os crentes que morressem em combate um dia também voltariam, serviram como elementos de aglutinação, unificação e fortalecimento da causa sertaneja para o enfrentamento dos adversários.

que morriam lutando não pode ser excluída de qualquer discussão acerca da resistência cabocla aos ataques militares, a mitificação da morte de João Gualberto esteve presente no imaginário de oficiais e soldados do Regimento de Segurança que lutaram no Batalhão Patriótico, auxiliando o Exército Brasileiro, ao longo de toda a guerra.

Registros de época e a própria historiografia possibilitam uma percepção muito além do significado que essas mortes tiveram em seus respectivos ambientes, chamando atenção para o contraste marcante em relação ao tratamento dado aos mortos entre distintos meios sociais e culturais. A sepultura rústica e improvisada de José Maria, cavada próximo do local da batalha, de acordo com os recursos materiais e orientação religiosa dos seus seguidores, destoa substancialmente da suntuosidade presente nos rituais fúnebres de velamento e inumação, em torno da morte do oficial. Ritos que tiveram início ainda em Palmas, no dia 29 de outubro e só findaram no Cemitério Municipal de Curitiba, na data de 7 de novembro, dotando de monumentalidade essa morte que foi usada, obstinadamente, por instituições, grupos e indivíduos capazes de dramatizar manifestações de veneração que muito influíram para a comoção popular na capital do Paraná.

3.3 – A FABRICAÇÃO DO MITO DO HERÓI SACRIFICADO EM BATALHA DE PROPORÇÕES ÉPICAS

A partir das primeiras notícias no jornal *Diário da Tarde* e de outros periódicos locais e nacionais, que anunciavam os resultados trágicos do combate, tem início o processo de mitificação da imagem da morte do coronel João Gualberto. Por meio das vozes sociais da imprensa, que englobavam intelectuais e literatos, e de ações institucionais, do governo estadual e sua força militar, a morte do coronel, aos 38 anos, foi venerada e cultuada, desencadeando forte comoção na sociedade curitibana.

Das primeiras manchetes nos jornais à chegada dos restos mortais, tratados como corpo, até o sepultamento, passaram mais quinze dias. Tempo suficiente para a identificação coletiva, visível através da forte consternação pública durante os rituais fúnebres. No dia 23 de outubro de 1912, uma quarta-feira, em duas edições, o jornal *Diário da Tarde* dedicou enorme espaço de divulgação ao desastroso combate, a começar por manchete de teor sensacionalista: “A Catastrophe nos Campos do Irany – As dolorosas notícias – Os bandidos, em número superior a 500 bem armados e bem montados” (A CATASTROPHE, 1912, p. 1).

Entre inúmeras manifestações de pesar, foi comunicado que as escolas públicas e particulares encerraram as aulas, que o comércio, casas de diversão e cafés fecharam suas portas, tendo a Associação Comercial hasteado a Bandeira Nacional em sinal de luto. “Encerram o expediente todas as repartições públicas, loja maçônica Perseverança, clubs litterario: Republicano e Operário, hasteando seus pavilhões um funeral”. (A TRAJEDIA, 1912, p. 1). O mesmo periódico divulgou que a redação tinha aberto um livro para registro de condolências, intitulado “Pela morte do valoroso cel. João Gualberto Gomes de Sá Filho e seus dignos companheiros, pesamos do Paraná e da República” (A CATASTROPHE, 1912, p. 1), não podendo a lista ser publicada devido ao enorme número de pessoas que quiseram registrar os pêsames aos familiares de João Gualberto e de outros combatentes mortos no Irani.

Já o historiador David Carneiro, ao reproduzir o discurso proferido por seu próprio pai em sessão emergencial realizada no Tiro Rio Branco, e ainda detalhar sobre os preparativos dessa caserna para velamento do que ele chamou de corpo, também faz referência à existência de um outro livro, disposto pela agremiação, no qual foram registrados sentimentos de pesar por parte dos caçadores do batalhão e habitantes da capital (CARNEIRO, 1939, p. 280). A respeito do que possa ter ocorrido no intervalo de 23 a 28 de outubro em Irani, esse historiador ainda ressalta que

Durante os dias 23,24 e 25 de Outubro o batalhão permaneceu inativo perto de Palmas, vendo chegar os extraviados e os fugitivos, e sem que uma só providencia fosse tomada siquer para se verificar a estensão do desastre do Iraní. No dia 26 enfim, ficou resolvido que se arriscasse mandar ao Iraní, alguém que pudesse socorrer aos feridos, si ainda houvesse algum, e enterrar os mortos. O farmacêutico, fazendo às vezes do medico, porque este adoecera, aprontou-se para a altruística missão, e acompanhado por pequeno grupo, partiu a 27, quazi certo de que marchava para a morte. A pequena comitiva dividiu-se em dois grupos no rio do Mato. Para o Iraní foi o sub-comissario e o farmaceutico Ferrante que ali prestou os primeiros curativos ao alferes Sarmiento e mais a quatro feridos, conduzindo todos para Palmas. Os mortos foram inhumados. Tudo o que foi colhido no campo de combate, também foi transportado: Metralhadora, carabinas, capotes, etc ... e de volta chegaram a Palmas a 3 de Novembro. (CARNEIRO, 1939, p. 275).

Ultrapassando o período mencionado acima, até depois do dia do enterramento no cemitério da capital do Paraná, tanto o Diário da Tarde quanto A República usaram todos os recursos possíveis para exaltar o heroísmo das vítimas militares, enaltecendo a atuação da força estadual que honrou as ordens do seu brioso e valente comandante. Em contrapartida, tais veículos de comunicação instigaram a opinião pública contra os sertanejos, bem como denegriram a imagem do monge. Exemplar dessa dualidade

explícita foi o texto de autoria de Gastão de Faria, publicado pelo Diário da Tarde, no dia 31 de outubro de 1912.

Certo, nada mais emocionante do que um povo todo a chorar a morte de um pugillo de bravos que se foi, sereno e calmo, rumo da immortalidade, levando na alma a satisfação de um dever cumprido. (...) Os campos do Irany, pois são uma pagina aberta da nossa historia, onde as gerações posteras irão beber lições de civismo e brio. (...) Ali, no alto de uma coxilha (...) desconhecendo os accidentes do caminho, confiando na lealdade do adversário, surge, a passo lento, uma reduzida força de cavallaria; aqui, embrenhando-se no mysterio da matta, conhecendo os seus segredos, sabendo o rumo fatal do inimigo, se occulta uma legião feroz de bandidos que, dispondo de armamentos mais modernos, se prepara para dar o bote traiçoeiro. Apenas aquella começa a escalar a matta ela que esta bêbada de sangue, vermelha de cólera, executa a sua terrível emboscada. Os bandidos estabelecem uma gritaria macabra, afim de levarem a confusão no seio da força que avança. (FARIA, 1912, 1).

Nesses fragmentos, em consonância com a posição dos jornais, o autor, além de misturar interesses regionais com civismo, reforça a contraposição entre bravos e bandidos por meio de estratégias maniqueístas e demarcadoras de contrastes entre as duas forças. Os militares, representados em número desfavorável, sem conhecimento da região e vitimados pela deslealdade dos que tinham apenas como adversários. Enquanto a massa de bandidos sanguinários, figurada como mais bem armada, conhecedora da mata e da aproximação dos concebidos como verdadeiros inimigos, embriagada de fúria, parte para a traição. Faria ainda amplia o sentido demarcador entre bem e mal, afirmando que

o comandante á maneira de um heroe da lenda, depois de lutar como um leão invencível, é atingido por uma traiçoeira bala que o prosta ao chão, sobre os cadaveres dos que lutaram para salvar-o. O restante das forças legaes, então, vendo-se privado daquelle que era o seu cerebro pensante, temendo que a hecatombe fosse completa procurou fazer a retirada, enquanto os bandidos, espavoridos, se embrenhavam na espessura da floresta para se encolher, de novo, na sua miseria moral. Estava terminada a luta (...) De um lado o bravo coronel João Gualberto expirava, do outro lado expirava o bandido José Maria, a bandeira esfarrapada dos bandidos ferozes. (...) O coronel João Gualberto foi um titan, se declarou vencido depois que os bandidos passaram sobre seu cadaver; o alferes Sarmiento, foi um heroe; os sargentos Rosa e Macedo foram uns bravos; os soldados mortos (...), enfim, synthetisaram a ressurreição do pugillo de Leonidas. (FARIA, 1912, 1).

Luta de um titã e seu grupo heroico contra ferozes traidores foi apenas mais uma das várias versões míticas, usadas pelos colaboradores do jornal, para transformar um combate que durou poucos minutos numa batalha de proporções épicas, comparável, em termos regionais, a outras apropriações idealizadas de outros tempos, como as representações do Cerco da Lapa, episódio no qual, conforme já mencionado, morreu o aguerrido Cel. Dulcídio, outra referência da memória militar paranaense.

O Paraná está afeito a estimar sua força publica e a se orgulhar de suas tradições de bravura e dedicações cívicas, e foi assim que sentio agora, como já sentira em 94, estremecer-lhe o peito o coração ante a queda, dos dois bravos e denodados chefe de armas que a conduziram nos momentos mais críticos de nossa historia. Dulcídio e Gualberto, que morrendo a serviço da defesa de nossa ordem interna se fizeram dignos de veneração dos seus soldados e credores da imperecível gratidão do povo paranaense, a cujo serviço cahiram, são figuras marciaes do mais alto relevo em nossa historia militar, em cuja saudosa lembrança o tempo não terá força para apagar o sulco brilhante que deixaram. (CORONEL, 1912, p. 1).

Especificamente sobre a atuação do Coronel João Gualberto nos Campos do Irani, o órgão de comunicação do Partido Republicano não poupou esforços para explorar a dimensão que sua morte teve dentro e fora do Paraná. As edições, entre os dias 29 de outubro a 07 de novembro, notificaram telegramas e missivas recebidos, de todo o país, pelo governador Carlos Cavalcanti, e pela caserna do Tiro Rio Branco. Entre tais notificações de pesares, oriundas de particulares e instituições provenientes de inúmeros municípios do Paraná⁶⁸ e de várias cidades e capitais de estados brasileiros, como Goiás, Belém, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Niterói, São Paulo, Santos, Vitória, Porto Alegre e Florianópolis, houve igualmente destaque para os agradecimentos, por parte de Cavalcanti, às manifestações de condolências recebidas do Clube Militar do Rio de Janeiro, da Guarda Nacional de São Paulo, de Lauro Muller, que fora colega de Gualberto na Praia Vermelha (CARNEIRO, 1939), Vidal Ramos e Hermes da Fonseca. Também viraram notícia as visitas à sede do governo do Paraná realizadas por uma comissão de estudantes e outra comissão da colônia italiana, pela Liga Social da Mocidade Católica e pela Diretoria do Cassino Curytibano, da qual Gualberto já tinha sido também presidente. A existência de ofícios de pêsames, assinados em nome da Associação Comercial do Paraná, da Diretoria do Hospital do Paraná e dos Empregados da Estrada de Ferro do Paraná e São Paulo – Rio Grande do Sul, também foi divulgada, bem como a ocorrência de uma missa no Rio de Janeiro, realizada após seis dias do combate, com a presença da colônia paranaense, do General Vespasiano e do presidente da República, “pela alma do malogrado Coronel João Gualberto” (AS EXEQUIAS, 1912, p. 12).

Outras exéquias cristãs, no contexto dos tradicionais ritos de finados e/ou por ocasião de quase sete dias da morte de João Gualberto, segundo o mesmo periódico, ocorreram ainda em São Paulo e Recife. Por iniciativa de agremiações esportivas de tiro,

⁶⁸ Colombo, Campo Largo, Lapa, Castro, Ponta Grossa, Guarapuava, Balsa Nova, Paranaguá e Antonina foram os principais municípios paranaenses com manifestações por meio de prefeitos, Câmaras Municipais, entidades e até famílias (O COMBATE, 1912, p. 1).

que optaram por uma decoração do espaço religioso mesclando armas e símbolos cívicos republicanos,

realizaram-se na igreja do Carmo em S. Paulo, as missas que o Tiro Paulistano n.35 da Confederação e o Tiro Brasileiro de S. Bernardo mandaram rezar em sufragio das almas do heroico João Gualberto e das outras victimas do Irany. No centro de templo estava armada uma eça ladeada com lírios, tendo em cada canto um sarilho de carabinas: a eça estava coberta com a bandeira do Paraná, tendo ao lado a bandeira nacional. Na frente viam-se duas carabinas em funeral, duas cornetas e dois tambores. (O COMBATE, 1912, p. 1).

Já na capital de Pernambuco, o ato religioso católico, notificado como muito concorrido no dia 31 de outubro, foi celebrado a pedido da família de Gualberto, especificamente por seu tio Flavio Bezerra. (MISSAS, 1912, p. 2).

Sessões solenes de caráter cívico, organizadas por lojas maçônicas, pela Associação 7 de Setembro, pelo Centro Paranaense e pelo próprio Tiro Rio Branco foram anunciadas, com antecedência e/ou relatadas posteriormente, pela imprensa local, sempre ressaltando seus respectivos oradores e, por vezes, selecionando fragmentos de seus discursos para comentar. Como exemplo, o escritor republicano e anticlerical Dario Velloso teve uma participação muito ativa em homenagens póstumas a João Gualberto, discursando por mais de uma vez, em loja maçônica, e no evento que o jornal A República denominou de Meeting solidário a Carlos Cavalcanti, ocorrido na Praça Tiradentes, no dia 23 de outubro, no final da tarde,

Alli falou Dario Velloso, referindo-se ao desastre que enlutou a alma paranaense e convidando o povo a ir levar a affimação do seu apoio, n'essa hora amarga, ao digno chefe do Estado. Immediatamente moveu-se em direção ao palácio Rio Branco uma enorme massa popular superior a 3000 pessoas. Alli chegado, o professor Dario Velloso tomou de novo a palavra e, dirigindo-se ao dr. Carlos Cavalcanti que assomara à sacada, começou dizendo que profundamente ferida a alma paranaense, com a notícia do falecimento do bravo comandante de nossas forças e de seus comandados, vem ante o digno Presidente de Estado saber a diretriz que lhe ordena. Despresa os boatos, não quer saber o móvel de tão abjeta campanha, quer vingar o sangue paranaense, confia no eleito do povo, que está ao seu lado incondicionalmente. Findo esse discurso, falou o sr. Presidente de Estado. (O MEETING, 1912, p. 2).

Ao comentar, mesmo sem maiores especificações, a alegação de Dario em defesa incondicional do presidente de Estado, ignorando boatos e abjeta campanha, o periódico evidencia que Carlos Cavalcanti foi alvo de severas críticas feitas por indivíduos ou

grupos opositores que viram na fracassada experiência da força estadual uma grande oportunidade para atacá-lo?⁶⁹

Ainda sobre a participação de Dario no culto cívico iniciado com as homenagens fúnebres à memória de Gualberto, partes selecionadas de sua fala, na maçonaria⁷⁰, foram comentadas pelo Diário da Tarde (A TRAGÉDIA, 1912, p. 1), que igualmente publicou artigos de outros intelectuais, como o do advogado, historiador e escritor Ermelino de Leão⁷¹ (LEÃO, 1912, p. 1). Intitulado Da Vida ao Pantheon, o longo texto que fala da amizade entre o autor e João Gualberto, dos laços solidificados pela convivência de ambos na redação do jornal e na criação da Associação Cívica, não poupa elogios à “vítima da glória e do dever”(LEÃO, 1912, p. 1), ressaltando o patriotismo daquele que acreditava no Paraná e na grandeza do país; enfatizando os dotes militares e tamanha energia que Gualberto dedicou ao tiro de guerra, verdadeiros esforços revertidos nas vitórias de 1910, no Rio de Janeiro, que tanto orgulharam os paranaenses. Todo esse louvor à memória do morto, contudo, não impediu Ermelino de levantar algumas considerações polêmicas, possivelmente já cogitadas na época, sobre as ações do herói nos Campos de Irani.

O seu feito, atirando-se como um heroe contra hordas barbaras dos desertores da lei, indo buscar a morte onde estivesse a gloria poderia ser um erro de estrategia, como dizem uns, ultrapassando as ordens recebidas; mas foi incontestavelmente, um rasgo memorável dessa bravura indômita que caracteriza os grandes guerreiros. Cabe á critica militar e histórica a sentença final sobre o caso, que não devemos prejudicar. Mas, perguntamos, poderia haver erro de estrategia no fato de ter, a nossa policia, avançado resolutamente contra um bando de criminosos que, segundo informações oficiais catarinenses insertas na imprensa da capital da Republica, não excedia de 30 homens, levando força superiormente armada, numericamente bastante para desbaratar mais do que as tres dezenas de rebeldes? (...) Erro militar quando levava consigo os mais seguros e influentes práticos do sertão, conhecedores de todos

⁶⁹ Não somente manifestações de luto reverberaram do Combate do Irani. Nas páginas de imprensa, local e fluminense, repercutiram embates e controvérsias, evidenciando como a indefinição dos limites permeou todo o desfecho do Combate do Irani. Exemplares foram acusações mútuas, permeadas por ressentimentos recíprocos, entre os centros paranaense e catarinense no Rio de Janeiro (OS SUCESSOS, 1912, p. 3); ou ainda, controvérsias entre o jornal A República e um suposto periódico carioca, não mencionado pelo primeiro, que teria acusado a cavalaria do Regimento de Segurança de ter abandonado o campo de batalha e deixado morrer o heroico comandante (UMA GRAVE, 1912, p. 1).

⁷⁰ “Como é bello morrer assim, tomar assim no campo de batalha, em defesa da Ordem e da paz, cumprindo o seu dever! Quem desaparece nessas condições, cercado por uma grandiosa aureola de glorias não deve inspirar lagrimas nos seus amigos saudosos. O martyr dos campos do Irany ficará gravado nas paginas da historia do Paraná, onde refuljam os seus actos de bravura militar e de esforço cívico”. Fragmento do discurso de Dario Velloso na loja Luz Invisível, ocorrido na presença de jornalistas e grande número de membros maçons, divididos em: militares, representantes de associações, autoridades governamentais como Carlos Cavalcanti e Niepce da Silva, e personalidades conhecidas, como Júlio Pernetta, o jurista Hugo Simas e o advogado, professor e escritor Sebastião Paraná (A TRAGÉDIA, 1912, p. 1).

⁷¹ Ermelino de Leão era filho do Desembargador Agostinho Ermelino de Leão, que foi juiz de Direito no Paraná e Vice-Presidente da Província do Paraná (TJPR, 2021, não p.).

os relevos, do solo, sabendo, ao vivo, os acidentes do terreno e os hábitos dos seus moradores? Erros estratégicos? ... Deixemos ao futuro a missão de reconhecer-los e de julgar-los. Gualberto era uma organização militar: jamais deixaria de cultivar as grandes virtudes dos soldados – a disciplina. (LEÃO, 1912, p. 1).

Interessante a habilidade narrativa do escritor de propor algo e fazer exatamente o seu contrário, isto é, de delegar às futuras gerações de militares e historiadores a função de julgar as decisões do comandante e, ao mesmo tempo, emitir seu próprio veredito favorável, porém, ocultado no modo de legitimar, como homem de seu tempo e de seu meio social, os procedimentos do bravo João Gualberto. Podemos interpretar que, para esse pesquisador, ainda que não tivesse ordens explícitas para investir contra os sertanejos, a postura de Gualberto não implicou em indisciplina, antes foi resultado de reações corajosas frente a fatos sempre atribuídos a terceiros. Entre tais fatos: a selvageria de bandidos que teve que enfrentar; equívocos sobre a quantidade desses inimigos, divulgados pelo governo de Santa Catarina e jornais do Rio de Janeiro e, ainda, adversidades geográficas, difíceis de serem superadas pela tropa já extenuada, mas não para os habitantes locais que, conhecidos do monge José Maria, ampliaram quantitativamente a força sertaneja, realidades não previstas e/ou não relatadas pelos experientes guias, que Ermelino afirmou estarem presentes na expedição estadual ao Irani. O que esse autor chama de “os mais seguros e influentes práticos do sertão”, a historiografia, desde Vinhas de Queirós, entende como um único tropeiro, de nome Roque⁷², a guiar, por território desconhecido, Gualberto e seus comandados.

Até o dia de enterro, não houve uma só edição, das que examinamos, sem referências ao episódio de Irani e à morte do herói militar, no jornal em que Gualberto foi colaborador. Condolências presenciais e por escrito, recebidas pelo presidente do Estado, bem como lista longa de telegramas de pesar endereçados à viúva Leonor Brito de Sá (A TRAGÉDIA, 1912, p. 1), informações diretas de Palmas, de Porto União, de Ponta Grossa e das estações pelas quais o corpo transladado passou, obtidas por correspondentes do periódico (A CATASTROPHE, 1912, p. 1), depoimentos de praças, Ordens do Dia de comandantes de polícias do Rio de Janeiro e Mato Grosso, menções de ensaios de caçadores para cerimônia fúnebre, no Tiro Rio Branco (A TRAGEDIA, 1912, p. 1) e até a edificação de uma herma de João Gualberto no Rio de Janeiro, proposta por Leôncio

⁷² De acordo com Vinhas de Queiroz, Roque, o sertanejo contratado pela tropa e que acabou sendo acusado pelo ansepeçada Paixão de ter assustado a mula, provocando o acidente da queda da metralhadora e da munição no rio, pode ainda ter agido intencionalmente. (QUEIROZ, 1977, p. 99 e 100).

Correia⁷³ (A EXPEDIÇÃO, 1912, p. 1), foram comunicadas pelos redatores, criando e encenando uma versão épica dos fatos do combate que alimentou o imaginário popular.

A formação de uma comissão heterogênea deliberativa para organizar todo o aparato e os detalhes dos ritos fúnebres, que foram totalmente custeados pelo Estado, já era anunciada, por parte da imprensa, no dia 28 de outubro. Fizeram parte de sua composição os representantes do que chamamos agentes/atores da heroicização da morte do militar, isto é, autoridades políticas, militares, intelectuais, escritores, inclusive o pai do biógrafo de João Gualberto.

Presidente honorário, dr. Carlos Cavalcanti. Presidente effectivo, Leopoldo Ferreira; Vice-presidente effectivo honorário, dr. Afonso Camargo; Vice-Presidente effectivo, David Carneiro Júnior; 1º Secretario, 1º tenente Daltro Filho, 2º Secretário, A. Mattos de Azeredo; Thesoureiro, Athanasio Santanna. – Membros: Arthur Obino, dr. Martins Camargo, dr. Niepce da Silva, dr. Emiliano Pernetta, dr. Lysimaco F. da Costa, Jhulio Teodorico Guimarães, 1º tenente Plínio Monteiro Tourinho, João de Alencar Guimarães, Abílio de Abreu, Dario Vellozo, dr. Sebastião Paraná, dr. José Amadeu Cezar (O COMBATE, 1912, p. 1).

Tal comissão, que pode ter sido ampliada muito além dos nomes divulgados, atuou assim que os restos mortais de João Gualberto, desenterrados do cemitério do Irani, foram trazidos para Palmas, por comitiva predominantemente militar. “Chegou hontem á Palmas a comissão que desta capital foi buscar o corpo do coronel João Gualberto” (HOMENAGENS, 1912, p. 1.). Dois dias antes, em 29 de outubro, também chegaram, no núcleo urbano desse município, os médicos Assis Gonçalves e Ribeiro Vianna, ambos responsáveis por colocar os supostos despojos de Gualberto no caixão de zinco (A TRAGEDIA, 1912, p. 1) e tratar feridos militares do combate.

A interferência do grupo constituído, em Curitiba, pode ser mais bem evidenciada, de acordo com o conteúdo veiculado pelos periódicos, a partir da nomeação do coronel Paul Assumpção, que ficou com a missão de preparar, na estação de Porto União da Vitória, o vagão, que após solenidades fúnebres na localidade, transladou o ataúde até Curitiba. Sobre esse mesmo vagão, foi divulgado que “consta de 1 grande carro de 2.a classe recentemente reformado, o qual será todo revestido de veludo violeta e guarnição de franjas douradas, com ornamentação de ramalhetes de flores de seda. Todo o material

⁷³ Leôncio Correia (1865-1950) foi um advogado, político, jornalista e escritor nascido em Paranaguá. Pertenceu a uma família de empresários e políticos, sendo sobrinho do Comendador Ildefonso Pereira Correia (1849-1894), também ervateiro. Leôncio estudou no Rio de Janeiro e, quando retornou ao Paraná, iniciou uma carreira política, sendo deputado estadual por duas legislaturas: a primeira, de 1892 a 1897 e, a segunda, de 1897 a 1899, ano em que retornou à capital do país (BIBLIOTECA NACIONAL, 2021, não p.).

da ornamentação está sendo fornecido pela importante Casa Chic de Paris” (A TRAGEDIA, 1912, p. 1).

O coronel Paul Assumpção estaria ainda encarregado de recolher e levar para Porto União da Vitória as flores e grinaldas, entregues na sede do Tiro Rio Branco, as quais completariam a decoração fúnebre da mencionada parte do comboio. (A TRAGEDIA, 1912, p. 1).

FIGURA 10 – VAGÃO DO TREM ESPECIAL QUE TRANSLADOU OS DESPOJOS MORTAIS DO CORONEL



FONTE: ANTIGAMENTE EM CURITIBA (2020)

Conforme decisão da comissão, fora escolhido como orador, quando da chegada do esquife na estação de Curitiba, o poeta Emiliano Pernetta. Já o elogio fúnebre no cemitério ficara sob a responsabilidade do dr. Amadeu César, como representante do povo, e Niepce da Silva, em nome do governo estadual (HOMENAGENS, 1912, p. 1). A ornamentação das ruas pelas quais acabou passando o préstito fúnebre também esteve entre as preocupações do coletivo. Na verdade, dois cortejos foram realizados, dois respectivos trajetos tiveram ruas decoradas com tecido de crepe. (AS HOMENAGENS, 1912, p. 2). O primeiro, realizado no dia 6 de novembro, quando o caixão de Gualberto, após discurso de Emiliano, deixou a estação de trem rumo ao Tiro Rio Branco, cuja sede preparada acabou realizando o velório em dois momentos: inicialmente, para o “mundo

oficial” e, depois, aberto ao público. (HOMENAGENS, 1912, p. 1). Já no dia 7 de novembro, pela manhã, uma marcha fúnebre saiu da sede do tiro rumo ao cemitério, com uma interrupção para rito religioso na Catedral do Bispado, “onde foi feita a encomendação do corpo (...) pelo Monsenhor Celso Itiberê da Cunha, tocando durante o acto uma orchestra a marcha fúnebre de Chopin” (DIA, 1912, p. 1).

Para as duas marchas fúnebres houve todo um planejamento. O itinerário de ambos os préstitos foi divulgado dias antes pelos jornais, bem como foi previamente definido por membros da comissão e comunicado pela imprensa a posição que cada grupo e/ou instituição ocuparia no ordenamento interno de cada uma das procissões (HOMENAGENS, 1912, p. 1). Instituições de ensino, associações culturais, esportivas e outras entidades aceitaram o convite para compor o espetáculo montado para a despedida da figura heroicizada de João Gualberto. Estudantes e membros do tiro de guerra chegaram a ensaiar suas participações no cortejo e na recepção à oficialidade e ao público, durante o velamento (A TRAGEDIA, 1912, p. 1).

Difícil imaginarmos que algo mais espontâneo tenha ocorrido nos funerais daquele que foi escolhido para figurar como o primeiro herói dos paranaenses. Quanto ao trajeto escolhido em ambas as procissões, o Diário já tinha comunicado, um dia antes do feriado de finados, por meio de uma narrativa longa, que optamos por reproduzir parcialmente devido à riqueza dos pormenores que evidenciam um ordenamento todo calculado pela comissão.

Escolas publicas e particulares, Associações, Carros com coroas, Mundo oficial, Feretro, Tiro Rio Branco, ladeando o feretro, Povo. Será este o itinerario prescripto: Rua Barão do Rio Branco, Rua 15 de Novembro e Muricy. – As escolas á medida que chegarem tomarão as disposições opportunamente indicadas, não devendo, porem passar alem do Palacio do Governo. O espaço comprehendido entre o Palacio e o Hotel Rio Branco será destinado a associações que desejarem comparecer. – Ao sahir o corpo da Estação fallará o ilustre tribuno Dr. Emiliano Pernetta. – Os carros que conduzirem autoridades, tomarão distancia da estação, após saltarem as mesmas autoridades, afim de não impedir nesse local o transito dos pedestaes. – O enterramento ás dez horas da manhã seguinte á chegada do corpo, obedecerá a mesma disposição e ordens estabelecidas para o préstito. – A pedido da família se fará n’um requerimento ao Sr. Bispo desta diocese, a encomendação na cathedral do Bispado. – O enterro obedecerá o seguinte itinerário: Rua Muricy, 15 de Novembro, 1 de Março, Rua Barão do Serro Azul, Conselheiro Barradas e Rua America. – No cemitério já se acha em construcção por conta do governo do Estado e para ser oferecido á Família, um rico mausoleo corinthio, no qual serão depositados os restos mortaes do ilustre morto (HOMENAGENS, 1912, p. 1).

FIGURA 11 – CORTEJO FÚNEBRE OCUPANDO A RUA XV DE NOVEMBRO – 7 DE NOVEMBRO DE 1912



FONTE: ANTIGAMENTE EM CURITIBA (2020).

Na manhã do sepultamento choveu torrencialmente, o que deve ter danificado a ornamentação das ruas preparadas para o préstito em direção ao cemitério, cujo mausoléu⁷⁴ suntuoso foi erguido rapidamente em terreno destinado a jazigo perpétuo, cedido, pela prefeitura municipal, à família do comandante (CAMARA, 1912, p. 1).

O Diário da Tarde fez questão de frisar a participação feminina entre a massa de populares, não intimidada por condição climática tão desfavorável, para a despedida de João Gualberto.

Não era de admirar, assim se o prestito fosse composto so de homens! Mas, não. Acompanharam os funeraes, desde o seu início, até o cemitério, uma multidão intensa de mulheres que foram depositar os seus corações amantíssimos sobre o tumulo do grande soldado morto. E, lá no campo santo, aquelles corações bondosos de mulheres, estraçalhados por uma emoção violenta, cercando o mausoléu, confundiam suas lagrimas com a agua que tombava desesperadamente das alturas. Era um espetaculo doloroso, cheio de lances emocionantes, ver-se aquellas mães e aquellas irmãs, aquellas esposas e aquellas noivas debruçadas sobre venerado tumulo, ali deixando a extrema unção do seu pranto. Todas as mulheres que ali estavam – almas feitas de sol – deixaram o sacrario puríssimo do lar, os filhinhos tenros, para irem desfilar o seu rosario puríssimo do lagrimas sobre o mausoleu do heroe, como ali dormisse um filhinho seu, que abandonasse a alcova, deixando para traz grinaldas e illlusões, corações partidos e almas desesperadas. Ao cemitério

⁷⁴ O monumental jazigo “se destaca por sua volumetria e marcante verticalidade. A edificação eclética em formato de um monóptero possui referências clássicas, lembrando um templo ou marco. O único elemento sacro presente é uma cruz estilizada em mármore (...). Ao centro uma estrela de cinco pontas virada para baixo sinaliza a filiação de João Gualberto à Maçonaria. (GRASSI, 2014, p. 98)

hontem, o que é de emocionar ainda mais, não compareceram só conterraneos, não. Lá estiveram mulheres de todas as nacionalidades, alemãs, italianas, polacas. E todas ellas, dominadas pela dor, espargiam flores da alma, flores de beijos, flores... (AINDA, 1912, p. 1).

Chama atenção a representação padronizada de sentimentos e comportamentos femininos construída pelo jornal. Todas as mulheres, incluindo as estrangeiras, vivenciaram e exprimiram a mesma dor pela morte de Gualberto, todas sacrificaram seus lares para prantear o finado, como se tivessem vínculos familiares com ele, como se tivessem de enfrentar a morte de um próprio filho.

Os rituais fúnebres proporcionaram um verdadeiro culto cívico ao morto, que por sua vez não teria sido viabilizado sem a existência, por parte de seus agentes/atores, de um projeto comum de caráter mitificador, capaz de potencializar a imagem delineada da heroização. Justamente esses ritos são capazes de fornecer elementos para entendermos tanto o imaginário social em torno da morte, em guerra, de um comandante militar, quanto os interesses e intenções em jogo dos agentes que tornaram tal morte monumental.

Woitowicz (2014), ao analisar a produção de sentidos e os modos de significar o Combate do Irani pelo jornal *Diário da Tarde*, destaca na produção discursiva uma idealização dos militares enquanto representantes do progresso, da nacionalidade, da ordem e da justiça, em contraste com a desqualificação dos sertanejos, representados como selvagens, fanáticos, ignorantes e retrógrados defensores da restauração monárquica. Tom que pode ser interpretado como uma luta entre a civilização e a barbárie. Referindo-se à cobertura da Guerra do Contestado como um todo (1912-1916), a autora ainda enfatiza que uma das características do periódico mencionado é a oficialidade, baseada na construção de um universo simbólico que legitima os ideais republicanos positivistas, ao relacionar os sentimentos de dever, civismo e patriotismo ao militarismo heroico (WOITOWICZ, 2014).

Segundo Pereira (1996), o funeral de João Gualberto foi o primeiro festejo cívico ocorrido na capital do Paraná, uma verdadeira festa paranista. E o comandante morto nos Campos do Irani foi o primeiro herói do Paraná a ser usado pelos paranistas, cujo discurso de influência historicista e positivista, voltado ao forjar de uma identidade paranaense, procurou elaborar a imagem de um passado glorioso para o Estado, composto, predominantemente, pelas ações heroicas, portanto individuais, de grandes personagens. Para esse autor, já é possível vislumbrar o embrião do Paranismo, em Curitiba, bem no início do século XX, no contexto econômico do auge da erva-mate, que propiciou uma efervescência cultural, impactando também no desenvolvimento urbano, ambos

evidenciados pelo surgimento de inúmeros jornais e revistas enunciadoras do movimento simbolista, bondes, cinematógrafos, exposições, a primeira universidade do país (criada em 1912), iluminação pública, cafés, os primeiros fotógrafos, entre outros signos da modernidade. Esse cenário influenciou o imaginário das elites intelectualizadas, que atribuíram a si mesmas a missão de construir uma identidade regional, permeada por ideais científicos e pela crença na capacidade do progresso em constituir uma nova realidade social. Em outras palavras, uma nova sociedade orientada por princípios republicanos, positivistas e até anticlericais, ou seja, elementos do posicionamento político-ideológico da maioria dos escritores, intelectuais e historiadores que, até a década de 1920, articularam o movimento paranista. (PEREIRA, 1996).

Mais em Pereira do que em Woitowicz, podemos perceber nas ações, ideias e posturas desses intelectuais, escritores, artistas e historiadores, que também expressavam seus ideais pelos jornais, um imaginário político permeado pelo republicanismo positivista, que os tornava convictos em relação aos mitos que elaboravam e aos heróis que instituíam como símbolos para a construção intencional de uma identidade regional.

João Gualberto viveu nesse meio, nessa atmosfera capaz de promover articulações, no mínimo curiosas, entre positivismo, anticlericalismo, a estética simbolista e o ocultismo, estabelecendo vínculos sociais com parte dessa intelectualidade. Provavelmente, deveria se sentir aceito e muito confortável entre eles, pois sempre exaltara o Paraná – sua esposa e a maioria dos seus filhos eram paranaenses. Nos anos em que morou na capital, sempre buscou externar qualidades vistas como elogiáveis, em seu meio, que o tornaram, em poucos anos, uma figura admirável, um verdadeiro representante local da imagem do progresso e dos valores cívicos, conforme o pensamento das elites intelectualizadas. Através da Associação Cívica e do Tiro de Guerra Rio Branco, Gualberto contribuía, em muito, para construção simbólica do Paraná e para o forjar de uma identidade paranaense. Os préstitos, como principal instrumento do catecismo positivista, que ajudou a idealizar e viabilizar, a exemplo do realizado em homenagem ao Marechal de Ferro, estimulavam entre os que desfilavam e os que assistiam sentimentos de patriotismo e identidade, tanto nacional como regional.

Enquanto mentor, treinador, disciplinador e presidente da agremiação que soube escolher muito bem o seu patrono, o oficial não apenas prometia formar reservistas que auxiliariam o Exército Brasileiro na defesa nacional, com seu batalhão de caçadores saudados e premiados até na capital federal. A presença das crianças, treinando no início da noite, é o maior indício do projeto de educação militarizada que o oficial idealizava

para Curitiba, para o Paraná e até mesmo para o Brasil, quando afirmava publicamente que os tiros deveriam se proliferar por todo o território nacional. Nesse ponto, João Gualberto convergia com a visão do Marechal Hermes, que não contou com o apoio do civilista Gualberto, na eleição presidencial de 1º de maio de 1910, conforme anteriormente mencionado (CARNEIRO, 1939).

Morto, o próprio Cel. João Gualberto tornou-se tema de desfile cívico organizado pela mesma associação cívica da qual fora secretário. No ano de 1913, justo no dia 21 de abril, data em que o regime republicano passou a celebrar Tiradentes como mártir da Independência, por ocasião de um grande festival promovido com o objetivo de perpetuar sua memória, na mudança de placa da avenida que recebeu seu nome, Gualberto entrou para o panteão dos “maiores”. Andores com imagens fotográficas do oficial usando as fardas do Exército, do Tiro de Guerra e do Regimento de Segurança foram carregados no desfile cívico prestigiado por “autoridades civis, militares, eclesiásticas, maçônicas, comerciais e operárias e em geral, por todos os cidadãos” (FESTIVAL, 1913, p. 2) que desejaram aderir ao evento.

Nem só oportunidades simbólicas de exacerbar discursos legitimadores, que atrelavam o ideário republicano positivista ao militarismo heroico, foram abertas, a partir do combate, para o Diário da Tarde e o periódico do Partido Republicano. Esses veículos jornalísticos também tiveram ganhos materiais, elaborando sentidos mitificados sobre o desfecho sangüinário de Irani. Só o Diário, por exemplo, no dia 23 de outubro de 1912, teve que partir para uma segunda edição, às pressas, na tentativa de cobrir informações que chegavam a todo momento por telegramas. Certamente esse periódico, que investiu nos resultados do combate, mandando jornalistas para Palmas, ampliou seu número de leitores em todo o Paraná, “construindo e veiculando verdades” e, ainda, ampliou sua visibilidade na capital federal, sendo o mais citado, entre os jornais fluminenses, como a principal referência sobre o Irani, devido a informações obtidas direto de Palmas.

Por parte do Estado, o esforço na mitificação de João Gualberto não foi menor. Conforme Decreto n. 912, Artigo único:

É declarado luto oficial por quinze dias, sendo imediatamente encerrado o expediente das repartições públicas durante três dias e hasteada nas mesmas a Bandeira, em funeral, pelo mesmo espaço de luto. Revogam-se as disposições em contrário. (a) Carlos Cavalcanti de Albuquerque (ROSA FILHO, 1998, p. 27).

Todos os gastos que envolveram exumação do cadáver, cerimônias em Palmas e Porto União da Vitória, transladação dos restos mortais, cortejos na capital com

carruagens estilo Luís XV, velório na sede da agremiação de tiro e o opulento sepultamento do comandante foram pagos pelos cofres públicos. Segundo Rosa Filho (1998), o Governo do Estado, por decreto, abriu um crédito no valor de dezoito contos, novecentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e cinco réis somente para pagamento do túmulo monumental e ainda acrescenta que a soma fabulosa daria para homenagear, com a construção de um monumento, todos os combatentes também heroicos, mortos em Irani (ROSA FILHO, 1998, p. 35)⁷⁵. A família do morto, ao contrário das famílias de praças falecidos em combate⁷⁶, não ficou totalmente desamparada pelo Estado do Paraná, como evidenciado em Ata da 28ª sessão ordinária do Congresso Legislativo, realizada em 8 de março de 1913. “Art.1.º Fica concedida á viuva e aos filhos do Coronel Gualberto Gomes de Sá Filho a pensão anual de 7:200\$00, 3:600\$00 áquella e 3:600\$00; repartidamente, aos filhos enquanto menores e ás filhas enquanto solteiras”. (CONGRESSO, 1913, p. 1).

Vultosa soma dispendida com a morte de uma única pessoa, justamente no momento em que o governo, pela própria indefinição do território, necessitava ofuscar a derrota no Irani até para tentar reverter as desvantagens do Paraná na Questão dos Limites, já que havia o risco de a qualquer momento ser proferida sentença favorável aos catarinenses. Para tanto, a imagem, ora vitimizada ora heroica, de João Gualberto e dos demais mortos da tropa, foi usada não só pelo presidente do Estado, mas também por autoridades políticas de Palmas e de Porto União da Vitória, que autorizaram e viabilizaram, junto à comissão formada em Curitiba, as primeiras cerimônias fúnebres de reverência a João Gualberto.

⁷⁵ Em 2017, o desejo de Rosa Filho foi materializado. Um grupo da PMPR, em acordo de paz com o município de Irani, conseguiu colocar placas com os nomes dos soldados mortos e realizou uma homenagem aos mesmos no Sítio Histórico do Contestado.

⁷⁶ O Governo do Estado do Paraná, na prática acabou deixando para sociedade civil a tarefa de arrecadar fundos destinados aos familiares das vítimas militares do Combate do Irani. Uma subscrição foi sendo atualizada pelos jornais, à medida que os mesmos divulgavam nomes dos colaboradores e quantias doadas. Estabelecimentos comerciais, empresas, entidades, instituições de ensino e lojas da maçonaria também atuaram na captação de recursos (UMA SUBSCRIÇÃO, 1912, p. 1).

FIGURA 12 – TÚMULO DO CORONEL JOÃO GUALBERTO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL – CURITIBA



FONTE: ZEQUINÃO (2016)

Tendo como objeto de estudo militares estaduais em seus interesses, projetos e necessidades de heroizar um dos seus mortos em guerra, optamos por demonstrar as ações e encenações do Regimento de Segurança, no verdadeiro espetáculo teatral montado a partir das cerimônias funéreas de culto cívico à morte de Gualberto, em 1912, no mesmo capítulo que abordaremos outros esforços da corporação estadual em reelaborar e reatualizar seu mito. Pois, mais de cem anos após o ocorrido no Banhado Grande, a PMPR ainda celebra a morte do seu comandante histórico. Sem os interesses e o empenho, evidenciados em 1912, por parte dos outros agentes da mitificação, a corporação parece ter seguido praticamente isolada, continuou se apropriando de sua morte, e da própria batalha, ao ponto de certos lugares de memória elevarem a intervenção militar no Irani e o desfecho no Banhado Grande como o episódio central da memória histórica institucional.

4 – REVERENCIAR O HERÓI: A EDIFICAÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA INSTITUCIONAIS

Abordar a memória mitificada de uma instituição militar, que fez e ainda faz usos da morte de um de seus membros e do seu passado em guerra, envolvendo estratégias para construção e definição de identidades, não é uma tarefa cômoda. O caminho construído, qualquer que seja ele, não pode evitar discussões sobre questões como usos da morte, memória/processos identitários, mito do herói e elementos específicos da instituição em questão.

Toda organização voltada à preservação e difusão da sua memória histórica estabelece determinados discursos que acabam constituindo versões da realidade. Tais discursos, quando analisados, são capazes de revelar, tanto a ideologia da própria instituição como o imaginário dos seus sujeitos sociais. No caso do culto aos mortos tombados em guerra, figurados enquanto heróis pelas instituições militares às quais pertenceram, tal prática está muito mais voltada à promoção da própria instituição do que a uma homenagem ao morto, como defende Piovezan (2017). A historiadora que optou pelos monumentos fúnebres como um meio para a compreensão das reações da sociedade diante da morte enfatiza a presença dos desejos dos vivos contidos nos lugares de culto destinados aos mortos em guerra:

Nos anos 1980, o historiador francês Pierre Nora problematizou o surgimento dos lugares de memória. Físicos ou simbólicos, estes locais são construídos a partir de determinados interesses de grupos ou projetos. Na Europa a presença destes monumentos é abundante. No caso brasileiro, já havia percebido a constante tentativa das instituições militares em construir estes lugares de memória, na tentativa de reforçar a identidade militar e o patriotismo a partir de monumentos fúnebres. (PIOVEZAN, 2017, p. 15).

Compreender os discursos contidos nas narrativas dos lugares de memória que se edificam a partir da apropriação de uma morte em guerra, cultuando a imagem de um herói sacrificado, passa pelo exercício de perseguir ruídos e silêncios, lembranças e esquecimentos, presenças e ausências, assim como demanda uma busca pela compreensão de quem fala, de que lugar fala, em nome de quem é autorizado a falar, bem como onde deseja chegar com tal fala. Uma vez que toda memória é seletiva (POLLAK, 1992), seja ela individual ou coletiva, voluntária ou involuntária, é justamente na seleção que podem ser indagados os propósitos, os interesses e os intentos contidos nas

representações acerca de determinados passados que são reconstruídos no presente, a partir de interesses que passam a ser atualizados de acordo com necessidades de novos contextos. A simples presença dessa seletividade implica na necessidade de desnaturalizar o par memória/identidade, em busca do que foi construído, consciente e/ou inconscientemente (POLLAK, 1992), visando dar sustentação a esses dois componentes que se interpenetram.

Foi a partir da repercussão da obra de Maurice Halbwachs, intitulada *A memória coletiva*, publicação póstuma de 1950, que a Sociologia e a História passaram a articular estudos de memória e processos em busca de afirmação identitária. Para esse sociólogo francês, a memória individual não existe sem a memória coletiva. Sendo a primeira influenciada pela segunda, pois

para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente. (HALBWACHS, 2013, p. 72).

Por ambiente, o autor pretende enfatizar o papel que o grupo social desempenha na capacidade individual de lembrar. Ainda que essa coletividade não esteja presente fisicamente, o indivíduo é capaz de acionar visões, pensamentos e experiências, enquanto noções compartilhadas, referências comuns, que darão consistência às suas lembranças. Nas palavras de Halbwachs,

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade e de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Assim, para Halbwachs, a memória é um fenômeno construído coletivamente, mas que pode se submeter a flutuações, transformações e mudanças constantes. Essa dimensão dinâmica da memória é relativizada por outro autor, mais contemporâneo que Maurice, já citado nesse texto. O sociólogo austríaco Michael Pollak, sem negar essa memória mais mutável encontrada em Halbwachs, defende ainda a existência na memória, tanto individual quanto coletiva, de marcos ou pontos invariantes e imutáveis, como decorrentes de um trabalho de solidificação da memória tão eficiente que foi capaz

de inviabilizar a ocorrência de mudanças. Na memória concebida por Pollak coexistem alterações e persistências, descontinuidades e continuidades, indícios encontrados nos lugares onde a Polícia Militar do Paraná operacionalizou a memória heroica da morte do coronel, como procuraremos demonstrar ao longo deste capítulo.

Pollak também relaciona memória e identidade, ao entender que a memória coletiva é constituída de sentimentos de pertencimento comuns e de fronteiras entre as coletividades, desempenhando uma função importante quando recorre a um determinado passado, com o objetivo de manter coesão de grupos e instituições. Uma busca constante por coesão e, igualmente, por legitimidade, percebemos na função do mito/memória do herói João Gualberto enquanto um uso dessa morte pela corporação estadual, que visa a construção de uma identidade forte, como garantia de uma maior autonomia no quadro das relações de poder existentes na esfera estadual.

Ainda segundo Pollak, também existe uma memória herdada, na qual aos “acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar a todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo” (POLLAK, 1992, p. 2), possibilitando que através “da socialização política ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com um determinado passado, tão forte que podemos chamar de uma memória quase herdada” (POLLAK, 1992, p. 2).

A persistência da imagem heroica da morte de João Gualberto no interior da Polícia Militar do Paraná pode ser considerada um caso de memória herdada. A partir de 1912, no impacto do falecimento do oficial em campo de batalha, o Regimento de Segurança do Paraná teve intensa atuação no culto cívico iniciado em homenagem ao morto, enaltecendo, como outros agentes dessa heroicização, as virtudes mais patrióticas do que propriamente bélicas do oficial pernambucano. Alternando momentos de maior ou menor vivificação, essa representação mitificada do grande homem e militar abatido na grande batalha permanece por mais de um século na corporação. O que dificilmente poderia sequer ser imaginado, se não fosse a apropriação dessa morte enquanto matéria-prima da socialização militar ao longo de décadas.

Deste modo, as percepções do autor austríaco sobre acontecimentos vividos por tabela, memória quase herdada ou herdada, e a questão da socialização competente, são relevantes para a compreensão do culto ao morto João Gualberto enquanto uma tradição inventada pela PMPR. Nessa invenção, sobressaem os elementos invariáveis que Pollak

menciona. Elementos que foram sendo herdados, de geração em geração, resultando em operações de memória fechadas a qualquer tipo de esforço de reelaboração a partir de diálogos com outros discursos, como por exemplo, o acadêmico estabelecido pela produção historiográfica.

No mito da morte heroica de João Gualberto, o duplo ato de recordar somente o que foi considerado digno e virtuoso de ser lembrado, bem como marginalizar, isto é, apagar lembranças consideradas ruins, que destoam e contradizem a idealização, é parte imprescindível para a manutenção e conservação da própria organização militar em meio a todas as mudanças e transformações ocorridas, de modo interno e externo, ao longo dos tempos. Uma vez que lembrança/esquecimento são dois componentes inseparáveis que permitem o exercício da identificação, por parte de seus integrantes, na ausência desses dois componentes, a instituição não conseguiria e nem poderia existir. Aqui cabe, mais uma vez, problematizar a questão da tradição no campo de discussão da memória, articulando ideias de Pollak e Hobsbawm, pois é justamente pela tradição que são valorizados práticas e rituais, baseados em crenças sobre determinados passados, que são repetidas e conservadas, de geração em geração, promovendo a assimilação dos traços e marcas imutáveis de memória que interessam ao projeto institucional.

Não é mera coincidência que todas as organizações militares concedam um espaço privilegiado, no campo simbólico de suas memórias construídas, aos seus heróis e vultos históricos inventados e institucionalizados como a personificação dos valores militares e padrões de comportamento que devem ser introjetados constantemente em seus membros, no processo incessante e infindável de produção e manutenção da própria identidade militar. Essas invenções, que acabam resultando numa continuidade em relação ao passado, ocorrem justamente em momentos que as transformações ocorridas no presente impactam sob os alicerces da própria identidade existente, obrigando a uma nova redefinição da mesma, ainda que amparada em algumas crenças em repetição, com relação a certos passados configurados também de modo idealizado.

Antes da morte de João Gualberto, representada como um sacrifício pelo bem comum, já existia toda uma celebração em torno da figura do Coronel Dulcídio, primeiro herói a tombar em guerra, comandando a força estadual no Cerco da Lapa, durante a Revolução Federalista. Mas a morte do oficial pernambucano, com uma comoção pública jamais vista até então na capital do Paraná, vai ser capaz de gerar um capital simbólico

inigualável, para que, aos olhos da corporação, passe a ser mais celebrada internamente do que a do herói original, em posteriores contextos. Essa transformação mítica, ou seja, o herói Gualberto sobrepujando o herói Dulcídio, representou, posteriormente, uma elevação do episódio do Banhado Grande à condição de Campanha do Irani, permitindo a corporação ressignificar sua própria derrota, ofuscada pela imagem de sacrifício dos seus combatentes. A imagem mitificada de homens destemidos e abnegados que, sem auxílio de outra força, enfrentaram inimigos figurados como um séquito violento de fanáticos e facínoras, acabou fazendo com que a corporação “substituísse” um combate de 26 dias por uma batalha de menos de meia hora como o centro de sua própria história e memória institucionais. Dito de outro modo, heróis que assinalaram o protagonismo da corporação numa épica batalha, ao contrário de Dulcídio, que comandou a tropa paranaense para auxiliar outras forças, ou seja, ao lado do próprio Exército e da Guarda Nacional, durante a invasão maragata da Lapa.

Enquanto manifestação de religião cívica, o culto aos mortos é o que alimenta e fornece sustento ao mito do herói, possibilitando certa eficácia simbólica para que possa atender aos anseios e intentos por trás da idealização contida na fabricação da figura mitificada. Por meio de uma narrativa, o mito, enquanto elemento da cultura, serve também para agrupar sujeitos de forma emocional, afetiva, promovendo identificação e criação de vínculos sociais. Assim, o mito é um agente identificador, uma vez que possibilita ao indivíduo identificar-se com uma comunidade de modo emocional.

A própria definição de mito apresenta mais de um sentido. Pode ser concebido como revelador ideológico, mas também pode ser visto como “um ficcionamento cujo papel é o de propor, ou mesmo impor, os modelos ou tipos. (...) Tipos a serem imitados, dos quais um indivíduo (...) ou um povo inteiro – pode ele mesmo se identificar. (...) a questão que o mito põe é a do mimetismo” (LACQUE-LABARTHE; NANCY, 2002, p. 32). Tais sentidos não são excludentes e encontram na imagem do herói uma combinação mais que perfeita. Pois os heróis, enquanto tipos ideais, símbolos de virtudes e valores cívicos, fornecem modelos de bravura, coragem, abnegação e fidelidade, muitas vezes em consonância com a autoimagem que um grupo tem de si mesmo e pretende sustentar perante outras coletividades.

A invenção do herói é uma construção histórica voltada a diversos propósitos e interesses de grupos de indivíduos que possuem ideais e aspirações comuns. E enquanto

construção intencional, o herói deve ser analisado. Países e nações, ao longo do tempo, inventam e reinventam personagens tirados do passado e do presente, transformando-os em “grandes homens”, vultos, heróis ou mártires, cujo enaltecimento e idealização vai ao encontro de objetivos e necessidades do presente ou a questões projetadas para o futuro. Por isso, o conceito de herói é algo dinâmico, variável de época para época, de povo para povo e de cultura para cultura.

No meio militar, o enaltecimento de vultos heroicos encontra solo fértil, visto que a profissão envolve o combate, o confronto e o enfrentamento, gerando a necessidade de se inculcar noções de fidelidade, abnegação, patriotismo, bem como a desqualificação de grupos inimigos e a ideia de que os sacrifícios, tanto individuais quanto coletivos, do presente e do futuro, fazem parte de um legado vindo do passado.

Nesses modelos heroicizados, que sugerem e/ou introjetam padrões de comportamento, o auge da ação heroica, o maior ato de civismo, passa a ser o sacrifício da própria vida em defesa de uma causa maior. Uma vez morto o herói, cabe aos vivos a tarefa de rememorar seus grandes feitos, por meio de uma liturgia e pedagogia cívicas, presentes em um culto que reafirme sempre a defesa dos valores que supostamente resultaram na morte heroica.

O historiador e filósofo português Fernando Catroga, ao estudar processos de secularização e laicidade em países como Estados Unidos, França e Portugal, destacou o papel desempenhado pelos liberais e positivistas portugueses e, posteriormente, pelos salazaristas, na criação de seus próprios mitos durante os séculos XIX e XX. Para esse autor, o culto cívico aos mortos pode ser entendido como manifestação simbólica que, ao reativar memória, é capaz de proporcionar aos indivíduos e aos grupos, nos quais os mesmos se filiam, noções de continuidade histórica orientadoras e organizadoras do caos característico da modernidade. Conforme Catroga, as articulações entre passado e presente contidas no ato de homenagear e celebrar os mortos são capazes de dar sentido e ordenação aos vivos, justamente por fazer com que os mesmos possam se situar no tempo e no espaço (CATROGA, 2001).

Tais articulações podem ser encontradas nos lugares de memória da corporação ao seu herói do Irani, visto que a mitificação não ocorreu na presença de um vazio histórico, como evidencia a monumentalização dessa morte. O próprio João Gualberto, no esforço de construir sua própria imagem enquanto figura pública, foi visto pelas elites

políticas, econômicas e intelectuais do Paraná como o sujeito que possuía atributos e virtudes suficientes para que sua morte fosse heroicizada.

FIGURA 13 – JOÃO GUALBERTO GOMES DE SÁ FILHO



FONTE: ANTIGAMENTE EM CURITIBA (2016)

Assim como o governo, parte da imprensa e indivíduos intelectualizados, o Regimento de Segurança do Paraná compareceu aos rituais fúnebres dedicados a seu efêmero comandante, bem como idealizou, organizou e/ou contracenou na montagem de diversas solenidades que celebraram a memória do morto, a exemplo da já mencionada inauguração da Avenida João Gualberto, ocorrida no dia 21 de abril de 1913 (ROSA FILHO, 1998, p. 32).

Tanto nos funerais quanto em outras homenagens *post mortem*, a força estadual, permanecendo alinhada aos interesses do governo paranaense e aos discursos dos intelectuais veiculados pelo posicionamento dos jornais, mas não desprovida de seus próprios interesses, fez questão de registrar sua consternação diante de tamanha perda desde a primeiro ritual fúnebre, ocorrido ainda em Palmas. Conforme anteriormente afirmado, a comitiva que trouxe os despojos, identificados como sendo do oficial, do Banhado Grande, ou seja, de Irani, após exumação, para a Prefeitura Municipal de Palmas, transformada em capela mortuária, era formada por associados do Tiro Rio Branco mais um pequeno grupo de oficiais e soldados da corporação estadual. Após o velório, “a saída do corpo o Regimento prestou as honras fúnebres e a banda de música executou sentidas marchas”. (O CORPO, 1912, p. 1). Esse coletivo militar também acompanhou todo o percurso do traslado até Porto União da Vitória e, posteriormente, através de trem especial, até a capital do Paraná. Antes de chegar ao destino do sepultamento, o caixão de zinco de João Gualberto, já coberto com a bandeira nacional,

ainda recebeu homenagens fúnebres em Porto União da Vitória, onde a banda musical do Regimento também homenageou o finado comandante (O COMBATE, 1912, p. 1). Na capital do Paraná, os músicos da corporação não monopolizaram a cena sonora nos cortejos, tendo que dividir a atenção do público com o grupo musical do Tiro Rio Branco. No mês de abril, em 1913, por ocasião da inauguração da avenida João Gualberto e do já mencionado festival em homenagem a Gualberto, a corporação organizou um grande desfile militar, e o novo comandante-geral discursou, enaltecendo a memória do heroico coronel.

Discursos de pesar com elogios fúnebres, presença de oficiais em cerimônias religiosas, desfiles e romarias cívicas ao cemitério nas datas de aniversário da morte do oficial também foram iniciativas constantes por parte de militares estaduais. Evidenciando que rituais religiosos não são práticas incompatíveis com momentos em que podem ser oportunizadas iniciativas mais voltadas a um verdadeiro culto, membros do Regimento de Segurança – a exemplo da determinação dos militares do exército, que ainda permaneciam na região a pedido do presidente do Estado do Paraná, também realizaram em Palmas, missa de um mês de falecimento às almas que pereceram nos Campos de Irani, conforme notícia do periódico A República.

Palmas, 22- As 7 horas o coronel Pyrrho e os officiaes federaes mandaram rezar missa de 30 dias pela morte do Coronel João Gualberto. A cerimônia foi muito concorrida. Orou frei Jacob. Armada a eça e ornada de apetrechos bellicos às 10 horas, foi realizada outra missa da oficialidade do Regimento de Segurança à memória de João Gualberto e dos seus companheiros cahidos no Irany (O QUE HÁ, p. 1).

O Comandante Geral da força ainda participaria de outra missa, celebrada a pedido dos familiares, pelos dois anos de morte de João Gualberto, ao lado de outros militares, autoridades políticas e integrantes do tiro de guerra, como faz referência a matéria veiculada pelo mesmo jornal

Por alma do malogrado coronel João Gualberto celebrou-se hoje, na cathedral do Bispado, a missa que em sua intenção mandou rezar sua ex-ma, família. Ao acto compareceram, além da família do morto e outras pessoas, s. exa, o sr. Dr. Affonso de Camargo, I.º vice-presidente do Estado e seu ajudante de ordens tenente Euclides do Valle, dr. Claudio dos Santos, Secretario do Interior, Cel. Fabriciano Rego de Barros, comandante do Regimento de Segurança, officiaes do mesmo corpo e do de Bombeiros, commandante Gasparino, do Tiro Rio Branco, comissão do mesmo do mesmo Tiro e praças, tenente Leonidas Marques, dr Hugo Simas e várias outras pessoas (NOTAS, 1914, p. 1).

Idas de policiais ao Cemitério Municipal para depositar flores no túmulo do oficial também foram ações anuais, como noticiou o *Diário da Tarde* em 1913, destacando a presença da corporação estadual entre maçons, da loja a que Gualberto pertenceu, e membros do Tiro Rio Branco⁷⁷.

Visitaram o tumulo do coronel João Gualberto muitos inferiores e praças do exército e Regimento de Segurança, prestando assim uma justa homenagem áquelle que em vida soubera atrair de seus comandados a sympathia e admiração. O sr, coronel Fabriciano do Rego Barros, comandante do Regimento de Segurança, acompanhado da respectiva officialidade e da banda de música, foi ao meio dia ao cemitério publico visitar o tumulo do inesquecível coronel João Gualberto, ex-commandante daquela unidade, Foram colocadas innumeradas flores por aquele coro (CULTO, 1913, p. 5).

Rosa Filho, não sem razão, chama de verdadeiras romarias essas visitas realizadas por oficiais e praças ao túmulo de João Gualberto. Encontramos registros da permanência dessa prática ainda no ano de 1921, por conta do nono aniversário da morte do coronel, ocasião na qual a força estadual continuava externando publicamente ações de veneração à morte de seu fiel comandante.

Passando amanhã a data do aniversario da morte do saudoso e inolvidável Coronel João Gualberto, a Força Militar do Estado, prestará significativa homenagem ao seu extinto comandante, indo incorporada ao Cemiterio Municipal, para levar flores ao tumulo do valoroso soldado, que cahiu nos campos do Irany. Antes da cerimonia homenageativa, o conjunto musical da Força Militar, executará a peça. Ao pé de uma cruz” de J. Justo e junto ao tumulo será executado o “Crespusculo dos Deuses de Wagner. Aplaudimos a justa homenagem da Força Militar à memória do cel. João Gualberto que no comando da brilhante unidade militar deu os maiores exemplos de disciplina mantendo as tradições da gloriosa milícia paranaense. (JOÃO, 1921).

Entre atitudes da maçonaria, do governo estadual, dos membros do Tiro Rio Branco e de outros grupos locais, voltadas a reverenciar a morte do oficial, as iniciativas da força estadual alcançavam muita visibilidade nas páginas da imprensa, como exprime mais uma notícia do jornal *A República*, dessa vez, fazendo referência a evento interno da corporação, ou seja, publicando uma reprodução do longo discurso do Major Teixeira de Carvalho por ocasião de solenidade de inauguração de retratos dos dois últimos comandantes do corpo estadual, ambos militares do Exército. Retrato do major do Exército Servando de Loyola e Silva, comissionado no posto de coronel, enquanto exerceu o cargo de Comandante-Geral da Corporação, desde maio de 1911 até pedir exoneração por motivo de doença. E retrato de João Gualberto, que também foi

⁷⁷ A notícia completa menciona a presença de integrantes da maçonaria e associados do tiro de guerra. (CULTO, 1913, p. 5).

promovido a coronel para substituir Servando no comando da corporação. Eis fragmento contendo elogio fúnebre do oficial ao morto João Gualberto,

Antes de ser o timoneiro deste Regimento, já seu nome era glorificado por essa mocidade hodierna, que a sombra do heroico nome Rio Branco, soube la fora enaltecer o Paraná, colendos louros para seu educador. A sua estadia no comando deste corpo foi semelhante a um meteoro, tanto na rapidez de sua passagem, como no brilho incandescente dos seus ensinamentos, Ele não desmereceu o seu antecessor, assumindo p comando desta força, manteve a mesma disciplina, imprimiu-lhe o mesmo cunho de educação militar implantados, por aquelle a que substituiu, preparando o soldado para a luta com excessivo carinho, a par de sua severa moral. Em 13 de Outubro do ano que hoje busca a grande hospedaria do ocaso, o governo reclamou os seus serviços a frente de seus comandados, para em certa zona do Estado, jugular uma horda de fanáticos que se achava fora da lei (JUSTA, 1913, p. 2).

Além de participar como agente do processo de heroicização dessa morte em combate, demarcando seu espaço de atuação, desde o início do culto cívico à memória de João Gualberto, o Regimento de Segurança demonstrou extrema preocupação em zelar por sua própria reputação institucional no trágico episódio bélico do Banhado Grande, como evidencia Processo Militar número 806⁷⁸ que, em diferentes fases, tramitou no período do dia 4 de dezembro de 1912 a 14 de junho de 1913, data em que o Supremo Tribunal de Justiça do Paraná pronunciou sentença favorável aos oficiais que combateram no Irani. E os mesmos puderam reassumir seus postos e funções, após absolvição também em segunda instância.

No empenho de justificar que três oficiais, sobreviventes do confronto, teriam agido com toda correção, como obriga o dever militar, dentro das possibilidades oferecidas pelas circunstâncias desfavoráveis do embate, o comandante coronel Fabriciano do Rego Barros, sucessor de Gualberto, não poupou esforços junto ao Presidente do Estado, Carlos Cavalcanti, para obter autorização de submeter o capitão José de Souza Miranda, o tenente João Busse e o alferes Adolpho Ribeiro Guimarães a inquéritos por parte de Conselhos de Investigação e de Guerra.

Na coletânea de documentos referentes à conduta do Regimento de Segurança no Combate do Irani, publicada pelo na época denominado Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, especificamente na cópia da documentação relativa a esses Conselhos de Investigação e Guerra, (BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE, 1984, p. 173-191), consta que o comandante do Regimento de Segurança dirigiu ao Secretário de Justiça requerimentos

⁷⁸ MIRANDA, J. S.; BUSSE, J.; GUIMARÃES, A. R. Conselho de Guerra 806, Superior Tribunal de Justiça do Paraná, Curitiba, 1913.

em nome dos três oficiais que desejavam justificar suas condutas no combate, bem como designou um oficial superior e mais dois militares para atuarem como juizes, do que deveria ser o primeiro dos conselhos, o de Investigação. Esse conselho, segundo Decreto n.º 385, de 04 de julho de 1910, era responsável por averiguar a existência de qualquer crime e o grau de culpabilidade de seus autores ou cúmplices (ROSA FILHO, 1998, p. 46):

Comando do Regimento de Segurança do E. do Paraná. Curitiba, 11 de dezembro de 1912. Ao Senhor Major João Monteiro do Rosario. Quartel. Tendo o Senhor Presidente do Estado despachado favoravelmente os requerimentos em que os senhores Capitão JOSÉ DE SOUZA MIRANDA, Tenente JOÃO BUSSE e Alferes ADOLFO RIBEIRO GUIMARÃES, pediam para ser submetidos á conselhos de investigação e guerra, afim de provarem o modo como procederam no combate travado nos campos do Irany, nomeio-vos para na qualidade de Juiz Presidente, com os Senhores Capitães CHRYSANTO JOSE DE FREITAS E QUIRINO IGNACIO DA CRUZ, o primeiro servindo de Juiz interrogante e o segundo como juiz secretario, constituirdes o primeiro desses conselhos. Para testemunhas do processo, sem prejuízo de outras mais que o conselho resolva ouvir, indico-vos: Senhores DOMINGOS NASCIMENTO SOBRINHO, Comissario de Polícia na cidade de Palmas, ANTONIO PINHO, residente na cidade da Lapa, AMAZONAS RIO DO AMAZONAS PIMPÃO e JOÃO PEDROSO DE CAMARGO, residente naquela cidade; Tenente JULIO ANTONIO XAVIER, Alferes JOAQUIM ANTONIO DE MORAES SARMENTO, e LIBINDO FRANCISCO BORGES, segundos sargentos ROMEU PINTO DE MACEDO, HERMINIO DA CUNHA CEZAR, CANTIDIO DA COSTA MOREIRA e MARIO RIBAS DA PAIXÃO, Cabo da esquadra LEONEL LOPES PERES, anspessadas LUIZ JOAQUIM DE SOUZA, FRANCISCO BASILIO FERREIRA, BENTO DE CASTRO e soldados GERALDO ANTONIO DOS SANTOS e ANTONIO FELIX PATRICIO,. Saude e Fraternidade. (a) Fabriciano Rego Barros. Coronel Comandante. (BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE, 1984, p. 185-186)

Com testemunhas, muitas das quais participantes da tropa estadual que combateu em Irani, e todos os juizes militares, tal conselho, após inquirir cada um dos oficiais envolvidos, acabou emitindo um parecer, no dia 29 de janeiro de 1913, de não culpabilidade em relação à investigação da postura dos mesmos em combate.

DESPACHO DE NÃO PRONÚNCIA. Vistos os autos, julga o Conselho de Investigação, não haver base para pronunciar os oficiais Capitão JOSÉ DE SOUZA MIRANDA, Tenente JOÃO BUSSE e Alferes ADOLPHO RIBEIRO GUIMARÃES, porquanto inquirindo dezesseis testemunhas, todas declaram que estes Oficiais portaram-se bem no combate travado no IRANY, no dia vinte e dois de outubro do anno findo, com a gente do monge JOSÉ MARIA, em número superior a trezentos homens, sendo que a força do Regimento comandado pelo o então Senhor Coronel JOÃO GUALBERTO, compunha-se de cinquenta e nove praças e cinco oficiais; que a gente do monge vieram parte a cavalo e parte a pé, contra a pequena força, achando-se os caboclos armados com grandes facões, armas de fogo de diversos systemas, estabelecendo-se o entrevero; que os mesmos oficiais só se retiraram do lugar de combate, depois de esgotados os recursos pois os caboclos tomaram conta da munição. Sejam

entretanto, remetidos estes autos ao Senhor Fabriciano do Rego Barros que convocou este Conselho para os fins de que tratam os artigos 28 – Letra b – e 124 do Regulamento Processual Criminal Militar de 16 de junho de 1895. Quartel do Regimento de Segurança em Curitiba, vinte e nove de janeiro de mil novecentos e treze. (aa) João Monteiro do Rosario, major Presidente. Chrysanto José de Freitas. Juiz interrogante. Quirino Inacio da Cruz. Capitão. Juiz Escrivão (BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE, 1984. p. 186-187).

O parecer não foi suficiente aos olhos do comandante da força estadual, que um dia após Despacho de não pronúncia, pediu que fosse instaurado um Conselho de Guerra. Esse novo conselho, composto pelo Comandante do Corpo de Bombeiros e dois capitães da mesma unidade, na condição, respectivamente, de presidente e juízes, e mais nove testemunhas, também absolveu por unanimidade de votos os inqueridos, “pondo-os a salvo de quaisquer acusações, mediante a sentença final da mais alta Corte de Justiça do Estado”. (ROSA FILHO, 1998, p. 43).

Encontramos nos depoimentos dos indiciados o mesmo conjunto padronizado de justificativas, não diferenciado do usado por parte da imprensa, com intento de acabar com qualquer suspeita de que teriam fugido ao dever militar, abandonando o comandante, os demais mortos e feridos, a metralhadora, outras armas e o próprio campo de batalha. Tais justificativas, imputando sempre responsabilidades externas à atuação da força estadual, até hoje são reproduzidas pelo discurso institucional, como já demonstrado a partir da narrativa de Rosa Filho, na sua ânsia legitimadora do próprio passado institucional. Discurso que, orientado por interesses, acaba não problematizando o comportamento do comandante João Gualberto, nos Campos do Irani, como o núcleo de uma série de equívocos militares, políticos e éticos, em relação ao tratamento dispensado ao monge e aos sertanejos, que resultaram na derrota e no massacre sofridos pela própria força estadual. Desconhecimento sobre a geografia do terreno, inferioridade numérica, inadequação dos armamentos, cansaço da tropa, imagem de que foram traídos e que sofreram uma emboscada, são exemplos de elementos que acabam ofuscando a truculência impulsiva e a falta de experiência bélica do coronel, como aparecem na narrativa do Alferes Adolpho Ribeiro Guimarães:

Basta que me limite a refletir-vos com singeleza, mas com absoluta verdade, os fatos como se passaram, bem como as condições excepcionais em que entramos em combate com a horda de fanáticos do famoso monge, em campo desconhecido para nós e do qual surpreendidos no ataque por todos os flancos, estávamos expostos às perigosas contingências que os acidentes do terreno e o número dos atacantes constataram. Não dispondo de forças superiores a sessenta homens, mal armados e estropiados por marchas forçadas por caminhos ínvios, em terrenos acidentados cobertos de mato espesso que nos impedia de ver o que nos esperava à frente, formando antes um contingente

para simples diligência policial e nunca uma coluna de guerra aparelhada convenientemente para entrar em combate com forças irregulares, não é de admirar que em tais circunstâncias fôssemos por eles desbaratados. (ROSA FILHO, 1998, p. 42).

Ao Regimento de Segurança foi oportuna a maneira como os jornais locais e nacionais “construíram os acontecimentos”, elegendo membros da tropa como os mais destemidos e leais escudeiros de Gualberto, homens que pereceram e morreram ao seu lado, acatando até o fim suas ordens. Para encobrir a inabilidade da força estadual, em operações de guerra, no meio rural, no enfrentamento de adversários, representados como homens traiçoeiros, que já utilizaram táticas de guerrilha, a fabricação de heróis versus bandidos, numa luta da ordem, da lei e da justiça contra o banditismo e a cangaceiragem⁷⁹, imagens fabricadas pelos jornais fluminenses, não poderia ser mais conveniente.

Quanto aos prováveis usos que a corporação possa ter feito do massacre sofrido no Banhado Grande, junto ao poder estadual, podemos suspeitar de uma pressão no sentido de obtenção de recursos a serem investidos em equipamentos, treinamento e até ampliação do efetivo. Uma vez que tropas estaduais operaram, auxiliando o EB, no extermínio dos sertanejos, ao longo de toda a guerra, oficiais podem ter usado essas operações, para no mínimo, reivindicarem armamentos mais modernos do que os usados em Irani. Não podemos esquecer que, no contexto do federalismo republicano, governadores aparelharam e investiram nas suas respectivas forças estaduais, sendo o caso de São Paulo talvez o maior exemplo de uma militarização de inspiração estrangeira, uma vez que a Missão Francesa começou a treinar a corporação policial já em 1906, ou seja, antes mesmo de outros franceses passarem a orientar o EB com outra missão.

Rodrigues (2008), o primeiro historiador a investigar o Contestado na ótica dos militares, demonstra, em sua tese intitulada *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro*, como os “Jovens Turcos” da Revista Militar A Defesa Nacional (ADN) acompanharam o desdobrar da Guerra do Contestado e fizeram dela uma espécie de vitrine, na intenção de reforçar a campanha de modernização da força terrestre, perante o governo federal e opinião pública nacional, tentando obter financiamentos, para renovação da estrutura da Arma terrestre e, ao mesmo tempo, incentivar o serviço militar, tudo em nome da defesa interna e externa da Nação, numa conjuntura de Primeira Guerra Mundial.

⁷⁹ Jornais fluminenses compararam, no calor dos acontecimentos de 1912, a experiência no Irani com Canudos. E, posteriormente, continuaram produzindo analogias entre o Contestado e outros movimentos nordestinos. Representações comparativas que, possivelmente, ecoaram no Brasil inteiros por décadas.

O culto à memória do morto em combate ainda persiste na instituição militar paranaense. Sem os mesmos interlocutores do passado, com formatos de rememoração e alcance diferenciados, a imagem heroicizada do coronel sobressai, predominantemente, no mundo da caserna, em “espaços” como o Museu Histórico da PMPR, ou nas narrativas laudatórias do capitão Rosa Filho. Além e antes desses, outros lugares de memória foram sendo edificadas, desde a década de 1960. Lugares que, como demonstraremos na sequência, continuaram silenciando e apagando lembranças das circunstâncias em que o herói morreu, contra quem foi incumbido e/ou incumbiu-se de lutar, e que motivações e anseios o guiaram na investida contra o acampamento sertanejo.

Ao comparamos os formatos de culto dos anos de 1912/1913, em especial as cenas do Regimento de Segurança, com a configuração dos lugares de memória erigidos nas últimas quatro décadas do século XX, constatamos importantes rupturas. À medida em que a corporação foi se vendo sozinha no ato de heroicizar a morte de Gualberto e o combate, como uma prioridade simbólica para reelaboração e atualização de sua própria memória e identidade, práticas de veneração ao personagem foram sendo cada vez mais “resguardadas” e usadas na caserna, em rituais próprios de sua socialização militarizada. Em outras palavras, as romarias ao cemitério municipal, que externavam publicamente sentimentos de pesar por parte de oficiais e praças, foram sendo substituídas por episódios de veneração cada vez mais “fechados” aos civis, como demonstraremos na sequência, com a origem da medalha Coronel João Gualberto (anos 1960), a mudança da denominação de uma unidade de policiamento, em homenagem ao comandante Gualberto, elevado à condição de patrono da mesma (década de 1970) e as próprias características do Museu Histórico da PMPR que, mesmo sendo reorganizado por Rosa Filho (anos de 1980), nunca foi um espaço acessível ao público.

Para Silva (2017), ao contrário da postura de sucessivos governos estaduais que praticamente nada fizeram, no período que vai do Centenário de Emancipação Política do Paraná (1953) até os anos 1980, para tirar o Contestado do esquecimento, o Museu da PMPR, por ocasião dos 70 anos do fim da guerra, em 1986, iniciou a publicação de boletins históricos sobre o Combate do Irani. Contudo, reconhecemos por parte da Polícia Militar do Paraná ações anteriores e posteriores ao ano de 1986, na intenção de gerir representações acerca da guerra, a partir da mitificação de mais de um de seus personagens históricos, edificando novos lugares de memória. Nessas iniciativas, vislumbramos a participação do poder estadual e até de parte das elites econômicas paranaenses, enquanto coniventes com os interesses da corporação de re(inventar) uma

tradição para fortalecer sua identidade social e sua autonomia política. Em lugares de memória nem sempre tão acessíveis ao grande público, ecoam, nos discursos orais e escritos, produções de sentido que evidenciam certas continuidades das narrativas institucionais – proferidas pelas vozes da institucionais, principalmente dos anos de 1912/1913 – para as narrativas que foram e ainda permanecem sendo reelaboradas e reatualizadas.

FIGURA 14 – SOLENIDADE ORGANIZADA PELO 12º BPM, AO PATRONO CORONEL JOÃO GUALBERTO – CURITIBA, 17 DE JANEIRO DE 2013 – QUARTEL DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.



FONTE: CONSEG (2013).

Internamente, a imagem de João Gualberto permanece ainda a do herói imaculado. Foi redesenhada a partir de idênticos traços representativos de noções de abnegação, coragem, lealdade, honra à farda que vestiu e sacrifício da vida pessoal a uma causa. A construção de seu lado heroico continua sendo sustentada por alguns pilares que ainda são muito fortes e presentes na ideologia e imaginário militar: Gualberto agiu no campo de batalha, em nome do dever militar, da ordem e da legalidade, defendendo os interesses do Estado do Paraná, sendo fiel à corporação e ao governador que o nomeou. Tais representações constituem parte do discurso do subcomandante da PMPR, em 2018, ano em que foi comemorado, no dia 11 de outubro, o 144º aniversário de nascimento de João Gualberto. No fragmento a seguir, fica clara a intenção de atribuir ao desempenho atual

da polícia os mesmos princípios legados pela conduta de Gualberto e de outras personalidades internas, consideradas exemplares no meio militar.

Ao longo do tempo, como foi com João Gualberto e tantos outros, que construíram caminhos, que ao nosso ver, eram pautados pela disciplina, lealdade, honra, defesa da família, da pátria e da sociedade, com a nossa corporação não é diferente. Ela se pauta, justamente, pelos ensinamentos de defesa social, defesa do cidadão, defesa daqueles que, em situação de alto risco, mais precisam do apoio do Estado. (PMPR, 2018, não p.).

Disciplina, honra, lealdade e patriotismo são termos resistentes ao tempo, que ocuparam e ainda ocupam um espaço relevante na socialização militar, de uma instituição com tendências totalizantes que, como outras organizações semelhantes, recorre à apropriação da sua história e memória como instrumentos voltados a tentativas de consolidação de uma identidade forte, que busca reafirmar a autonomia e o poder institucional. Identidade essa almejada e alicerçada na construção da imagem de que todo policial militar é herdeiro de uma tradição gloriosa, que deve ser honrada e respeitada, uma vez que seus componentes simbólicos sintetizam a própria essência da corporação, ou a essência almejada pela corporação.

4.1 – E O CORONEL VIRA PATRONO

Uma das unidades mais antigas da Polícia Militar do Paraná⁸⁰, o 12º Batalhão de Polícia, subordinado ao comando de policiamento da capital, transformou-se, em 18 de outubro 1977, por Decreto Estadual n.º 4048 (PARANÁ, 1977), durante o governo do empresário e cafeicultor Jayme Canet Júnior (1975-1979), em Batalhão Coronel João Gualberto, sem contudo deixar sua nomenclatura anterior, passando à denominação de 12º Batalhão de Polícia Militar – Batalhão Coronel João Gualberto. No mesmo ano, o comandante do Regimento de Segurança do Paraná, morto no Combate do Irani, era elevado à condição de patrono⁸¹ da unidade, ao lado do Coronel Sarmiento (1882-1934), outro militar que participou do confronto, transformado em patrono da corporação desde 1968.

⁸⁰ Essa unidade tem origem no Batalhão de Polícia de Guardas, criado pela Lei n.º 1.130, de abril de 1953, ano em que foi extinto o 1º Batalhão de Infantaria (criado em 1900, pela Lei n.º 326 de 1º de março do mesmo ano), e seu efetivo foi totalmente reaproveitado (PMPR, 2020).

⁸¹ Castro relaciona a tradição da escolha de patronos, na cultura militar brasileira, com a influência francesa no EB, iniciada, especificamente, a partir da chegada da Missão Francesa em 1920. (CASTRO, 2004, p.17)

Publicado em Diário Oficial n.º 161, de 19 de outubro de 1977, o texto do decreto é enfático sobre o caráter cívico da rememoração da figura de João Gualberto, como aponta o artigo 3: “A memória do Cel João Gualberto Gomes de Sá Filho será cultuada em solenidade cívica organizada pelo 12º Batalhão de Polícia Militar, anualmente na data de seu nascimento, 11 de outubro” (PARANÁ, 1977).

Apesar de já existir em 1912 enquanto 1º Batalhão de Infantaria, pertencente ao Regimento de Segurança, essa unidade nunca teve qualquer ligação histórica com a breve atuação de João Gualberto dentro da força estadual. A posterior designação foi uma escolha, portanto, desvinculada do histórico da unidade e descontextualizada em relação aos feitos de Gualberto dentro da corporação. Segundo o tenente-coronel que comanda atualmente o 12º BPM, não necessariamente existe algum laço entre as trajetórias das unidades de policiamento e os personagens históricos homenageados por elas.

Até o início dos anos de 1990, a sede do batalhão era anexada ao Quartel do Comando-Geral, no local onde atualmente está instalada a Companhia de Polícia de Choque, sendo transferida, por período provisório, para a Rua Desembargador Motta em setembro de 1993, local onde permaneceu até outubro de 1997, ano da instalação na sede em que se encontra até o presente momento, localizada na Rua Curupaitis, n.º 1132, no bairro Santa Quitéria, em Curitiba.

FIGURA 15 – FACHADA DO 12º BPM, SANTA QUITÉRIA, CURITIBA, PARANÁ



FONTE: MOTTA (2020).

Abrigando cinco companhias, responsáveis pelo policiamento de vinte e oito bairros de Curitiba, a sede do batalhão contém um busto em homenagem ao patrono, a

espada que pertenceu a Gualberto, doada pela família do morto, e uma reprodução fotográfica do oficial. Não existe dentro da unidade nenhuma referência ao Combate do Irani, nem ao monge e, muito menos, aos sertanejos que o seguiam. Como se o patrono nunca tivesse combatido e nem falecido na batalha que foi o marco inicial de uma das mais sangrentas guerras civis da história brasileira, conflito que selaria um dos maiores genocídios cometidos contra a população sertaneja sulista, a qual se insurgiu questionando o projeto republicano modernizador e excludente. Assim, o batalhão acaba sendo talvez o maior exemplo institucional de apagamento da luta sertaneja, ao não se referir ao herói dentro do contexto bélico de 1912.

FIGURA 16 – DO MUSEU HISTÓRICO DA PMPR AO 12º BPM, A ESPADA QUE PERTENCEU A JOÃO GUALBERTO.



FONTE: MOTTA (2020).

Quando visitamos a sede, encontramos a mesma em obras. E a placa de mármore com inscrição do busto do ex-comandante havia sido retirada e enviada para restauração, pois em função da reforma e remoção do monumento, a mesma fora danificada, fora rachada. O busto, que ficava na entrada do batalhão, no jardim do entorno da edificação, foi deslocado para outro espaço, cercado de concreto, devido ao novo projeto da reforma.

De acordo com entrevista realizada com o atual comandante do 12º BPM, as cerimônias em homenagem a Gualberto podem ser bastante variáveis, conforme a visão do oficial responsável pelo comando do batalhão. Mas desde 1977, a unidade recebeu a tarefa de organizar e realizar celebrações à memória do oficial no mês de outubro. Essas homenagens, que não obedecem dia fixo, acontecem anualmente nesse mês, que corresponde ao aniversário, tanto de nascimento como de morte do patrono, embora o aniversário do batalhão seja no mês de abril. Com frequência, em uma mesma cerimônia são comemorados, internamente, tanto o aniversário da unidade quanto o aniversário do patrono, por meio de um culto cívico ao mesmo. Tal culto, materializado com a entrega da Medalha Patrono Coronel João Gualberto, ocorre dentro das tradições militares, como frisou o comandante, que também afirmou só ter escolhido, no ano de 2019 e no ano de 2020⁸², policiais para serem condecorados.

Enquanto honraria exclusiva do próprio batalhão, desde 1977, a medalha pode ser usada também para homenagens de civis, conforme Portaria do Comando Geral que delimita o número de até cinco paisanos para receber o maior símbolo de distinção da unidade, em função do reconhecimento por serviços prestados à comunidade ou ao batalhão⁸³. Como não tivemos acesso aos livros de Ordem do Dia, onde são registrados esses eventos, partimos para os registros digitais, que localizamos, de celebrações ocorridas por quatro anos não consecutivos. Algumas dessas solenidades foram descritas, com a inserção de vários elementos não encontrados na fala do oficial entrevistado.

O formato das cerimônias, divulgadas em páginas institucionais e em parte da mídia, ocorridas nos anos de 2011, 2013, 2017 e 2018, manteve praticamente o seguinte padrão: realização na sede do 12º Batalhão, presença de familiares do morto, até o ano de 2014⁸⁴, com direito a discursos por parte dos mesmos, hasteamento de bandeira, apresentação da banda musical da PMPR e momento de entrega de certificados e medalhas Patrono Coronel João Gualberto para militares e civis agraciados. Tudo isso documentado por diversas fotografias, posteriormente divulgadas nas narrativas dos

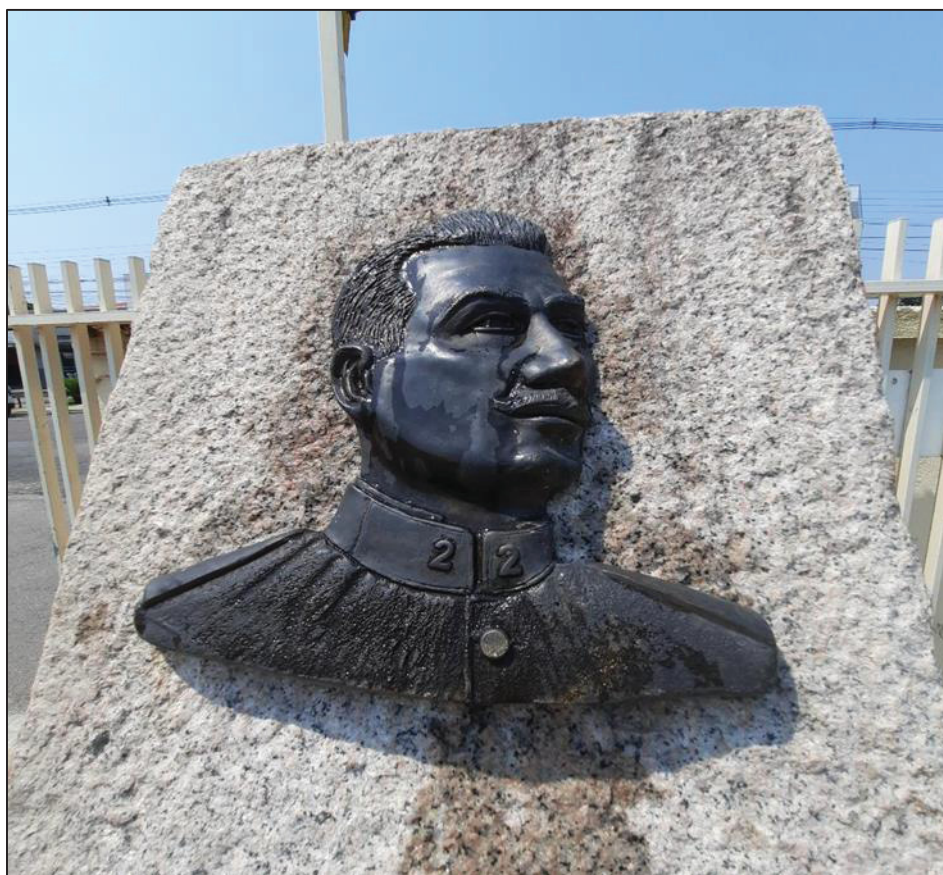
⁸² A entrevista com o oficial mencionado e a visita ao 12º BPM ocorreram no início do mês de outubro de 2020, portanto, antes da solenidade planejada em homenagem ao patrono.

⁸³ Empresários, políticos, desembargadores e magistrados constam entre a maioria dos civis homenageados com a medalha Coronel João Gualberto, o que evidencia a força política da corporação em suas articulações com o poder estadual e com as elites regionais.

⁸⁴ O neto de João Gualberto, o médico e professor João Gualberto Scheffer faleceu em maio de 2015, pouco antes de completar 86 anos. Desse ano em diante, não encontramos mais a presença dos outros dois familiares do coronel, como a neta Rosy de Sá Cardoso e o bisneto Procurador da República, João Gualberto Garcez Ramos, ao menos nas cerimônias das que conseguimos encontrar notícias (CRM – PR, 2015).

veículos da instituição, páginas da imprensa ou de entidades que participaram desses eventos. A realização de uma missa e o coroamento do busto de João Gualberto com flores, atividades realizadas durante cerimoniais de 2013 (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, 2013), foram iniciativas que destoaram dos rituais realizados nos outros anos mencionados. Práticas incomuns, segundo o comandante atual do 12ºBPM, que não reconheceu como frequentes a presença de componentes religiosos nessas solenidades e nem o uso do busto durante o culto à memória do morto.

FIGURA 17 – BUSTO DO PATRONO JOÃO GUALBERTO – 12º BPM – SANTA QUITÉRIA – CURITIBA – PARANÁ



FONTE: MOTTA (2020).

Nas cerimônias de veneração ao herói, são as virtudes cívicas do coronel, e não propriamente sua competência militar que são exaltadas, como sugerem as falas dos participantes em 2013. No dia 17 de janeiro do mesmo ano, contando com a presença de familiares do coronel João Gualberto, teve início às 9 horas da manhã, no Quartel do Comando-Geral, uma solenidade muito mais dedicada à memória do morto, tombado em combate, do que aos feitos dos vivos condecorados. Foram paraninfos do cerimonial, o Procurador da República João Gualberto Garcez Ramos e o médico João Gualberto Sá Scheffer, respectivamente bisneto e neto do patrono do 12º BPM. O forte tom laudatório

em relação à imagem do herói esteve presente nos discursos realizados, como no fragmento da fala do médico, já falecido:

Na realidade o culto a todos aqueles que trabalharam com lealdade e com amor à pátria é sempre importante, e hoje a entrega destas medalhas é uma homenagem a uma pessoa que lutou pela ordem e pela legalidade no Paraná. Me sinto honrado em estar aqui e desejo que a PMPR continue à frente da legalidade, da justiça e da ordem (CONSEG, 2013, não p.).

Ou nas palavras de outro homenageado, o secretário de Segurança Pública, Cid Vasquez:

É com muito orgulho que neste momento eu recebo essa honraria, mas sei que ela não é minha, e sim de todos os colaboradores que me auxiliam no trabalho na secretaria. O momento é de alegria, de satisfação e de reverência, em que enalteçemos a memória do coronel João Gualberto, um herói paranaense que sempre serve de exemplo e de modelo para todos aqueles que envergam uma farda e colocam sua própria vida na defesa do cidadão e no combate à criminalidade (CONSEG, 2013, não p.).

Ou, ainda, conforme o comandante geral em exercício, o coronel Cesar Alberto Souza, “Nós estamos no centenário de um dos acontecimentos mais épicos do Brasil, esta solenidade é a oportunidade de divulgamos um pouco da história. João Gualberto era comandante da PM quando foi à frente de sua tropa. Estes grandes exemplos se evocam e se tornam mais presentes em nossas vidas” (CONSEG, 2013, não p.).

As representações acerca do suposto acontecimento épico e do herói como personificação de um modelo exemplar, contidas nas vozes institucionais, parecem ser suficientes por si mesmas, como se não existisse outro lado, outra coletividade, uma vez que nas cerimônias as figuras do monge e dos sertanejos não aparecem na operação de memória, descortinando uma ideia de vazio na construção da representação épica. Contra quem e o contra que ameaças e riscos lutaram João Gualberto e seus comandados, outros memoráveis heróis da corporação? A resposta não é imediata e não pode ser encontrada facilmente, na ausência de uma articulação com outros lugares de memória que se prestam a construir narrativas da expedição do Regimento de Segurança ao Irani e da sangrenta batalha que vitimou o monge José Maria e o comandante da força estadual. Toda a argumentação institucional reside ainda na Questão dos Limites, ou melhor dizendo, no dever militar em defesa dos interesses do Estado do Paraná em relação ao impasse judicial com Santa Catarina, prolongado até o ano de 1916, quando se definiu então um acordo entre os dois estados. Em nome da legalidade, leia-se defesa da integridade territorial, agiram tanto o coronel que sacrificou a própria vida quanto o alferes Sarmento, que pereceu nos Campos do Irani, sobrevivendo heroicamente após ter sofrido, com terrível

ferimento na face, no caso, em um dos olhos, que custou a perda de uma parte da visão. Argumentação essa que, ao persistir no tempo e em alguns espaços e lugares de rememoração, ignora fatos já consagrados pela historiografia, contradizendo o conhecimento científico.

O monge José Maria e seu séquito não entraram em Irani enquanto agentes da causa catarinense, para apressar a execução da sentença favorável ao Estado de Santa Catarina. Ao contrário, eram perseguidos pela polícia catarinense, sob influência da força do coronelismo, que os acusava de serem perigosos restauradores da monarquia nos sertões. Conforme atesta, Vinhas de Queiroz (1977), os sertanejos só buscavam um lugar para viver distante das ações violentas e excludentes, resultantes dos acordos entre o grupo estrangeiro e o governo republicano. Eram os errantes do novo século, os errantes do Contestado, segundo termo usado por Monteiro (2011). Mas toda essa complexidade que envolve transformações econômicas, políticas e sociais segue sendo desconsiderada pela versão institucional, justamente por contrariar os alicerces da idealização, ameaçando a manutenção da reelaboração mítica. Nesse ponto vale salientar a problematização realizada por Raoul Girardet acerca das construções míticas no imaginário político. Segundo o historiador, “É em toda a sua autonomia que se impõe o mito, constituindo ele próprio um sistema de crença coerente e completo. Ele já não invoca, nessas condições, nenhuma outra legitimidade que não a de sua simples afirmação, nenhuma outra lógica que não a de seu livre desenvolvimento”. (GIRARDET, 1987, p. 11-12).

Culto, herói, ordem e justiça são termos usados que convergem na repetição de representações, incapazes, até o presente momento, de se reelaborar levando em conta a realidade social dos sertanejos e sua atuação enquanto sujeitos históricos, uma vez que tais construções contidas em discursos selecionados permanecem em total descompasso com a produção acadêmica em relação ao Combate do Irani, demonstrando a ausência de um diálogo entre os oficiais que operam a memória do coronel morto e a produção historiográfica nem tão recente.

O espírito de corpo, o caráter fechado característico de organizações militares, o *ethos* militar atuam de modo a evitar que essa memória possa ser compartilhada ao ponto de propiciar um debate que a questione. Comportamento que acaba protegendo a memória mitificada e sua função enquanto tradição inventada, uma vez que permite a seleção do que é prioritário ser lembrado e do que não é digno de figurar nas representações, devendo ser definitivamente esquecido, soterrado, por contradizer a imagem mítica. Exatamente

pelo que não dizem, pelo que são capazes de silenciar, medalhas são ícones relevantes para pensarmos na imagem que os policiais militares construíram e ainda constroem de si mesmos e que desejam perpetuar internamente e na sociedade, enquanto figuras heroicas e redentoras da Pátria. No lugar de uma batalha perdida, o heroísmo da corporação personificado na representação dos heróis, seres disciplinados, fiéis e abnegados, capazes de arriscar a própria vida por uma causa maior, uma causa verdadeiramente patriótica.

Mesmo que as cerimônias possam envolver homenageados civis e possam ser divulgadas externamente até com certa antecipação, ou sejam noticiadas após acontecerem, a memória do patrono é reverenciada dentro da caserna, e seu uso é voltado, predominantemente, à socialização dos policiais militares, o que nos faz pensar no quanto João Gualberto é o herói da PMPR e para a PMPR, sendo sua memória mitificada um importante veículo para gerar, manter e renovar filiações e laços de pertencimento internos.

Uma das raras iniciativas do Batalhão, com certa projeção da memória do patrono além dos limites da unidade, foi a Corrida João Gualberto, realizada no dia 20 de outubro de 2019. Inspirada na já existente prova esportiva Corrida Coronel Sarmento, o 12º BPM organizou a competição que atraiu centenas de pessoas no entorno da sede, no bairro Santa Quitéria, entre competidores e curiosos da comunidade. No fim da prova e do evento, que ultrapassou a corrida, com brinquedos dispostos no terreno da unidade e distribuição de frutas, os vencedores receberam a premiação: uma medalha confeccionada especificamente para a prova. E a verba arrecadada com as inscrições foi destinada a uma instituição beneficente: o Pequeno Cotelengo, ligado à Igreja Católica, localizado no bairro Campo Comprido.

4.2 – A ORIGEM DA MEDALHA JOÃO GUALBERTO NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR

No ano do Centenário da Batalha do Irani (2012), o Comando-Geral da Polícia Militar instituiu a medalha Patrono Coronel João Gualberto, símbolo que, desde então, como vimos, vem sendo entregue a militares, autoridades e representantes de entidades públicas e privadas, reconhecidos pelo 12º BPM como cidadãos contribuintes, no que diz respeito, tanto ao aperfeiçoamento da unidade quanto à segurança pública estadual.

Na verdade, a origem de tal honraria remonta ao emblemático ano de 1968, conforme publicação do dia 26 de junho no Diário Oficial n.º 96, do decreto da Assembleia Legislativa do Paraná, durante o governo de Paulo Pimentel (1966-1971), sancionando a Lei 5798 (PARANÁ, 1968), que criava na PMPR a Medalha Coronel Sarmento, policial sobrevivente da expedição aos Campos do Irani e patrono da corporação, como já afirmado. Consta no artigo 1º da mesma lei que, anualmente, o Chefe do Executivo, por indicação do Comando-Geral da instituição, passaria a homenagear com a medalha militares, policiais militares e civis considerados notáveis no desempenho de suas funções e/ou em favor da causa pública, em datas de aniversário da corporação ou destinadas a reverenciar o coronel Sarmento. Já o artigo 5, a respeito da Honra ao Mérito, menciona a concessão aos três primeiros lugares, das seguintes premiações em cursos específicos: medalha Coronel João Gualberto (curso de aperfeiçoamento de oficiais), medalha João Pinheiro (curso de oficiais de Administração) e medalha General Carneiro (curso de polícia). Sendo que, em cada curso, o primeiro lugar recebia a medalha confeccionada em ouro, o segundo lugar, em prata e o terceiro, em bronze, todos símbolos instituídos para distinção interna, o que evidencia tanto a valorização do princípio do mérito como elemento fundamental da socialização militar como o uso da figura de Gualberto na caserna.

Importante destacar a mudança significativa ocorrida, em termos de rememoração, do ano de 1961 para o ano de 1968. Até o início da década de 1960, o grande símbolo de heroísmo dentro da corporação era a medalha Coronel Dulcídio, que celebrava o primeiro comandante a tombar em guerra civil, na resistência legalista ao Cerco da Lapa. De acordo com a Lei 4340, do dia 06 de março de 1961, criada no governo Ney Braga, era com essa honraria, simbolizando destemor, abnegação e fidelidade aos valores cívicos, que a instituição premiava aqueles que reconhecia como os mais próximos ao modelo e exemplo virtuoso legado pelo coronel Dulcídio (PARANÁ, 1961).

FIGURA 18 – CORONEL CÂNDIDO DULCÍDIO PEREIRA



FONTE: POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (2020).

Com a lei de 1968, o Contestado se sobrepõe simbolicamente ao Cerco da Lapa/Revolução Federalista, devido ao destaque dado aos seus dois personagens (Sarmiento e Gualberto), tornando o Combate do Irani, no campo simbólico, a principal referência para a identidade da instituição. A derrota passa a ser ressignificada com o culto, a veneração dos dois militares, justamente num contexto político de recrudescimento nacional do Regime Militar, no qual a imagem dos militares enquanto salvadores da Pátria já sofria sérios abalos com o acúmulo de excessos de autoritarismo e violência, durante os quatro primeiros anos da ditadura civil-militar.

Conforme Santos (2004), a representação dos militares enquanto tuteladores e redentores da Pátria e do povo brasileiro começa a se desfazer no imaginário social já a partir do Golpe de 1964. Diante de uma conjuntura altamente repressiva no ano de 1968, com censura, intolerância e perseguição política, a PMPR (re)inventa uma tradição, enaltecendo simbolicamente dois nomes de seu passado, reelaborado de modo glorioso, justamente quando a Guerra do Contestado seguia sendo tema marginalizado e considerado subversivo dentro dos espaços acadêmicos, quando os movimentos sociais eram objeto de desqualificação, criminalização e perseguição dentro das organizações militares. E, por fim, quando a Doutrina de Segurança Nacional, idealizada pela Escola Superior de Guerra, órgão do Exército Brasileiro, já reorientava a atuação das Polícias Militares, cujas ações, enquanto auxiliares do exército, passavam a enfatizar muito mais questões ligadas às ameaças em relação à segurança nacional do que propriamente riscos voltados à segurança pública, conforme uma concepção de guerra total, voltada à

eliminação do inimigo interno, visto como possível agente disseminador do comunismo internacional.

Nesse contexto, a corporação, em busca de maior eficácia simbólica interna e externa, substitui, em termos de condecoração, um mito de origem, baseado na imagem do herói fundador, por duas outras mitificações. No caso, duas figuras de destaque na tentativa de repressão do que posteriormente se tornou um movimento social capaz de elaborar um projeto de transformação social da própria realidade sertaneja (MACHADO, 2004), resistindo por quatro anos às duras investidas do poder militar (exército e polícias estaduais), alinhado aos interesses do projeto republicano, que espoliou esses mesmos sertanejos no seu direito de acesso à terra e à manutenção das próprias condições de subsistência.

FIGURA 19 – JOÃO GUALBERTO



FONTE: POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (2021).

A opção simbólica por personagens ligados a episódios de guerra, cultuados até hoje enquanto heróis, é indicativa do quanto a instituição estadual ainda não conseguiu romper com a orientação recebida durante o período ditatorial. Ao continuar construindo seus modelos e padrões de comportamento, tomando como referência indivíduos que morreram em combate, a PMPR consegue revelar muito mais de si própria e de sua trajetória de violência militarizada, do que sobre esses personagens mitificados, cujas

ações questionáveis no passado, são intencionalmente silenciadas. Embora a força estadual já tenha nascido militarizada e já contasse com toda uma experiência de atuação em eventos bélicos antes de 1964, como demonstrado no capítulo que aborda a trajetória das Polícias Militares no Brasil, foi durante o Regime Militar que se oficializaram atribuições que ultrapassaram funções típicas de policiamento. Além de ficarem diretamente subordinadas ao Exército, as Polícias Militares, incluindo a do Paraná, acabaram incorporando elementos característicos das Forças Armadas, que foram muito além da doutrina, visto que passaram a adotar o mesmo treinamento, semelhantes equipamentos e, principalmente, o discurso autoritário baseado em valores de aparelho militar.

A permanência da mitificada memória da morte João Gualberto – capaz de continuar apagando as contradições do oficial comandante e ainda sustentar elementos narrativos que contrariam esclarecimentos feitos pela historiografia, principalmente no que diz respeito à disputa pelos limites, – é uma memória herdada, que também contém as marcas da experiência da PMPR durante a Ditadura Militar. E nesse sentido, mais uma vez recuperamos Santos (2004), autora que procura entender o comportamento dos militares a partir das diversas camadas de *habitus* que podem provir de diferentes épocas. Na direção apontada por Santos, acreditamos que as iniciativas dos militares que operaram e ainda operam a memória de João Gualberto sofreram e ainda sofrem forte influência do *habitus* apreendido durante o período ditatorial.

4.3 – OBJETOS PESSOAIS, ARMAMENTOS USADOS NO COMBATE E REPRESENTAÇÕES ICONOGRÁFICAS DO HERÓI: RELÍQUIAS DO MUSEU HISTÓRICO DA PMPR

O museu que não nasceu com sede própria, estando por anos instalado em número reduzido de pequenas salas improvisadas dentro de quartel⁸⁵, foi inaugurado dia 29 de agosto de 1950, durante o governo Moysés Lupion. Segundo Silva (2017), seu idealizador foi o Tenente-coronel Augusto de Almeida Garrett, falecido cinco anos após ter iniciado o trabalho de levantamento de muitas das peças que ainda hoje constam no acervo da unidade⁸⁶. Para o historiador, a experiência pessoal e profissional desse militar, que

⁸⁵ O quartel mencionado é o do Comando Geral da PMPR, até hoje localizado na Avenida Marechal Floriano Peixoto, em Curitiba.

⁸⁶ No CNM (Cadastro Nacional de Museus), aparece a denominação Museu Histórico Tenente Coronel PM Augusto de Almeida Garrett. (MAPAS.CULTURA.GOV.BR, 2020).

ingressou muito jovem na corporação, pode ter influenciado suas próprias iniciativas voltadas à preservação de uma memória institucional. Garrett fez parte das tropas da corporação que formaram o Batalhão Tático, força que, ao lado do Exército Brasileiro, combateu a resistência sertaneja na Guerra do Contestado. E, apesar de nunca ter atuado em batalhas, também esteve presente no grupo de policiais estaduais que foi enviado para combater a revolta tenentista de 1924, entre as tropas estaduais que apoiaram o movimento de 1930 e, igualmente, entre os efetivos que defenderam Vargas do opositor movimento paulista de 1932.

Intercalando, por mais de três décadas, momentos de maior visibilidade entre o público e momentos de característico isolamento ao mundo da caserna, ainda de acordo com Silva (2017), a unidade museológica passou por uma fase de reorganização e foi reinaugurada em 10 de agosto de 1982, sendo o principal responsável por sua nova administração o capitão João Alves da Rosa Filho.

Rosa Filho, intitulado pela Associação da Vila Militar (AVM) como o maior historiador da Polícia Militar do Paraná⁸⁷, dedicou parte de sua carreira ao trabalho do que ele próprio considerou como resgate dos episódios da história do Brasil que contaram com a participação da corporação. Neste resgate, o Contestado obteve um lugar de destaque, como já afirmado. Via gestão do museu, esse pesquisador ocupou-se de elaborar uma versão oficial acerca do Combate do Irani, ressaltando a atuação de João Gualberto no comando do Regimento de Segurança.

Em 1986, nos 70 anos do fim da Guerra do Contestado, o museu começou a editar uma série de boletins. A iniciativa durou pouco, de outubro de 1986 a fevereiro de 1987. Não por acaso iniciou-se em outubro, mês que marcava o início da guerra e a participação da PMPR no Combate do Irani. O primeiro volume trazia o histórico da corporação, e os demais, um histórico sobre o ocorrido no Irani em 1912. (SILVA, 2017, p. 212).

O episódio do Irani e a memória da morte do comandante Gualberto não ficaram restritos aos efêmeros boletins históricos. Rosa Filho redigiu textos de caráter biográfico sobre a trajetória de João Gualberto na capital paranaense do início do século, assim como atribuiu ao coronel o segundo lugar no panteão dos heróis da corporação mortos em combate, como aparece em “Os Heróis da Polícia Militar do Paraná: 1854-1896, Grandes Vultos da Corporação: traços biográficos” (ROSA FILHO, 1985), e uma encadernação

⁸⁷ Em agosto de 2018, a AVM lançou publicação de livro em homenagem a Rosa Filho, intitulado “Capitão Rosinha, vida e obra do maior historiador da Polícia Militar do Paraná”, de autoria do Coronel Janary Bussmann e do Subtenente Izaquiel Leal Miranda, com revisão do Major Antônio Douglas Villatore. (ASSOCIAÇÃO DA VILA MILITAR, 2018).

especificamente dedicada ao coronel, intitulada João Gualberto: o herói de Irany. Nos volumes publicados pelo autor, reconhecidos pela Secretaria da Cultura do Paraná, dois são dedicados ao Contestado: Combate do Irani e Campanha do Contestado.

Discordamos da interpretação de Silva (2017), quando este afirma que o Rosa Filho dos boletins históricos, em especial o que trata da Campanha do Irani, não é o mesmo do livro Combate do Irani, por deixar de reproduzir as mesmas críticas ao comportamento de Gualberto. O pesquisador da caserna suavizou os questionamentos ao temperamento e ações do comandante pernambucano, no tratamento dispensado ao monge e ao acampamento sertanejo, porém, eles não desapareceram por completo da sua narrativa, publicada com apoio do governo estadual. Como podemos interpretar nas seguintes linhas, quando o porta voz da versão institucional elenca as razões da derrota, e, logo após, mencionar o desconhecimento do terreno de operações, responsabiliza autoridades políticas, sem deixar de desconsiderar erros cometidos pelo próprio João Gualberto.

Outras razões decorreram de atitudes pessoais de autoridades envolvidas. Enquanto o governo valorizava excessivamente seus interesses políticos, priorizando a segurança de Palmas e determinando o seguimento àquela localidade do grosso do contingente, o comando subestimou o potencial fanático, rumando para o confronto com uma tropa numericamente inexpressiva para enfrentar centenas de jagunços, da mesma forma desconsiderou apelo de José Maria, que propunha retirar-se com sua gente, de volta às terras sob jurisdição catarinense. (ROSA FILHO, 1998, p. 43).

Em passagem anterior, Rosa Filho também reprova a teimosia do comandante:

Enfim todos insistiram muito para que o Comandante não atacasse os fanáticos, numericamente superiores à força policial-militar, mas de nada adiantaram os apelos, tendo o Coronel Gualberto redarguido que na madrugada seguinte atacaria de qualquer forma o acampamento do monge (...). Por sua vez, o Coronel Domingos Soares, bastante desiludido, disse a João Gualberto que não o acompanharia, como era do seu desejo, devido às suas idéias estarem em desacordo com as dele. João Gualberto retorquiu: – Pois Coronel Soares, faça de contas que estamos de relações cortadas, e eu vou sempre assumindo toda a responsabilidade. O senhor nada tem com isso. A resolução tomada por Gualberto deixou todos atônitos. Os fatos subseqüentes não tardariam a mostrar que fora bem fútil o seu alvitre. (ROSA FILHO, 1998, p. 20).

Rosa Filho menciona sim erros por parte de João Gualberto, mas sua preocupação está totalmente direcionada ao esclarecimento da derrota e do massacre sofrido pela tropa. Ele não questiona as intenções violentas do regimento e do seu respectivo comandante para com o monge e o grupo de sertanejos. Ao contrário, em sua narrativa existe o predomínio de uma polarização baseada na mitificação “do nosso” (policiais militares) e na desqualificação “do outro” (sertanejos), que é bastante indicativa do lugar social de

onde o narrador fala, ou seja, “a voz” que reelabora os argumentos e posicionamentos oficiais da instituição a qual pertence. Inegável a importância das iniciativas e escritos de Rosa Filho para a presença simbólica do oficial morto em combate, que predomina até hoje no museu, por meio de referências iconográficas, material bélico usado no combate de outubro de 1912, como a metralhadora *Maxim*, além de objetos usados nos funerais do herói.

Na Sala de móveis antigos existe uma pasta arquivada, contendo recortes de época, provenientes de matérias da imprensa, diversas cópias de material fotográfico em que Gualberto aparece, partindo de trem com a tropa em marcha rumo ao Irani, e outras das cerimônias fúnebres prestadas a ele na capital. Mas a mais impactante, certamente, é a do “corpo” do oficial caído e sem vida, limpo, bem trajado, sem farda, sem ferimentos na relva do Banhado Grande, quando supostamente foi encontrado pelo grupo responsável pelo resgate. Igualmente sem qualquer referência sobre sua origem, a mesma imagem aparece entre as fotos selecionadas pela página do site oficial da corporação no campo do histórico da Guerra do Contestado, quando é mencionado o Combate do Irani e a figura heroica do comandante do Regimento de Segurança.

FIGURA 20 – RESGATE DO SUPOSTO CORPO DO CORONEL JOÃO GUALBERTO



FONTE: POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2020.

Com apenas restos mortais de duvidável identificação, o fato é que o coronel Gualberto teve mais de uma homenagem fúnebre, e sua morte foi dramatizada, por meio

de um grande espetáculo público, conforme empenho dos agentes de sua mitificação. Até hoje é o patrono de um batalhão, o grande herói da Polícia Militar do Paraná, cujo discurso institucional, em diferentes lugares de memória e contextos de produção, contém as marcas da mesma dualidade, evidenciada em outros discursos, isto é, as marcas da contraposição que fabricou heróis e bandidos (DALFRÉ, 2008). Bons e maus, símbolos de uma luta entre civilizados e bárbaros, representada pela idealização dos militares enquanto modernos, corajosos, leais, briosos, capazes de todo o sacrifício para defender os ideais da Nação, do Progresso e da República versus a desqualificação do monge (enquanto embusteiro e imoral) e a detração dos sertanejos, como retrógados monarquistas, facínoras e bandidos.

Ainda no acervo do museu, na Sala de uniformes e material bélico, encontram-se a faixa e a bandeira nacional que cobriram o caixão de Gualberto e a metralhadora *Maxim*, que não funcionou durante o combate.

FIGURA 21 – FAIXA DO REGIMENTO DE SEGURANÇA E BANDEIRA NACIONAL



FONTE: GUERRA DO CONTESTADO (2020)

Além dessas peças, existe também um retrato a óleo do coronel, exposto no corredor galeria de imagens de ex-comandantes, e o quadro Combate do Irani, ambos do pintor Daniel Freire, concluídos na década de 1960. Na representação iconográfica do confronto no Banhado Grande, Gualberto aparece altivo, viril e incólume, empunhando sua arma, ao lado da metralhadora, que ironicamente não funcionou, em posição quase que central de comando, embora curiosamente de costas para seus homens e para os

perigosos inimigos, como se estivesse posando heroicamente para ser retratado. Enquanto o restante da tropa desempenha energicamente o esforço para conter o avanço da força irregular numericamente superior, apesar de toda figurada distante e sem face, em segundo plano, encoberta pelo nevoeiro da manhã misturado à fumaça de pólvora.

FIGURA 22 – COMBATE DO IRANI – DANIEL FREIRE. CURITIBA, 1966. ÓLEO SOBRE TELA



FONTE: MUSEU DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (2021).

4.4 – QUANDO O HERÓI QUASE SAIU DA CASERNA E DO PARANÁ: O ACORDO DE PAZ E A INTERVENÇÃO DA PMPR EM IRANI, SANTA CATARINA

Tanto a unidade museal, instalada em Academia Militar de difícil acesso ao público civil, como a medalha, enquanto símbolo de distinção voltada predominantemente ao uso da caserna, e a unidade de policiamento, com sua denominação histórica descontextualizada em relação ao combate, contrariam totalmente as iniciativas da PMPR de buscar projetar uma imagem de si mesma para fora da caserna e do Paraná, como foi o caso do polêmico memorial militar em Irani. Em outubro de 2017, a corporação estadual, ou melhor dizendo, um pequeno grupo da PMPR, iniciou sua intervenção de memória, sem a menor sensibilidade, em tradicional lugar rememorativo da resistência sertaneja, desencadeando uma repercussão muito negativa entre

pesquisadores do meio acadêmico na região Sul e entre entidades catarinenses. O que evidencia a permanência da guerra, no campo simbólico, gerando tensões em torno da disputa por lugares de memória.

A proposta de negociação, que partiu de alguns militares de uma unidade da PMPR, envolveu Vicente Telles (1931-2017), proprietário das terras onde localiza-se o Sítio Histórico do Contestado⁸⁸, a Prefeitura Municipal de Irani e a Associação da Vila Militar (AVM). Meses antes da solenidade, marcada intencionalmente na data dos 105 anos do combate, a notícia da visita de uma comissão de policiais ao Irani, com o objetivo de acordar os termos da futura cerimônia, gerou várias manifestações de indignação e repúdio entre estudiosos da guerra e do movimento, principalmente entre o Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado⁸⁹: “(...) Não basta a violência real, é necessária a perpetuação da violência simbólica no sítio histórico de Irani. Acho que a comunidade do município de Irani e região não deve concordar com esta violação do espaço de memória”. (MACHADO, 2018).

Tal reação de perplexidade, crítica e contrária a qualquer tipo de conversação entre policiais paranaenses e o município, pode ter levado a corporação a sepultar uma intenção maior e mais explícita de celebrar a figura de João Gualberto em solo onde ele tombou, tendo que aceitar restrições em sua proposta original de rememoração militar. No Paraná, essa visita foi divulgada por meio de um site institucional

Uma das intenções da comitiva é a colocação de uma placa no local com os nomes de todos os militares que morreram no Combate do Irani ao lado do então comandante do Regimento de Segurança, Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho. Contudo, serão feitas referências às graduações dos militares, com o objetivo de realizar uma homenagem justa aos bravos milicianos paranaenses que tombaram no cumprimento do seu dever militar. (ASSOCIAÇÃO DA VILA MILITAR, 2017).

Mesmo que o conteúdo da notícia nada revele, diretamente, sobre o desejo de homenagear João Gualberto no sítio histórico catarinense, o fragmento acima menciona a morte dos combatentes militares ao lado do seu comandante, todos igualmente heroicos

⁸⁸ Compõem o Sítio Histórico do Contestado em Irani o Cemitério do Contestado, a “Vala dos 21” e o local da carneca do monge José Maria. Vicente Telles presidiu a Fundação Memória Viva do Contestado e manteve o Museu Histórico do Contestado. Com sua morte, no dia 28 de dezembro de 2017, a fundação e o museu foram transformados em Memorial Vicente Telles.

⁸⁹ O Portal Desacato, mídia alternativa de Santa Catarina, registrou a fala do historiador Paulo Pinheiro Machado. Disponível em: <<http://desacato.info/comitiva-de-militares-se-prepara-para-os-105-anos-do-combate-do-irani/>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

e leais aos compromissos militares. No dia 22 de outubro, a solenidade acabou acontecendo, selando de vez a inserção da força militar paranaense em Irani, considerado em Santa Catarina o município berço da Guerra do Contestado. Duas placas em homenagem aos policiais tombados no conflito, foram descerradas: uma na Vala dos 21, e outra no terreno do Museu do Contestado.

FIGURA 23 – VALA DOS 21 – HOMENAGEM AOS MORTOS NO COMBATE DO IRANI



FONTE: AVM – PMPR (2017).

No ritual sobressaíram componentes das tradições militares, como podemos perceber pelos registros fotográficos e no vídeo sobre o evento⁹⁰. Ainda na Vala dos 21, local onde teve início a cerimônia, a presença de policiais paranaenses e catarinenses era superior ao número de civis, representados por poucos familiares de soldados mortos, em 1912, e autoridades políticas municipais. Discursos de oficiais, seguidos por apresentação da banda da PMPR, deram o direcionamento da primeira fase da solenidade, sem maior visibilidade à memória sertaneja, exceto pelo fato de a placa descerrada conter também os nomes dos sertanejos mortos e sepultados nessa vala comum, após a trágica batalha.

⁹⁰ Vídeo- Contestado: 105 Anos – Acordo de Paz. Disponível em: <<https://amai.org.br/pmpr-participa-de-cerimoniem-homenagem-aos-mortos-dguerrdo-contestado/>>. Acesso em: 02 set. 2020.

FIGURA 24 – SOLENIDADE AOS MORTOS DO COMBATE DO IRANI NO SÍTIO HISTÓRICO DO CONTESTADO



FONTE: RÁDIO CATARINENSE (2017).

Encerrado o ato na propriedade de Vicente Telles, os participantes foram até o Ginásio Municipal de Esportes Modesto Tortelli. Nesse espaço, tendo a comunidade local como público, discursaram Telles e oficiais do Estado Maior da PMPR. Na sequência houve apresentações musicais e ocorreu a assinatura de um estranho Acordo de Paz entre a PMPR e o município de Irani. O evento foi finalizado com um desfile cívico no qual participaram representantes caracterizados dos dois grupos antagonistas em 1912, isto é, a polícia estadual fardada e alunos de escolas, mais munícipes vestidos como sertanejos.

A respeito do Acordo de Paz, pertinente destacar fragmento da fala da chefe do Estado Maior da polícia paranaense, coronel Audilene Rosa de Paula Dias Rocha⁹¹:

Queremos que as pessoas conheçam o que esses heróis fizeram, que foram capazes de dar a própria vida por um objetivo maior e acabaram no anonimato. Tanto os que derramaram seu sangue pelo Estado quanto aqueles que defendiam as suas propriedades buscavam a segurança de suas famílias (AMAI-PMPR, 2017).

Nem em momento de acordo, nem em episódio de “conciliação”, a PMPR abandona a imagem de um passado heroico, insistindo, talvez ainda, na ideia de que seus homens morreram em nome da integridade física do Paraná, uma vez que não especifica o que seria o “objetivo maior”, sem problematizar o papel de João Gualberto no trágico

⁹¹ Disponível em: <<https://amai.org.br/pmpr-participde-cerimoniem-homenagem-aos-mortos-dguerrdo-contestado/>>. Acesso em: 02 set. 2020.

episódio, os equívocos da imprensa e do governo Carlos Cavalcanti, que viram nos sertanejos invasores a serviço do governo catarinense. A construção mítica persiste, demarcando a superioridade do lado militar até na hora de homenagear mortes ocorridas mais de cem anos atrás.

Enquanto grupo, todo o empenho da Associação da Vila Militar (AVM) foi e continua se dando na contramão da política de memória predominantemente “fechada”, sobre o Contestado que a instituição vinha operando internamente, antes de 2017. Na gestão dessa memória, como já demonstramos, a missão heroica de Gualberto, que em determinados lugares de memória aparece desvinculada de qualquer sinal ou indício de conflito, sempre foi dominante. Contrariando práticas e rituais de rememoração anteriores da PMPR, a Associação da Vila Militar permanece em Irani, mesmo que para isso tenha “desistido” de celebrar a morte do mito João Gualberto, apropriando-se de outras mortes para reafirmar simbolicamente a presença do oficial. Representantes da associação foram convidados, pela prefeitura, para participar da EXPOIRANI, de 2018, que também fez uso do Contestado, com uma referência aos 106 anos do combate (AVM-PMPR, 2018). E, no ano de 2020, em função da pandemia, tiveram grande participação no evento remoto, idealizado pelo filho de Vicente Telles e pela prefeitura, que alternou filmagens dentro do sítio histórico com falas de oficiais da PMPR⁹².

Não entrevistamos nenhum representante do grupo para tentar compreender o que teria levado a polícia paranaense a voltar a Irani, com o objetivo de edificar monumentos a seus mortos ao lado de monumentos que simbolizam a luta e a vitória sertaneja. E também não priorizamos, diante da multiplicidade de fontes trabalhadas, um acesso ao texto do acordo “conciliatório” entre as partes interessadas. Falhas e lacunas que tentaremos corrigir e preencher em uma produção futura e específica sobre esse episódio de intervenção militar na memória do sítio histórico, dando a devida importância e atenção que a seriedade do mesmo exige. Abordamos o memorial militar de 2017, na presente pesquisa, mais em função de ter sido a inspiração na construção do objeto e a principal motivação para a construção da problemática e dos objetivos, bem como a constatação de que o mesmo difere de outros lugares de memória erguidos pela PMPR a Gualberto e ao combate.

⁹² O Contestado Hoje – 108 Anos do Combate do Irani. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=blar7BWIAHI>>. Acesso em: 02 set. 2020.

Mesmo assim, não podemos deixar de registrar, no momento, algumas considerações e indagações que talvez sirvam como ponto de partida para próximos estudos. Em primeiro lugar: essa iniciativa, da AVM, que embora tenha contado com a permissão e cumplicidade da corporação, mas que não necessariamente represente as visões e orientações de todos os oficiais, que até então vinham gerindo de modo “fechado” a memória mitificada do seu próprio passado, lembra estratégias do próprio herói e patrono do 12ºBPM, isto é, do personagem histórico que construiu grande parte de seu prestígio no meio local, a partir de maior visibilidade externa.

Segundo ponto: estaria a corporação estadual, com o culto a seus mortos em território berço da guerra, procurando legitimidade externa para fortalecer internamente a memória selecionada do seu passado, promotora de si mesma, no intuito de fortalecer sua imagem e força política no Paraná? Excluimos, por parte da corporação, intenções primeiras e maiores de busca por fortalecimento identitário (coesão social) a partir dessa rememoração, uma vez que existe todo um distanciamento geográfico entre os espaços de socialização dos militares estaduais e os monumentos erguidos em Irani. Também indagamos o que fez a AVM, tão disposta a “promover oportunidade de conciliação” no Centenário do Contestado, cujo marco inicial continua sendo até hoje a Batalha do Irani, na memória de seus mortos nesse chão. Os mesmos que foram, pelo Regimento de Segurança e pelo governo estadual, esquecidos, deixados para trás, no solo cavado e improvisado coletivamente, no Banhado Grande, pelas mãos de seres tão sertanejos quantos os que a imprensa de época e o processo de Palmas foi capaz de criminalizar, com a conivência do próprio Regimento de Segurança do Paraná.

Terceiro: a proposta de um Acordo de Paz, mesmo que de caráter simbólico, entre a polícia militar de um estado e um município de outro estado, mesmo não fazendo sentido algum na atual ausência de conflitos interestaduais, deveria pressupor, por parte da AVM toda uma reflexão sobre o passado da corporação e o passado do “outro”, para a qual acreditamos a associação não estar preparada e nem ser esse seu objetivo.

Entendemos até o momento o acordo de paz, proposto pela AVM e aceito pelo município catarinense, como um meio de elevar simbolicamente a imagem da própria corporação em suas relações societárias dentro do próprio estado. Pois a proposta de conciliação e apaziguamento, uma vez aceita pelos supostos descendentes dos inimigos de 1912, parece ter como objetivo apagar definitivamente do passado suas tensões e conflitos, contribuindo diretamente para a elaboração de outras visões e representações mais positivas acerca da atuação da própria instituição no seu presente. “Abrindo mão”

da memória de João Gualberto, mas usando outros mortos, bem como a boa recepção em Irani, a AVM, em nome da corporação, parece ter mudado suas estratégias de silenciamento em relação às contradições do seu passado violento e autoritário, protagonizado pelo coronel João Gualberto. Resta saber se as ações institucionais, que ainda são bem recentes em Irani, terão algum dia um impacto sobre a memória mitificada de Gualberto na caserna. Continuará a morte do coronel sendo a principal morte apropriada pela socialização militar? Ou seus “sacrifícios”, em nome da ordem, da legalidade e dos interesses do Estado, serão substituídos pelos “sacrifícios” dos outros combatentes caídos, igualmente de modo heroico, no Banhado Grande? Uma possível futura resposta não será encontrada fora das práticas de culto aos mortos em guerra, com o exame das fontes produzidas em torno desse episódio.

Essas não são as únicas indagações que levantamos ao abordarmos as negociações que resultaram no memorial militar e no acordo pacificador. E Vicente Telles? Que motivos teriam levado o folclorista a permitir a presença da corporação em solo de tradição sertaneja, provocando surpresa e rejeição por parte de pesquisadores e instituições catarinenses? Ao contrário de 1912, no ano de 2017, não houve um ataque por parte da força militar em Irani. Sem a memória de Gualberto, a presença dos representantes da AVM foi permitida por Vicente Telles, cujas conversações com oficiais paranaenses são bem anteriores a 2017⁹³. Exatamente nesse ponto, cabe resgatar a figura do artista e pesquisador proprietário do sítio histórico.

Vicente Telles foi o folclorista que tematizou e divulgou o Contestado, não só no município, uma vez que suas produções foram disseminadas pelo Sul do país. Sua vasta obra, envolvendo composições de canções, criação de quadros cênicos e desfiles ambientados na cultura e no movimento sertanejo, fizeram com que ficasse conhecido como mensageiro e semeador do Contestado⁹⁴. Ele mesmo afirmava ser herdeiro da saga sertaneja, “um pouco da voz do sangue caboclo que foi derramado no solo contestado”⁹⁵, em referência aos laços consanguíneos que atavam sua vida pessoal à guerra e ao movimento. Vicente era neto por parte de mãe de um casal simpatizante dos seguidores

⁹³ Uma fotografia da Vala dos 21, portanto, tirada na propriedade de Telles, consta no livro de Rosa Filho sobre o Combate do Irani. E o folclorista, nas entrevistas que gravamos em 2006, demonstrou dialogar com membros da PMPR, afirmando ter recebido vários deles em sua moradia.

⁹⁴ Maiores detalhes sobre a trajetória de Vicente Telles e suas produções, no contexto das políticas de memória do Contestado pelos dois governos Espiridião Amin, ver: MOTTA, A.P (2016). Mãos de cimento: as representações da Guerra do Contestado no imaginário de Irani, Santa Catarina. Revista NEP (Núcleo de Estudos de Parentesco), Curitiba, v.2, n.5, p. 25-54, dez, 2016.

⁹⁵ Entrevista gravada na casa de Vicente Telles, em julho de 2006.

de José Maria⁹⁶ e neto, por parte de pai, de um fazendeiro de quem herdou sua propriedade. Embora usasse o sobrenome do avô paterno, que ele dizia ter se posicionado, na época, ao lado do coronelismo opressor. O músico costumava externar, tanto em suas produções quanto em seu estilo de vida, uma total identificação com a memória sertaneja, recebendo em sua própria moradia alunos e pesquisadores que o procuravam para ouvir suas palestras, assistir suas encenações ou simplesmente para conhecer o sítio histórico e entrevistá-lo. Telles, com suas duas gaitas, compôs um personagem caracterizado aos moldes da cultura sertaneja para divulgar a história do Contestado. Em suas apresentações, recorria a uma indumentária toda própria. Usava um gorro similar ao do monge João Maria, imitando pele de jaguatirica e costumava vestir um paletó escuro, bem como sandálias de couro calçadas sobre meias, inspirado no monge a quem chamava de guerreiro: José Maria.

São de sua autoria a maior parte das letras das canções até hoje usadas pelos municípios catarinenses em eventos de rememoração da resistência e luta dos caboclos. A visão que ele tinha sobre o conflito e a respeito do papel das forças de repressão, incluindo o desempenhado pelas polícias estaduais, foram registradas nas suas produções e são inegáveis documentos de todo o trabalho que realizou para tirar o Contestado e o Combate do Irani da invisibilidade e levá-lo justamente ao alcance popular, tornando o movimento acessível e prestigiado por um maior número possível de pessoas, incluindo os próprios descendentes dos sertanejos. Nesse sentido, entendemos o esforço de anos do músico para tentar fazer com que o Estado catarinense assumisse a responsabilidade de preservação do patrimônio histórico, por meio do projeto de construção de um Parque Temático do Contestado em suas terras. Enquanto principal idealizador do parque, Telles viu esse projeto ser iniciado, durante o segundo governo de Espiridão Amin, bem como assistiu o mesmo virar ruínas em poucos anos, frente ao total descaso por parte de sucessivos representantes do poder estadual. Mesmo assim, nunca desistiu de disseminar o que chamava de Folclore Itinerante do Contestado, levando o que acreditava ser a “História Viva do Contestado”, por meio da arte e da música, inclusive às regiões mais pobres de Santa Catarina, muitas das quais antigos redutos sertanejos ou palco de violentos combates no passado.

⁹⁶ A mãe de Vicente Telles era criança quando findou a guerra. Seus avós tiveram que fugir do Irani para o Paraná, especificamente para Coronel Vivida, em decorrência da “operação limpeza” que sucedeu o conflito.

Diante do que foi exposto, como entender a decisão de Vicente, que dedicou boa parte da vida a representar o Contestado, de consentir um espaço à memória da PMPR em suas próprias terras, zeladas e mantidas por mais de quatro décadas, como lugar exclusivo da memória sertaneja? Acreditamos que qualquer tentativa de resposta não possa ser elaborada desconsiderando dois aspectos vistos por nós de extrema relevância, isto é: o acúmulo das suas frustrações pessoais e profissionais, em relação à falta de compromisso e responsabilidade por parte do poder público em preservar o Contestado em Irani, e o delicado momento pessoal que Vicente vivia. Extremamente lúcido para ter consciência de sua idade avançada, sabendo ter uma doença grave que tirava parte de suas energias⁹⁷ e talvez receando o futuro incerto da propriedade, entregue a possíveis disputas familiares, após sua partida, Vicente tinha mais de um motivo para agir como agiu. Nessas circunstâncias, ele pode ter achado que a alternativa mais segura, para a sobrevivência do sítio histórico, seria a de conceder permissão para a entrada de uma instituição ligada ao poder estadual e interessada na manutenção do lugar, ainda que essa instituição fosse a Polícia Militar do Paraná. Uma das forças legais, cujas ações do passado, em convivência com os interesses do coronelismo opressor, sua obra tanto questionou, a exemplo de uma de suas composições que satiriza o heroísmo atribuído, até hoje por paranaenses, a João Gualberto nos Campos do Irani.

Combate do Irani

Eu conto um pouco da história desta terra
 Palco de guerra de heroísmo e altivez
 Do Irani que abrigou durante a guerra
 Numa luta pela terra sertaneja e camponês

Um cemitério é o que resta do passado
 Do Contestado cujo berço foi aqui
 Ah, meu irmão, neste chão morreu o monge
 Mas o jagunço foi longe no combate do Irani
 No entrevero frente a frente, peito aberto
 José Maria decepou João Gualberto
 Nessa refrega o sertanejo foi ao fim
 Vencendo metralhadora com facão de guamirim
 No Irani um sanfoneiro sem platéia
 Na oito baixos toca o “choro das véia”
 Duas BRs que se cruzam por aqui
 Formam a cruz do Contestado no chão do Irani.

⁹⁷ Vicente Telles acabou falecendo no dia 28 de dezembro de 2017, sendo sepultado no Cemitério do Contestado que integra o Sítio Histórico. Deixou um único filho, também músico, Vicente de Paula Telles.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chamamos de agentes os diferentes grupos e instituições que, a partir de um projeto político comum, oportunizado pela morte de João Gualberto em guerra, agiram como atores dramáticos de um espetáculo, cujo enredo, composto por excessivas e exageradas manifestações de pesar, foi sendo escrito com a finalidade de perpetuar a memória do finado militar como a do herói que sacrificou a própria vida pelo Paraná, em nome da ordem, da tranquilidade pública e da paz aos paranaenses. Uma verdadeira teatralização em torno da morte, nunca sequer ocorrida num estado em construção, serviu a diversos interesses que convergiram na eleição do mesmo morto como um dos mais caros símbolos para a construção de uma identidade paranaense. Necessidade inaugurada a partir do federalismo republicano, que ao propor maior descentralização do poder, acabou favorecendo o surgimento de diversos regionalismos, nada espontâneos, uma vez que a construção de elos de identificação e pertencimento a certas culturas e territórios fora incentivada e apropriada tanto pelos poderes constituídos quanto pelas elites intelectuais e econômicas, no intuito incessante de fortalecer ainda mais a autonomia política e impulsionar o desenvolvimento econômico dos estados.

No que diz respeito a essas questões, autoridades políticas e parte da intelectualidade paranaense, que expressavam seus posicionamentos por meio dos jornais, viviam atordoadas por sentimentos de desvantagem na competição real e imaginária com outros estados. O Paraná ainda não tinha suas divisas definidas. E na disputa judicial com Santa Catarina, existia todo um ressentimento em relação ao descaso do governo federal e à postura de catarinenses mais aguerridos na causa competitiva. A esse problema, que era visto como entrave para a consolidação da identidade cultural e regional, somavam-se outros, que poderiam dificultar e inviabilizar o projeto identitário, como a possibilidade dos grupos de imigrantes constituírem “fronteiras” culturais dentro do próprio estado e, ainda, as fragilidades de uma economia dependente da indústria do mate, que embora vivenciando um bom momento, não se comparava, por exemplo, aos empreendimentos dos cafeicultores que faziam São Paulo despontar na economia nacional e ser tão influente na esfera política.

A Constituição de 1891 ainda influenciou nas transformações da estrutura organizacional das Polícias Militares, as quais foram sendo modeladas, pelo âmbito estadual, para agir como “pequenos exércitos”, em defesa dos interesses particulares dos

estados e seus respectivos governadores. Gualberto, enquanto homem de confiança do presidente do Estado, foi escolhido pelo círculo partidário que estava no poder para comandar o regimento nessa conjuntura. Na nova função, na pior das hipóteses, pela primeira vez o oficial bacharelesco da Praia Vermelha, após frustrada tentativa de ascender ao poder municipal, teria chances de sair dos limites dos combates simulados nos tiros Ahú e Rio Branco para estar à frente de uma força militarizada e orientada, desde seus primórdios, pelo legado autoritário do sistema de policiamento português, assimilado, por sua vez, do modelo repressor da polícia francesa.

Aos olhos tanto das elites políticas como da própria da corporação estadual, que desde o ano de 1909, com a Lei n.º 1860, já deveria contar com um efetivo na sua maioria formado por indivíduos egressos do serviço militar obrigatório, a nomeação pode ter sido encarada como bastante promissora. Por parte do oficialato e até da tropa, que já contavam com uma considerável experiência em instituição totalizante, adquirida por meio das relações com a Força Terrestre, o ingresso de João Gualberto, prestigiado nacionalmente no meio civil e militar, possivelmente foi bem recebido. Anterior a Gualberto, na posição de comando, difícil imaginar que algum oficial do Exército Brasileiro tenha externado tantos atributos, apreciados pelo imaginário cívico-militar, como noções e princípios de hierarquia, disciplina, cumprimento do dever, valorização do mérito pessoal, além do espírito patriótico e da orientação cientificista, alicerçados em apostolado positivista. Tais representações iam de encontro aos anseios, tanto de governantes quanto de oficiais, de aprimorar os mecanismos de controle social de grupos que supostamente ameaçavam a manutenção da ordem e tranquilidade pública, entendidas historicamente, pelo pensamento social, como a preservação das desigualdades sociais, por meio da concentração fundiária e da segurança proporcionada a indivíduos proprietários e grupos abastados.

João Gualberto sequer poderia imaginar que iria ser refém das imagens que procurou forjar. Com suas iniciativas e realizações, teceu redes de relacionamentos intra e extras locais que o levaram a tombar, no comando de uma tropa que nem chegou a ter tempo de treinar e disciplinar, diferentemente do que fez com a “mocidade paranaense” do batalhão de caçadores. “Prisioneiro” do próprio *ethos* militar, construiu e deixou que construíssem para si caminhos que o levariam a um destino trágico e irônico: o de literalmente morrer pelas mãos de inimigos caboclos que desprezava, em sertão distante e diferenciado da sua venerada Curitiba. Porém, a cidade onde conheceu a filha de um

militar republicano e, oportunamente, contraiu matrimônio; a localidade que escolheu para se estabelecer definitivamente; o cenário dos carnavais no Cassino Curitibano e da redação de importante jornal, onde selou amizades e induziu mentes; o núcleo urbano das marchas garbosas do Tiro de Guerra Rio Branco, idealizado como contribuição ao projeto de construção de uma identidade nacional e regional; a capital, das reuniões na loja Luz Invisível e dos préstitos cívicos, haveria também de acolher sua morte, tornando-a tão monumental, ao ponto da sua naturalidade pernambucana, nos momentos mais intensos das homenagens póstumas, ser lembrada como um mero detalhe, visto que chegou a ser chamado de “o mais paranaense” entre os paranaenses.

Modelando o imaginário político e cultural e, ao mesmo tempo, sendo por ele modelado, realmente Gualberto também tinha muito da “alma” da capital do Paraná, como veiculado nos discursos póstumos reproduzidos e construídos pelos jornais. Mesmo não vivendo das Letras, não tendo talentos de um literato, o oficial com formação em Ciências Físicas e Matemática teve muitas oportunidades de circular e exibir dotes e habilidades prestigiados, interagindo com e em um meio formador de opiniões. Como professor na mesma instituição que teve entre seu quadro docente nomes como o de Sebastião Paraná e o do poeta simbolista anticlerical Dario Velloso, como convidado para banca para exames, sendo reconhecido por seus trabalhos de engenharia, convivendo e trabalhando com escritores na concepção e organização dos principais eventos das duas agremiações cívicas e, ainda, amizades influentes, João Gualberto sempre soube como se fazer presente na cena curitibana do início do século XX.

Os agentes/atores do seu círculo de relacionamentos também o conheciam o suficiente. E, inicialmente, demonstraram muita competência ao elegerem, rapidamente, sua morte para prantear. Contudo, nas décadas seguintes, ao desfecho massacrante do Banhado Grande, nem todos os intérpretes tiveram o mesmo empenho em manter acesa a chama ardente do culto “ao abnegado oficial sacrificado pelo Paraná”, “substituindo” sua morte heroicizada por outros ícones e símbolos que foram sendo forjados e incorporados aos projetos de identidade. Excessivos ritos e liturgias cívicas, de veneração, foram mais frequentes até a inauguração da Avenida João Gualberto, ocorrida em 21 abril de 1913. Data escolhida propositalmente para o préstito cívico-militar, no qual o homenageado foi comparado ao “mártir” republicano Tiradentes. Numa alusão à defesa nacional, à ordem pública e ao militarismo heroico, o “espírito” de João Gualberto chegou a desfilar pelas ruas da capital, por meio de três andores, com imagens fotográficas

ampliadas, nas quais aparecia usando a farda do Exército, a do Tiro Rio Branco e a do Regimento de Segurança.

Romarias ao Cemitério Municipal, na data de aniversário da morte do oficial, foram recorrentes, com a presença predominante da força estadual, até por volta de 1921. Práticas que foram além da duração da Guerra do Contestado e ultrapassaram a resolução da disputa por divisas. A partir de então, pelas fontes a que tivemos acesso, ficaria difícil tentar interpretar o alcance social de tais eventos, embora o Paraná não tenha conseguido fabricar outros “vultos” do porte simbólico de Gualberto, entre suas baixas nas operações bélicas de extermínio dos sertanejos, durante o conflito. Por ultrapassar nosso objetivo principal, não perseguimos iniciativas posteriores de outros agentes para afirmar se as imagens idealizadas de Gualberto e da Batalha do Irani continuaram tendo o mesmo valor, entre outras usadas nos projetos de re(definição) de identidades, incluindo o Paranismo. A própria biografia de David Carneiro, um remanescente do movimento Paranista, heroiciza a figura de João Gualberto.

Em relação ao Regimento de Segurança, antes do culto a João Gualberto já existia o culto à memória do coronel Dulcídio, outro comandante morto em combate. Porém, após o desfecho trágico do Combate do Irani, acreditamos que a memória do oficial morto nunca tenha se libertado, por períodos mais prolongados, das interferências da força estadual, e que a mesma nunca o tenha visto apenas como um mero nome de avenida.

Na impossibilidade de examinarmos Livros de Ordem do Dia, não localizados entre o acervo do Museu Histórico da PMPR, uma lacuna de quase quatro décadas permanecerá aberta, até que possamos ter acesso a essa documentação institucional, que entendemos ser a mais apropriada para analisarmos práticas de culto ao militar e suas características, uma vez que desconfiemos que, à medida em que outros agentes/atores foram “substituindo” o herói, a corporação foi simultaneamente “recolhendo” a figura mitificada ao “conforto” e “proteção” da caserna. Hipótese ainda não confirmada, visto que depende diretamente do exame das fontes mencionadas.

Os lugares de memória que investigamos, edificadas nas décadas de 1960, 1970 e 1980, evidenciam características distintas da atuação do Regimento de Segurança nos anos de 1912/1913. Nesses espaços de rememoração, as representações contidas nas narrativas já pouco podem ser acessadas pelo público civil, seja pelo tipo de uso dessa memória em rituais internos de socialização militar, com pouca, ou nenhuma, presença

de civis (entrega da medalha Coronel João Gualberto, cuja origem, durante o regime militar, foi para agraciar somente militares em datas de culto), seja por apagamentos que já não permitem que se estabeleça uma relação entre o personagem e o conflito bélico no qual perdeu sua vida (unidade de policiamento que recebeu a designação de Batalhão João Gualberto), ou ainda, pela distância física existente entre o lugar de memória e o trânsito de civis (localização do Museu Histórico da PMPR). Esses formatos de culto e celebrações, guardadas as devidas exceções, como por exemplo, as publicações de Rosa Filho, reconhecidas pela Secretária de Cultura do Paraná, nos levaram a conceber a memória institucional como uma memória “fechada”, militarizada e “acomodada” nos interesses de proteção da própria corporação. Em outras palavras, uma memória que, propositalmente, nunca dialogou com outros discursos, como por exemplo, o acadêmico, para não correr o risco de “desconstrução” do próprio mito fabricado.

Comparando os dois extremos temporais da mitificação, conseguimos compreender que a atuação do Regimento de Segurança do Paraná, no espetáculo teatral da morte de João Gualberto, produziu um depósito de lembranças que foram sendo usadas convenientemente, pela corporação, ao longo de décadas, na dinâmica da sua socialização em academia militar, ou melhor dizendo, nos vários centros de formação e profissionalização embrionários da Academia de Polícia do Guatupê, fundada somente no ano de 1971. Entendemos essa socialização como uma administração formal de modelos de conduta e padrões de comportamento, realizada por meio de várias práticas cotidianas totalizantes, entre elas, a gestão de uma memória coletiva que foi se apropriando das lembranças e dos apagamentos, já selecionados, fora do espaço-tempo dos gestores e acionadores, para re(inventar) uma tradição do heroísmo enquanto missão institucional. Tradição presente até hoje, que dependeu de uma atualização dos cultos de celebração para cumprir sua função de (re)produtora e reelaboradora de mito identificador, visto que valores militares como hierarquia de postos e níveis, obediência, disciplina, cooperação, apreço pelo mérito individual, noções de sacrifício e patriotismo foram sendo assimilados também através de operações de memória, baseadas em certas crenças, herdadas e reproduzidas de geração em geração, sobre o passado sobre João Gualberto e sobre o Regimento de Segurança, cujos componentes idealizados serviram para criar a representação de que, enquanto integrante do corpo, o policial militar tem o privilégio de herdar uma tradição gloriosa que é, ao mesmo tempo, a essência da instituição e da sua própria identidade.

Ao usar até o presente momento o mito da morte heroica em guerra como elemento central de sua própria memória herdada e fechada, a PMPR elucida muito mais sobre si mesma do que acerca do personagem mitificado, isto é, não problematizado e nunca colocado em discussão. Numa demonstração inconsciente de suas reais dificuldades de se livrar do peso e das marcas deixadas por uma trajetória violenta, belicista e militarizada, na qual, com raras exceções, sempre permaneceu alinhada aos interesses do governo federal e estadual, a corporação demonstra, ao menos em termos de opção do herói, uma forte autonomia em relação ao governo e as elites econômicas que relegaram o personagem ao ostracismo. Forte autonomia no sentido empregado por José Murilo de Carvalho, que entende as organizações militares com vontades próprias, e não como mero reflexo de interesses externos.

Na condição de um dos últimos bastiões da influência do positivismo no Paraná, um grupo da corporação foi capaz de surpreender o meio acadêmico e outros oficiais, quando projetou e selou um “acordo de paz” com o município de Irani, Santa Catarina, para celebração dos 105 do combate. A negociação, feita meses antes, entre a Associação da Vila Militar, Vicente Telles, na condição de proprietário das terras onde está localizado o sítio histórico, e a prefeitura municipal, resultou em dois monumentos, aos mortos militares e sertanejos, bem como dois cerimoniais que contaram inclusive com a presença de policiais catarinenses, assinalando o predomínio simbólico do militarismo, até em termos quantitativos, em detrimento do lado sertanejo, representado por alunos e munícipes caracterizados, que desfilaram num ginásio e esportes junto com policiais fardados.

Contrariando a política “fechada” de lugares de memória (como a origem da medalha, a denominação do batalhão e o museu), essa iniciativa foi uma clara e ousada iniciativa de projetar a imagem heroicizada do comandante João Gualberto para fora do estado paranaense, em município considerado o berço do Contestado. Embora o nome do coronel tenha sido rejeitado durante as negociações, em função dos protestos no meio acadêmico, sua imagem simbólica pode ser facilmente acionada a partir dos nomes dos mortos que comandou, cujos corpos nunca saíram do Irani.

Ainda que não tenhamos analisado as fontes desse “novo lugar de memória” da PMPR, que resolveu depois de 105 anos, lembrar seus outros mortos não comandantes com a oportunidade de intervir em terras de memória sertaneja, diante do quadro debilitado de saúde de Vicente Telles, levantamos a possibilidade de tal empenho ter sido movido por pretensões de legitimidade externa, com o intuito de fortalecer internamente (no Paraná e na própria corporação) a memória herdada e selecionada do seu passado, usando a representação da política de “apaziguamento”, com os remanescentes dos sertanejos, como uma estratégia mais eficaz para apagar tensões e conflitos do seu passado, e assim, ampliar as chances de promover imagens mais positivas de seu presente.

REFERÊNCIAS

FONTES DE IMPRENSA

A CATASTROPHE nos campos do Irany. **Diário da Tarde**, 23 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22500%20bem%20armados%22&pagfis=15979>>. Acesso em 03 ago. 2020.

A EXPEDIÇÃO do Irany. **Diário da Tarde**, 31 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16015](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16015)>. Acesso em: 12 nov. 2020.

A FESTA militar. **Diário da Tarde**, 4 de maio de 1907, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=%22A%20festa%20militar%22&pagfis=9276>>. Acesso em: 05 maio 2020.

A TRAGÉDIA do Irany. **Diário da Tarde**, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003)>. Acesso em 12 dez. 2020.

AINDA os funeraes. **Diário da Tarde**, 8 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22corpo%20do%20coronel%22&pagfis=16043>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

AS EXEQUIAS por alma do coronel João Gualberto. **A República**, 28 de outubro de 1912, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22alma%20do%20malogrado%20Coronel%20Jo%C3%A3o%20Gualberto%22&pagfis=26310>>. Acesso em 06 ago.2020.

AS HOMENAGENS a João Gualberto. **A República**, 31 de outubro de 1912, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22Combate%20do%20Irany%22&pagfis=26318>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ASSOCIAÇÃO C. 7 de Setembro. **Diário da Tarde**, 26 de junho de 1908, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=%22memoria%20dos%20consolidadores%22&pagfis=10424>>. Acesso em: 21 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO Cívica 7 de Setembro. **Diário da Tarde**, 20 de agosto de 1907, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=%22consignam%20os%20estatutos%22&pagfis=9648>>. Acesso em: 15 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO CÍVICA. **Diário da Tarde**, 8 de setembro de 1911, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22desejo%20do%20orador%22&pagfis=14346>>. Acesso em: 28 maio 2020.

BARÃO do Rio Branco. **Diário da Tarde**, 12 de fevereiro de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22abalou%20brutalmente%20%22&pagfis=15063>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BARÃO do Rio Branco. **Diário da Tarde**, 14 de fevereiro de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22acre%20censura%22&pagfis=15071>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BATALHÃO de Caçadores. **Diário da Tarde**, 3 de setembro de 1910, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2003593&pagfis=13110>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BATALHÃO de Caçadores. **Diário da Tarde**, 9 de setembro de 1910, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2003598&pagfis=13130>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

CAÇADORES. **Diário da Tarde**, 1 de setembro de 1910, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2003591&pagfis=13102>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CÂMARA Municipal. **A República**, 31 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22Combate%20do%20Irany%22&pagfis=26317>>. Acesso em: 23 set. 2020.

CAPITÃO Gualberto. **Diário da Tarde**, 15 de setembro de 1910, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22precioso%20concurso%20%22&pagfis=13146>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CAPITÃO Gualberto. **Diário da Tarde**, 8 de julho de 1910, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22capit%C3%A3o%20Gualberto%22&pagfis=12918>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CAPITÃO Gualberto. **Diário da Tarde**. Curitiba, 8 de julho de 1910, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=jo%C3%A3o%20gualberto%20s%C3%A1%20filho&pagfis=12918>>. Acesso em: 02 maio 2020.

CASSINO CORITIBANO. **Diário da Tarde**, 8 de fevereiro de 1907, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=jo%C3%A3o%20gualberto%20cassino&pagfis=9001>>. Acesso em: 10 maio 2020.

COLLEGIO Paranaense. **Diário da Tarde**, 5 de janeiro de 1907, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=colegio%20cupertino&pagfis=8870>>. Acesso em: 12 maio 2020.

COLLEGIO Paranaense. **Diário da Tarde**, 8 de janeiro de 1907, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=%22Collegio%20Paranaense%22&pagfis=8883>>. Acesso em: 12 maio 2020.

CORONEL João Gualberto. **A República**, 24 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22Dulc%C3%ADdio%20e%20Gualberto%22&pagfis=26301>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

CULTO à memória de Gualberto. **Diário da Tarde**, 27 de outubro de 1913, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22Jo%C3%A3o%20Gualberto%22&pagfis=18078>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

DATA Nacional. **Diário da Tarde**, 4 de maio de 1908, p. 1-2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=Ed.%2002796&pagfis=10240>>. Acesso em: 21 maio 2020.

DIA luctuoso. **Diário da Tarde**, 7 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22Combate%20do%20Iryan%22&pagfis=26333>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

EXAMES de Preparatórios. **Diário da Tarde**, 14 de janeiro de 1907, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=Exames%20Jo%C3%A3o%20Gualberto&pagfis=8905>>. Acesso em: 12 maio 2020.

FARIA, G. Os Gigantes mortos. **Diário da Tarde**, Curitiba, 31 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004213\(1\)&pagfis=16016](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004213(1)&pagfis=16016)>. Acesso em: 05 ago. 2020.

FORMATURA dos caçadores Rio Branco em frente ao quartel general. **Diário da Tarde**, 7 de setembro de 1910, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22capital%20da%20Rep%C3%ABlica%22&pagfis=13122>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

HOMENAGENS ao Coronel João Gualberto. **Diário da Tarde**, 1 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22corpo%20do%20coronel%22&pagfis=16019>>. Acesso em: 12 set. 2020.

HOMENAGENS ao Coronel João Gualberto. **Diário da Tarde**, 5 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22corpo%20do%20coronel%22&pagfis=16031>>. Acesso em: 7 de out. 2020.

JOÃO Gualberto. **A República**, Curitiba, 21 de outubro de 1921, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&Pesq=cemit%c3%a9rio%20jo%c3%a3o%20gualberto&pagfis=37304>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

JUSTA homenagem. **A República**, Curitiba, 2 de janeiro de 1913, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&Pesq=cemit%c3%a9rio%20jo%c3%a3o%20gualberto&pagfis=26520>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

LEÃO, E. A. Da vida ao pantheon. **Diário da Tarde**, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003)>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MARECHAL Floriano. **Diário da Tarde**, 29 de junho de 1908, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=%22culto%20de%20adora%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=10432>>. Acesso em: 13 maio 2020.

MARECHAL Floriano. **Diário da Tarde**, 30 de junho de 1908, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&Pesq=Ed.%2002844%20\(1\)&pagfis=10436](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&Pesq=Ed.%2002844%20(1)&pagfis=10436)>. Acesso em: 13 maio 2020.

MISSAS no Recife. **A República**, 31 de outubro de 1912, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22Combate%20do%20Irany%22&pagfis=26318>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

NOTAS & notícias. **A República**, 22 de outubro de 1914, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22Jo%C3%A3o%20Gualberto%22%20%22cathedral%20do%20Bispado%22&pagfis=28734>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

O COMBATE do Irany. **A República**, 24 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=Ano%201912/%20Edi%C3%A7%C3%A3o%2000250&pagfis=26301>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

O COMBATE do Irany. **A República**, 28 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22cair%20ferido%22&pagfis=26309>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

O COMBATE do Irany. **A República**, 1 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22Tiro%20Paulistano%20%22&pagfis=26321>>. Acesso em: 09 ago. 2020.

O COMBATE do Irany. **A República**, 4 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=Irany&pagfis=26325>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

O COMBATE do Irany – chega a Porto União o corpo do coronel João Gualberto. **A República**, 5 de novembro de 1912, p. 1). Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=00259\(2\)&pagfis=26329](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=00259(2)&pagfis=26329)>. Acesso em: 02 mar. 2020.

O CORPO do coronel João Gualberto parte de Palmas – cerimônia tocante – as homenagens. **Diário da Tarde**, 2 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Palmas%20Jo%C3%A3o%20Gualberto&pagfis=16023>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

O IMPÉRIO DE CAMPOS NOVOS. **O Século**, 12 de outubro de 1912, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=224782&pasta=ano%20191&pesq=%22Antonio%20Conselheiro%22&pagfis=7432>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

O MEETING de ontem. **Diário da Tarde**, 22 de agosto de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22prefeito%20desta%20capital%20%22&pagfis=15683>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

O MEETING. **Diário da Tarde**, 24 de outubro de 1912, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22professor%20Dario%22&pagfis=26302>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

O QUE HÁ em Palmas. **A República**, 22 de novembro de 1912, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22coronel%20Pyrrho%22&pagfis=26386>>. Acesso em 12 mar. 2021.

O TIRO Rio Branco. **Diário da Tarde**, 6 de junho de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22Jo%C3%A3o%20Gualberto%22&pagfis=15418>>. Acesso em: 05 maio 2020.

O TIRO. **Diário da Tarde**, 6 de junho de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004087&pagfis=15418>>. Acesso em 05 jun. 2020.

OS CAÇADORES do Tiro Rio Branco no Rio. **Diário da Tarde**, 6 de setembro de 1910, p. 1-2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2003591&pagfis=13102>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

TIRO Rio Branco. **Diário da Tarde**, 1 de novembro de 1909, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=%22findo%20o%20exercicio%22&pagfis=12088>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

TIRO Rio Branco. **Diário da Tarde**, 23 de agosto de 1909, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=Ed.%2003186&pagfis=11848>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

TIRO Rio Branco. **Diário da Tarde**, 31 de julho de 1911, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&Pesq=%22formatura%20dos%20ca%C3%A7adores%22&pagfis=14208>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

TIRO Rio Branco. **Diário da Tarde**, 4 de setembro de 1909, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&Pesq=%22Tiro%20Rio%20Branco%22&pagfis=11892>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

TIRO Rio Branco. **Diário da Tarde**, 7 de junho de 1912, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pe sq=Ed.%2004088&pagfis=15422>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

FONTES IMAGÉTICAS

ANTIGAMENTE EM CURITIBA. **A cara da tua rua**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/417557358409468/permalink/1291664584332070/>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

ANTIGAMENTE EM CURITIBA. **Coronel João Gualberto**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/417557358409468/permalink/587998348032034/>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

ANTIGAMENTE EM CURITIBA. **João Gualberto Gomes de Sá Filho**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/417557358409468/permalink/1316153975216464/>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

ANTIGAMENTE EM CURITIBA. **João Gualberto Gomes de Sá Filho**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/417557358409468/permalink/1537498463082013/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ANTIGAMENTE EM CURITIBA. **João Gualberto Gomes de Sá Filho**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/417557358409468/permalink/1537498463082013/>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

ANTIGAMENTE EM CURITIBA. **João Gualberto Gomes de Sá Filho**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/417557358409468/permalink/1537498463082013/>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

ANTIGAMENTE EM CURITIBA. **João Gualberto Gomes de Sá Filho**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/417557358409468/permalink/1537498463082013/>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

ASSOCIAÇÃO DA VILA MILITAR. **Homenagem a militares marca os 105 anos do Combate do Irani**. 2017. Disponível em: <<http://www.avmpmpr.com.br/site/homenagem-a-militares-marca-os-105-anos-do-combate-do-irani/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BLOG CESLAU EX ISTO. **João Gualberto e tropa saindo de União da Vitória rumo a Palmas** – 15 de outubro de 1912. Não p. Disponível em: <<http://ceslaumakovski.blogspot.com/p/curitiba-velha.html>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BLOG CURTA CURITIBA. **Histórias que atraem turistas aos cemitérios de Curitiba.** Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://curtacuritiba.com.br/2018/06/25/historias-que-atraem-turistas-aos-cemiterios-de-curitiba/>>. Acesso em: 12 out. 2020.

CONSEG. **Medalhas “Patrono Coronel João Gualberto” são entregues pela PM em Curitiba.** 2013. Disponível em: <<http://www.conseg.pr.gov.br/Noticia/Medalhas-Patrono-Coronel-Joao-Gualberto-sao-entregues-pela-PM-em-Curitiba?fbclid=IwAR3BA-LmE7ecyVjqSIEZn6VkIEHz7mNG--hSaGdBOLezFqFXGd8Wr4OHwK0>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916). Grupo de discussões. **Mais uma foto das tropas do Regimento de Segurança partindo para União da Vitória.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/555727778342749/permalink/710949109487281/>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916). Grupo de discussões. **Recomendo uma visita ao Museu Histórico da PMPR.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/555727778342749/permalink/711651402750385/>>. Acesso em: 22 de jan. 2021.

GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916). Grupo de discussões. **Recomendo uma visita ao Museu Histórico da PMPR.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/555727778342749/permalink/711651402750385/>>. Acesso em: 22 de jan. 2021.

MOTTA, A. P. F. **Busto do Patrono João Gualberto – 12º BPM – Santa Quitéria – Curitiba – Paraná.** 2020. 1 fotografia, color., 15 x 10 cm.

MOTTA, A. P. F. **Do museu histórico da PMPR ao 12º BPM, a espada que pertenceu a João Gualberto.** Curitiba, 2020. 1 fotografia, color., 15 x 10 cm.

MOTTA, A. P. F. **Fachada do 12º BPM, Santa Quitéria, Curitiba, Paraná.** 2020. 1 fotografia, color., 15 x 10 cm.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Campanha do Contestado.** 2021. Disponível em: <<https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Campanha-do-Contestado#&gid=1&pid=8>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Campanha do Contestado.** Combate do Irani. 2021. Disponível em: <<https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Campanha-do-Contestado?fbclid=IwAR2VNiVxyIbVEkrT1m0AUXAGJ1ckA01mszTKmKHEKiuLXDzidYZC4cy29nE>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Campanha do Contestado.** Combate do Irani. 2021. Disponível em: <<https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Campanha-do-Contestado?fbclid=IwAR2VNiVxyIbVEkrT1m0AUXAGJ1ckA01mszTKmKHEKiuLXDzidYZC4cy29nE>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Campanha do Contestado.** Combate do Irani. 2021. Disponível em: <<https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Campanha-do-Contestado?fbclid=IwAR2VNiVxyIbVEkrT1m0AUXAGJ1ckA01mszTKmKHEKiuLXDzidYZC4cy29nE>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

[Contestado?fbclid=IwAR2VNiVxyIbVEkrT1m0AUXAGJ1ckA01mszTKmKHEKiuLXDzidYZC4cy29nE>](#). Acesso em: 04 mar. 2021.

RADIO CATARINENSE FM. **Guerra do Contestado**: combatentes mortos são homenageados. 2017. Disponível em: <https://www.radiocatarinense.com.br/2017/10/49282/>>. Acesso em 3 nov. 2020.

SETE de setembro – as Sociedades de Tiro. **Revista Careta**, 10 de setembro de 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083712&pasta=ano%20191&pesq=&fbclid=IwAR0nNhayumEI2AmDoXVH4cANQtHPGTxJjbtwe8b-3WIAKbpXWosG2uFiggs&pagfis=3194>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

TIRO Rio Branco. **Revista Careta**, 17 de setembro de 1910. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083712&pesq=Edi%C3%A7%C3%A3o%20120\(1\)&pagfis=3244](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083712&pesq=Edi%C3%A7%C3%A3o%20120(1)&pagfis=3244)>. Acesso em: 02 mar. 2021.

FONTES INSTITUCIONAIS

MIRANDA, J. S; BUSSE, J; GUIMARÃES, A. R, **Conselho de Guerra, Superior Tribunal de Justiça do Paraná**, Curitiba, 1913. In: Museu Histórico da Polícia Militar do Paraná. Curitiba.

MUSEU HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Coleção em exposição**. Curitiba.

OUTRAS FONTES INSTITUCIONAIS

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Histórico**. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Historico>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

ROSA FILHO, J. A. da. **Combate do Irani**: episódios da História da Polícia Militar do Paraná, vol. 01. Curitiba: Associação da Vila Militar (AVM), 1998.

PODER LEGISLATIVO

PARANÁ. Lei nº 5798, de 24 de junho de 1968. Cria na Polícia Militar do Estado do Paraná a Medalha Coronel Sarmento. **Diário Oficial no. 96 de 26 de Junho de 1968**. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=10571&codItemAto=110392>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

PARANÁ. Lei nº 4340, de 06 de março de 1961. Cria a medalha "Honra ao Mérito Escolar", no Curso de Formação de Oficiais Combatentes, da P.M.E., destinada aos Aspirantes classificados nos 1º e 2º lugares daquele curso. **Diário Oficial no. 5 de 6 de**

Março de 1961. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=13041&codItemAto=138996#138996>. Acesso em: 15 jan. 2021.

OUTRAS FONTES

CARNEIRO, D. **Duas Histórias em Três Vidas**: O Tiro Rio Branco através do seu patrono e do seu fundador. Curitiba: Papeleria Universal, 1939.

FÓRUM DA COMARCA DE PALMAS, PALMAS – PARANÁ. FABRICIO das Neves e outros. **Processo Crime**, Palmas, 1913.

FÓRUM DA COMARCA DE PALMAS, PALMAS – PARANÁ. AZEVEDO, M. R. (et al). **Processo Crime**, Palmas, 1913.

INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. **Coletânea de documentos referentes à conduta do Regimento de Segurança, hoje Força Policial do Estado, no Combate do Irani, em outubro de 1912**. Curitiba, 1984, p. 173-191.

SÁ FILHO, J.G. G. **No Centenário de João Gualberto**. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1975, p. 11-23.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. A. de. **Revolução Federalista**. CPDOC, FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20FEDERALISTA.pdf>. Acesso em 02 set. 2020.

AMORIM, A. M. **O projeto de uma Ciência Moral**: a religião em Auguste Comte. 96f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3191>. Acesso em: 08.maio 2021.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Periódicos & Literatura** – Leôncio Correia. 2021. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/leoncio-correia/?fbclid=IwAR1nR1oYYPRdL3tpgG3Vhx006L88XYFPZwL_7KT7EkJ-nLj3fkQ9kR7qgvI. Acesso em: 12 out. 2020.

BORDIN, M. A polícia e a revolta cabocla nos sertões do Contestado. In: FRAGA, N. C. (org). **Contestado em Guerra**: 100 anos do massacre insepulto do Brasil (1912-2012). Florianópolis: Insular, 2012, p. 321-334.

BORGES FILHO, N. **Estado e Militarização**: as Polícias Militares como aparelhos repressivos de Estado. 296 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Santa

Catarina, Florianópolis, 1989. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106300>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRETAS, M. L. A polícia carioca no Império. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 219-234, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2075>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.14, n.26, p. 162-173, jan./jul. 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/276596386_A_historia_da_policia_no_Brasil_balanco_e_perspectivas>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CANCELLI, G. **O Mundo da Violência**: repressão e estado policial na Era Vargas (1930-1945). 468 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280673/1/Cancelli_Elizabeth_D.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CARONE, Edgar. **A República Velha I**. Instituições e classes sociais. 4. Ed. DIFEL: Rio de Janeiro/São Paulo: 1978.

CARVALHO, J. M. de. **A Formação das Almas**: imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, J. M. de. **As Forças Armadas na Primeira República**: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo 3, vol. 9. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARVALHO, J. M. de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO, C. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CASTRO, C. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. **Militares e Política (UFRJ)**, v. 1, p. 1-7, 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/view/33764/18928>> . Acesso em: 23 mar. 2020.

CASTRO, C. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, C. Tradição, transformação e o espírito militar: uma entrevista com Celso Castro. **Revista Silva: humanidade em ciências militares**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, março de 2017. Disponível em: <<http://www.revistasilva.cep.eb.mil.br/pt/edicao-anteriores/2-uncategorised/26-tradicao-transformacao-e-o-espírito-militar-uma-entrevista-com-celso-castro>>. Acesso em: 27 mai 2020.

CASTRO, J. B. de. **A Milícia Cidadã**: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CERQUEIRA, C. Questões preliminares para a discussão de uma proposta de diretrizes constitucionais sobre segurança pública. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo v. 6, n. 22, p. 139–181, abr./jun., 1998. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:1998:1000543319>>. Acesso em: 9 out. 2020.

COELHO, E. C. **Em Busca de Identidade**: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DALFRÉ, L. A. Criando heróis e inimigos: o movimento do Contestado na imprensa paranaense. In: ESPIG, M.; MACHADO, P. P. **A Guerra Santa revisitada**: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: UFSC, 2008.

DALFRÉ, L. A. **Outras narrativas da nacionalidade**: o movimento do Contestado. 157 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2004. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/21089>>. Acesso em 22 maio 2020.

ENDERS, A. **Os Vultos da Nação**: fábrica de heróis e formação de brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FAUSTO, Boris. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo 3, vol. 9. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. A Força Pública do Estado de São Paulo. In: **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil republicano[S.l: s.n.], 1997. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001296980>>. Acesso em 19 jun. 2020.

FERREIRA, R.C.M.; REIS, T.S. O Sistema Francês de Polícia e sua relação com a Segurança Pública no Brasil. **Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh**, Rio de Janeiro, 12 folhas, 2011. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338408842_ARQUIVO_O_SistemaFrancesdePoliciaeasuarelacaocomaSegurancaPublicanoBrasil.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

FRAGA, A. B. **Os Heróis da Pátria**: política cultural e história do Brasil no Governo Vargas. 168 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2012_Andre_Barbosa_Fraga.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

FREIRE, M. D. Paradigmas de Segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 3. Edição 5. Ago/Set, p. 101-114. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/54>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

GIRADET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOULART, M. H. H. S. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná** (1889-1930). 595 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2008. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25579?show=full>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

GRASSI, C. **Guia de Visitação ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula: arte e memória no espaço urbano**. Curitiba: PR: Edição do autor, 2014.

HALBWACHS, M. A **Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. Ed: Centauro, 2013.

HELLER, M. I. **A Atualidade do Contestado**: edição do centenário da guerra camponesa. Curitiba: Livraria Jurídica e Editora, 2012.

HOBBAWM, E. J.; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Tradução: Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLLOWAY, T. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão numa cidade do século XIX. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

KEEGAN, John. **O Rosto da Batalha**. Lisboa: Teorema, 1976.

LACQUE-LABARTHE, P.; NANCY, J. L. **O Mito nazista**. São Paulo: Iluminuras, 2002.
LOPES, H. S. G. Escolas das Américas: treinamento militar e ideológico no Canal do Panamá. **Revista Hydra**, v.1, n.2, ago de 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9131>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MACHADO, D. V. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana**: David Carneiro. 170 f. Dissertação (Mestrado em História), Curitiba, 2012. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27310>>. Acesso em 08 abr. 2020.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MAUCH, C. Considerações sobre a história da polícia. **Métis: história e cultura**. v.6, n.11, p. 107-119, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/827>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

McCANN, F. D. **Soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro, 1889-1937. Tradução: Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEDINA, J. I. **Águas Revoltas**: um estudo comparativo entre a Revolta da Chibata de 1910 e o Movimento da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) de 1964. 115 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp091550.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

MEZZOMO, S. R. **O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período de repressão: 1964-1984**. 127 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, 2005. Passo Fundo. Disponível em: <<https://www.upf.br/ppgh/dissertacoes-defendidas/2005>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

MONTEIRO, D. T. **Os Errantes do Novo Século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

MORAES E SILVA, M.; CAPRARO, A. M. O Tiro de Guerra 19 Rio Branco: apontamentos acerca da institucionalização esportiva de Curitiba (1909-1910). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, n.29, p. 229-243, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/99797/98251>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MUNIZ, J. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security Defenses Studies Review**, v. 1, Winter, 2001, p. 177-198. Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11985> >. Acesso em: 13 abr. 2020.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. **Cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte**. 212 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VCSA-7FFJV7>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

PEREIRA, L. F. L. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da Primeira República**. 276 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26993/D%20-%20PEREIRA,%20LUIS%20FERNANDO%20LOPES.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

PIOVEZAN, A. **Morrer na guerra**: a sociedade diante da morte em combate. Curitiba: CRV, 2017.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2020.

QUEIROZ, M. V. de. **Messianismo e Conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado. 2.ed. São Paulo: Ática, 1977.

RIBEIRO, L. C. História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**- ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 1-21. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares#L>. Acesso em: 26 jul.2020.

RODRIGUES, R. R. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 430 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=107856>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SALDANHA, F. H. D. Exército e Guarda Nacional: recrutamento militar e a construção do Estado no Brasil Imperial. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro. V. 9, n.36, p. 637-681, set/dez.2015. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/527>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SANTOS, M. de O. **Berços de Heróis: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”**. São Paulo: Annablume, 2004.

SANTOS, S. J. dos. **“Pequenos Exércitos Estaduais” na Primeira República: o caso da força pública de Pernambuco na historiografia**. In: 30. Simpósio Nacional de História da ANPUH, Recife, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563901366_ARQUIVO_ARTIGO_Exercitosestaduais.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SCHACTAE, A.M. **Farda e batom, arma e saia: a construção da Polícia Militar Feminina no Paraná (1977-2000)**. 284 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25896>>. Acesso em: 12 set. 2020.

SÊGA, R. A. **Melhoramentos da capital: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)**. 110 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27112>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

SILVA, L. C. da. **Museus do Paraná e Santa Catarina: formas de lembrar e esquecer a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-2012)**. 320 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46273>>. Acesso em: 28 out. 2020.

SOUZA, L. A. F. de. **A militarização da segurança**. Le Monde Diplomatique Brasil. Edição 56, março de 2012. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-militarizacao-da-seguranca/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SOUZA, R. C de; MORAIS, M. S. A. de. Polícia e Sociedade: uma análise da história as segurança pública brasileira. **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís/Maranhão, 2011, não p. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLEN_CIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

TJPR. **Título de Patrono da Comarca de Curitiba é atribuído ao Des. Agostinho Ermelino de Leão II**. 2021. Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/noticias/>>.

[/asset_publisher/9jZB/content/titulo-de-patrono-da-comarca-judiciaria-de-curitiba-e-atribuido-ao-des-agostinho-ermelino-de-leao-ii/18319?fbclid=IwAR1BN9nBmd8zymuA8J3GUYE9qj009za07cgHahhV772EejyG2rAalbYVw>](#). Acesso em: 03 fev. 2021.

VALENTINI, D. J. **Da Cidade Santa à Corte Celeste**: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. Caçador: Universidade do Contestado, 2003.

VALENTINI, D.; ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. **Nem fanáticos, nem jagunços**: reflexões sobre o Contestado (1912-1916). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

VILELA, J. L. M. Operação Anti-Cangaço: as táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 25, p. 93-116, abril de 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/23690/21276>> . Acesso em: 20 jun. 2020.

WITOSLAWSKI, H. **Discursos sobre modernização e militarização juvenil em Curitiba** (1919-1928). 162 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/21272>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

WOITOWICZ, K. J. **Imagem Contestada**: a Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

ZATTA, R. **50 anos da morte do Tenente Camargo (1965-2015)**: impasses e conflitos da memória institucional do Exército Brasileiro. 261 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/45151>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

ZICMAN, R. B. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, n.4, 1985. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>>. Acesso em: 25 jul. 2020.